



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CAROLINE PERES MARTINS

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E TRAUMA: O PERCURSO DO
MEMORIALISTA EM *FELIZ ANO VELHO* (1982) E *AINDA
ESTOU AQUI* (2015), DE MARCELO RUBENS PAIVA**

**CAMPINAS
2021**

CAROLINE PERES MARTINS

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E TRAUMA: O PERCURSO DO
MEMORIALISTA EM *FELIZ ANO VELHO* (1982) E *AINDA
ESTOU AQUI* (2015), DE MARCELO RUBENS PAIVA**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas para obtenção do título de Mestra em
Teoria e História Literária na área de Teoria e
Crítica Literária.**

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Birman

**ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA POR
CAROLINE PERES MARTINS, ORIENTADA
PELA PROFA. DRA DANIELA BIRMAN.**

**CAMPINAS
2021**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

M366m Martins, Caroline Peres, 1996-
Memória, trauma e história : percursos do memorialista em Feliz ano velho (1982) e Ainda estou aqui (2015), de Marcelo Rubens Paiva / Caroline Peres Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Daniela Birman.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Paiva, Marcelo Rubens, 1959-. Feliz ano velho. 2. Paiva, Marcelo Rubens, 1959-. Ainda estou aqui. 3. Memória coletiva. 4. Trauma psíquico. 5. Ditadura. I. Birman, Daniela, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Memory, trauma and history: : the journeys in Feliz ano velho (1982) and Ainda estou aqui (2015), by Marcelo Rubens Paiva

Palavras-chave em inglês:

Paiva, Marcelo Rubens, 1959-. Feliz ano velho
Paiva, Marcelo Rubens, 1959-. Ainda estou aqui
Collective memory
Psychic trauma
Dictatorship

Área de concentração: Teoria e Crítica Literária

Titulação: Mestra em Teoria e História Literária

Banca examinadora:

Daniela Birman
Francisco Foot Hardman
Milena Mulatti Magri

Data de defesa: 29-01-2021

Programa de Pós-Graduação: Teoria e História Literária

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1352-3698>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7757204541779702>



BANCA EXAMINADORA:

Daniela Birman

Francisco Foot Hardman

Milena Mulatti Magri

**IEL/UNICAMP
2021**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

DEDICATÓRIA

Às vítimas: desaparecidas no passado e no presente.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Daniela Birman, que me abriu as portas da Unicamp. Suas orientações resultaram na construção desta dissertação;

Aos professores doutores Alfredo Cesar Barbosa Neto e Francisco Foot Hardman, pelas importantes contribuições a esta pesquisa. E à pesquisadora Dra. Milena Mulatti Magri.

Aos servidores da Unicamp;

Ao professor e escritor Dr. Weslei Roberto Candido, responsável por me inserir nas discussões sobre memória;

Ao escritor Marcelo Rubens Paiva, que, além de dividir suas memórias, respondeu a muitas das minhas indagações;

À minha mãe, Valdirene, por ter zelado pela manutenção dos meus estudos, desde o princípio. Obrigada, pelo incentivo. E ao meu pai, Marcos;

Ao meu irmão, Pedro, por dedicar seu tempo a tudo o que é importante para mim. À minha irmã, Ana, e à sua alegria;

Aos meus avós, Manuel e Tereza. Espero ter aproveitado aquilo que lhes foi negado: a educação;

Aos meus pais campineiros: Helena e Carlos;

Aos Praxedes: Rosângela e Walter, cujas conversas cotidianas foram grandes aprendizados;

Aos apegos que nem o tempo ou a distância alteram: Camila, Junia, Pedro Bianchini, Ju Romano, Nathália e Júlia Martelli;

Aos encontros propiciados pela Unicamp, especialmente ao Thiago; Pilar Bu, levarei seus versos comigo; Adriana e Mell Ferraz;

À Fernanda Scheluchuak, agradeço por compartilhar, da Unesp, essa trajetória comigo;

Ao Anthony, sua poesia me inspira;

Ao jornalista Camilo Vannuchi e ao historiador José Victor Lara;

Aos meus alunos do IFPR- Campus Avançado de Goioerê;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela outorga do processo nº 2018/17192-3, concedendo o apoio financeiro integral e tão necessário para que esta dissertação pudesse ser devidamente desenvolvida.

E, por fim, aos brasileiros que defendem a democracia e o acesso à educação pública.

RESUMO

Esta dissertação tece uma análise comparativa entre os livros de memória *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015), ambos de Marcelo Rubens Paiva. Embora tenham sido publicados com um intervalo temporal de mais de trinta anos, especula-se que eles podem ser lidos como uma duologia de memórias individuais e familiares dos Paiva, sobretudo no que toca ao desaparecimento de Rubens Paiva. Sequestrado pela Aeronáutica em 1971, seu “sumiço” foi abordado pelo filho-escritor desde sua estreia literária, como pano de fundo, já que sua autobiografia, *Feliz ano velho*, focaliza o acidente que o deixou tetraplégico. Ainda que não possa ser considerada uma obra de oposição, caso se estude suas circunstâncias de lançamento e sua primeira recepção, ela retrata o desamparo das vítimas indiretas do regime militar brasileiro (1964-1985) e, nesse sentido, pode ser colocada ao lado das demais narrativas do período. Por ser um trauma de difícil elaboração, o desaparecimento do seu pai acaba por retornar à produção do autor com *Ainda estou aqui*, publicado no ano seguinte à finalização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) e à denúncia do Ministério Público contra cinco ex-militares, envolvidos no caso Rubens Paiva, iniciativas que embasam seu discurso memorialista. Apesar disso, elas não conseguiram trazer o principal: a justiça (por meio do julgamento e da punição dos responsáveis pelos crimes cometidos) e a localização do corpo do ex-deputado. Impulsionado tanto pela perda das lembranças da mãe (acometida pelo Alzheimer) quanto pelo apagamento da memória da sociedade brasileira (sintomático no pedido saudosista de retorno à ditadura, identificado em manifestações públicas desde 2013), Paiva decide narrar o embate de sua família, e em especial de sua mãe, pelo esclarecimento da verdade sobre o assassinato do parlamentar. Com o esquecimento coletivo dos horrores do regime, ele lembra, prosseguem os apologismos à ditadura, a prática da tortura e os desaparecimentos forçados, que avançam em nosso presente.

Palavras-chave: Memória coletiva; Trauma psíquico; Ditadura; Marcelo Rubens Paiva; *Feliz ano velho*; *Ainda estou aqui*.

ABSTRACT

This dissertation analyses comparatively the books of memory *Feliz Ano Velho* (1982) and *Ainda Estou Aqui* (2015), both written by Marcelo Rubens Paiva. Although the second one was written thirty years after the first one, it is speculated that they can be read as a duology about Paiva's individual and family memories, especially with regard to the disappearance of Rubens Paiva. Kidnapped by the Air Force in 1971, his "disappearance" was approached by the son-writer since his literary debut; but as a background, due to the fact that his autobiography, *Feliz Ano Velho*, focuses on the accident which left him quadriplegic. Even though it cannot be considered an opposition book, when the circumstances of the launch and its first reception are considered; it portrays the helplessness of the indirect victims of the Brazilian Military Regime (1964-1985), therefore it can be placed alongside the other narratives of the period. As it is a difficult trauma to elaborate, his father's disappearance returns to the author's production, as in the case of *Ainda Estou Aqui*, published in the following year relative to the conclusion of the works of the National Truth Commission (2012-2014) and the complaint of the Public Prosecutor's Office against five soldiers, involved in the Rubens Paiva case, initiatives that support the memorialist speech. Despite this, they failed in the main point: doing justice (through trial and punishment of the responsables for the crimes committed) and the localization of the ex-deputy's body. Driven both by the loss of his mother's memory (affected by Alzheimer's disease) and the erasure of the Brazilian society's memory (explicit in nostalgic clamors for a return to the dictatorship, identified in public protests since 2013), Paiva decided to narrate the struggle of his family, especially of his mother, for clarifying the truth about the murder of a congressman. With the forgetfulness of the horrors of the regime, he reminds, the apologism to the dictatorship, the practice of torture and the forced disappearance continue, in our present.

Keywords: Collective memory; Psychic trauma; Dictatorship; Marcelo Rubens Paiva; *Feliz ano velho*; *Ainda estou aqui*.

RESUMEN

Esta disertación tiene por objeto presentar un análisis comparativo entre los libros de memoria: *Feliz ano velho* (1982) y *Ainda estou aqui* (2015); ambos de Marcelo Rubens Paiva. Aunque publicados con un intervalo superior a treinta años, se especula que pueden ser leídos como una duología. Ellas recogen tanto recuerdos individuales como familiares referidos especialmente a la desaparición de su padre, Rubens Paiva, secuestrado en 1971 por la Fuerza Aérea brasileña. A pesar de que en su autobiografía — *Feliz ano velho* — se dedica, más que nada, a relatar el accidente que lo dejó tetrapléjico; es dicha “desaparición” la que ha sido telón de fondo en su propuesta literaria. Si bien no puede considerarse una obra de oposición, especialmente debido a las circunstancias de su lanzamiento y primera recepción, retrata la indefensión de las víctimas indirectas del régimen militar brasileño (1964-1985). En este sentido, puede colocarse junto a otras narrativas de la época. Debido a que es un trauma difícil de elaborar, la “desaparición” del padre termina por volver a la producción literaria del autor en *Ainda estou aqui*; obra publicada un año después de finalizado el trabajo de la Comisión Nacional de la Verdad (2012-2014). En el mismo periodo la fiscalía esgrimió quejas sobre cinco ex militares involucrados en el caso de Rubens Paiva. Dicho contexto permeó la publicación de su discurso memorialista; aun cuando no existió justicia (materializable en el juicio y castigo de los responsables) ni verdad (expresable en la ubicación del cuerpo). Con todo, en *Ainda estou aqui*, Paiva mixtura el alzheimer de su madre con lo que identifica como un alzheimer colectivo en la sociedad brasileña (que en 2013 pidió volver a una dictadura en manifestaciones públicas). La pérdida de memoria emerge como figura central de la obra y motivación de la misma. Por medio de dicha narración, el autor, busca a) aclarar el asesinato de su padre; b) denunciar un fenómeno de “olvido colectivo” de los horrores del régimen y c) enfatizar que la ausencia de memoria es una forma de apología a la dictadura; haciendo que la tortura y desaparición forzada se practiquen aún hoy.

Palavras claves: Memoria colectiva; Trauma psíquico; Dictadura; Marcelo Rubens Paiva; *Feliz ano velho*; *Ainda estou aqui*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capas de *Feliz ano velho* (2015) e *Ainda estou aqui* (2015)

Figura 2 – Eunice Paiva abraça general Alberto Cardoso

Figura 3 – Símbolo da reconciliação

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1	Ato Institucional n. 1
AI-5	Ato Institucional n. 5
Alesp	Assembleia Legislativa de São Paulo
ALN	Aliança Libertadora Nacional
BNM	Brasil Nunca Mais
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CIE	Centro de Informações do Exército
CLADH	Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos
Colina	Comando de Libertação Nacional
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Deops-SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Funai	Fundação Nacional do Índio
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
MFPA	Movimento Feminino Pela Anistia
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPFRJ	Ministério Público Federal do Rio de Janeiro
ONU	Organização das Nações Unidas
Partidão	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
POC	Partido Operário Comunista
Polop	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PRT	<i>Partido Revolucionario de los trabajadores</i>

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Supremo Tribunal Judiciário
STM	Supremo Tribunal Militar
UPPs	Unidades de Polícia Pacificadora
VAR – P	Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DA DITADURA À LITERATURA **15**

CAPÍTULO 1. “A MUSA INSPIRADORA” DA LITERATURA PÓS-GOLPE **20**

1.1. AMNÉSIA OFICIALIZADA VS ANISTIA AOS LIVROS	25
1.2. A CRÍTICA LITERÁRIA DO PRIMEIRO <i>BOOM</i> DE PRODUÇÕES SOBRE A DITADURA MILITAR	30
1.3. DA UTI À ESTREIA NA LITERATURA	32
1.4. "NEM VIVO NEM MORTO"	41
1.5. UM ROSTO NO CARTAZ DE ANISTIA	44

CAPÍTULO 2. ESCRUTINAR O PASSADO: 2014 E UM RETORNO A 1964 **58**

2.1. NOVAS VOZES CANTAM UM MESMO PASSADO	58
2.2. UMA LEITURA COMPARATIVA: <i>FELIZ ANO VELHO</i> E <i>AINDA ESTOU AQUI</i>	71
2.2.1. MARCELO RUBENS PAIVA E O MERCADO EDITORIAL	71
2.2.2. ANTÍGONA À BRASILEIRA: A PROPOSTA DE LEITURA DE UMA DIALOGIA	72
2.2.3. UM DEPUTADO CASSADO	75
2.2.4. O SEQUESTRO	78
2.2.5. CORPO INSEPULTO E UM RITO FÚNEBRE SOLITÁRIO	81
2.2.6. O TESTEMUNHO DOS FILHOS: A VOZ NARRATIVA DO RETORNO AO EVENTO TRAUMÁTICO	84
2.2.7. A PRISÃO DE EUNICE PAIVA	87
2.2.8. AS PERGUNTAS E A LUTA DOS PAIVA	89
3. ATOS DE UM DESAPARECIMENTO	94
3.1. AS ARMAS DO ESTADO: UMA MIRADA À PERMANÊNCIA DO MILITARISMO	105
3.1.1. "COMO EM CÂMARA LENTA"	107

3.2. AS TESTEMUNHAS	108
3.2.1. AOS DOCUMENTOS	114
3.3 "VOCÊ SE LEMBRA DE MIM?" O APAGAR DO CORPO EM VIDA	118
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>124</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>129</u>
OBRAS DO ESCRITOR MARCELO RUBENS PAIVA	129
ENTREVISTAS E MATÉRIAS RELACIONADAS AO AUTOR E À FAMÍLIA PAIVA	127
BIBLIOGRAFIA GERAL	130
<u>ANEXOS</u>	<u>138</u>

Introdução: Da ditadura à literatura

A ditadura militar brasileira (1964-1985) foi à literatura. E, de 1964 até hoje, não se esgotaram as possibilidades de representação desse passado, seja nos textos em prosa ou em outras artes, a exemplo do cinema e do teatro. Ainda no ano do golpe, escritores abandonaram a “musa antropofágica” para dar lugar à violência militar instaurada pelas Forças Armadas no Brasil e em outros países do Cone Sul. Se, na primeira grande leva de edições, logo no pós-anistia (1979), ex-guerrilheiros almejavam passar a limpo seu passado de militância; no pós-ditadura, especialmente no marco dos cinquenta anos do golpe e da publicação das conclusões da Comissão Nacional da Verdade (2014), novos percursos narrativos foram perseguidos. Entre eles, destaca-se o lançamento de autores que têm, entre seus familiares próximos, militantes atingidos pela violência militar e buscam apurar o passado de engajamento político de seus parentes e suas circunstâncias de prisão, tortura e/ou morte.

Marcelo Rubens Paiva publica nesses dois diferentes cenários. Estreia na década de 80 com *Feliz ano velho* e lança *Ainda estou aqui*, em 2015. Cada um dos dois capítulos dessa dissertação é dedicado a um desses livros. No primeiro capítulo, em que se examina *Feliz ano velho*, objetivou-se compreender por que parte da crítica não acrescentou sua obra de estreia às demais narrativas lançadas na esteira do retorno dos exilados. As investigações desta dissertação, presentes em tal capítulo, indicaram que o texto, efetivamente, não pode ser compreendido como de oposição, por ter sido fruto de uma estratégia comercial e não ter repercutido politicamente. Aspectos que se afastam dos critérios que constituem uma obra de oposição, como definido nos estudos do historiador Flamarion Maués (2013, 2014).

Em contrapartida, defende-se que *Feliz ano velho* (1982) pode e deve ser integrado a corpora mais amplos, relativos às publicações sobre o regime militar no pós-anistia. Acredita-se, pois, que essa inclusão permitiria a percepção de novos olhares e outras experiências de sofrimento provocadas pela ditadura, incluindo-se, nesse caso, a visão retrospectiva do autor relativa ao desaparecimento forçado de seu pai, o deputado cassado Rubens Paiva. A valer, nesse livro o escritor não apenas narra a prisão e o sequestro de seu pai, uma década antes, como descreve seu desamparo e problematiza o posicionamento oficial do crime, repleto de contrassensos. Embora o desaparecimento do ex-deputado ocupe um segundo plano, sendo narrado brevemente e de forma fragmentária, visto que seu relato realça o acidente — o

mergulho malsucedido que deixou como sequela a tetraplegia — e o processo de recuperação, a importância da obra pode ser atestada por sua indicação, pela Comissão Nacional da Verdade, como fonte de consulta para a apuração do desaparecimento de Rubens Paiva. Além disso, para além do contexto ditatorial, Marcelo desvela outra conjuntura em voga durante os anos 80, a contracultura, responsável por influenciar não somente sua linguagem enquanto escritor, mas uma geração, “filha” de governos autoritários.

O desaparecimento de Rubens Paiva é um dos traumas acumulados na história da família. Trata-se, de fato, de uma perda de difícil elaboração, já que, além do enfrentamento do choque da violência sofrida pelo ente querido, os Paiva tiveram que lidar com as incertezas do seu paradeiro, das suas circunstâncias de morte e, por fim, com a privação do ritual de despedida, uma vez que os restos mortais do parlamentar não foram localizados. Nesse sentido, o tema torna-se central na produção do escritor. Além de aparecer em seus relatos de memória, os quais são objetos desta pesquisa (*Feliz ano velho e Ainda estou aqui*), também é retomado na ficção: em *Ua-brari* (1990) e *Não és tu, Brasil* (1996).

Como tratado no segundo capítulo, tal “repetição literária” coincide com três ensejos importantes do processo de documentação e pesquisa sobre o regime militar. Esses processos seriam os seguintes: *Brasil: nunca mais*, 1985; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995-) e Comissão Nacional da Verdade (2012-2014). Os dois primeiros momentos são abordados desde o capítulo um. Embora eles tenham se desdobrado após a estreia literária do escritor, foram fundamentais para o estabelecimento de uma narrativa destoante daquela divulgada pelo governo militar, a respeito do crime cometido contra o ex-deputado. Nesse bojo, o relato breve e fragmentário do escritor, redigido no seu primeiro livro, foi corroborado e amplamente complementado por tais investigações.

Além disso, em atenção às novidades apresentadas nas duas primeiras iniciativas, Marcelo Rubens Paiva faz uma varredura arquivística acerca do desaparecimento de seu pai, inclusive nos Estados Unidos, e, como resultado de suas pesquisas, lança *Não és tu, Brasil* (1996). Como o corpo de Rubens Paiva não pôde ser sepultado e os militares (ainda vivos) seguem impunes, de tempos em tempos, o desaparecimento do pai é recordado, seja pela chave da memória ou da ficção.

Em 2014, essa história adquiriu novos contornos, porque as circunstâncias de morte foram quase esclarecidas, ainda que algumas perguntas permaneçam sem resposta, como o destino do corpo do parlamentar. No ano definido pelo imperativo “recordai-vos”, como apresentado no segundo capítulo, o caso Rubens Paiva teve avanços históricos e seu desaparecimento pôde ser investigado com seriedade. Tanto pela Comissão Nacional da

Verdade quanto pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, que denunciaram cinco ex-militares envolvidos na morte e/ou ocultação do corpo do deputado.

Nessa seara, alguns depoimentos foram centrais: o dos ex-presos políticos Cecília Viveiros de Castro; Marilene Corona Franco; Edson de Medeiros; e de alguns militares que, apesar dos interditos, propõem-se a falar, caso do ex-coronel Paulo Malhães, assassinado em circunstâncias obscuras.

Ainda em 2014, cinco militares foram denunciados e expostos como violadores de direitos humanos, réus acusados de quatro crimes: 1) homicídio doloso qualificado; 2) ocultação de cadáver; 3) fraude processual e 4) quadrilha armada. Mas, outra vez, os militares foram protegidos pela anistia; ora pelo STF (Supremo Tribunal Federal), ora pelo STJ (Supremo Tribunal de Justiça).

No ano seguinte, para tratar de uma “Antígona à brasileira”, como discutido no capítulo dois, Marcelo Rubens Paiva lança *Ainda estou aqui* (2015). Este livro, como defendido, pode ser lido como integrante de uma duologia de memórias, composta também por *Feliz ano velho*. Publicado mais de trinta anos depois do primeiro, o autor destrincha nele suas lembranças sobre as circunstâncias de sequestro do pai, em janeiro de 1971. E acrescenta ao texto narrativas de ordem diversa, da época de desaparecimento de Rubens Paiva, tais como: os pareceres de diferentes instituições do governo, acerca do seu paradeiro, e manchetes publicadas em jornais de distintas posições políticas. Além de depoimentos das principais testemunhas do caso. Essa documentação é articulada às descobertas mais recentes, que emergiram desde 2012, ano que marcou o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Como o levantamento documental realizado ao longo dos anos foi central para o esclarecimento das lacunas relativas à prisão e ao assassinato de Rubens Paiva; esta pesquisa, além de se pautar nas memórias do escritor e nas provas divulgadas por ele, levantou alguns registros produzidos pelos próprios militares e pela diplomacia estadunidense, revelando que o deputado já era espionado antes mesmo do golpe. E que a família Paiva seguiu sendo vigiada até o final da década de 90, em plena democracia.

Em *Ainda estou aqui* (2015), o narrador autodiegético faz de seus pais, Rubens e Eunice, os personagens centrais da obra. Diferentemente do primeiro livro da duologia, neste, o desaparecimento do pai é retirado do segundo plano e é esmiuçado de modo incansável pelo autor, que explora das contradições dos posicionamentos oficiais até a construção do esclarecimento elaborado pelo MP, quando se deu a denúncia contra os ex-militares, em 2014.

Dessa maneira, como pontuado no segundo capítulo, Paiva se afasta do relato autobiográfico de sua estreia e faz da narrativa uma biografia de Eunice Paiva, sua mãe. A viúva de Rubens Paiva fez de sua vida uma luta, em prol da localização do marido e da defesa dos povos originários; tornando-se, assim, a protagonista do segundo livro de memórias do filho-escritor. Logo ela, que combateu o esquecimento de uma sociedade e que, mesmo após ter sido alçada a “símbolo da reconciliação”, não deixava de recordar a necessidade de devolver os corpos e punir os responsáveis, perdia suas lembranças. Impelido por essa ausência da mãe (em vida), doente de Alzheimer, e pelo apagamento da memória dos brasileiros, saudosistas do regime e do AI-5, ele resgata o embate dos Paiva, em busca do pai desaparecido.

Para tratar, então, das questões ora expostas, frisa-se que esta pesquisa foi dividida em dois capítulos: “‘A musa inspiradora’ da literatura pós-golpe” e “Escrutinar o passado: 2014 e um retorno a 1964”. No primeiro, apresenta-se o cenário da produção literária no pós-golpe, até a restauração do mercado editorial, como consequência da reorganização de movimentos sociais, e impressões de livros de livro de oposição, como avalia Maués (2013, 2014); o que foi firmado com o retorno dos exilados (em decorrência da anistia).

É nesse momento que *Feliz ano velho* (1982) é lançado pela Brasiliense e atinge um enorme sucesso de vendas, mas não como literatura de oposição. Como o acidente ocupa um ponto central na narrativa, uma seção é dedicada à análise da tragédia que conduziu Paiva à literatura. Inicialmente, apenas se pincela, neste trabalho, a questão do desaparecimento do pai, aspecto pouco levantado na estreia de Paiva. Esse assunto é outra vez retomado ao se examinar *Ainda estou aqui*, bem como seu contexto de lançamento e recepção.

No capítulo final, abordou-se o “desenlace” do caso Rubens Paiva, incorporado por Marcelo Rubens Paiva em *Ainda estou aqui* (2015), impulsionado pelas descobertas quanto ao “sumiço” do pai. Mais de quarenta anos após o sequestro do deputado cassado, a família vislumbrou um desfecho para uma morte que, contudo, não acabou, já que o corpo nunca foi encontrado e a impunidade prevaleceu; questões debatidas no decorrer do capítulo. Apesar disso, torna-se possível recriar, literariamente, a sessão de tortura de Rubens Paiva, que morreu repetindo seu nome, nas salas de tortura do DOI.

Também se comparou a duologia de memórias do escritor: *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015). Como o primeiro contém um embrião do segundo, puderam ser lidos sob tal perspectiva, visto que, no mais recente, Paiva amplia a perspectiva do leitor a respeito de fatos narrados anteriormente, em sua estreia, e apresenta mais um capítulo da luta da família, em torno de uma morte sem fim, assinala o próprio memorialista. Como ainda são muitas as heranças deixadas pelo governo militar, uma vez que não foi sequer revista a Lei de Anistia,

responsável por proteger, ao menos juridicamente, os militares envolvidos em crimes diversos, os objetos desta pesquisa recuperam o horror dos porões da tortura. E combatem o esquecimento da memória coletiva da ditadura, inclusive, para denunciar que, sob custódia das forças de segurança pública, pessoas seguem desaparecendo.

Capítulo 1. “A musa inspiradora” da literatura pós-golpe

Aquela campanha lembra um refluxo para o

passado.

E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo.

Euclides da Cunha

Nesta nossa pequena tanatocracia existe a mais absoluta liberdade de pensamento e palavra, coisa hoje em dia rara na América Latina.

Erico Verissimo

A emblemática frase que abre o *Manifesto Antropófago* (1928/1976), de Oswald de Andrade, “A ANTROPOFAGIA nos une”, adquiriu novos contornos depois de março de 1964, sobretudo a partir de dezembro de 68, momento em que os brasileiros passaram a ser “devorados” pela violência militar — com a aprovação o Ato Institucional de nº.5. Como cita o crítico literário Silviano Santiago (2002, p. 14), diante dessa truculência “seria ingênuo acreditar que o modelo ficcional proposto pelos modernistas (...) ainda fosse válido”.

Neste capítulo, versa-se sobre a literatura brasileira pós-64, na qual a “musa” dos escritores era a própria violência ditatorial. Desse modo, observa-se a formação de um novo projeto literário, marcado pelo anseio de representar o processo autoritário na América Latina e registrar não somente as perdas e as derrotas, mas os traumas históricos e individuais produzidos pela ditadura no Brasil (1964-1985). Escritores de outros países latino-americanos, como Argentina, Chile e Uruguai, os quais atravessaram regimes militares, também decidiram representar literariamente o período. Em vista disso, apresenta-se, nesta e na próxima seção, as diferentes respostas de enfrentamento e resistência ao governo autoritário, elaboradas pelos escritores e pelas editoras de oposição brasileiras, em seus distintos períodos, entre os anos de 1964 e 1985.

Depois da derrocada do governo de João Goulart, a literatura brasileira articulou uma crítica ferrenha ao autoritarismo, em especial ao empregado pelas Forças Armadas no Cone Sul, “[...] em teses que se camuflam pelas leis de segurança nacional” (SANTIAGO, 2002, p. 14). Nesse bojo, a literatura pós-golpe tematizava a violência executada pelo Estado nos regimes ditatoriais latino-americanos (inclusive do Brasil), pois havia a pretensão de “despertar” a sociedade, a qual apoiara a ascensão dos militares ao poder. A arte em geral, bem como os partidos de esquerda, também se organizava frente à suspensão de direitos políticos e à regulamentação dos atos institucionais; um instrumento jurídico que violava princípios democráticos, e antes assegurados pela lei, autorizando a perseguição política.

Em tal cenário repressivo, surgiu um novo projeto literário, no qual se tornou possível, em alguma medida, representar a violência dos governos golpistas e denunciar a perda de direitos, assim como a atuação dos mecanismos de repressão. Dessa forma, dava-se voz aos que desejavam manifestar seus anseios políticos, embora o bramido cultural aniquilasse o “corpo do artista” (SANTIAGO, 2002, p. 25).

Com efeito, segundo o historiador Flamarion Maués (2014, p. 91), desde logo os militares já ansiavam “cercear a liberdade de expressão, não só por meio da censura à imprensa”, mas também aos livros e às editoras que questionassem a legitimidade do poder. Isso, porém, não impossibilitou a manifestação de descontentamento via publicações ou passeatas de protesto.¹

Embora houvesse a pretensão de conscientizar a população quanto à ilegitimidade do governo posto, a sociedade permanecia alheia a essas reivindicações. É importante ilustrar o papel desempenhado pela cultura de massa (sobretudo a TV), que mantinha os telespectadores distantes das questões políticas do país e, assim, atuavam como grandes aliados do regime. A crítica literária Flora Süssekind (1985, p. 14-15) destaca que: “[...] deixava-se a intelectualidade bradar denúncias e protestos, mas os seus possíveis telespectadores tinham sido roubados pela televisão (...) a arte de protesto falava, no vazio”.

Essa aproximação com os militares permitia que tais empresas desfrutassem de privilégios. A Rede Globo, por exemplo, consolidou-se logo após a tomada de poder pelas Forças Armadas. Poucos anos depois de sua fundação, já fazia grandes coberturas nacionais e passou a estar entre as de maiores redes televisivas do mundo, devido ao investimento de capital estrangeiro na emissora — mesmo sendo crime.² Nesse sentido, nota-se que a história da TV brasileira se confunde com os longos anos de ditadura militar no Brasil. Também é importante frisar que, até os dias atuais, a Globo exerce grande poder de influência sobre a sociedade brasileira, sendo uma das líderes de audiência de canais abertos.

A sustentação do dia que durou 21 anos³, portanto, só foi possível graças à implantação de mecanismos autoritários e de controle legitimados por setores e instituições que apoiavam o governo. Areladas a isso, mencionam-se as políticas que “maquiavam” a repressão, como o

¹ A princípio, essas manifestações eram toleradas pelo governo, desde que não estabelecessem vínculos com os estratos sociais mais marginalizados. Com o avanço das mobilizações, que contavam com a presença de diferentes setores da sociedade civil, em 1968, foi decretado o AI-5. Cf. SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

² Cf. MEMÓRIAS DA DITADURA. *Eventos marcantes da TV durante a ditadura*. Memórias da Ditadura [online]. [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/eventos-marcantes-da-tv-durante-ditadura/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

³ Alusão ao documentário *O dia que durou 21 anos* (2013), dirigido por Camilo Tavares.

funcionamento do Congresso, as quais asseguravam o poder de atuação do Exército e encobriam a inconstitucionalidade do governo. Caso semelhante ao da ditadura paraguaia.

Os mais de vinte anos de controle militar foram marcados pela reestruturação do regime. Nesse passo, em consequência da formação de uma “faixa politicamente radical” no âmago da classe média (SÜSSEKIND, 1985, p. 16), que organizava ações armadas em resposta à atuação dos militares, foi decretado o Ato Institucional nº. 5, o qual intensificou a repressão política do governo, publicado em dezembro de 1968.

Comandava-se por meio da censura e da truculência autorizada, conviviam-se com “[...] a presença de um censor ao lado da máquina de escrever. Uma espécie de Fleury das letras acompanha de perto a produção literária dos nos 70” (SÜSSEKIND, 1985, p. 18). Essa política de controle maciço impactou a produção cultural e implicou no desterro voluntário ou forçado de muitos intelectuais brasileiros.

O “golpe dentro do golpe” não impediu que os escritores continuassem a manifestar seu inconformismo. Essa conturbada conjuntura exigiu, contudo, a formulação de uma nova abordagem literária capaz de abranger o “inarrável” dessas experiências de violência e, ao mesmo tempo, driblar os censores. Por isso, exploravam os recursos gramaticas da língua portuguesa e empregavam escapismos, no fazer literário, que se tornaram recursos ainda mais profícuos naquele cenário.

Nesse contexto, a cultura dava sua resposta insurgente. Muitos livros cunhados como de oposição, “obras de parlamentares (...), depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos” (MAUÉS, 2014, p. 91) denunciavam a tortura, a situação dos presos políticos e dos exilados, enquanto cobravam anistia.

Como o regime visava a abafar as vozes discordantes, mais de quinhentos livros foram proibidos pelo governo Geisel entre 1974-1978 (SILVA, 1989). Embora o número seja expressivo, a literatura era menos visada que outras produções culturais, por uma série de razões, entre elas o analfabetismo (MAUÉS, 2013).

Nessa conjuntura, como outras expressões artísticas eram alvo de restrições mais consideráveis, a exemplo das peças teatrais e músicas, os romances representavam uma possibilidade de denúncia ainda mais urgente. Diante desses vetos, a crítica literária Tânia Pellegrini (1996) sinaliza que as próprias organizações de resistência precisaram se readequar quanto ao trânsito das obras impedidas de circular, por serem consideradas amorais ou subversivas. Assim, cabia às células dos partidos a criação de um acervo clandestino.

Como exemplo, pode-se citar a postura assumida por Zuzu Angel. Antes do recolhimento de *Dos governos militares. 1969-1974*, em que o autor Hélio Dantas denunciava

o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel, a estilista distribuiu alguns exemplares que havia comprado (MAUÉS, 2011; FIGUEIREDO, 2017). Embora não se tenha tido acesso ao número exato de exemplares por ela adquiridos, seu enfrentamento contra as Forças Armadas merece destaque. Realça-se que Zuzu Angel não foi apenas vítima indireta do Estado, por conta do assassinato de seu filho, pois foi morta, posteriormente, em abril de 1976 — depois de um capotamento provocado pelo Exército.

Também a fim de delinear uma possibilidade de circulação de sua obra, o escritor Rubem Fonseca, que a princípio apoiou o golpe, chegou a processar o governo brasileiro. A pretensão do autor era ter acesso às razões da proibição de *Feliz Ano Novo*, livro de contos publicado em 1975; e na falta delas, retomar as vendas do texto. O processo contou com perícias realizadas pelo crítico Afrânio Coutinho (indicado pela União). Contudo, a circulação de *Feliz Ano Novo* não foi autorizada. O judiciário estava a serviço dos militares e se posicionava de forma arbitrária ao publicar suas decisões (SILVA, 1989).

Muitos autores foram vítimas das truculências estatais, tendo sido presos, torturados ou exilados. Alguns escreviam clandestinamente na prisão, como Renato Tapajós e Hamilton Pereira da Silva. Para que o material produzido nas celas não se perdesse, esses escritores precisaram contornar a censura às cartas e às revistas feitas aos visitantes, a fim de criar táticas para que os manuscritos pudessem ganhar uma liberdade provisória: atravessar os muros da cadeia. Tratava-se de uma liberdade provisória, porque mesmo quando publicados, os livros ainda estavam sob o crivo do censor e poderiam ser retirados de circulação.

De fato, *Em câmera lenta*, publicado em 1977, foi escrito na década de 70 dentro do Presídio Tiradentes, no qual Renato Tapajós foi mantido preso por integrar uma organização de esquerda. Uma cópia de seu manuscrito era retirada gradualmente pelos seus visitantes (CURY e PEREIRA, 2018). Quando publicado, o livro foi recolhido e o autor novamente preso.

Já *Poemas do povo da noite* foi esboçado durante as prisões políticas de Hamilton Pereira da Silva, nos anos 70. A primeira tentativa de entregar seus poemas foi frustrada: os versos se perdiam ao passarem pela censura. Por essa razão, Hamilton passou a “anexá-los” no corpo da carta, alegando ser de autoria de Pedro Tierra — a partir daí, aderiu a esse pseudônimo. Em outro momento, eram conservados em tubos de caneta (MAUÉS, 2005).

Em 1978, o livro foi publicado na Espanha em uma impressão editorial mais elaborada, que reunia, na íntegra, os poemas — diferentemente da edição improvisada que circulava no Brasil há alguns anos. Essa publicação recebeu menção honrosa em Cuba e adquiriu projeção na Europa. Foi após essa visibilidade no exterior que, em 1979, o livro apareceu no mercado editorial brasileiro, na efervescência da abertura política (MAUÉS, 2005).

Outros ex-presos políticos, quando soltos, também tematizaram suas experiências na militância e/ou na prisão. Assinam-se, como exemplo, os seguintes nomes: Frei Betto, autor de *Cartas da prisão* (1972-1973) e *Das catacumbas* (1978), e Antônio Callado, que escreveu *Quarup e Reflexos do baile*, ambos em 1967; *Bar Don Juan* (1971), e *Sempreviva* (1981) (FIGUEIREDO, 2017).

Até mesmo o escritor Erico Verissimo, constantemente criticado por sua postura liberal, posiciona-se em *Incidente em Antares* (1971), no qual cria uma alegoria ao período histórico do país. Com efeito, de acordo com Pellegrini (1996, p. 81), o autor “se insurge, colocando na praça os mortos que já nada podem temer”. Para tanto, ele recorre ao fantástico, concedendo voz aos mortos insepultos: à espera do jazigo, são responsáveis por denunciar as violações cometidas pelo Estado.

No romance, frente à manifestação dos cadáveres, os governantes criam a chamada “Operação Borracha”, cuja pretensão era apagar a memória, a fim de enterrar os mortos e o próprio incidente. Com a publicação da anistia, em 1979, o Estado brasileiro adotou o mesmo mecanismo de apagamento visto na “Operação Borracha”, executado na cidade fictícia de Antares.

De fato, os militares firmaram um pacto de esquecimento coletivo, com a finalidade de não serem responsabilizados pela violência sistemática contra militantes políticos. Em linhas gerais, este apagamento se inscreveu na história do país, porque o Exército se apropriou de uma reivindicação popular para se proteger. Com isso, o texto deu brechas para uma interpretação que, até os dias de hoje, também anistiou os violadores.

Porém, são os corpos dos desaparecidos políticos, insepultos e não localizados, que recordam a violência ditatorial, pois permanecem “assombrando” os vivos e denunciam a truculência empregada no regime militar. No romance de Verissimo, um dos cadáveres que vai à praça é o de João Paz, morto sob tortura; sua esposa, a gestante Rita Paz, também é torturada durante o interrogatório policial. Personagens que remontam, a valer, a perseguição e as violações contra dissidentes políticos.

Como constata Pellegrini (1996), ao examinar o incidente literário criado por Verissimo, embora seja justa a reivindicação dos mortos sem sepultura, são os vivos que possuem poder de influência e se organizam em prol do esquecimento. Caso que se assemelha à situação dos desaparecidos políticos, que permanecem “reféns” de seus algozes, impunes, que impedem a localização dos restos mortais das vítimas. Ainda é importante destacar que, frente às adversidades e perseguições instauradas pelos militares, os escritores não acuraram diante do projeto político autoritário e mantiveram um tom de denúncia e indignação, em um espaço no

qual ainda era possível se posicionar. Também é nele que se recorda das vítimas.

1.1. Amnésia oficializada vs. anistia aos livros

A ascensão dos militares ao poder, no golpe de Estado de 1964, acarretou mudanças estruturais e econômicas no mercado editorial, a exemplo da considerável modernização das empresas do setor. Tal avanço aconteceu em virtude dos benefícios cedidos pelo governo.⁴

As vantagens abrangiam exclusivamente as empresas aliadas ao governo, como a Editora Abril, a qual produziu livros didáticos para o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) — projeto de alfabetização, tecnicista, criado pelos militares. Nesse contexto, pequenas empresas foram afetadas e, muitas vezes, sofreram perseguições políticas. Com as facilidades concedidas às grandes editoras colaboradoras, responsáveis por difundirem materiais conservadores, o Brasil liderou, contraditoriamente, a produção de livros na América Latina durante a década de 1970.⁵ Esse caráter contraditório se deve ao fato de que as publicações eram censuradas de forma massiva.

Süssekind (1985) definiu essa atuação do governo como uma espécie de mecenato, considerando que havia a intenção de ditar o itinerário da cultura e cercear o pensamento crítico. O financiamento da produção artística direcionada somente aos apoiadores do regime revela a seletividade dos agentes de Estado e, conseqüente, sua arbitrariedade (presente em diversos setores). Também situa as condições limitadoras estabelecidas contra os pensadores que se opunham ao governo.

Apesar disso, ao longo dos mais de 20 anos de ditadura militar no Brasil (1964-1985), os agentes de Estado enfrentaram alguns momentos de desestabilização no governo e de maior mobilização popular. Caso da grave crise política e econômica atravessada pelo governo Geisel (1974-1979), aprofundada com o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975. Três anos depois, o Estado foi responsabilizado por crimes relacionados a morte de Herzog, mas isso não garantiu punição aos envolvidos⁶. Por isso, em 2017, a Corte Interamericana de Direitos Humanos

⁴ Cf. MEMÓRIAS DA DITADURA *Livros sob censura*. Memórias da Ditadura [online]. [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/eventos-marcantes-da-tv-durante-ditadura/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

⁵ Idem.

⁶ Cf. MEMÓRIAS DA DITADURA. *Vladimir Herzog*. Memórias da Ditadura [online]. [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/>. Acesso em: 08 ago. 2019.

condenou o Brasil, por não investigar, tampouco punir os culpados⁷. Ainda assim, a inércia estatal permaneceu.

A repercussão da morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em 1976, impulsionou a retomada de grandes manifestações populares e o registro da primeira greve dos trabalhadores do ABC paulista, comandada pelo líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva⁸. Isso culminou em certo recuo do aparato repressivo no final da década de 1970, período caracterizado pela abertura “lenta, gradual e segura”.

Na tentativa de amenizar a crise instaurada, João Figueiredo (1979-1985), o sucessor de Geisel, retomou o processo de abertura e possibilitou a minimização da intolerância no campo da censura e o fomento à produção editorial (MAUÉS, 2014). Essas iniciativas estimularam a indústria dos livros e a produção da chamada literatura de oposição, como cunha Maués (2011, 2013, 2014). Ele também explica:

Ocorreu, então, a partir de meados da década de 70, um movimento editorial e cultural marcado pela revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo civil-militar iniciado em 1964. Editoras já estabelecidas (...) retomaram uma atuação política mais acentuada, editando livros que tratavam de temas que colocavam em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964, ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo. Ao mesmo tempo, novas editoras surgiram com o projeto de publicar livros com claro caráter político (MAUÉS, 2014, p. 92).

De acordo com o historiador, a marca em comum dessas editoras era a linha “oposicionista”, com explícita função política e ideológica. No entanto, nem todas mantinham relações com organizações de resistência. As editoras que possuíam vínculos com grupos políticos seriam as “de oposição *engajadas*, formando um subgrupo dentro do conjunto mais amplo das (...) de oposição” (MAUÉS, 2014, p. 92).

Conforme sublinha o autor, “essas editoras — e seus editores — atuaram com clara intenção política de intervenção social, tornando-se sujeitos ativos no processo político brasileiro” (MAUÉS, 2014, p. 93). Naquela conjuntura, ele considera que uma obra com tais características não poderia ser entendida como mera mercadoria editorial.

Para analisá-las, Maués (2014) traçou a trajetória de atuação das onze editoras que mais se destacaram: Alfa-Ômega; Brasiliense; Civilização Brasileira; Codecri; Duas Cidades; Global; L&PM; Marco Zero; Paz e Terra; Vozes e Zahar Editores. Entretanto, ele alega que até

⁷ Cf. EFE, Brasil é condenado por não investigar assassinato e tortura de Vladimir Herzog. *El País*, San José, 5 jul 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/04/politica/1530734238_207748.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

⁸ Cf. TAQUARI, Carlos. *Tiranos&tiranetes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

a década de 80, havia ao menos 40 editoras caracterizadas com esse perfil. Entre as editoras expostas por Maués (2014), comentam-se apenas cinco delas, nesta seção, a fim de exemplificar a contribuição histórica da produção editorial desses grupos.

A editora Alfa-Ômega, por exemplo, sobressaiu-se pelo seu vasto catálogo de publicações de oposição, o qual continha obras como o livro-reportagem *A ilha* (1976), de Fernando Morais — o primeiro a alcançar sucesso expressivo de vendas — e *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós (MAUÉS, 2014).

Já a Editora Brasiliense publicou livros e revistas com ideologia de esquerda desde a sua fundação, na década de 40, e pode ser apontada como a casa editorial de maior evidência entre 1970 e 1980. É considerada muito atuante no plano político devido também a “iniciativas envolvendo seus autores, como lançamentos de livros em praça pública” (MAUÉS, 2014, p. 96).

Quanto à Civilização Brasileira, foi tida como uma das “mais conceituadas e representativas (...), principalmente enquanto esteve sob a direção de Ênio Silveira, militante do PCB⁹ e um dos mais importantes editores do país” (MAUÉS, 2014, p. 96). Esta imprimiu nomes canônicos de literatura estrangeira, por vezes traduções inéditas no Brasil, e inúmeros títulos no âmbito das ciências humanas. Consoante ao historiador, por sua atuação,

Sofreu perseguições por parte do governo civil-militar nos anos 1960 e 1970, que levaram à quebra da editora e à sua venda. Publicou no início dos anos 1960 os lendários *Cadernos do Povo Brasileiro* e, após o golpe de 1964, a *Revista Civilização Brasileira*, retomada no final dos anos 1970 como *Encontros com a Civilização Brasileira* (MAUÉS, 2014, p. 96).

A Duas Cidades, editora e livraria, foi inaugurada em 1954 pelo frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz (José Petronilo de Santa Cruz) com o projeto de divulgar livros católicos. Frente à colaboração de frades, da mesma ordem de Benevenuto, à ALN, comandada por Carlos Marighella, a livraria passou a importar edições estrangeiras e a ser um ponto de encontros para debates políticos (MAUÉS, 2014).

O autor examina ainda o percurso da Paz e Terra, criada por Ênio Silveira — dono de outra editora, a Civilização Brasileira. Ela difundiu textos da Teologia da Libertação, especificamente a partir de 1975, momento em que foi comprada por Fernando Gasparin e “passou a ser uma das mais importantes editoras de livros políticos de oposição do país (...) ligada a setores da oposição nacionalista e liberal ao regime civil-militar atuantes no MDB¹⁰”

⁹ Partido Comunista Brasileiro.

¹⁰ Movimento Democrático Brasileiro.

(MAUÉS, 2014, p.99).

Na sequência do processo de revitalização do mercado editorial, de empresas cujos catálogos dispunham de um compromisso político, inaugurava-se a campanha pela anistia, “ampla e irrestrita”. Manifestações e encontros para discutir tal pauta eram organizados no Brasil e no exterior, pelos exilados. As denúncias de tortura, assassinato e desaparecimento forçado foram sistematizadas pelo movimento, que também se constituiu como um espaço de acolhida aos familiares das vítimas, os quais podiam compartilhar a dor das perdas.

Essa luta foi transposta à literatura, especialmente entre 1977 e 1978, por conta do retorno dos movimentos estudantil e sindical, que deram novos estímulos à luta pela democracia (MAUÉS, 2011, 2014).

Efetivamente, a nova fase política (de abertura) e a cobrança da sociedade brasileira resultaram na concessão da anistia, marco histórico do ano de 1979. Isso permitiu que o mercado editorial deslanchasse, época em que se inscreveu o *boom* de edições de obras de denúncia contra o regime, redigidas, sobretudo, por ex-militantes. Nesta pesquisa, entende-se esse processo como “anistia literária”¹¹, pois a decretada pelo governo Figueiredo ficou conhecida como a lei da “amnésia oficial”.

A volta dos exilados à pátria, evento de grande comoção nacional, e a remobilização do mercado editorial não puderam garantir a punição aos violadores de direitos humanos. Isso ocorreu em razão de uma interpretação da lei que, ao anistiar os “crimes políticos ou conexos destes” (BRASIL, 1979, Art.1), “anistiou” também os responsáveis pelas graves violações averiguadas entre 1964 e 1985.

Além disso, por ter sido “conduzida e chancelada pelo próprio regime ditatorial” (SILVA FILHO, 2008, p.161), protegeu as Forças Armadas e atendeu parcialmente as reivindicações da campanha em prol da anistia. O escritor e ex-guerrilheiro Herbert Daniel, por exemplo, voltou ao Brasil somente em 1981, pois os envolvidos em ações com vítimas fatais foram segregados da lei.¹²

Em *Livros na campanha pela anistia*, Maués (2011, p. 263) expõe um levantamento “preliminar” e “incompleto” de obras lançadas entre 1975, período em que se dá a criação do

¹¹A ideia de “anistia literária” se distancia da noção formulada por Silva (1989, p. 22), pois o crítico utilizou a expressão para definir o período de distensão política, do governo Geisel, no qual houve uma liberação de obras, até então censuradas. Segundo ele, os livros foram perdoados. Neste trabalho, defende-se que não se trata de perdão, não havia razão para se desculpar. Aqui, então, compreende-se que a “anistia literária” define melhor o período pós-79, em que a lei possibilitou uma avalanche de publicações de oposição, enquanto a “amnésia oficial” tentava abafar as denúncias que vieram à tona.

¹² Cf. GREEN, James. *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Tradução de Marília Sette Câmara. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), e 1979, marco da promulgação da Lei de Anistia.

Nesse levantamento, listam-se 38 obras, entre as quais: *Inventário de cicatrizes* (1978), de Alex Polari; *Memórias do exílio: Brasil 1964-19??* (1978), sob coordenação de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos; *Confesso que peguei em armas* (1979), de Pinheiro Salles; *Desaparecidos políticos, prisões, sequestros, assassinatos: artigos, entrevistas, documentos e reportagens* (1979), organizado por Reinado Cabral e Ronaldo Lapa; *Milagre brasileiro* (1979), de Augusto Boal; *Nas profundezas do inferno* (1979), de Artur Poerner e *Querida família* (1979), de Flávia Schilling (MAUÉS, 2011).

Das 38 obras elencadas por Maués (2011), 18 foram publicadas em 1979. Esse dado demonstra que os novos ares políticos — ainda que o Brasil vivesse sob o mesmo regime — deram fôlego aos escritores, que puderam sair da clausura da clandestinidade, assim como ao mercado editorial.

Esses lançamentos interessavam o público leitor, tanto que alguns livros atingiram grande sucesso de vendas (SÜSSEKIND, 1985; MAUÉS, 2014). Seriam os casos de *O que é isso, companheiro?*, escrito por Fernando Gabeira, e *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis. Segundo Maués (2014, p. 93):

Alguns livros de oposição tiveram ótimos resultados comerciais, ou seja, tornaram-se, em alguns casos, verdadeiros *best-sellers*, em outros, alcançaram bom nível de vendas no quadro do mercado brasileiro, o que pode ser um bom parâmetro para atestar a repercussão do trabalho das editoras que os publicaram. Constatamos que muitos deles aparecem nas listas de livros mais vendidos, principalmente entre os anos 1978 e 1980.

O primeiro *boom* de impressões de oposição pode ser localizado, conforme os estudos de Maués (2011, 2013, 2014), entre 1975 e 1984. É importante salientar que “clássicos” livros de memória, de grande sucesso de vendas, continuaram a ser reeditados até o final do século. Nesse intervalo analítico, *Feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva, não é mencionado pelo historiador, mesmo que outros sete livros lançados no mesmo ano (1982) e pela mesma editora (Brasiliense), sejam por ele citados, como *Um socialismo a inventar*, de Lucio Lombardo Radice e *A estratégia de recusa (Análise das greves de maio/78)*, de Amnéris Maroni.

1.2. A crítica literária do primeiro *boom* de produções sobre a ditadura militar

Desde a saída dos militares do poder, a crítica literária passou a analisar a resposta literária frente à repressão política. Em uma das seções de *Literatura e vida literária*, Sússekind

(1985) investiga a censura à literatura durante as duas décadas de governo autoritário. Segundo ela, livros que alcançaram sucesso expressivo de vendas são aqueles que chama de “literatura-verdade”.

Entre os citados, que se enquadram em subcategorias da “literatura-verdade”, realçam-se: “[...] a prosa alegórica (...) do *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo (sic) (...) textos confessionais como *Feliz ano velho, Com licença, eu vou à luta ou Tanto faz*”(sic). Nomes como os dos ex-militantes Alex Polari e Fernando Gabeira também são incluídos em outra subdivisão da autora, a dos “depoimentos políticos-bibliográficos” (SÜSSEKIND, 1985, p. 10).

As ponderações feitas por Sússekind (1985) indicam que ela atribuiu a *Feliz ano velho* destaque na categoria, em uma análise que objetiva compreender a estética literária do período. Para isso, ela não desconsidera as autobiografias de jovens escritores que abordam a sua geração, caso de Marcelo Rubens Paiva e de Eliane Maciel, a qual publica *Com licença, eu vou à luta: é ilegal ser menor?* (1983), aos 16 anos. Maciel foi descoberta pelo escritor e ex-guerrilheiro Herbert Daniel, alcunhado de o “último exilado”. Ele fora contratado pela editora Codecri, ao retornar ao Brasil, para ler manuscritos e produzir resenhas de livros com potencial de publicação: um deles, era a autobiografia da “rebelde” Eliana Maciel, a qual narra a realidade dos “filhos da ditadura” (GREEN, 2018, p. 258-259).¹³

Mais tarde, em *O espaço da dor*, a crítica literária Regina Dalcastagnè (1996) faz breve menção a *Feliz ano velho*. Uma das chaves de sua análise da literatura sobre o regime militar é aquela das “casas”, cenário de três textos de memória, também de grande sucesso: *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles; *A voz submersa*, de Salim Miguel; e *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado. É nesse ambiente, observado nos romances em questão, que os familiares das vítimas se deparam com a “cama vazia, do quarto desabitado”, deixados pela ausência do ente morto/desaparecido (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 113).

Em comentário à parte, no rodapé, a autora faz uma observação crítica sobre *Feliz ano velho*. Pontua que Marcelo Rubens Paiva “relatou, de dentro, a partir do ponto de vista do filho, os horrores enfrentados pela família de um ‘desaparecido’” (DALCASTAGNÈ, 1996, p. 113). Nesse caso, pela ótica de filho de desaparecido, as lembranças situadas no núcleo privado da família Paiva mostram o hiato colocado às vítimas do regime militar. Na mesma nota, ainda

¹³ A autora ocupou a lista dos títulos mais vendidos de 1983, ao lado de *Feliz ano velho*. Cf. PAZ, Eliane Hatherly. Best-sellers da Redemocratização: os livros mais vendidos entre 1974 e 1985. In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2012, Belém. *Anais eletrônicos Fluxos comunicacionais e crise da democracia*, São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019>. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0374-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

comenta outras duas narrativas, escritas por Luiz Cláudio Cardoso anos depois da publicação de *Feliz ano velho*, nas quais se ficcionaliza o desaparecimento de Rubens Paiva. São elas: *Meu pai, acabaram com ele* e *Diário de Berê*.

Na primeira obra, o narrador também é filho de desaparecido político, sequestrado por “terroristas”, mas de acordo com Dalcastagnè (1996, p. 113), “a tentativa de dar tratamento literário mais elaborado não compensou a ausência de emoção genuína do relato original”, mesmo que o “enfoque seja muito semelhante ao de *Feliz ano velho*”. Em *Diário de Berê*, a história se alicerça no diário da esposa (Berê) do desaparecido e tenta retratar, a partir da ficção, a situação dos familiares de pessoas perseguidas no Brasil entre 1964 – 1985. Ambas as obras não obtiveram o mesmo sucesso de público atribuído à produção de Marcelo Rubens Paiva.

Em estudo mais recente, a também crítica literária Eurídice Figueiredo examina livros editados entre 1964 e 2016, cujos assuntos tratados abordam, em alguma medida, o regime militar no Brasil. Estes são organizadas em três eixos de análise: o primeiro momento (1964 – 1979); o segundo momento (1979 – 2000); e o terceiro momento (2000 – 2016). A autora avalia as publicações que se seguiram aos processos, fundamentais, de arquivamento historiográfico: 1) o BNM (*Brasil: nunca mais*), cujos resultados foram publicados em 1985; 2) a CEMDP (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos), de 1995 e 3) a CNV (Comissão Nacional da Verdade), órgão criado em 2011 e que finalizou suas investigações em 2014, com a publicação de um Relatório.

Por mais que Figueiredo (2017) não detalhe seus critérios, ela elege como *corpus* o que nomeia como “arquivo literário”, baseado na leitura de pelo menos sessenta livros. Muitas obras sinalizadas pela autora (publicadas até 1984) foram citadas por Maués (2011, 2013, 2014), apesar de ela não se pautar nos mesmos critérios que o historiador nem definir seu recorte como de oposição.

Das obras lidas, a autora analisa pelo menos metade delas. Em sua maioria, relatos autobiográficos (FIGUEIREDO, 2017). Nessa listagem, assinala edições que se sobressaíram, por exemplo: *Batismo de sangue* (1983), de Frei Betto; *Tirando o capuz* (1981), de Álvaro Caldas; *Retrato calado* (1988), de Luiz Roberto Salinas Fortes; *Primeiro de abril* (1994), de Salim Miguel e *Memórias do esquecimento* (1999), de Flávio Tavares.

Feliz ano velho, publicado no desdobramento do *boom* de edições pós-anistia, em 1982, não é pontuado nem nos levantamentos empreendidos por Maués (2011; 2013; 2014) nem naquele de Figueiredo (2017). A importância desse relato de memória apenas é brevemente destacada por Sússekind (1985) e Dalcastagnè (1996). À vista disso, na seção seguinte, almeja-se compreender as razões que impediram a classificação do livro como literatura de oposição

(por parte da crítica especializada) e a não inserção do nome de Marcelo Rubens Paiva nas contabilizações de lançamentos do período.

1.3. Da UTI à estreia na literatura

Paulistano, Marcelo Rubens Paiva é escritor, jornalista e dramaturgo. Estreou na literatura muito jovem, aos 22 anos, e desde então publicou mais de dez livros. Entre sua vasta obra literária salientam-se dois livros de memória, que integram o *corpus* principal desta pesquisa: *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015). O primeiro contém um embrião do segundo. De fato, ao retomar em *Ainda estou aqui* o desaparecimento de seu pai, Rubens Beyrodt Paiva, mais de quatro décadas depois do seu assassinato, o escritor amplia consideravelmente as informações a respeito do caso e redige uma espécie de biografia sobre a sua mãe, Eunice Paiva.

Vítima indireta da ditadura militar, visto que seu pai integra a lista de desaparecidos forçados, o autor protagonizou uma nova tragédia quando ainda era estudante de engenharia na Unicamp: o acidente que o deixou tetraplégico em dezembro de 1979 — meses depois da publicação da anistia. Ainda no calor dos acontecimentos, pouco tempo após o acidente, Marcelo Rubens Paiva começou a esboçar as primeiras páginas de *Feliz ano velho*, título sugerido por Caio Graco Prado, editor da Brasiliense. Em reabilitação, Paiva ditou as primeiras páginas do texto, datilografadas por pessoas próximas ao autor¹⁴.

Nele, o jovem expurga sua revolta pessoal e registra seus traumas, provocados pelo sequestro do pai e por suas vivências recentes: a internação hospitalar e o processo de adaptação a um corpo ainda desconhecido, ao mesmo tempo em que requeria seu espaço como deficiente físico, em uma sociedade preconceituosa e pouco inclusiva. Suas lembranças transitam, então, entre o período anterior ao acidente e o pós-paralisia.

Nesta seção, pretende-se examinar a fortuna crítica e a recepção de *Feliz ano velho*. O principal objetivo é compreender se o livro pode ou não ser considerado literatura de oposição, além de averiguar a importância dessa publicação no contexto de redemocratização e entender por que a crítica especializada não o insere ao lado das demais publicações de memória de expressos políticos.

Esse trajeto analítico pauta-se nos critérios elencados por Maués (2013, p. 31) para definir um livro de oposição:

¹⁴ Cf. PAIVA, Marcelo Rubens; NASCIMENTO, Clemente Tadeu. *Meninos em fúria: e o som que mudou a música para sempre*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

1) o papel político que a obra desempenhou no período estudado; 2) o conteúdo do livro; 3) as condições em que a obra foi criada; 4) o percurso do original ao livro publicado; 5) o perfil do autor e da editora; 6) as ligações políticas do autor e da editora; 7) a difusão da obra; 8) a repercussão nos meios políticos e de imprensa; 9) a análise da obra como produto editorial e comercial.

Publicado em 1982, a obra de estreia de Paiva na literatura é considerada *best-seller* da década de 1980. Foi adaptada para o teatro no ano seguinte à publicação, em peça dirigida por Marcos Kaloy¹⁵, e para o cinema em 1987, com direção de Roberto Gervitz.¹⁶ O filme foi bem recebido e premiado pela crítica cinematográfica no Brasil.¹⁷

Feliz ano velho inicia-se sem delongas, pois o narrador já traz sua visão retrospectiva do acidente que o deixou tetraplégico — depois de um mergulho malsucedido em uma lagoa rasa:

Estava debaixo d'água, não mexia os braços nem as pernas, somente via a água barrenta e ouvia: biiiiiiin. Acabara toda a loucura, baixou o santo e me deu um estado de lucidez: “estou morrendo afogado”. Mantive a calma, prendi a respiração, sabendo que ia precisar dela para boiar e agüentar até que alguém percebesse e me tirasse dali. (...) Era estranho não estar mexendo nada, não sentia nenhuma dor e minha cabeça estava a mil por hora (PAIVA, 1984, p. 9).

O acidente aconteceu na cidade de Campinas-SP, onde o escritor fazia faculdade, no dia 14 de dezembro de 1979, às 17 horas. Marcelo Rubens Paiva foi transportado ao hospital de carro pelos amigos, de forma improvisada: uma tábua serviu de maca. Sem conseguir se movimentar, o narrador reconstrói sua assimilação ao ambiente hospitalar e sua condição no pós-acidente. Nesse momento, mesmo paralisado, ele não sabia da gravidade de sua lesão: “estou vivo e muito lúcido. Consigo me lembrar perfeitamente do acidente, do meu passado, de tudo, enfim. Minha cabeça está a mil por hora e eu aqui paralisado: não poderia ter acontecido algo tão sério assim, será?” (PAIVA, 1984, p. 19).

A indagação, apesar de sondar sua mente, ainda não o amedrontava. Havia urgência em

¹⁵ Cf. CRUZ, Maria Alice da. *Trinta Anos de 'Feliz ano velho'*. [Campinas], 2 jul. 2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/07/02/trinta-anos-de-feliz-ano-velho>. Acesso em: 4 abr. de 2019.

¹⁶ Cf. PAIVA, Marcelo Rubens. O jornalista e escritor fala sobre suas experiências da adolescência, a influência do pai e como constrói seus livros. [Entrevista cedida a] Heródoto Barbeiro, *Programa Roda Viva*, [S.l.], 8 dez. 1997. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/128/entrevistados/marcelo_rubens_paiva_1997.htm. Acesso em: 1 jul de 2019.

¹⁷ O filme recebeu pelo menos nove prêmios entre 1988 e 1989, como exemplo: prêmio especial do júri de melhor roteiro, no Festival de Gramado (1988) e melhor produção no Rio Cine Festival (1989). Cf. *FELIZ ano velho* por Gervitz. *Coleção Aplausos*. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://aplauso.imprensaoficial.com.br/livro-interna.php?iEdicaoID=285>. Acesso em: 27 set. 2020.

deixar o leito hospitalar para retomar a rotina acadêmica e planejar as férias: “‘E agora? Minha maior preocupação é sair daqui, estudar pra dois exames que ainda faltam na faculdade, fazer a matrícula do próximo semestre, pagar o aluguel e arrumar grana pra passar o carnaval em Olinda’” (PAIVA, 1984, p. 22).

Há uma mudança no tom da narrativa quando o memorando imerge em sentimentos de angústias e apreensões, decorrentes da incerteza quanto a sua recuperação. Diante do diagnóstico de fratura na quinta vértebra cervical e na medula espinal, apreendia-se a falta de mobilidade:

Estava aflito, precisava ver alguém (...) Procurava me concentrar, mas já estava de saco cheio de ter paciência. Queria me balançar, mexer com o corpo. Fiquei respirando com força pra me cansar, afinal era a única atitude física que poderia ter. Mas nada, já estava desesperado. Me senti uma planta sendo atacada por um enxame de abelhas africanas. Frágil, só fotossintetizando. Que loucura (PAIVA, 1984, p. 34).

O ócio, a paralisia e a rotina, sem muitos acontecimentos no hospital, corroboravam tais sentimentos. Sensações que acabam envolvendo o leitor no drama de Paiva, o qual se amedrontava ao perceber que sua recuperação levaria meses ou anos. Ele também custava a acreditar que sua tetraplegia poderia ser um diagnóstico definitivo.

O acidente de Paiva ocorreu quase concomitantemente ao *boom* de lançamentos pós-anistia. Ainda no hospital, por meio da leitura das irmãs (Veroca e Eliana),¹⁸ o autor teve seu primeiro contato com *O que é isso, companheiro?*. Acamado, o período de clandestinidade descrito por Gabeira se tornou passível de identificação. O narrador lembra:

[...] as aventuras de Gabeira entravam pelo meu ouvido e me faziam lutar junto. Tinha momentos em que me identificava profundamente com ele. Principalmente numa parte do livro em que ele, perseguido pela polícia, é obrigado a ficar um mês no apartamento de uma pessoa que nem conhecia. (...) Era uma situação muito parecida com a minha, preso num lugar que não conhecia, absolutamente sem fazer nada. (...) O Gabeira nem imagina o quão importante ele foi para mim. Nunca me esqueci da emoção que ele sentiu, quando, ao sair do apartamento, pegou um ônibus que vai pelo aterro, na praia do Flamengo, abriu a janela e ficou curtindo o vento batendo em seu rosto. Foi aí que prometi pra mim mesmo que, quando saísse do hospital, a primeira coisa que faria seria abrir a janela, para receber a brisa da Avenida Paulista (PAIVA, 1984, p. 37-38).

O exílio, relatado por Gabeira, assume outra faceta para Marcelo. Embora não fosse um militante político, também almejava deixar as grades de sua prisão: exilar-se do hospital,

¹⁸ Vera Silvia Facciolla Paiva e Maria Eliana Facciola Paiva.

definitivamente. A essa altura, o narrador já indica uma tomada de consciência quanto à gravidade da situação, tinha ciência que, mais uma vez, algo cambiaria em sua vida. Entretanto, “tinha medo de imaginar o que poderia ser” (PAIVA, 1984, p. 38). Isso recorda o contexto de desaparecimento de Rubens Paiva, anos antes; ainda desprovido de mais informações, temia o que aconteceria com o pai e a própria família.

Um dos momentos mais emblemáticos das memórias de sua “prisão” é o ano-novo. O narrador é tomado pela melancolia e pensa em colocar fim a sua vida, caso não volte a andar. O episódio é tão simbólico que acaba intitulado a obra, recomendação do editor Caio Graco Prado.

[...] acordei com os fogos e gritaria na rua. Era Ano-Novo. E a mudança da década: 1980. Não haveria champanhe, serpentinas ou abraços. Eu estava só.

— Feliz Ano-Novo, Marcelo.

— Pra você também, Marcelo.

Admirava a alegria das pessoas na rua, uma alegria da qual não fazia parte. Estava triste e só.

Adeus Ano Velho, feliz Ano-Novo.

Não tinha o mínimo sentido. As lágrimas rolaram, chorei sozinho, ninguém poderia imaginar o que estava passando. Nada fazia sentido. Todos sofriam comigo, me davam força, me ajudavam, mas era eu que estava ali deitado, e era eu que estava desejando minha própria morte. Mas nem disto eu era capaz, não havia meio de largar aquela situação. (...)

Feliz Ano Velho, adeus Ano-Novo.

Foi o que prometi a mim mesmo. “Se eu não voltar a andar, darei um jeito qualquer pra me matar”. Era bom pensar assim. Eu não tinha medo de morrer. Era muito mais fácil a morte do que a agonia daquela situação (PAIVA, 1984, p. 46).

Ao longo do livro, o autor descreve sua recuperação e a redescoberta de seu “novo” corpo; afinal, as mudanças não se davam somente no plano político. Esse processo de reabilitação, como assegura o narrador, implicou em: “meses de hospitais na minha vida (um desperdício). Três meses de paralisia nas mãos e nas pernas. Natal, *réveillon*, carnaval” (PAIVA, 1984, p. 150).

É nessa conjuntura de maior fragilidade e privações que se acentua a saudade do pai desaparecido. Nostálgico, declara:

Nunca em toda a minha vida meu pai fizera tanta falta. Não sei ao certo o que é ter um pai, foi pouco o tempo que pude dizer “papai”. Mas de uma coisa eu tenho certeza: ele se orgulhava de mim. Ficou preocupado que seu filho, convivendo com quatro irmãs, acabasse afeminado. Então, logo cedo, me pôs num colégio público, em São Paulo. Mais tarde, percebeu que eu era um brigãozinho e tinha uma voz hipergrossa. (...) Ele se orgulhava de seu filho macho (PAIVA, 1984, p. 57).

Na hospitalização, a saudade do pai se tornou ainda mais latente, pois ele precisava lidar

com duas ausências: a do corpo do pai (desaparecido) e a de seu corpo. Paralisado, via sua autossuficiência sumir — desaparecia de si. Essas questões são centrais na obra, pois seus traumas têm ligações diretas com o sumiço dos restos mortais de Rubens Paiva e da perda de domínio. Lesionado, havia a materialidade de seu corpo; mas, sem movimento, pairava a ausência.

Com a alta, o memorando se “apartamentaria”, abandonaria os tetos brancos e as luzes de mercúrio, mas não, ainda, a cama hospitalar e o colchão d’água montados na casa da mãe em São Paulo (PAIVA, 1984, p. 150). Ainda que o capítulo “Apartamento” aspire a enunciar a alta médica e a nova rotina, a narração volta-se para o ano de 1974, conjuntura em que a família se muda para Santos e, definitivamente, não possui “qualquer esperança de que o homem da casa estivesse vivo. Os boinas-verdes desse país continuavam afirmando que ele fugira. E como diz a música: *‘começar de novo...’*” (PAIVA, 1984, p. 153). A paralisia e o desaparecimento do pai são tragédias que se cruzam; como visto anteriormente, a ausência de mobilidade de seu próprio corpo recorda a falta do corpo de Rubens Paiva. Além disso, são acontecimentos que exigem um recomeço, bem como a readaptação de toda a família do autor.

Embora o acidente seja considerado um dos eventos de maior impacto na narrativa, o texto também é assinalado pela reivindicação em prol da liberdade sexual e de expressão. Essas pautas estavam bastante em voga no momento de abertura política e remetiam ao movimento de contracultura, cuja produção artística e cultural esteve associada, no Brasil, ao contexto de repressão política. Os integrantes/adeptos do movimento combatiam as expressões autoritárias, além de incentivar o uso de substâncias alucinógenas (como maconha e LSD) e a audição de bandas de rock, por seu repertório mais “revolucionário”.¹⁹

Lembra-se que esse movimento cultural se desenvolveu nos Estados Unidos e, posteriormente, durante a eclosão de movimentos estudantis entre 1967-1968, em diversas partes do mundo.²⁰ Nesse sentido, ao longo das memórias fragmentárias de Paiva, constata-se que o escritor foi bastante influenciado pela onda contracultural:

Montamos uma república de muita inspiração musical. Eu, o Cassy, o Matheus, que tocava flauta e atabaque, o Bira, que nos inspirava com sua cabeça maluca e suas poesias, e o Otaviano, com seu conhecimento de uma coisa que até então eu não conhecia direito: a contracultura. Foi aí que comecei a ficar fã do Gil, do Caetano, Luiz Melodia, Jorge Mautner, caras que eu nunca ouvia nas rádios ou na televisão (PAIVA, 1984, p. 118).

¹⁹ Cf. ILARI, Mayumi Demine Senoi. *Dez obras para se pensar a contracultura dos anos 1960*. [São Paulo], p. 1-9, 2017. Disponível em: <<https://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Contracultura.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2019

²⁰ Idem.

As décadas de 1970 e 1980 trazem, como se pode perceber, renovação e efervescência cultural, inclusive no campo da linguagem. *Feliz ano velho*, editado pela Brasiliense, foi encomendado pelo editor Caio Graco, amigo da família Paiva. Como aventado na primeira seção desta dissertação, desde a sua fundação, a editora publicou obras alinhadas à esquerda e é caracterizada por sua “forte atuação política” (MAUÉS, 2013, p. 34).

A editora apostou em outros projetos, além das edições políticas, a fim de fugir da possibilidade de falência no decorrer da década de 70, em virtude do histórico de perseguição política contra a Brasiliense (desde o golpe). A aposta de Caio Graco objetivava “cativar” uma “geração interessada em novas formas de expressão e comunicação” (ROLLEMBERG, 2008, p. 1). Para tal, foi necessário criar novos selos, os quais “revolucionaram” o mercado editorial brasileiro e se tornaram referências de uma geração, a exemplo de *Feliz ano velho*.

É o caso do *Cantadas literárias*, de 1981, cujas edições eram destinadas “ao público jovem e carente de autores que falassem a sua língua” (ROLLEMBERG, 2008, p. 3). Não é à toa que a poeta marginal Ana C. e o romancista Marcelo Rubens Paiva foram lançados pelo *Cantadas*, que apostava em escritores desconhecidos. Efetivamente, com suas “cantadas”, a editora conquistou novos leitores.

Essas estratégias editoriais atraíram um público que não se sentia, até então, “seduzido” pela literatura, ainda conforme Rollemberg (2008). De acordo com essa lógica, essa geração foi bastante influenciada pelo catálogo de livros da Brasiliense, o qual aderiu à linguagem de seus mais novos leitores.

A adoção dessa linguagem em *Feliz ano velho*, grande aposta da editora, chamou atenção da imprensa e da crítica. O primeiro exemplar da revista *Lua Nova: Cultura e Política* (1984) traz o artigo *Feliz Ano Velho, vitória da língua portuguesa*, assinado pelo jornalista Márcio Souza²¹. Nele, o autor salienta a relevância do texto que recriou a “geração do árbitro”, porém revela sua “desconfiança ao abrir o livro, fruto de preconceito” (SOUZA, 1984, p. 21). E completa:

[...] essa juventude é articulada, tem um vocabulário mais abrangente que a irritante sinteticidade dos surfistas, e é um tonificante jogo de bom humor sem as recriminações que marcaram os depoimentos dos retornados do exílio ou dos ex-guerrilheiros (...) é um texto que torna vernáculo, com desenvoltura e sem pedir nenhuma autoridade para isso, a língua brasileira deste final de século. O que tem irritado os puristas e os reacionários, mas que é uma vitória do Marcelo (SOUZA,

²¹ Este artigo pode ser visto no Anexo A deste trabalho. Também é válido citar que o SNI (Serviço Nacional de Informação) recolheu uma cópia da revista, em seu lançamento.

1984, p. 21).²²

O excerto aponta para uma contradição de Márcio Souza. Inicialmente, confessa a resistência em começar a leitura (fruto de um “preconceito”) e finaliza afirmando que *Feliz ano velho* tem irritado os mais “puristas” e “reacionários”, o que seria seu próprio caso — dada a sua alegação. Apesar disso, considera o livro uma vitória de Marcelo Rubens Paiva e da própria língua portuguesa.

Em entrevistas concedidas por Paiva a jornais de grande circulação no Brasil, como *Folha de S. Paulo* e *Estadão*, um dos aspectos mais destacados é a linguagem. O escritor insiste em defender sua adoção ao português “brasileiro” e relembra que, desde o princípio, Graco apostou no sucesso de vendas da edição encomendada. Ele garante que, à época, seu estilo de escrita era uma exceção.²³

Diferentemente do que alega o escritor nessas entrevistas, sabe-se que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por movimentos de contestação política e renovação cultural. Tanto que a Brasiliense lançou um selo cujo público alvo era o jovem leitor que fora “abraçado” pela contracultura. Nesse passo, relembram-se essas evidentes influências no próprio estilo de Paiva.

Um exemplo que confirma esta tendência presente na literatura durante os anos 80 é o livro de memórias *Os carbonários*, do ambientalista e ex-guerrilheiro Alfredo Sirkis, publicado dois anos antes de *Feliz ano velho*. Sirkis emprega uma linguagem “sem arcaísmos e erudição”, como já propunha o modernista Oswald de Andrade (1924/1976). Ou seja, recorre ao uso de gírias e até neologismos para contar sua experiência como militante, o que pode ser visto logo no prefácio: “Me senti apenas anistiado e feliz” (SIRKIS, p. 1984, p.11).

O sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva avalia o emprego do “estilo literário livre” e “sem grandes ostentações e inventividades formalistas” no texto de Sirkis (SILVA, 2008, p.86). Para ele, as influências do escritor corroboram com a adoção dessa linguagem:

Os Carbonários foi escrito no embalo de leituras de autores convencionalmente denominados malditos e contraculturais como o afirma Sirkis “[...] porque, nessa época, estava lendo muito [William] Burroughs, estava lendo...o [Charles] Bukowski, estava lendo o pessoal...os beat [beatnicks], *On the road* [de Jack

²² Cf. Anexo A,

²³ Cf. PAIVA, Marcelo Rubens. “Feliz Ano Velho” chega à adolescência. [Entrevista concedida a Marcelo Rezende]. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 dez. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq011202.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019 e PAIVA, Marcelo Rubens. “Feliz Ano Velho” 20 anos depois. [Entrevista concedida a Agência Estado]. *O Estadão*, São Paulo, 13 dez. 2002. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,feliz-ano-velho-20-anos-depois,20021213p2755>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Kerouac]” (SILVA, 2008, p. 86).²⁴

Como visto, a adoção da “língua em brasileiro” já havia sido proposta pelos modernistas nas primeiras décadas do século, tendo sido intensificada pelo movimento de contracultura. Isso pressupõe que ela não foi uma renovação promovida por Paiva, ainda que ele possa ter dado a sua contribuição a essa renovação e que seu estilo coloquial tenha caracterizado sua literatura. Tal aproximação da linguagem com aquela do público leitor, portanto, ajuda a entender o sucesso de vendas de *Feliz ano velho*, laureado com o Prêmio Jabuti de 1983, na extinta categoria Literatura Adulta (autor revelação). Escritores canônicos já haviam vencido essa categoria, como João Ubaldo Ribeiro.²⁵

O levantamento da recepção de *Feliz ano velho* evidencia que a obra, apesar de seu tom contestador, não desempenhou papel político — primeira condição atribuída por Maués (2013) aos livros considerados de oposição. Seu lançamento não desencadeou nenhum ato ou repercussão política, e o escritor se tornou uma espécie de ídolo *teen*, sendo amplamente aclamado pelo grande público e pelos meios de comunicação — em razão do sucesso de vendas.

Isso fica evidente em algumas edições do livro, nas quais o próprio Marcelo Rubens Paiva aparece na capa como um galã. Como pode ser observado na 72.^a edição, de 1989, publicada pela Brasiliense e na reedição lançada pela Mandarim, na década de 90. A capa, portanto, vendia a própria imagem do escritor, sua beleza e jovialidade, como um possível pacto de leitura — com o comprador/leitor.²⁶

Ainda que o conteúdo do livro seja questionador em termos de comportamento e linguagem, a ditadura militar e o desaparecimento do pai do autor foram recebidos como coadjuvantes no enredo, pelo público leitor da época de lançamento, pois ocupam um segundo plano na narrativa. E até mesmo por parte da crítica, em consequência do exaustivo relato vinculado às experiências mais pessoais de Paiva, referentes a sua vida amorosa e ao seu acidente.

É importante lembrar, nesse contexto, que o manuscrito de *Feliz ano velho* não continha menção ao desaparecimento de Rubens B. Paiva, reforçando a ideia de que a intenção inicial e principal do escritor era relatar sua trajetória, encontrar um novo espaço para si na sociedade

²⁴ Silva (2008) entrevistou o escritor Alfredo Sirkis em 28/04/2005. Assim, as partes entre aspas dizem respeito às respostas de Sirkis.

²⁵ Cf. Premiados 1983 – literatura adulta (autor revelação). *Jabuti*, [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=1983&categoria=7f160d6d-e227-e811-a837-000d3ac0bdaf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

²⁶ A respeito da noção de pacto de leitura, consultar: TONUS, Leonardo. Literatura em casa #1. Paratextualidade (capas e títulos). *Etudes Lusophones*, [Paris], 3 maio 2020. Disponível em: <http://etudeslusophones.blogspot.com/2020/05/paratextualidade-capas-e-titulos.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

como o “Marcelo rodas”, conforme assinala o próprio memorialista. Nesse passo, da versão original ao livro publicado, houve uma mudança bastante relevante: a inclusão do desaparecimento do pai às suas memórias, aspecto discutido na seção seguinte.

A intenção do memorialista, entretanto, não foi escrever um livro sobre o regime militar ou o desaparecimento do pai — ainda que a morte de Rubens Paiva seja um dos pontos mais significativos, ao lado do acidente. Naquele momento, o episódio permanecia envolto na nebulosidade da escassez de informações e não havia fôlego literário capaz de sustentar a narração, visto que o autor não tinha ainda acesso às evidências mais concretas atinentes à circunstância de morte do deputado cassado. Assim, ao colocar *Feliz ano velho* de um lado e *Ainda estou aqui* de outro, percebe-se que a história do pai ocupou um segundo ou terceiro plano no livro de estreia de Paiva.

Ao se apoiar nas considerações de Maués (2013), *Feliz ano velho* não pode ser considerado literatura de oposição, pois foi lançado como produto editorial de um selo de perfil comercial (*Cantadas literárias*), cujo objetivo era atrair um público específico, o qual se identificaria com o jovem autor. Por isso, ele não foi sequer citado pelo historiador.

Figueiredo (2017) não trata as obras publicadas entre 1979-2000 como de oposição, até porque seu recorte também compreende anos democráticos, mas define como característica principal desse período a assinatura de ex-militantes, os quais foram presos ou exilados.

Em contrapartida, nesta pesquisa se defende que o livro deve ser integrado a corpora mais amplos, que abranjam a produção literária acerca do regime militar e, conseqüentemente, o *boom* de publicações pós-anistia, momento em que predominavam justamente os relatos de memória. Isso lança novos olhares ao que foi produzido no período e descentraliza a recordação da experiência, “monopolizada” por aqueles que vivenciaram a ditadura como guerrilheiros ou militantes políticos. Dessa maneira, reconhece-se a importância histórica de jovens que não empunhavam armas, mas também sofreram as violências da ditadura. Entre esses jovens encontra-se Marcelo Rubens Paiva que, como se mostrou, participou ainda de movimentos de inovação dos comportamentos e das formas literárias.

De fato, o escritor militou à sua maneira, influenciado pela contracultura. Em *Feliz ano velho* (1982), de forma fragmentária, ele denuncia o desaparecimento de Rubens Paiva, responsabilizando o Estado. Como será desenvolvido mais adiante, o autor contrasta suas lembranças da infância à versão oficial da história do desaparecimento do pai, para mostrar as incoerências apresentadas nas reportagens e nas decisões arbitrárias do judiciário.

Além disso, o relatório conclusivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV), divulgado em 2014, elegeu *Feliz ano velho* como fonte de consulta para investigação das circunstâncias

de desaparecimento de Rubens Paiva. Esse fato destaca a relevância da obra de Marcelo Rubens Paiva, sua articulação com a história do desaparecimento do pai e de outros crimes executados pelas Forças Armadas. Ademais, ele é embrião de *Ainda estou aqui*, livro redigido em outro momento político e histórico, que apresenta de forma bem mais detalhada o sequestro de Rubens Paiva. Nessa obra, lançada em 2015, em uma fase mais madura do autor, o desaparecimento do deputado cassado ganha outros contornos e é destrinchado pelo memorialista, graças, em grande parte, aos avanços trazidos pelas investigações da CNV e do Ministério Público do Rio.

1.4. “Nem vivo nem morto”

Os governos ditatoriais latino-americanos, na segunda metade do século XX, sistematizaram o ato de “fazer sumir” opositores ao regime. Além de terem seus direitos fundamentais cerceados, os suspeitos de atividades políticas contrárias aos militares ficavam subjugados aos métodos violentos desses regimes: prisões arbitrárias, tortura e desaparecimento. Nesse quadro, uma notícia publicada pelo jornal *El país* (11.02.1983),²⁷ de Madrid, ilustra os exorbitantes números referentes aos casos de desaparecimento na América-Latina:

En América Latina hay más de 90.000 detenidos-desaparecidos. Cerca de 50.000 son fruto de*las sucesivas dictaduras en Guatemala; 30.000 son atribuibles a siete años de Gobierno militar en Argentina; 2.500 casos se han producido en Chile; 120, en Uruguay; un número incalculable, en Paraguay, El Salvador, Honduras y Haití. Siguen sin ser esclarecidas algunas desapariciones en Brasil, Colombia y Venezuela. En México, por último, hay 507 desaparecidos, de los que la mayor parte pertenecen a poblaciones indígenas. Estos son los datos que ha hecho públicos en Madrid la Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos (FEDEFAM) (CAMACHO, 1983).²⁸

O número exponencial de desaparecimentos ganhou notoriedade e passou a mobilizar a imprensa, assim como a comunidade internacional. No final dos anos de 1970, a ONU se

²⁷ Cf. CAMACHO, Ana. Más de 90.000 desaparecidos en latinoamérica en los últimos años. *El país*, Madrid, 11 feb. 1983. Disponível em: https://elpais.com/diario/1983/02/11/internacional/413766003_850215.html. Acesso: 20 jun. 2019.

²⁸ “Na América Latina, há mais de 90 mil desaparecidos políticos. Em torno de cinquenta são em consequência das sucessivas ditaduras em Guatemala; 30 mil são atribuíveis a sete anos de Governo militar em Argentina; 2.500 casos são registrados no Chile; 120, no Uruguai; um número incalculável, no Paraguai, El Salvador, Honduras e Haiti. Seguem sem ser esclarecimentos alguns desaparecimentos no Brasil, Colômbia e Venezuela. No México, por fim, existem 507 desaparecidos, a maior parte pertence às populações indígenas. Estes são dados divulgados em Madrid, pela Federação Latino-Americana de Familiares Detidos-Desaparecidos (FEDEFAM)”. Tradução nossa.

posicionou acerca de tais crimes e configuro-o como

[...] a violação complexa de direitos fundamentais, alguns inderrogáveis, praticada por agentes públicos (geralmente os encarregados da segurança e/ou cumprimento das normas jurídicas), em que, de forma arbitrária, violenta e à margem da lei, detêm, encarceram e, não raras vezes, assassinam pessoas, não informando os fatos, o paradeiro da vítima ou a motivação da ação aquém de direito. Trata-se, desse modo, em qualquer situação ou circunstância, de um crime injustificável contra o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoais, composto mediante tortura ou tratamento, pena ou castigo cruéis, e apartado do devido processo legal. Acima da normalidade, tem suas conseqüências extrapoladas além da vida principal, seja em relação à angústia e a dor intermitente do cônjuge, dos filhos, dos parentes e dos amigos, que as circunstâncias do desaparecimento causam, seja na insegurança coletiva gerada por esses crimes, já que os ofensores (diretos ou indiretos) aos direitos fundamentais implicados são justamente os encarregados de garanti-los na entidade estatal (JARDIM, 1999, p. 33-34 apud PERRUSO, 2010, p. 19).

Durante duas décadas de regime militar no Brasil, as Forças Armadas também governavam a vida e a morte de opositores políticos; deliberando sobre, até mesmo, o destino dos corpos das vítimas. Pelas características da prisão, em forma de sequestro, alegavam “que as autoridades governamentais não seriam responsáveis” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 261). Tanto que até os dias de hoje os restos mortais de 210 vítimas, dos 243 desaparecimentos forçados, não foram encontrados, conforme as conclusões da CNV (2014).

Organizado pela Arquidiocese de São Paulo durante a década de 1980, o projeto *Brasil: nunca mais* (BNM) foi pautado nos processos que tramitaram na justiça militar, inclusive no Superior Tribunal Militar (STM), entre 1964 e 1979. Isto significa que a investigação se baseou nos documentos produzidos pelas próprias autoridades do regime com o objetivo de consolidar um “testemunho irrefutável” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 24).

Em síntese, essa iniciativa tinha as seguintes pretensões: 1) impedir que os arquivos continuassem ocultados pelo poder militar ou desaparecem, tais quais os corpos e 2) lançar luz a uma história forjada pelos militares ao longo de 21 anos. A investigação foi publicizada à sociedade por meio de um relatório e um livro (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987).

Uma das seções de *Brasil: nunca mais*, dedicada aos desaparecidos políticos, conclui que, como o Estado se isentava de suas responsabilidades e manipulavam as evidências de seus crimes, os processos não conduziam ao lugar onde os corpos foram desovados clandestinamente. A única confirmação era a de que as vítimas estavam sob a mira da repressão e foram apreendidas “por organismos de segurança” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 261). Quanto a Rubens B. Paiva, até mesmo sua prisão foi posta em xeque pelos militares, os quais passaram a negar a detenção do deputado cassado.

Com o intuito de examinar a narrativa memorialística redigida por Marcelo Rubens

Paiva sobre o desaparecimento de seu pai nos anos 80, no contexto do primeiro *boom* de lançamentos contra a ditadura militar, situado pouco depois da anistia, esta pesquisa apoiou-se nas memórias individual, coletiva e traumática presentes em *Feliz ano velho*. Outras fontes de pesquisa também foram consultadas, a saber: obras acerca do desaparecimento de Rubens Paiva e documentos de arquivo. É importante frisar que muitos desses documentos não estavam disponíveis à sociedade no processo de escrita/edição de *Feliz ano velho* e vieram à tona através do tempo, em consequência de um vasto trabalho de busca realizado por historiadores, jornalistas e a sociedade civil.

Como a memória está sujeita a apagamentos e construções, os documentos obtidos por meio da busca empreendida pela pesquisadora deste trabalho — em arquivos abertos à consulta pública pela Lei 12.527/2011, de acesso à informação ²⁹ — são um contraponto às memórias dispostas em *Feliz ano velho*. Apesar de serem uma narrativa de outra ordem, reiteram que as investigações referentes ao desaparecimento de Rubens Paiva intencionavam ocultar as ações do Estado, que culminaram em sua morte sob tortura, assim como as decisões do poder judiciário. E, ao lado de outras vítimas, Rubens permanecia: “*ni vivo ni muerto*”³⁰ (ELTIT, 2012, p. 153).

1.5. Um rosto no cartaz de anistia

Antes de estampar os cartazes da anistia, os quais atribuíam rostos aos nomes dos desaparecidos forçados, Rubens Paiva era “defensor de pautas nacionalistas desde a luta pela criação da Petrobrás”, antes mesmo de ser eleito, em 1962, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 269). Segundo consta no livro *Brasil: nunca mais* (1987), por integrar à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que investigava o recebimento de propinas oriundas dos Estados Unidos em 1963, o deputado teve seu mandato cassado logo no primeiro Ato Institucional.

Documentos obtidos no acervo digital da Brown University revelam ainda que Rubens Paiva era espionado desde 1963 pelo governo estadunidense, o qual financiou o golpe no Brasil e em outros países sul-americanos. Os registros, reunidos na íntegra no Anexo B deste trabalho, de maio de 1964, referem-se à “Operation Clean-up”, na cidade de São Paulo, que elencava os indivíduos citados na “Black list”.

²⁹ Cf. FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

³⁰ “Nem vivo nem morto” (Tradução nossa). Afirmção que também intitula a seção.

Como pode ser consultado no documento,³¹ a “Black list” arrolava indivíduos de diversas categorias, removidos, de forma arbitrária, da arena pública. Rubens Paiva, deputado cassado, é ali descrito como: “A leftist extremist from the City of Santos, where he was reportedly involved in port strikes. Collaborated closely with Communists, though not a party member. Took asylum in Yugoslav Embassy after revolution” (OPERATION CLEAN-UP IN SÃO PAULO, 1964, p. 7).³²

Os documentos elaborados pelo governo estadunidense demonstram que ele era um deputado cujas causas incomodavam, antes mesmo do golpe. Na verdade, a trajetória de Rubens Paiva, apesar de sua vida burguesa, fora marcada por reivindicações desde a graduação em engenharia no Mackenzie, quando integrou o movimento estudantil. Aliás, o centro acadêmico da universidade, leva seu nome, como uma forma de homenagem póstuma. Anos mais tarde, filiou-se a um partido pequeno, o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o qual era aliado à ala esquerda do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), legenda que o elegeu deputado federal.³³

O ex-deputado exilou-se meses depois de sua cassação na já extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia. Permaneceu não mais que nove meses na Europa e decidiu retornar para o Brasil, em 1965, desembarcando no aeroporto do Galeão, ao invés de seguir para o Uruguai, como indicava sua passagem (TÉRCIO, 2011; PAIVA, 2015).

Como indicado na seção anterior, o desaparecimento de Rubens Paiva não foi inserido no manuscrito de *Feliz ano velho*. Isso se alterou depois da leitura e contribuição do ex-líder estudantil da UNE Luís Travassos. No prefácio, Travassos sugere: “acharia legal que, em alguma parte, viesse um relato personalizado da tua visão do Rubens Paiva e do seqüestro” (PAIVA, 1984, p. 7). Ao incorporar essa história a *Feliz ano velho* e lhe dar tratamento literário, Paiva, primeiramente, recorre à superstição da partida do gato da família, que desapareceu tal qual o pai:

Pimpão era um gato incrível. Um dia apareceu na casa, foi com a cara do meu pai e passou a morar lá. Passava o dia inteiro na rua e só aparecia quando meu pai estava deitado, fumando charuto e lendo jornal. (...) descia até a barriga do velho e ficava lendo o jornal. Os dois se amavam silenciosamente. Dizem que quando um gato vai

³¹ Cf. OPERATION CLEAN-UP IN SÃO PAULO. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Providenci, RI: Brown Digital Repository, Brown University Library, 1964. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345221/>. Acesso em: 1 jul. 2019.

³² “Um extremista de esquerda da cidade de Santos, onde foi denunciado por se envolver em greves no porto. Colaborou com os comunistas, embora não seja um membro do partido. Asilou-se na embaixada da Yugoslav após a revolução”. Tradução nossa.

³³ Cf. PAIVA, Maria Eliana Facciola. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

embora é sinal de morte. Pois é, o Pimpão sumiu e, pouco depois, deram sumiço no meu pai (PAIVA, 1984, p. 23).

O “mito” apresentado pelo narrador parece ser mais verossímil do que a própria atuação do Estado brasileiro. Apesar do pai não integrar nenhuma organização clandestina e não atuar politicamente, desde sua cassação, foi assassinado sob tortura e teve o corpo enterrado em local ainda desconhecido. Sumiu sem deixar rastros, tal qual o gato dos Paiva.

Forçado a permanecer afastado das decisões políticas, Rubens Paiva dedicava-se à família e experimentava uma rotina mais tranquila:

No começo dos anos 70, ele viajava menos e estava bem caseiro, decididamente curtindo os filhos e a vida em família (um pouco também por não ter o que fazer politicamente). A maioria dos seus amigos estava no exílio, mas nos finais de semana ainda dava para reunir a turma num jogo de pôquer. Antes, porém, a preliminar era comigo (PAIVA, 1984, p. 58).

O filho que boiava com o pai nas praias cariocas e frequentava os bairros operários da zona norte do Rio de Janeiro, não pôde derrotar, ao lado do pai, o maior inimigo da família: o regime militar (PAIVA, 1984).

Marcelo Rubens Paiva, então, expõe as táticas empregadas pelas Forças Armadas, responsáveis por matar seus opositores políticos e decretar uma tortura contínua aos familiares das vítimas:

Meu pai me ensinou a andar a cavalo.
 Meu pai me ensinou a nadar.
 Me incentivou a ser moleque de rua.
 Me ensinou a guiar avião (tinha um na firma dele e, depois de decolar, eu pegava no *manche* e ia mirando até São Paulo).
 Mas meu pai não pôde me ensinar mais.
 No dia 20 de janeiro de 1971 era feriado no Rio, por isso dormi até mais tarde. De manhã, quando todos se preparavam para ir à praia (e eu dormindo), a casa foi invadida por seis militares à paisana, armados com metralhadoras. Enquanto minhas irmãs e a empregada estavam sob a mira, um deles, que parecia ser o chefe, deu uma ordem de prisão: meu pai deveria comparecer na Aeronáutica para prestar depoimento. Ordem escrita? Nenhuma. Motivo? Só deus sabe (PAIVA, 1984, p. 60).

Na condição de filho, Paiva (1984) resgata as memórias localizadas na infância, precisamente no dia 20 de janeiro de 1971, data que marca o desaparecimento de Rubens Paiva e o abrupto rompimento do relacionamento com o pai, provocado, contraditoriamente, por agentes de segurança pública. Por agirem à margem da lei, a atuação do regime era inconteste.

Além da prisão em forma de sequestro, os Paiva permaneceram reféns de agentes da Aeronáutica, em sua própria casa:

Não tinha sacado, mas éramos prisioneiros. O telefone fora do gancho, ninguém saía. O namorado da minha irmã chegou e foi preso, levado embora. Um amigo de dezesseis anos chegou e também foi levado.

Minha mãe chamou-me num quarto e me mandou entregar uma caixa de fósforos pra Helena, que mora perto, mas fazendo o possível pra não ser visto por ninguém. Fui pro banheiro da empregada, subi no telhado, pulei o muro da vizinha, corri pra rua e voei pra casa da Helena com a caixa apertada na mão. Chegando lá, hesitei em tocar a campainha. Abri a caixinha e vi um papelzinho dobrado:

O RUBENS FOI PRESO, NINGUÉM PODE
VIR AQUI, SENÃO É PRESO TAMBÉM

Minhas pernas tremeram. Que loucura, preso, mas por quê? Toquei a campainha, entreguei o bilhete e voltei para casa preocupado (PAIVA, 1984, p. 61).

Por meio de um bilhete, o narrador tomou ciência da prisão do pai. Isso demonstra que a prática de prisão sem mandado submete a família Paiva a uma sessão de tortura psicológica. Sem notícias de Rubens, os Paiva foram mantidos incomunicáveis por agentes armados: “Tivemos que conviver o dia todo com os caras (...) À noite, mudou o plantão. Jantar, cafezinhos e, com mais intimidade, minha mãe pediu pra guardarem as metralhadoras num canto da sala” (PAIVA, 1984, p. 61).

Ainda sob vigilância, Eunice Paiva e a adolescente Eliane Paiva também foram presas no dia seguinte. Essas detenções seguiram a mesma arbitrariedade:

Minha mãe me acorda no dia seguinte e se despede de mim. Ela também tinha que ir, junto com a Eliana (minha irmã de quinze anos). Os caras saíram, trancaram a porta, colocaram minha mãe e irmã no banco traseiro de um fusca azul. E agora? Que fazer? Eu, Nalu³⁴ (treze anos), Big³⁵ (nove anos) e duas empregadas, trancados. Ligamos pra minha avó, que morava em Santos, e esperamos seis horas até ela chegar, encolhidos num canto morrendo de medo (PAIVA, 1984, p. 61).

A articulação dos órgãos de segurança — Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Civil — tonificam o destemor dos representantes do Estado. Que justificavam as ações como uma forma de combate à suposta “ameaça à segurança nacional” e pelo “perigo” representado pelas redes subversivas, comunistas, que deveriam ser desmontadas.

Frente a tais abusos de poder e com medo de novas prisões, os Paiva optam por retirar Marcelo da cidade. Com os pais detidos, o garoto de onze anos permaneceu escondido em um sítio no interior do Rio de Janeiro, de amigos do deputado cassado Luís Fernando Bocayuva Cunha (PAIVA, 1984; PAIVA, 2015).

Um aspecto que chama atenção no percurso memorialístico de Marcelo Paiva são os traços infantis assumidos pelo narrador. Para exemplificar, aponta-se para o seguinte trecho:

³⁴ Apelido dado por Marcelo à irmã Ana Lúcia.

³⁵ Marcelo apelidou Maria Beatriz, sua irmã, de big.

“À noite, rezava pra que deus soltasse meus pais [a irmã já havia sido solta] e ia dormir tranquilo, afinal ‘cadeia é coisa pra bandido’ (pelo menos deveria ser)” (PAIVA, 1984, p. 61). A voz mais infantilizada reaparece em algumas recordações do escritor em *Ainda estou aqui* (2015).

O afastamento da família, contado na voz da criança, perdurou até a soltura de Eunice Paiva, a qual permaneceu presa no quartel Barão de Mesquita. Ao relatar o reencontro com a mãe, o narrador sublinha os efeitos, até mesmo físicos, deixados nela pelas constantes sessões de tortura psicológica:

Duas semanas depois, toca o telefone. Minha mãe estava solta. Alívio. Meu pai ainda não. Voltei imediatamente pro Rio e encontrei minha mãe exausta, deitada na sua cama. Tava irreconhecível, muito mais magra. Nos abraçamos e choramos. Tive o pior ataque de asma da minha vida. Ela tinha estado no quartel Barão de Mesquita, Polícia do Exército, treze dias numa cela individual. Foi interrogada várias vezes, sempre com as mesmas perguntas: idéias políticas de meu pai e quem frequentava a nossa casa. Entre os interrogatórios, era obrigada a ver coleções de fotos e exigiam que as reconhecesse. Mas ela só identificou a do meu pai e da família (PAIVA, 1984, p. 62).

É preciso lembrar, nesse contexto, que embora o processo de escrita e a publicação de *Feliz ano velho* tenham se situado no momento de abertura política e de maior flexibilização da censura, eles foram empreendidos à sombra da ditadura. A década de 1980, de tal modo, era muito marcada pela desinformação. Ainda assim, percebe-se que o livro traz uma tentativa de desnudamento do *modus operandi* do aparato ilegal repressivo e de suas contradições; a partir das lembranças individuais e familiares, a respeito da prisão do pai, da mãe e da irmã.

A tônica da atuação dos agentes de segurança pública, entre 1964 e 1985, situava-se sob o absurdo, os próprios órgãos responsáveis pela prisão, morte e desaparecimento apresentavam alegações criadas às famílias das vítimas:

Nem Kafka teria pensando em tamanho absurdo.
 (...) — Seu marido está em Fernando de Noronha. Eu mesmo o levei até lá.
 — Está preso no Xingu e passando bem.
 — Está internado num hospício como indigente.
 — Está exilado no Uruguai esperando um momento melhor pra voltar.
 Ou então ler as declarações de um general supostamente responsável pela prisão do meu pai:
 — Pergunte à mulher dele onde ele está, que ela sabe melhor que a gente.
 Mais absurdo foi o que uma testemunha, que também fora presa, contou, muito tempo depois:
 — Seu marido foi espancado na minha frente até cair no chão sobre uma poça de sangue.
 A conclusão é de que seria difícil ele estar vivo depois de passar pelas mãos da nossas heróicas “Forças Armadas” (PAIVA, 1984, p. 31-32).

O extenso rol de contradições ora renovava as esperanças da família, ora dismantelava a possibilidade de encontrar Rubens Paiva com vida. A testemunha citada por Paiva, não identificada, pode ser Cecília Viveiro de Castro, uma peça importante para desvendar as circunstâncias de morte do deputado cassado. Dessa maneira, os poucos indícios de verdade, que vinham à tona, demonstravam que o ex-deputado não teria resistido à violência desproporcional empregada pelo DOI, nos “interrogatórios”. Ainda assim, não havia corpo. A família vivia um calvário:

ONDE ESTÁ RUBENS PAIVA?

O Governo dizia que ele não estava preso.

MAS COMO NÃO ESTAVA PRESO, SE SUA MULHER VIU A FOTOGRAFIA DELE NO ÁLBUM DA PRISÃO?

A resposta era cínica e covarde:

A MULHER DELE NUNCA ESTEVE PRESA, NEM SUA FILHA.

Mas eles cometerem uma gafe. Meu pai, quando preso, foi guiando o próprio carro, que ficou estacionado no quartel Barão de Mesquita. Mais tarde, uma tia minha foi recolher o carro, e os caras deram um recibo com o timbre do Exército (PAIVA, 1984, p. 62).

De fato, a versão familiar contrariava o Estado: Eunice Paiva havia reconhecido a foto do marido no álbum da prisão e, além disso, a família possuía um recibo de devolução do seu automóvel (PAIVA, 1984, 2015). O recibo timbrado foi entregue pelo então Subdestacamento Administrativo do DOI/I Exército a Renée Paiva Guimarães, irmã do ex-deputado. Nesse documento, são detalhadas características do carro (placa, modelo, chassi etc.) e nele está registrado o nome do proprietário (Rubens Beyrodt Paiva).³⁶

Em *Segredos de Estado*: o desaparecimento de Rubens Paiva, o jornalista Jason Tércio (2011) afirma que, antes mesmo da divulgação do posicionamento oficial do governo, os meios de comunicação divulgaram o sequestro de um notável preso político. De acordo com ele, a imprensa foi chamada à sede do I Exército para receber “um comunicado de duas páginas reproduzindo quase na íntegra o ofício (...) sobre a fuga de Rubens Paiva no Alto da Boa Vista” (TÉRCIO, 2011, p. 244).

A notícia, todavia, intrigou alguns integrantes da reunião. Para os veículos de comunicação: “fuga espetacular desse jeito seria totalmente censurada, se fosse verdade. Por um motivo simples: desmoraliza os órgãos de segurança (...) Mas o Exército divulga tudo logo no dia seguinte, deixa fotografar a cena” (TÉRCIO, 2011, p. 245).

³⁶ Consultar o recibo no Anexo C da pesquisa.

Tércio (2011, p. 247) assinala que a imprensa divulgou matérias muito semelhantes, com modificações pontuais. Alguns jornais não relevaram o nome do ex-deputado ou o nomearam como “Rubens Seixas” com exceção da *Tribuna da Imprensa*, que divulgou o nome completo.

O Globo (23.01.1971), como pode ser visto no Anexo D, trazia em sua manchete: “Terror liberta subversivo de um carro dos federais”. A identidade do preso era mantida em sigilo, porém algumas pistas foram reveladas:

Era madrugada de ontem [22 de janeiro de 71], cêrca de 4h30m, quando o tiroteio irrompeu na Avenida Edson Passos. O Volks com agentes de segurança fora bloqueado por dois veículos, de onde partiram rajadas de balas. O alvo principal foi o tanque de gasolina, que explodiu e incendiou o auto dos policiais. Êstes se abrigaram e responderam ao fogo, mas a operação de resgate do prisioneiro conduzido em diligência importante foi consumada durante a fuzilaria.

A identidade do resgatado é mantida em sigilo, pelos setores de segurança, sabendo-se, apenas, que seria um político cassado e que fora capturado há dois ou três dias, em sua residência, na Zona Sul (O GLOBO, 1971).

Assim, antes mesmo da divulgação da versão oficial do desaparecimento de Paiva, os jornais reproduziam a posição do Exército relativa ao fictício resgate do “subversivo” (TÉRCIO, 2011). Atenta-se para os signos elencados para compor a manchete, como o uso dos termos “terror” e “subversivos”.

A matéria também não questiona as incongruências desse “atentado”, tal como o fato de os policiais terem saído ilesos da ação mirabolante. E, principalmente, nenhum grupo de guerrilha ter reivindicado a autoria da ação (TÉRCIO, 2011). Esse pacto de silêncio permanecia em virtude do próprio momento político, já que a “mão” da censura pesava sob os veículos que almejavam questionar essas lacunas e contradições.

Antes de emitir o comunicado à imprensa, o general Syseno Sarmiento, comandante do I Exército, solicitou ao major Ney Mendes a abertura de uma sindicância para apurar a ocorrência registrada pelo capitão de operações Raimundo Ronaldo Campos (e dirigida ao chefe do DOI/Exército).³⁷

O capitão relatava que, às 4 horas do dia 22 de janeiro de 1971, Rubens Paiva foi levado para o reconhecimento de um imóvel. O ex-deputado deveria indicar a casa, segundo esse relatório, em que estaria o receptor de cartas remetidas do Chile. Ele não teria identificado a residência e, enquanto a equipe regressava com Rubens Paiva, fora surpreendida por outros dois carros — os quais dispararam contra os militares. O deputado cassado teria fugido com esses

³⁷ Verificar Anexo E.

“subversivos”, que supostamente incendiaram a viatura do Estado.³⁸

O laudo da sindicância, de 3 de fevereiro, reitera as informações fornecidas por Raimundo R. Campos. Assim como a perícia realizada, ainda no dia 22 de janeiro, pelo Primeiro Batalhão de Polícia do Primeiro Exército, assinada pelo tenente do pelotão de investigações criminais, Arnaldo Avólio Filho, e por Lucio Eugênio de Andrade, sargento-perito.

Diante desses fatos “irrefutáveis”, o major Ney Mendes finaliza e assina o documento parabenizando o trabalho das Forças Armadas (cf. Anexo F):

Não houve em qualquer hipótese algum indício de responsabilidade a apurar-se por parte dos agentes de segurança. Pelo contrário, demonstraram iniciativa, coragem, e um elevado grau de instrução em face da surpresa e superioridade dos elementos desconhecidos.³⁹

Ao frisar a “heroicidade” do Exército, o major marca a insolência dos militares e o destemor dos agentes, os quais eram acobertados por todas as esferas do poder. Esse laudo foi entregue ao major Demiurgo, que o levou a Sarmento, então comandante do I Exército (TÉRCIO, 2011), mas ele só foi publicado no *Diário Oficial da União*, em 24 de fevereiro. Assim, no mês seguinte à prisão de Rubens Paiva, as Forças Armadas declaravam, oficialmente, que ele havia fugido. O posicionamento é reproduzido por Marcelo Rubens Paiva em *Feliz ano velho*:

“SEGUNDO INFORMAÇÕES DE QUE DISPÕE ESTE COMANDO, O CITADO PACIENTE, QUANDO ERA CONDUZIDO PARA SER INQUERIDO SOBRE OS FATOS QUE DENUNCIAVAM ATIVIDADE SUBVERSIVA, TEVE SEU VEÍCULO INTERCEPTADO POR ELEMENTOS DESCONHECIDOS. POSSIVELMENTE TERRORISTAS, EMPREENDENDO FUGA PARA LOCAL IGNORADO...” (PAIVA, 1984, p. 63).

Tal versão, estapafúrdia, é comentada pelo memorando:

Em outras palavras, ele tinha fugido. Foi a versão mais idiota que já inventaram, mas o que fazer? (...) Continuamos morando no Rio e começaram a chegar informações terríveis: ele tinha sido torturado e morrera. “Mas como? Não existe tortura no Brasil...” (PAIVA, 1984, p. 63).

A motivação da prisão permanecia obscura, posto que Rubens Paiva era um deputado

³⁸ Verificar Anexo F.

³⁹ Idem. Cf. PASTA nº 57. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério Público. Título: Documentos procedentes do I Quartel do Exército, relacionados a Rubens Beirodt (*sic*) Paiva. Localidade: Rio de Janeiro, RJ, BRA. Data: 3 fev. 1971. Número de folhas: 29. Arquivo Nacional. Código de referência: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0360, p. 2.

cassado e não integrava nenhum grupo de resistência à ditadura. Vale a longa citação daquela que era a hipótese principal:

O motivo da prisão parece ter sido uma carta enviada por alguns amigos exilados do Chile. Uma amiga da família, Cecília Viveiros de Castro, depois de visitar o filho no Chile, foi detida no aeroporto, onde os agentes de segurança descobriram as cartas. Dali ela foi levada para a 3.^a Zona Aérea (para onde, no dia seguinte, levaram meu pai), comandada pelo brigadeiro João Paulo Burnier. (...) ela, outra mulher ⁴⁰e meu pai permaneceram de pé muito tempo, com os braços pra cima, num recinto fechado. Com a longa duração do castigo, Dona Cecília fraquejou, sendo amparada por meu pai, que estava ao lado dela. A atitude dele irritou o chefe do interrogatório, descrito como “um oficial loiro, de olhos azuis”, que atacou meu pai e começou a surrá-lo. — Vocês vão matá-lo! — gritou uma das mulheres. Isto fez com que esse oficial ficasse completamente fora de si, e, agarrando a mulher pelos cabelos, forçou-a a aproximar-se do meu pai, já estirado no chão. — Aqui não se tortura, isto é uma guerra — gritou o oficial. Essa mulher ainda ouviu a voz do meu pai, já no quartel Barão de Mesquita, no dia 21 de janeiro, mas depois foi solta. É a única testemunha do caso, professora das minhas irmãs, porém nunca contou a história seja pra nós, seja pros jornalistas. Essa versão foi contada por alto, pelo marido dela (PAIVA, 1984, p. 63-64).

A testemunha-chave, possivelmente emudecida por conta do medo e do trauma deixado pela violência sofrida, não contou na ocasião o que se passara com o pai de suas alunas enquanto ambos estiveram sob o poder do Exército. O depoimento da professora, mais de três décadas depois, do ex-presos político Edson de Medeiros e de Marilene Corona Franco foram essenciais para a apuração do caso Paiva, investigado pelo MP do Rio de Janeiro em 2013, por serem as principais testemunhas das agressões perpetradas contra o ex-deputado. O memorando de *Ainda estou aqui* (2015) recupera tais fatos com o propósito de destrinchar a prisão do pai, a qual realmente foi ocasionada pelas cartas apreendidas no desembarque de Cecília Viveiros de Castro.

O posicionamento oficial fornecido pelo Estado na década de 1970 foi desmantelado apenas seis anos atrás, com a finalização dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Apesar de a CNV não ter responsabilizado, criminalmente, os executores do assassinato do petebista e localizado seu corpo, suas conclusões representaram um avanço histórico no caso Paiva. Como debatido mais adiante.

Antes das conclusões da comissão, Tércio (2011) explicava que o veículo incendiado durante a fuga não era uma viatura oficial. O automóvel, na verdade, fora roubado. Quando a polícia o recuperou, em vez de devolvê-lo ao dono, utilizou o carro para forjar a ação fictícia de fuga.

⁴⁰ Trata-se de Marilene Corona de Castro. Como Marcelo Rubens Paiva retoma o assunto em *Ainda estou aqui* (2015), nesta seção é feita somente uma breve apresentação das testemunhas. No próximo capítulo, essas prisões voltarão a ser discutidas, a partir do que é trazido pelo escritor em seu outro livro de memória, à luz da CNV.

O deputado também não foi conduzido para reconhecimento de casa alguma, afinal Cecília Viveiros de Castro havia sido detida antes mesmo da prisão de Rubens, portando as cartas trazidas do Chile. Inclusive, o então capitão Raimundo R. Campos admitiu ter roteirizado a “ocorrência”, como descoberto há poucos anos. O impacto dessas considerações foi transportado para a literatura em *Ainda estou aqui* (2015), em que ele apresenta outra compreensão a respeito de questões familiares, inclusive, acerca doo “sumiço” do pai.

Contudo, o enredo de *Feliz ano velho* já era envolto pelas recordações traumáticas relativas ao desaparecimento do pai do narrador, acontecimento que impacta toda a família Paiva.

O caso dos desaparecidos forçados alude à tragédia grega *Antígona*, em que Creonte decreta a proibição tanto de honrar o túmulo quanto de “lamentar a morte” (SÓFOCLES, p.168). Algumas vidas, a exemplo dos desaparecidos, muitas vezes, são consideradas não “choráveis”⁴¹, indignas de lamento, comoção e até jazigo:

Depois da anistia ficou-se sabendo das barbaridades cometidas nos porões dos quartéis. Até soube que um repórter, que estava próximo do ex-Presidente Médici no aeroporto de Recife, ouviu alguém dizer que Rubens Paiva fora morto. Segundo o repórter, nosso ex-Presidente riu e falou pro senador Vitorino Freire:
– Acidente de trabalho (PAIVA, 1984, p. 65).

A declaração anterior, efetuada pelo ex-presidente militar, evidencia o deslante dos comandantes militares e o total desrespeito às vítimas, bem como aos seus familiares. Para o Estado, essas vidas não são dignas, sequer, de lamento. Na referida conjuntura, *Brasil: nunca mais* (1987, p. 269), lançado anos depois de *Feliz ano velho*, trata do “sumiço” de Rubens Paiva como um episódio “impressionante de desaparecimento político, pelo cinismo dos órgãos de segurança”.

A obra também relata os acontecimentos atinentes à prisão/desaparecimento do ex-deputado, como a prisão de sua filha e esposa. Inclusive, o recibo timbrado pelo Exército, da devolução do carro da família, é uma das provas materiais da prisão de Rubens Paiva (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987). Prova rejeitada até mesmo pelo judiciário.

Nesse contexto, de acordo com o narrador de *Feliz ano velho*, sua família se deparou com um labirinto de falsas explicações ao começar a buscar Rubens. Até o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid — amigo do avô de Marcelo (Jayme Paiva) — garantiu que logo o ex-

⁴¹ BUTLER, Judith. Judith Butler: “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?” *El país*, [S.l.], 10 jul. 2020. Babelia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

deputado retornaria:

[...] foram impetrados três pedidos de *habeas-corpus*, mas nada aconteceu. Minha mãe chegou a ir um dia à PF ver se conseguia alguma notícia. Ficou de pé horas, esperando fora do portão, até que um policial comovido disse: “Não adianta, Dona Eunice. Os homens não vão devolver o que a senhora quer. Não adianta ficar aqui”. No Congresso Nacional havia debates agitados. De um lado, Pedro Horta; do outro, o líder da maioria Eurico Resende. No dia 20 de fevereiro, o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid disse pra minha mãe que meu pai tinha sofrido “alguns arranhões”, mas que voltaria em breve para casa. As reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoa Humana passaram a ser secretas, depois do caso (PAIVA, 1984, p. 62-63).

O STM também se recusou a conceder o *habeas-corpus*:

Logo depois veio a censura da imprensa sobre o caso, foi julgado um *habeas-corpus* numa sessão secreta do Superior Tribunal Militar (obviamente negado), sessão essa a que minha mãe esteve presente, sozinha (só com a ajuda do Tio Rafael). Não havia provas. O jeito foi esperar (PAIVA, 1984, p. 63).

Havia omissão por parte do sistema de justiça. As instituições encobriam os métodos adotados pela política repressiva nos centros clandestinos de tortura e eximiam as responsabilidades dos envolvidos que, mesmo elaborando laudos e sindicâncias fraudulentas, não eram sequer investigados, tampouco julgados (BRASIL, 2017).

Em relação a Rubens Paiva, os próprios envolvidos em seu sequestro negavam a sua prisão, enquanto as demais instituições eram coniventes e corroboravam com o que se pode chamar de invenção. Por isso, o Ministério Público recusou o *habeas-corpus* impetrado pelo advogado Lino Machado, em determinação reiterada pelo STM em maio de 1971.

Entre os documentos que podem ser observados no Anexo F consta um ofício (de 23 de junho de 1971) do então ministro do Exército, Orlando Geisel, dirigido ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Nele, Geisel afirma enviar uma cópia da sindicância produzida pelo I Exército acerca do caso Paiva. Também foram encaminhados outros documentos ao STM, o qual também negou o pedido de *habeas-corpus*.

A decisão arbitrária do STM foi rebatida anos mais tarde pelo BNM (*Brasil: nunca mais*):

O fato foi submetido à apreciação do Superior Tribunal Militar, que pediu informações ao comandante do I Exército. Apesar dos dados indiscutíveis que confirmavam a prisão em sua casa, guiando o seu próprio carro, tendo em companhia dois agentes de segurança, e a devolução do veículo mediante recibo, o I Exército respondeu que ele não se encontrava detido (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 270).

Ao se retomar aos documentos referentes a Rubens Paiva do Anexo F, encontram-se dois recortes de jornais, ambos do dia 3 de agosto de 1971. O primeiro trata da notícia divulgada pelo *O Estado de S. Paulo*: “STM reafirma sequestro de Rubens Paiva”. O segundo, publicado pelo *Jornal do Brasil*, traz uma pequena nota referente ao pedido de *habeas-corpus* negado pelo STM.

Ademais, um ofício assinado pelo general Sylvio Couto Coelho da Frota, disposto no mesmo arquivo (Anexo F), reafirma que não há divergência entre o recibo constante nos autos e qualquer outra alegação de seu antecessor (Syseno Sarmento, ex-chefe do DOI/ I Exército, nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar).

Prevaleceu, portanto, a alegação que o automóvel de Rubens Paiva esteve sob a posse do Exército porque: “segundo o apurado, os agentes que conduziram o paciente não utilizaram o carro do mesmo, enviando-o àquele Batalhão [quartel Barão de Mesquita], enquanto prosseguiam a investigação”.⁴² Outro fato que chama bastante atenção é a indicação de Syseno Sarmento ao STM, em maio de 1971, publicada pelo *Correio da Manhã*.⁴³ Em suma: ao invés de ser afastado do cargo e investigado, o agente foi promovido, aspecto que revela que os crimes militares não eram sequer julgados, mas condecorados e protegidos por seus pares. Tal nomeação foi concomitante à apuração realizada pelo Supremo no que toca à falsa fuga de Rubens Paiva. Meses depois, o STM indeferiu a soltura do deputado assassinado sob responsabilidade de um ministro do Supremo, quando ele ainda comandava o I Exército.

No tocante ao desaparecimento de Paiva, o BNM divulgou o depoimento — sigiloso até então — de “dr. Pepe” (Orlando de Souza Rangel), carcereiro da “Casa da Morte”, em Petrópolis:

3. Segundo ainda o Dr. Pepe, o ex-deputado Rubens B. Paiva teve o mesmo fim [fora executado], embora não fosse intenção do grupo matá-lo. Só queriam que ele confessasse mas, no decorrer das torturas, Rubens Paiva morreu. A morte do ex-deputado foi considerada pelo Dr. Pepe como uma “mancada” (ARQUIDICIOSE DE SÃO PAULO, 1987, p. 262).

Esse depoimento confirma o cinismo dos agentes estatais. Mesmo submetendo um preso político à tortura, como maneira de obtenção de informações, alegam que não possuíam a intenção de matá-lo. Para encobrir o “acidente de trabalho”, elaborou-se uma série de indícios para sustentar a versão da sua fuga.

⁴² Aludem-se ainda aos documentos do Anexo F.

⁴³ SERVIDORES militares. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1971, p. 34. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=19869&url=http://memoria.bn.br/docreader. Acesso em: 14 jul. 2020.

Os filhos de desaparecidos, em consequência, tornam-se vítimas:

Passei anos da minha vida sem saber se tinha ainda um pai ou não. Lembro-me até que, um dia, já morando em Santos, pensei ter ouvido minha irmã gritar “papai”. Saí correndo feito um louco, rodei pela casa toda, fui para rua, procurei todos os cantos, mas não achei. Ainda com uma tremedeira no corpo fui perguntar pra minha irmã. Era engano meu. Ninguém tinha gritado. Sonhei centenas de vezes com meu pai chegando um dia. Mas foram apenas sonhos. Quando viemos morar em São Paulo, três anos depois, já estava conformado com o fato de que era realmente órfão (PAIVA, 1984, p. 64).

Conforme o narrador de *Feliz ano velho*, sua família foi somente mais uma das vítimas do terror de Estado que avassalou a América Latina:

Rubens Paiva não foi o único “desaparecido”. Há centenas de famílias na mesma situação: filhos que não sabem se são órfãos, mulheres que não sabem se são viúvas. Provavelmente, o homem que me ensinou a nadar está enterrado como indigente em algum cemitério do Rio. O que posso fazer? Justiça neste país é uma palavra sem muita importância. As pessoas de farda ainda são donas do Brasil, e elas têm código de ética para se protegerem mutuamente (como no caso do Riocentro). Vou usar um velho chapão, mas é verdade que não é matando um corpo que se elimina um homem. Rubens Paiva está vivo em muitas pessoas. Um homem querido e respeitado. Um homem que não temeu nada. O contrário de quem o matou. Imagine as noites da pessoa que um dia colocou um senhor de quarenta anos e pai de cinco crianças num pau de arara, dando uma descarga elétrica naquele corpo... (PAIVA, 1984, p. 65).

Enterrado em local ainda desconhecido, Rubens Paiva teve seus direitos fundamentais negados pelos algozes até mesmo depois de sua morte, pois seu corpo não foi entregue à família. Os parentes sequer portavam a certidão de morte, negada até 1995.

Apenas no final da década de 1990 o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) sancionou a Lei 9.140/15, que determinava o reconhecimento do Estado pelo assassinato de dezenas de desaparecidos e a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). A comissão tinha entre os seus objetivos averiguar as denúncias de desaparecimento e reconhecer tais mortes, entre 1961 a 1971. Outra finalidade era localizar os restos mortais das vítimas. Em 2002, a Lei 10.536 possibilitou a ampliação do intervalo de investigação da CEMDP (BRASIL, 2007).

Os resultados foram publicados em 2007, no livro-relatório intitulado *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. No que concerne a Rubens Paiva, a CEMDP revelou que, anos depois de seu retorno do exílio, o ex-deputado teria reunido provas de adulterações em contratos para a construção da ponte conhecida como Rio-Niterói, obra autorizada pelo presidente Costa e Silva (BRASIL, 2007). Mais uma confirmação da atuação combativa do deputado, mesmo quando já fora retirado da política.

Esses indícios de corrupção reforçam, novamente, o incômodo político provocado por Paiva ao governo militar, embora já fosse um político cassado. A obra-relatório evidencia, inclusive, a inverossimilhança de sua “fuga”. É importante explicar que tal ponte leva o nome do ex-presidente Costa e Silva (BRASIL, 2007). Ou seja, o Brasil segue homenageando os repressores do passado, responsáveis por autorizar/executar crimes de lesa-humanidade e abusos de poder. A CEMDP não atingiu, porém, um objetivo primordial: encontrar o corpo de Rubens Paiva.

Como pontuado, outro marco da Lei 9.140/1995 foi a emissão do atestado de óbito aos desaparecidos forçados. Em posse do documento⁴⁴, transcorridos mais de 20 anos do “sumiço” de Paiva, Eunice declarou experimentar a singular sensação de “sentir-se aliviada com uma certidão de óbito”, emitida e entregue no começo de 1996, já que até esse direito lhe fora negado por mais de duas décadas. Em suas palavras, “essa foi a forma de tortura mais violenta que impuseram às famílias dos desaparecidos políticos”.⁴⁵

Os Paiva influenciaram a mobilização em prol dos desaparecidos políticos no governo FHC, detalhada em *Ainda estou aqui* (2015). Mais amadurecido, o narrador debruça-se sobre a luta de décadas em busca de respostas concretas. Esses pontos são abordados a seguir para analisar essa releitura do tema. Como se procura mostrar, Marcelo Rubens Paiva recupera o que já estava contido em *Feliz ano velho*, a fim de atribuir novos sentidos e esclarecimentos à morte do pai.

⁴⁴ O atestado de óbito de Rubens Paiva, cedido por Marcelo R. Paiva à pesquisadora, pode ser consultado no Anexo G.

⁴⁵ Cf. MANDIN, Ana Maria. Morte de Rubens Paiva é reconhecida após 25 anos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1971. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/24/brasil/25.html>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Capítulo 2. Escrutinar o passado: 2014 e um retorno a 1964

Deu-se um corte na manhã, oriundo de uma oração do verbo intransitivo e sujeito morto. As ruas ficaram cheias de choro pelas esquinas. Capengavam todas as hipóteses de ser mentira o final da vida (...)

Paulo Lins

ainda falta muita coisa de que preciso me livrar, ou de que não quero me esquecer?

Maria Valéria Rezende

2.1. Novas vozes cantam um mesmo passado

A produção literária sobre o legado autoritário do regime militar foi impulsionada por avanços históricos decorrentes dos processos de investigação e documentação desse passado. Nessa seara, o Brasil contou com três ensejos bastante importantes, mencionados anteriormente: o projeto *Brasil: nunca mais* (1979 – 1985), no pós-anistia; a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995 –), durante o governo democrático de FHC; e a Comissão Nacional da Verdade (2012 – 2014), estabelecida entre os governos de Lula e Dilma.⁴⁶

Essas iniciativas organizadas tanto pela sociedade civil quanto pelo governo fomentaram o registro da experiência também pela via literária, a qual se apoiou nos materiais coadunados em decorrência dessas mobilizações. Até hoje, a literatura brasileira mantém viva

⁴⁶ FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

a tendência inaugurada no pós-64, de escrever sobre a violência militar, formando um “arquivo literário”, como conceitua Figueredo (2017).

A valer, o ímpeto de escrever sobre a história da repressão, a qual vigorou entre 1964 – 1985, permaneceu em diferentes conjunturas. Embalados pela redemocratização, por exemplo, a crítica literária produziu análises que embasam esta dissertação: *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos* (Flora Süssekind, 1985); *Nas malhas da letra* (Silviano Santiago, 1988); *O espaço da dor* (Regina Dalcasgтанè, 1996) e *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 1970* (Tânia Pellegrini, 1996).

Nem mesmo a consolidação da redemocratização esgotou uma temática bastante difundida no pós-79: a militância política. Embora tenha sido amplamente abordada nos “clássicos” acerca da luta armada (por Gabeira; Sirkis; Herbert Daniel, Reinaldo Guarany, etc.), textos inéditos de ex-presos voltaram à cena. A saber: *Primeiro de abril* (Salim Miguel, 1994) e *Memórias do esquecimento* (Flávio Tavares, 1999) (FIGUEIREDO, 2017; PERLATTO, 2017).

Por ocasião da publicação de *Brasil: nunca mais*, em 1985, fontes históricas foram colocadas a serviço de escritores, cuja produção residia sob os limiares entre a memória e as informações documentais colhidas. Isso pode ser observado em *Não és tu, Brasil* (1996), de Marcelo Rubens Paiva. Este livro recria a busca a Carlos Lamarca em Eldorado Paulista, interior de São Paulo. Lá, o militar deserddado e então dirigente da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) montou um campo de treinamento guerrilheiro. Também na região do Vale da Ribeira, o avô paterno de Paiva tinha uma fazenda.

Os fios condutores da narrativa, portanto, são as memórias familiares dos Paiva e os documentos anexados no próprio texto, oriundos do trabalho de pesquisa arquivística empreendido por Marcelo Rubens Paiva. Inclusive, o BNM (*Brasil: nunca mais*) faz parte das referências bibliográficas citadas no livro. No posfácio, ele elenca outros fundos consultados para a pesquisa, até mesmo nos Estados Unidos, país que difundiu informações a respeito de opositores políticos e financiou as ditaduras latino-americanas.

Não à toa, as publicações do escritor aparecem ao lado dos grandes marcos de documentação no que toca à ditadura, em virtude da apropriação que ele faz desses levantamentos. Tal estratégia retorna em *Ainda estou aqui* (2015), lançado no ano seguinte à Comissão Nacional da Verdade. Nele, os anexos parecem ora atestar suas lembranças, ora contestar, mais uma vez, o discurso oficial do Estado (à época do sequestro de Rubens Paiva).

Nesta seção do trabalho, propõe-se, então, examinar brevemente as edições pós-2000, nas quais as recordações e o material sistematizado, em forma de arquivo, seguem norteando o

trabalho de escrita literária (no que tange ao regime), a exemplo de *Ainda estou aqui*.

Para abordar as publicações localizadas entre 1964 e 2016, relembra-se que Figueiredo divide sua análise em três intervalos: o primeiro (1964 – 1979); o segundo (1979 – 2000) e o terceiro (2000 – 2016). O último, importante para avaliar os textos do pós-2000, tem como tônica o aspecto “retrospectivo”, no qual parece resgatar o clima repressivo de outrora (FIGUEIREDO, 2017, p. 48).

As obras difundidas, nesse ínterim, conservam traços distintos daquelas publicadas depois da anistia, momento em que predominaram os relatos de memória de ex-militantes. De acordo com Figueiredo (2017, p.87),

É de se destacar o fato de se tratar de textos ficcionais que, embora conservem um lado testemunhal, se distanciam do puro testemunho porque os autores não são *superstes*, não foram vítimas diretas da repressão, ou, pelo menos, não se apresentam no papel de vítimas de tortura.

Um exemplo de escrita híbrida, em que a memória do evento se confunde com a ficcionalização dos fatos, é *Soledad no Recife* (2009), do jornalista Urariano Mota. Nascido em 1950, ele pôde acompanhar a ascensão e a queda dos militares, o que lhe permitiu se apoiar tanto em lembranças quanto em fontes historiográficas para abordar a militância da paraguaia Soledad, morta na capital pernambucana.

A fortuna crítica também se expandiu com o lançamento de *A história foi assim*: o romance político brasileiro nos anos 70/80 (Alcmeno Bastos, 2000) e *Estética e política na produção cultural*: as memórias da repressão (organizado por Rosani Ketner Umbach, 2011) (PERLATTO, 2017; FIGUEIREDO, 2017).

Além de publicações centrais a esta pesquisa, como *Livros contra a ditadura*: editoras de oposição (2013), de Flamarion Maués, e *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017), de Eurídice Figueiredo. Os artigos *Livros na campanha pela anistia* (2011), bem como *Livros, editoras e oposição à ditadura* (2014), ambos de Maués, e a *História, literatura e a ditadura brasileira*: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964, de Fernando Perlatto (2017), também foram fundamentais para esta dissertação.

Uma nova geração de escritores e pesquisadores inquietos, herdeiros da memória coletiva e traumática da ditadura, trouxe novos recortes à temática, escavando camadas ainda ocultadas. Retornar a 1964 significava reacender a luta sufocada pelo Estado democrático, que não manifestava maiores preocupações pela causa dos desaparecidos e não estabelecia uma comissão da verdade, com o objetivo de apurar as violações e os abusos impunes.

Finalmente, em 2011, sancionou-se a Lei n.º 12.528, responsável por alterar esse quadro de descaso no tocante aos nem tão longínquos anos de exceção. O texto legal previa a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o fim de atender às recomendações internacionais e esclarecer os crimes de lesa-humanidade. A CNV não tinha a função de imputar pena a nenhum agente envolvido nas violações, seja direta ou indiretamente.⁴⁷

No mesmo ano, a Lei n.º 12.527/2011 foi promulgada para disponibilizar os arquivos à consulta pública. A abertura facilitou o trabalho da Comissão, a qual pôde fazer uma varredura no Arquivo Nacional (FIGUEIREDO, 2017).

Não à toa, o trabalho da CNV foi encerrado em 2014, ano do cinquentenário da deposição do presidente João Goulart. O Relatório conclusivo foi encaminhado à então presidenta Dilma Rousseff. Dividido em três volumes, concretizou uma narrativa destoante daquela elaborada pelo aparelho repressivo entre 1946 e 1988, intervalo estabelecido pela Comissão.

O recorte temporal, um dos mais extensos em comissões dessa ordem, situa-se nos anos de promulgação de duas constituições democráticas: a de 1946, no ano seguinte ao fim do Estado Novo — Era Vargas — e a de 1988, ano da aprovação da Constituição que segue vigente até hoje. Seu trabalho se estende, assim, aos anos posteriores a esses regimes. Embora tenha investigado as violações ocorridas em ambas as ditaduras, focalizou o regime militar (1964 – 1985) (BRASIL, 2014a).

A CNV firmou 29 recomendações dirigidas aos agentes de Estado, relativas às reparações simbólica, financeira e psicológica das vítimas do governo militar.⁴⁸ Calcam-se na valoração da democracia e no respeito aos direitos humanos. Trazem-se algumas delas: reconhecer, institucionalmente, os crimes cometidos pelas Forças Armadas; responsabilizar, no judiciário, os envolvidos nas violações (sem a proteção da anistia); proibir a comemoração do que chamam de “revolução de 64” e modificar a certidão de óbito das vítimas (BRASIL, 2014a).

Ademais, preconizou também instituir meios de prevenção/combate à tortura; dignificar o sistema carcerário brasileiro; revogar a Lei de Segurança Nacional; extinguir a Justiça Militar Estadual; buscar os corpos de desaparecidos políticos; preservar a memória; manter a apuração da CNV; e estender a abertura dos acervos aos arquivos militares (BRASIL, 2014a).

⁴⁷ Cf. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília, 2014 (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.1). Brasília-DF, 10 dez. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁴⁸ Idem.

Como se sabe, ainda que o Brasil tenha tido três ex-presidentes perseguidos durante o regime militar — Fernando Henrique Cardoso; Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff — pouco foi feito. O que não destoia dos anos que se seguem a CNV, pois nem mesmo o judiciário atendeu às prescrições elencadas no relatório.

Além disso, transcorridos poucos anos do encerramento dos trabalhos da CNV, depara-se com uma onda de retrocesso e autoritarismo no governo militarizado de Jair Bolsonaro: o ex-capitão do Exército faz apologia à tortura, ultraja o Estado Democrático e os direitos humanos. Obviamente, o presidente não cogita a continuidade da CNV, dirigiu ofensas a familiares de desaparecidos e exonerou cargos na CEMDP.

Seu posicionamento não se afasta da postura verificada ao longo de sua carreira política como deputado. Na votação do processo golpista de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, Bolsonaro fez alusão à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor da Dilma”⁴⁹. Como se sabe, a ex-presidenta foi militante de organizações armadas: Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) e participou de outros grupos de guerrilha, Colina (Comando de Libertação Nacional) e VAR – Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), fusão da VAR com o Colina.⁵⁰ Por esse enfrentamento, foi e presa torturada.

Outro ponto que merece destaque são os números oficiais apontados pela Comissão Nacional da Verdade: 434 vítimas. Incluíram-se 72 nomes a mais que a listagem oficial anterior, elaborada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Todavia, esses números estão longe de serem exatos, pois não englobam os milhares de indígenas e camponeses mortos pela ação repressiva do Estado (BRASIL, 2014a).

Com efeito, no capítulo denominado “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”, segundo a própria Comissão, em decorrência das políticas truculentas do Estado, ao menos 8.350 indígenas foram mortos. Sem dúvida, o número é “exponencialmente maior”, garante a CNV (BRASIL, 2014b, p. 205).

Nessa esteira, os dados oficiais ainda destoam, de forma considerável, do número real de atingidos pela ação estatal. Sem posse de estatísticas mais certas, a Comissão formulou outras 13 recomendações, específicas para os povos originários. Em uma perspectiva

⁴⁹ Cf. BARRUCHO, Luís. ‘Enquanto me dava choques, Ustra me batia com cipó e gritava’, diz torturado aos 19 anos. *BBC* Brasil, Londres, 21 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_torturado_ustra_bolsonaro_lgb. Acesso em: 22 jul. 2020.

⁵⁰ Cf. GREEN, James. *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Tradução de Marília Sette Câmara. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

decolonial, a CNV sugere:

- Pedido público de desculpas do Estado aos povos indígenas pelo esbulho das terras indígenas e pelas demais graves violações de direitos humanos ocorridas sob responsabilidade direta ou indireta no período investigado, visando à instauração de um marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos.
- Reconhecimento, pelos demais mecanismos e instâncias de justiça transicional do Estado brasileiro, de que a perseguição aos povos indígenas visando à colonização de suas terras durante o período investigado constitui-se como crime de motivação política, por incidir sobre o próprio modo de ser indígena (BRASIL, 2014b, p. 253).

Essas recomendações também foram ignoradas, inviabilizando a ruptura da lógica colonial de ocupação dos territórios indígenas, por meio da força e do genocídio desses povos. Ao contrário disso, retrocedeu-se nas questões ambientais nos últimos anos. De tal modo, continua sendo relevante recuperar os debates incitados pela CNV e que resultaram em mais um estímulo às representações e recriações literárias da ditadura militar, agora a partir de 2014.

A leitura de Figueiredo (2017), de outro modo, elege o ano de 2010 como período em que surgira uma quantidade razoável de edições, bem mais acentuada que nos anos anteriores. Nessa pesquisa, não se desconsidera o número de obras publicadas após a data, entre 2010 e 2013, mas se entende que esse cenário serviu somente como um prelúdio da avalanche de publicações seguintes às “bodas” do golpe, em 2014.

De fato, 2014 pode ser definido por meio do imperativo “recordai-vos”. Em março daquele ano, completava-se o cinquentenário do golpe de 1964, data que animou os debates a respeito da ditadura no espaço acadêmico e na mídia. Nesse contexto, os 50 anos do golpe e o encerramento das atividades da CNV, em dezembro, também movimentaram o mercado editorial. Assim como ocorrera em 1979 e nos anos subsequentes à anistia, as livrarias foram tomadas por títulos que abordavam os regimes autoritários, primordialmente o do Brasil.

Apenas na obra de Figueiredo, foram analisadas 18 obras literárias publicadas entre 2000 e 2016, metade delas lançada entre 2014 e 2016. A crítica indica, contudo, que este número não corresponde ao total de publicações do período, porque em seu recorte ela desconsiderou metade das obras levantadas de 64 até 2016. De toda forma, a cifra já é suficiente para tomar a segunda década do século XXI como um novo marco de impressões sobre a ditadura militar, semelhante ao da anistia.

Em artigo publicado em 2017, Perlatto também destaca o *boom* de publicações lançadas no decorrer de 2014, o que não se cessou nos anos seguintes. O historiador não investiga exclusivamente a criação literária, mas trabalhos assentados nas “bodas” do golpe de 1964, incluindo obras ficcionais, historiográficas e pesquisas desenvolvidas pela crítica. Conforme

ele explica:

(..) a partir de 2014 houve uma espécie de *boom* na publicação de romances que elegeram a ditadura como contexto e cenário das narrativas ficcionais. Este *boom* pode estar associado ao interesse editorial no sentido de se aproveitar as lembranças em torno do cinquentenário do golpe de 1964 para a publicação de livros relacionados a esta temática, ou pode ser vinculado a um movimento geracional de escritores que não vivenciaram diretamente os anos repressivos e que vêm procurando, via ficção, lidar com esse passado autoritário (PERLATTO, 2017, 729).

Perlatto (2017) indica em seu levantamento os romances a respeito do regime militar que irromperam no mercado editorial após os cinquenta anos do golpe militar. É possível citar, por exemplo: *Lua de vinil*, de Osmar Pilagallo (2016); *Rio-Paris-Rio*, de Luciana Hidalgo, e *Noite dentro da noite: uma autobiografia* (2017), de Joca Reiners Terron. Entre eles, têm-se autores estreados (o jornalista Pilagallo) e premiados (Rufatto e Terron), cujas características em comum são a recuperação dos mais de vinte anos de ditadura e o fato de terem nascido entre as décadas de 50 e 60 — ou seja, todos eles cresceram sob a vigilância militar.

Em regra, os romances publicados desde 2000, de acordo com Figueiredo:

[...] transfiguram as experiências, considerando que, em sua maioria, os autores eram jovens durante os anos da ditadura, conheceram-na de perto e podem reelaborar o vivido no modo ficcional, inspirando-se de (sic) casos verídicos, porém já transmutados (FIGUEIREDO, 2017, p. 87).

Outros autores que publicaram no período nasceram antes dos anos 50, como a escritora e religiosa Maria Valéria Rezende, que lança dois romances: *Quarenta dias* (2014) e *Outros cantos* (2016). Em *Quarenta dias* (2014), ela problematiza os papéis impostos à mulher. Para isso, cria a voz narrativa de uma mulher idosa, Alice, a qual renuncia à própria vida com a intenção de assumir sua “função” de vó — imposta pela filha Norinha e pelo seu genro. Longe de sua terra natal, o Nordeste, identifica-se na protagonista uma nítida falta de pertencimento à cidade de Porto Alegre, reforçada pelo não-diálogo com a filha, que a trata como um objeto.

Essas condições a conduzem às suas andanças, quando passa a viver nas ruas da cidade, vivência lembrada por Alice ao longo das anotações no seu amarelado caderno da *Barbie*, onde também faz um balanço, fragmentário, de sua vida. Nesse diário sem data, o leitor é guiado pelo vai e vem temporal próprio da narração memorialista, que possibilita recuperar um contexto marcante: o dos sussurros, da autocensura e do desaparecimento.

Na tentativa de compreender o distanciamento entre ela e a filha, revisita a militância do marido, cuja atuação não era detalhada à esposa, para proteger a família. Esse mar de incertezas aprofundou-se com o seu desaparecimento, a partir do qual Alice precisou manter,

sozinha, a casa e a criação da filha. Nesse ponto, o elo entre elas pode ter sido perdido, considera a narradora.

A situação ficcional se aproxima muito da condição das “viúvas do Estado”, cujos maridos foram assassinados enquanto estiveram sob a custódia estatal. Isso significa que as mulheres não foram vítimas da repressão somente sob acusação de “subversão”; afinal, eram atingidas ao perderem filhos, maridos ou se tornarem órfãs.

Para desvendar o paradeiro de seus mortos, Clarice Herzog, Elzita Santa Cruz, Thereza de Lurdes Martins Fiel,⁵¹ Eunice Paiva e tantas outras travaram uma verdadeira luta contra o arbítrio. Nem mesmo com o retorno democrático, essas buscas se findam; pelo contrário, unem-se, àquelas mulheres, os familiares de desaparecidos da democracia, tanto nas memórias de *Quarenta dias* quanto no contexto não ficcional, em que Elizabete Gomes da Silva procura pelo corpo de seu esposo, o pedreiro Amarildo.

Já em *Outros cantos*, Rezende parece ficcionalizar experiências de sua própria militância. Outra vez, mulheres são evocadas como protagonistas, a partir das recordações da narradora Maria, que conta sua história no percurso de um ônibus, cujo rumo é o reencontro com um passado datado, de quarenta anos atrás. Época que alude ao contexto repressivo das ditaduras sul-americanas. Embora a tentativa de conscientizar o proletariado tenha fracassado, ela destaca a participação da mulher na luta contra a ditadura. Aspecto que, muitas vezes, é ignorado pelos próprios ex-companheiros.

Maria Regina Pilla é outra ex-militante, a qual compôs o *front*: foi presa e torturada. Ela relatou suas memórias tardiamente, quase quarenta anos depois de sua prisão, em *Volto semana que vem* (2015). Pilla enfrentou duas ditaduras, a brasileira e a argentina, caso que lembra o dos ex-militantes Flávio Tavares e Flávia Schilling, presos pelo aparato repressivo uruguaio (cf., respectivamente, *Memórias do esquecimento*, 1999 e *Querida família*, 1979). Seu histórico de militância registra sua passagem pelos seguintes partidos: o Partidão, como era conhecido o Partido Comunista Brasileiro; POC (Partido Operário Comunista), dissidência partidária do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e, por fim, o PRT, *Partido Revolucionario de los trabajadores*.⁵² Algumas de suas lembranças centram-se em seu exílio, na Europa, depois de

⁵¹ Clarice Herzog era casada com o jornalista Vladimir Herzog. Elzita Santa Cruz morreu aos 105 anos e não conseguiu enterrar o filho Fernando Santa Cruz. E Thereza de Lurdes Martins Fiel era casada com o operário Manoel Fiel Filho.

⁵² PILLA, Maria. Maria Regina Pilla relembra momentos da ditadura e de tortura, sem rancor ou truculência. [Entrevista cedida a] Lorena Paim e Adélia Porto. *Sul2*, [Porto Alegre], nov., 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2015/11/maria-regina-pilla-relembra-momentos-da-ditadura-e-de-tortura-sem-rancor-ou-truculencia/>. Acesso em: 1 out. 2020.

sua saída forçada da Argentina.

A jornalista Miriam Leitão também foi uma mulher militante à época do regime, sendo presa e torturada na década de 70. Mais de quarenta anos após sua prisão, ela publica a ficção *Tempos extremos* (2014), em que “cruza duas histórias, a da repressão e a da escravidão” (FIGUEIREDO, 2017, p. 88).

É possível concluir que os escritores teceram a (re) construção literária do terror militar sob perspectivas bastante heterogêneas. Uma das vozes que emerge dos romances ficcionais, publicados no pós-2000, é de uma geração a qual nasceu à beira da derrocada da ditadura, no exílio. Dessa forma, são chamados, por Figueiredo (2017, p. 112), de “filhos do exílio”. Caso do escritor Julián Fuks, autor de *A resistência* (2015); filho de pais argentinos, ele nasceu no Brasil, em plena abertura. Isso o aproxima da escritora Paloma Vidal, que, ao contrário de Fuks, veio exilada, junto da família, para o Rio de Janeiro. Em 2012, Vidal lançou *Mar azul* (FIGUEIREDO, 2017).

Outros autores escreveram sobre a militância e perseguição de seus parentes. Entre esses nomes está Liliane Haag Brum, com *Antes do passado* (2012), que perscruta o passado do seu tio e padrinho Cilon Cunha Brum, o qual atuou como guerrilheiro do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), no Araguaia (BRASIL, 2014c; FIGUEIREDO, 2017).

Antes do Passado se situa, então, entre o trauma privado familiar dos Brum e o histórico do “Araguaia como fantasma”, referido por meio de cartas fictícias destinadas à avó da narradora (FIGUEIREDO, 2017, p. 90). Anos mais tarde, a CNV deslindou, a partir de depoimentos, que o tio da autora provavelmente fora morto durante a *Operação Marajoara*, na qual militares adotaram trajes civis, verdadeiros disfarces, para desmembrar as guerrilhas e exterminar não apenas os militantes; camponeses também foram mortos, pela colaboração cedida aos combatentes. O mais provável é que ele tenha desaparecido em Tocantins, no começo de 1974 (BRASIL, 2014c).

A leva de publicações mais recente acerca dos “anos de chumbo” é, portanto, marcada pelo advento de autores de outras gerações e/ou de filhos e sobrinhos de pessoas atingidas, em alguma medida, pelos regimes militares. Entre as edições assinadas por filhos de perseguidos políticos, Perlatto (2017) destaca o jornalista Matheus Leitão Netto, cuja estreia ocorrera com *Em nome dos pais* (2017). No livro, ele investiga a história da perseguição sofrida pelos seus pais, Miriam Leitão e Marcelo Netto.

Ao lado de Matheus Leitão, Perlatto (2017, p. 724) inclui Marcelo Rubens Paiva, outro memorialista pertencente a “uma nova geração, constituída por pais que foram presos, torturados ou mortos”, com *Ainda estou aqui* (2015). Segundo mostrado aqui, contudo, Paiva

tratara incansavelmente do assunto muito antes, tanto em obras autobiográficas (*Feliz ano velho*, 1982) quanto em romances (*Ua-brari*, 1990; *Não és tu, Brasil*, 1996), nos quais ficcionaliza experiências pessoais. Por esse motivo, não se entende, aqui, que o escritor integra “uma nova geração”, visto que desde os anos 80 ele já apurava o desaparecimento de Rubens Paiva nas entranhas de sua obra de estreia. Isso não o impede de compartilhar, com a nova leva de autores, as marcas deixadas pelo passado de militância de seus familiares, inclusive, no que diz respeito aos traumas.

Nos últimos anos, os “filhos do trauma” também transportaram a história dos pais ao cinema, especialmente em documentários, caso de *O dia que durou 21 anos* (2012), de Camilo Tavares, filho de Flávio Tavares. Esse movimento intensificou-se na sequência dos cinquenta anos do golpe de 64, como analisa Ilana Feldman (2017), por meio dos documentários *Diário de uma busca* (2017), de Flávia Castro, cujo pai (Celso Castro) é morto em 1984, em circunstâncias inquietantes até a atualidade e *Os dias com ele* (2017), de Maria Clara Escobar, filha de Carlos Alberto Escobar, o qual decidiu por um autoexílio em Portugal, em meados de 2002 (FELDMAN, 2017).

É importante salientar que, no final dos anos 90, já se esboçava tal tendência de representar cinematograficamente a militância dos pais sob a perspectiva dos filhos, a exemplo do curta *Os 15 filhos* (1996), de Marta Nehring e Maria Oliveira. As cineastas e filhas de ex-militantes reúnem outros relatos de quem também convive com sequelas desse período.⁵³

Retomando a investigação de Feldman (2017), vale destacar que ela também menciona os documentários *Iramaya* (2017) e *Construindo pontes* (2017), respectivamente, de Carol Benjamin e Heloísa Passos. Anos mais tarde, Petra Costa, filha dos ex-militantes Marília Andrade e Manoel Costa, lança *Democracia em vertigem* (2019), indicado ao Oscar. Nele, a cineasta recupera o passado de militância dos pais e a vida na clandestinidade, para tratar de um duplo “fracasso” da esquerda: na ditadura e, mais recentemente, com o golpe de 2016.

Carol Benjamin retoma, em *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil* (2020), a militância que atravessou gerações em sua família, graças à atuação do pai (César Benjamin), do tio (Cid Benjamin) e da avó (Iramaya Benjamin) no combate à ditadura. Outro curta lançado recentemente é *De Dora, por Sara* (2020), no qual Sara Antunes — filha de Loyola Brandão, exilado durante o regime — dirige e interpreta a ex-guerrilheira Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a Dora, libertada junto a outros 69 presos políticos; em um escambo que garantiu a liberdade do embaixador suíço. O material do curta, bem como da peça “Dora”, também

⁵³ Cf. SPINA, Rose. Filhos da resistência. *Teoria e debate*, [São Paulo], 3.ed, mar. 1997. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1997/11/01/filhos-da-resistencia/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

dirigida e protagonizada por Antunes, são as correspondências que a ex-militante remetia à mãe, escritas no exílio.

Por certo, as vozes que emergiram na literatura, principalmente depois de 2014, trouxeram traumas históricos já conhecidos, mas que vêm sendo esquecidos ou minimizados. Ainda sob o manto da falta, de corpos cujo paradeiro é desconhecido, os parentes de desaparecidos forçados continuam a resistir, pela matéria literária e outras representações artísticas, em nome de seus entes assassinados pela máquina repressiva. A título de exemplo, como visto, pode-se indicar Marcelo Rubens Paiva, Liliane Haag Brum e Bernardo Kucinski.

Em relação ao jornalista Bernardo Kucinski, cuja estreia ficcional acontece depois dos 70 anos, a idade parece ter gerado uma urgência de narração, encorajando-o a resgatar o assombroso passado militarista, responsável por desaparecer com os corpos de seus familiares. Para isso, explora em *K.* (2011) o “sumiço” de sua irmã, a professora da USP Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva e de seu cunhado, Wilson Silva. Ambos eram militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e desaparecem juntos nos primeiros meses de 1974 (BRASIL, 2014c; FIGUEIREDO, 2017).

Assim como na circunstância de desaparecimento de Rubens Paiva, o Estado se calou, eximindo-se da responsabilidade pelas detenções. Em busca de notícias acerca do paradeiro de Ana e Wilson, a família se deparou com inúmeras controvérsias e chegou a ser extorquida, como os Paiva. Um dos depoimentos colhidos pela CNV apontou que Ana Rosa e o marido foram levados à “Casa da Morte”, na cidade de Petrópolis, interior do Rio de Janeiro (BRASIL, 2014c; KUCINSKI, 2014).

Nesse centro clandestino, as vítimas foram brutalmente torturadas. Há ainda indícios de que Ana Rosa foi violentada sexualmente, tortura de gênero reservada às militantes. O ex-delegado Cláudio Guerra alegou ter participado da incineração dos corpos na Usina Cambahyba, também no interior do Rio, contudo, as perícias da CNV não puderam comprovar se isso efetivamente aconteceu. Por esse motivo, assim são dados como desaparecidos (BRASIL, 2014c).

A ficção de estreia de Kucinski foi um sucesso de vendas em diferentes editoras. Em 2014 (data chave para se retornar ao tema), numa reedição da Cosac Naify, acrescentou-se o subtítulo “relato de uma busca”. No mesmo ano, lançou *Você vai voltar pra mim e outros contos*. Com a extinção da editora, migrou para a Companhia das Letras, na qual publicou *Os visitantes* (FIGUEIREDO, 2017). O sistema repressivo também é o plano de fundo de *Alice* (2014), cuja tônica não é o desaparecimento de Ana Rosa, mas a ditadura e a morte da professora da USP são lembradas. Portanto, o autor publicou pelo menos quatro livros

vinculados à temática do regime militar, desde os cinquenta anos do golpe.

Desde logo, a voz autoral de Kucinski emerge, a fim de abordar a violência continuada do desaparecimento político: o banco, de forma recorrente, remete cartas à Ana Kucinski, morta uma década depois do golpe de 64. Incapaz de considerar as propostas que lhe chegam, seu irmão escritor não considera o episódio uma mera anomalia do sistema. Na verdade, indicam um “*mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos*” (KUCINSKI, 2016, p. 15).⁵⁴

O que Kucinski chama de “Alzheimer nacional” é amplamente versado por Marcelo Rubens Paiva em *Ainda estou aqui* (2015). Livro que começou a ser gestado dois anos antes de sua publicação, quando grandes manifestações tomaram as ruas de capitais brasileiras. Dos *slogans* de protesto contra o aumento da passagem de ônibus, passou-se a averiguar enunciados saudosistas do regime militar⁵⁵. Outrossim, ataques misóginos eram dirigidos à presidenta Dilma Rousseff, rotulada de comunista por seu passado na luta pró-revolução e por pertencer a um partido “esquerdista” — Partido dos Trabalhadores (PT).

A memória a respeito do regime militar permanece em disputa. Governos tidos como democráticos e retomam velhos “mitos”, como o “fantasma do comunismo” (MARX e ENGELS, 1848/2012, p. 43), o qual não rondaria mais a Europa, mas a América Latina.⁵⁶ Como se fosse necessário combater esse “mal”, promovem passeatas antidemocráticas.

Para rebater a manutenção de práticas autoritárias na democracia, *Ainda estou aqui* exerce um papel político: o autor resgata, didaticamente, o tempo da ditadura e situa sua família nessa história. Além de problematizar a desmemória da sociedade brasileira, o narrador aborda a doença de Alzheimer propriamente dita, que acomete sua mãe Eunice Paiva.

Com efeito, *Ainda estou aqui* não é centrado na autobiografia do autor, como *Feliz ano velho*, pois as memórias do escritor, ao lado de outros relatos que integram o texto, embasam uma espécie de biografia que ele faz de Eunice Paiva. Nela, Paiva amarra a história da mãe ao

⁵⁴ As noções de culpa e luto, presentes no texto de estreia literária de Kucinski, foram objeto de estudo, em uma perspectiva comparativa com *Não falei* (2004), de Beatriz Bracher, na dissertação de mestrado da pesquisadora Lua Gill da Cruz. Cf. CRUZ, Lua Gill da. *(Sobre)viver: luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322694>. Acesso em: 10 dez. 2020.

⁵⁵ Cf. DRAUZIO Entrevista | Marcelo Rubens Paiva. Entrevistador: Dráuzio Varela. Entrevistado: Marcelo Rubens Paiva. [S.l.], set. 2015. *Podcast*. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/videos/drauzio-entrevista/drauzio-entrevista-marcelo-rubens-paiva/>. Acesso em: 12 set. 2019.

⁵⁶ Às vésperas da eleição presidencial, o candidato que viria a ser eleito, Jair Bolsonaro, prometia livrar o país da ameaça comunista. Nesse contexto, em 2018, Marcelo Rubens Paiva lançou um romance alegórico, em que satirizava o cenário político pela voz de um Orangotango. Cf. PAIVA, Marcelo Rubens Paiva. *Orangotango marxista*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.

desaparecimento de seu pai e as últimas descobertas do caso, vindas à tona, principalmente, graças aos trabalhos do Ministério Público e da Comissão Nacional da Verdade.

A similaridade identificada na ação brutal de agentes de Estado, responsável pelo assassinato e desaparecimento do corpo de opositores ao regime, e o sofrimento atravessado pelos familiares das vítimas são elementos que ligam, em certa medida, o repertório literário de Paiva, Kucinski e Brum. O tema do desaparecimento forçado aparece ainda na produção de outras três mulheres, em livros lançados entre 2015 e 2016: nas memórias ficcionais, calcadas em relatos históricos, de *Palavras cruzadas* (Guiomar de Grammont); no livro-reportagem *Cova 312* (Daniela Arbex) e no romance *Nuvem negra* (Eliana Cardoso) (FIGUEIREDO, 2017; PERLATTO, 2017).

Neste novo vasto intervalo de edições, impulsionado pelos marcos históricos de 2014, é evidente que os relatos de ex-militantes não prevalecem mais, como fica perceptível na leva pós-anistia. A presença de escritores identificados como vítimas indiretas, tal qual Paiva, faz que *Ainda estou aqui* seja comentado e recebido pela crítica, assim como pelo público leitor, como um livro de memórias sobre o regime militar.

Figueiredo (2015) dedica algumas páginas ao exame de *Ainda estou aqui*, em que comenta pontos fundamentais trazidos por Marcelo Rubens Paiva: a trajetória de Eunice na luta pelos direitos humanos e a denúncia do MP contra militares envolvidos na morte, assim com a ocultação do corpo de Rubens Paiva. A crítica inicia sua exposição acerca do livro localizando o retorno à autobiografia 23 anos após *Feliz ano velho*. No entanto, trata-se de 33 anos, dez a mais do que considera a autora, pois *Feliz ano velho* é publicado em 1982.

Em sua rápida apresentação sobre o livro de estreia de Paiva, a crítica reduz *Feliz ano velho* ao acidente e à recuperação do escritor, bem como aos cuidados da mãe com o filho paralisado. Figueiredo (2017, p.103), com efeito, afirma: “contava o acidente que o deixou tetraplégico e sua recuperação (...) ele [Paiva] menciona de maneira sucinta o sofrimento da mãe em decorrência do desaparecimento do marido”.

Feliz ano velho não trata de forma concisa do sofrimento de Eunice Paiva, que percorreu os “resquícios” de uma suposta democracia em busca do marido. Atrelado ao desaparecimento do esposo, a mãe do escritor também precisou lidar com sua própria prisão, como o autor narra em *Feliz ano velho*: “Minha irmã ficou só um dia presa, mas meu pai e minha mãe...” (PAIVA, 1984, p. 61). Ademais, como fica claro em muitas passagens, mais de dez anos depois da morte de Rubens Paiva, a ausência de movimentação do corpo do narrador se entrelaça com outra falta, a do corpo do pai. Nesse sentido, discorda-se, em tal ponto, de Figueiredo (2017).

Nesta seção, pôde-se atentar à vastidão de edições impressas no contexto rememorativo

do golpe, a partir dos estudos de Perlatto (2017) e Figueiredo (2017). Como visto, o número de publicações pode ser maior do que o contabilizado pela crítica.

Transcorridos seis anos do encerramento dos trabalhos da comissão da verdade, textos continuam a ser publicados, ainda que em menor número. A saber: *A noite da espera* (2017) e *Pontos de Fuga* (2019), de Milton Hatoum; os romances *O corpo interminável* (2019), de Cláudia Lage; *A nova ordem* (2020) e *Júlia* (2020), ambos de Bernardo Kucinski⁵⁷. Além do livro-reportagem *Vale de Perus: uma biografia*, na qual o jornalista Camilo Vannuchi reconstrói a descoberta e a abertura das valas do Cemitério Dom Bosco, por meio de documentos e lembranças dos atores envolvidos nesse achado histórica⁵⁸.

Desse modo, fica explícito que os escritores não abandonaram a tendência surgida desde o pós-64, de representar a sistematização da violência militar. Uma nova geração (incluindo vários familiares de vítimas) mantém o compromisso de não esquecer tal passado, também com a finalidade de impedir que ele se repita. Como se sabe, rastros dessas práticas autoritárias permanecem em voga nas periferias brasileiras: somam-se aos corpos desaparecidos, no pretérito autoritário, os desaparecidos do presente.

2.2. Uma leitura comparativa: *Feliz ano velho* e *Ainda estou aqui*

2.2.1. Marcelo Rubens Paiva e o mercado editorial

Desde o movimento de revitalização do mercado editorial brasileiro em meados da década de 70, mencionado no capítulo anterior, as empresas atravessaram outros processos de readequação. Nos anos 90, por exemplo, uma nova crise bateu à porta da Brasiliense, em consequência da morte de Caio Graco Prado, o qual havia “revolucionado” o mercado editorial anos antes e “salvado” a empresa de outra dificuldade financeira.⁵⁹ O episódio culminou na saída de muitos escritores da casa, como Marcelo Rubens Paiva, que migrou para Mandarim.

⁵⁷ Assim como Marcelo Rubens Paiva, o escritor Bernardo Kucinski se repete literariamente, quanto à temática da ditadura e o desaparecimento da irmã, ao longo de sua produção, em uma tentativa de elaborar o trauma e cobrar por justiça.

⁵⁸ O lançamento ocorreu em decorrência dos 30 anos da abertura das valas clandestinas, onde foram localizados centenas de ossos, alguns de desaparecidos políticos, a exemplo do ex-militante Alexandre Vannuchi Leme, primo do jornalista que assina o livro. Além de lembrar tal descoberta histórica, lança luz a uma história em suspense: poucas ossadas foram identificadas. Cf. MADEIRO, Carlos. Após 30 anos da abertura da Vala de Perus, 5 ossadas foram identificadas. *Uol*, Maceió, 9 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/09/08/abertura-da-vala-de-perus-faz-30-anos-com- apenas-duas-identificacoes-feitas.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.

⁵⁹ Cf. SALLUM, Erika. Brasiliense enfrenta crise financeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/2/26/ilustrada/6.html>. Acesso em: 4 out. 2020.

Desde meados dos anos 2000, Paiva vem sendo editado pela Objetiva, que integra o grupo Companhia das Letras, uma das maiores empresas do ramo no Brasil. Pelo selo Alfaguara, da Objetiva, reeditou *Ua-brari* (2011), *Não és tu, Brasil* (2007) e *Feliz ano velho* (2006). Este último, o sucesso de vendas da carreira de Paiva, ganha uma nova edição em 2015. No mesmo ano, mais de três décadas depois de compartilhar as memórias de um jovem recém-acidentado, tetraplégico e órfão de um pai que até hoje não pôde ser enterrado, lança *Ainda estou aqui* (2015).

Esta última publicação reforça a noção de que seus lançamentos têm acompanhado datas e acontecimentos marcantes em torno dos desaparecidos forçados no Brasil. Sua obra de estreia, *Feliz ano velho* (1982), saiu nos pós-anistia; o romance *Não és tu, Brasil* (1996) foi lançado no ano seguinte à Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos; e, por fim, o livro de memórias *Ainda estou aqui* (2015) chegou às livrarias pouco depois do cinquentenário do golpe de 1964, data que marcou o fim da Comissão Nacional da Verdade e a denúncia do MP. Essas três publicações abordam o desaparecimento político de Rubens Paiva em textos ficcionais ou de memória.

2.2.2. Antígona à brasileira: proposta de leitura de uma duologia

Trinta e três anos depois de despontar na literatura com *Feliz ano velho* (1982), Marcelo Rubens Paiva retorna ao gênero que o consagrou como escritor com *Ainda estou aqui* (2015). Nesse livro, a tônica muda: ele se torna biógrafo da própria mãe, amarrando a trajetória dela à história de desaparecimento do pai e seu embate pelos direitos humanos. A temática em comum entre os dois livros — o gênero de memórias e a narração em primeira pessoa — entre outros aspectos, permite ler essas obras como uma espécie de duologia, assunto tratado nesta seção.

Ainda estou aqui (2015), editorialmente, não deixa dúvidas de que compõe uma duologia com a nova edição de *Feliz ano velho*, lançada pela Companhia das Letras. A princípio, convém destacar alguns elementos paratextuais presentes na reedição, pelo selo Alfaguara, de *Feliz ano velho*. Assinada por Alceu Chiesorin Nunes, a capa é chamativa, com um colorido que parece adiantar o choque produzido pelo texto. A fonte escolhida recorda as pichações como forma de protesto e a cor vermelha pode ser lida como uma alusão ao acidente do narrador, assim como à morte do pai (e aos assassinatos executados pela repressão). A habitual foto em que Paiva aparece como um galã, presente logo na capa de edições antigas, é deslocada para o interior da obra, como se fosse ainda necessário dar rosto, o mesmo do pós-

acidente, à jovem voz narrativa.⁶⁰A seguir, seguem as capas.

Figura 1 – Capas de *Feliz ano velho* (2015) e *Ainda estou aqui* (2015)



Fonte: reprodução.

A edição de *Ainda estou aqui* (2015) sofre uma alteração na fonte, quando comparada à reedição de *Feliz ano velho* (2015), mas se mantém chamativa, bastante colorida. Na quarta capa, afirma-se: “Depois de *Feliz ano velho*, a luta de uma família pela verdade”,⁶¹ dando a ideia de continuação. Ainda com relação aos elementos paratextuais, antes do espaço destinado à dedicatória, anexa-se uma foto do acervo pessoal dos Paiva, em que aparecem Eunice e Rubens Paiva. Na página seguinte, Marcelo dedica a obra às quatro irmãs, *Veroca, Eliana, Nalu e Babiu*⁶². Os paratextos, assim, confirmam que a matéria literária de *Ainda estou aqui* é a história da família, os seus traumas e a sua luta, o que não o torna necessariamente uma sequência de *Feliz ano velho*.

Paiva destrincha no novo livro aquilo que fora narrado mais resumidamente e de forma lacunar em *Feliz ano velho*, até porque se sabia pouco sobre a morte do pai no início dos anos 80. O detalhamento realizado pelo escritor tornou-se possível graças às apreciações da CNV e do Ministério Público do Rio de Janeiro. Seu processo de escrita, por sua vez, é embasado em tais descobertas, incorporadas no próprio corpo do texto de *Ainda estou aqui*, como será exposto mais adiante.

⁶⁰ Cf. PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. 2.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

⁶¹ PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

⁶² Veroca é Vera Paiva; Eliana, Maria Eliana; Nalu é Ana Lúcia, e Babiu, Maria Beatriz.

As novas conclusões a respeito do caso Paiva são aproximadas de outro episódio doloroso da história da família: o Alzheimer de Eunice, mãe do narrador. Já o acidente e a consequente tetraplegia do escritor não são desenvolvidos pelo memorando em *Ainda estou aqui*. Como ele mesmo observa: “No fim de 1979, sofri um acidente. Quando acordei na UTI, eu estava paralisado do pescoço para baixo (...) Mas aí é outro livro” (PAIVA, 2015, p. 86).

Sérgio Rodrigues (2016), escritor e crítico literário, fez parte da geração que acompanhou o sucesso literário de Paiva, logo em sua estreia. Por essa razão, ao comentar o lançamento de *Ainda estou aqui*, ele indica que a obra conduz seus leitores a *Feliz ano velho*; ainda que o acidente seja apenas brevemente citado. Uma característica, que diferiria ambos os livros, seria o protagonismo cedido à Eunice, além da mudança de tônica do narrador, que, em cinco décadas de vida e com dois filhos pequenos, refinou sua linguagem (RODRIGUES, 2016).

Embora a trajetória da mãe do autor e sua doença conduzam parte do percurso narrativo dessa espécie de biografia de Eunice Paiva, o desaparecimento forçado de Rubens Paiva não fica em segundo plano. Pelo contrário, constitui peça-chave para compreender tanto a trajetória de Eunice quanto a história da família. Ademais, em *Ainda estou aqui*, o escritor não abandona, completamente, sua típica ironia, o emprego de termos de baixo calão e referências a suas investidas sexuais.

Mais velho, Marcelo Rubens Paiva se reafirma como o porta-voz da família na literatura. Dessa forma, situado em outro contexto histórico e político, ele retoma o sequestro de Rubens Paiva e a procura pelo corpo insepulto do pai, a qual atravessou o século e se estende até hoje. Entende-se, aqui, que reconstruir o desaparecimento impune de um deputado cassado à época da ditadura também é, pois, uma tentativa de impedir que os casos de desaparecimento forçada e de terrorismo de Estado continuem corriqueiros no Brasil.

O processo de retomada do que ele já escrevera é anunciado logo nas primeiras páginas de *Ainda estou aqui* (2015):

Sei que repetirei lá na frente o que narrei antes. Este livro sobre memórias nasce assim. Histórias são recuperadas. Umas puxam as outras. As histórias vão e voltam com mais detalhes e referências. Faço uma releitura da vida da minha família. Reescreverei o que já escrevi (PAIVA, 2015, p. 35).

A afirmação citada é vaga, já que o escritor não explica quais histórias se repetirão. Por sua vez, a leitura da produção do autor permite supor que *Ainda estou aqui* traz novamente tópicos explorados em outros de seus textos. De fato, o autor trabalha a temática do desaparecimento forçado ao longo de sua carreira literária, além de questões atreladas ao seu

acidente e a necessidade se reintegrar à sociedade, com deficiente físico ou até mesmo como filho de desaparecido, sem atrair olhares de comiseração. De diferentes formas, essas questões aparecem em: *Feliz ano velho* (1982); *Ua-brari* (1990); *Não és tu, Brasil* (1996); *Meninos em fúria* (2018); e na peça *No Retrovisor* (2002). Em tais produções, ele acaba por fazer um balanço de diferentes épocas de sua vida e da situação do país. Aqui, procura-se demonstrar as principais mudanças trazidas em *Ainda estou aqui* (2015), quando comparado a *Feliz ano velho* (1982). Em função disso, nos subtítulos seguintes, serão ilustrados alguns pontos em comum e/ou possíveis diferenças entre eles.

2.2.3. Um deputado cassado

Ao assumir o trabalho de biógrafo, a memória de Marcelo Rubens Paiva se desloca do seu eu individual, protagonista de *Feliz ano velho*, para a figura de sua mãe, principal personagem de *Ainda estou aqui*. Ao narrar a trajetória de Eunice Paiva e examinar a sua relação com ela, o escritor também explora, como era de se imaginar, uma memória familiar, centralizada nos Paiva, e coletiva, focalizada nas vítimas diretas e indiretas da ditadura militar brasileira.

Mas lembrar o percurso de Eunice e dos Paiva consiste, também, em retomar a trajetória pública do seu pai Rubens Paiva, cujo desaparecimento forçado mudará o destino de toda a família. Assim, ao contrário do que fez o jovem narrador de *Feliz ano velho*, que não mencionava sequer a eleição a deputado federal do pai, tampouco sua cassação, nessa nova obra ele deslinda o perfil político do progenitor. Nesse bojo, em um momento de desestabilidade democrática, em que heroizam torturadores, parece ter se tornado urgente recuperar sua memória e o cenário da violência ditatorial. E coube ao filho-escritor recontar essa história.

Segundo ele narra, Rubens Paiva decidiu se candidatar em um “repente”. Da Rússia, ele acompanhou a saída de Jânio Quadros e teve o *insight* de integrar a corrida eleitoral de 1962, apesar das condições financeiras desfavoráveis. À época, ele utilizou as economias da família burguesa, que morava de aluguel e tinha cinco crianças pequenas em casa. “Idealista”, como classifica o próprio filho, ele não foi “perdoado” pela esposa (PAIVA, 2015, p. 89-90).

Assim, às avessas do desejo de Eunice, Rubens Paiva acabou sendo eleito em sua primeira candidatura pelo PTB e dividia-se entre São Paulo e Brasília, para onde a família cogitava se mudar, mas faltou tempo: veio o golpe. Paiva (2015) recorda da vã tentativa de resistência, ainda na madrugada da ocupação militar, por meio das transmissões da Rádio Nacional, que defendia a legitimidade do governo deposto. Ele destaca o enérgico

pronunciamento do pai, o qual viria a emocionar a família cinco décadas mais tarde, ao ser encontrado nas memórias da empresa (PAIVA, 2015).

Desde o dia do golpe, os militares já indicavam a tônica dos próximos 21 anos de governo: perseguições a lideranças e prisões políticas. Na capital pernambucana, Gregório Bezerra, filiado ao PCB, era empurrado pelas ruas sob a alcunha de ““comunista””⁶³. Com medo de retaliações políticas, os principais líderes políticos foram deixando o Brasil. Rapidamente Rubens Paiva foi cassado, pelo primeiro Ato Institucional.

Ironicamente, Brasília mantinha um aspecto de normalidade política, situação oportuna para fuga de opositores. Como um dos engenheiros que integrou a construção do Plano Piloto de Brasília e piloto privado de avião, Rubens Paiva colaborou com a fuga de “Darcy Passos e Waldir Pires”, componentes “do primeiro escalão do governo. Levaram a faixa presidencial de birra” (PAIVA, 2015, p. 99).

O deputado cassado também planejou sua própria fuga, ao passo que alguns políticos se refugiavam em embaixadas:

O aviãozinho pousou, mas não parou, taxiou de motor ligado e com a porta aberta até a cerca, de onde meu pai apareceu, pulou, correu e entrou. O avião decolou. Mas a torre de controle viu tudo, mandou voltarem, caso contrário abateriam a aeronave. Ele quis continuar. O piloto implorou para voltarem. (...) Partiram para o plano B. Deram a volta, pousaram, mas de novo o piloto taxiou até a cabeceira, abriu a porta, e meu pai correu em zigue-zague para a cerca até o mesmo Fusca, que o esperava de motor ligado. Soldados foram na sua direção, ele corria, eles atiraram, balas passaram rente, ele se agachou e rastejou até o carro, aceleraram, fugiram, entraram no setor das embaixadas, ele correu de novo e pulou o muro da embaixada da Iugoslávia, onde já estava parte dos seus amigos cassados. Embaixada escolhida por ele (PAIVA, 2015, p. 100).

Essa foi a única tentativa de fuga de Rubens durante a ditadura. Na lembrança do autor, ela fazia de seu pai um verdadeiro herói na sua infância:

(...) pedia para o meu pai contar e recontar essa história para os meus amigos. Era incrível imaginar um cara meio gordo, sempre de sapato, terno e gravata, com abotoaduras, meio sedentário, num momento cinematográfico, heroico. Ele recontava obedecendo à mesma linha narrativa. Mas dizia que atiravam para o alto, que eram revólveres fajutos, que não queriam matá-lo de verdade. Pode ser. O golpe foi desferido sem vítimas fatais. O fato é que eu tinha orgulho dele. Não tinha o perfil dos meus heróis da TV ou dos gibis, mas teve seu momento de fugir sob balas. Poucos tinham um pai assim (PAIVA, 2015, p. 100-101).

Após a frustrada tentativa de fuga, Rubens Paiva se juntou aos colegas na embaixada da Iugoslávia. Na jovem capital, a família Paiva chegou a comemorar o aniversário de cinco

⁶³ MALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que mudou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

anos de Marcelo, no Dia do Trabalho. Nesse novo desenho político, Eunice Paiva portava uma procuração de Rubens Paiva “e passou a ser, pela primeira vez, mãe-pai, o que se repetiria ao longo da vida” (PAIVA, 2015, p. 103). Posteriormente, esse documento ajudava a contornar o desamparo jurídico enfrentado pela família, dado que lhes era negado qualquer comprovação da morte de Rubens Paiva, inclusive o atestado de óbito.

Meses mais tarde, foi cedido a Rubens Paiva um “salvo-conduto” que garantiu sua ida à então Iugoslávia (PAIVA, 2015, p. 103). Seu desterro foi breve, porque ele decidiu retornar ao Brasil ainda em 1964:

[...] pegou em Paris um voo para o Uruguai que fazia escala no Rio. Olhou para a porta do 707 aberta no Galeão, a escada, chamou a aeromoça e disse que ia comprar charutos. Desceu do avião tranquilamente. Andou pela pista enquanto o avião era reabastecido. Foi andando por corredores de um aeroporto dos anos 60, sem esquemas de segurança de hoje. Andou por lojas, circulou pelo desembarque, viu as portas abertas. Não perdeu a oportunidade. De repente, estava na calçada do aeroporto. Deixou sua bagagem para trás, pegou um táxi até o Santos Dumont. Pegou uma ponte aérea. Apareceu em São Paulo, na nossa casa da alameda Tietê de surpresa. Minha mãe quase teve um enfarto (PAIVA, 2015, p. 104).

Passado o espanto inicial, a família se mudou para o Rio de Janeiro, cidade que traria um recomeço à família e a outros políticos cassados. Foi no antigo estado da Guanabara que Rubens Paiva buscou se afastar do “estigma de paulista comunista inimigo” do Estado. Como engenheiro, ele apostava em novas oportunidades (PAIVA, 2015, p. 64). Ao contrário do planejado, o câmbio marcaria o “início do fim”.

Três anos depois da chegada da família à capital do Rio, a violência militar não se comprimia, pelo contrário, acentuava-se, especialmente com o decreto de dezembro de 1968 (o AI-5). Aqueles que ainda adiavam o exílio tomaram a decisão acertada de deixar o país, caso de Fernando Gasparin, amigo da família (PAIVA, 2015).

Já Rubens Paiva havia se “auto-anistiado” desde seu retorno ao Brasil, decidindo permanecer no país. Acabou sendo preso, torturado, morto e desaparecido:

Meu pai foi preso e morto (...) Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de nenhum outro moleque. Muitos passaram a me evitar. Eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do país, eles aprendiam com alguns pais e professores, liam na imprensa, viam nos telejornais. Meu pai era membro “do Terror”! Em 1971, eu ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que se passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam (PAIVA, 2015, p. 70-71).

Aos onze anos, Marcelo precisava justificar não mais a cassação do pai deputado, mas seu sequestro. Naquela idade, poderia não ter a maturidade para argumentar que o pai não era

comunista, contudo, garantia: não era bandido. A súbita perda do pai e a alienação dos colegas levaram-no ao isolamento. Também experimentado mais tarde, em suas primeiras horas de internação em um hospital de Campinas, logo depois do acidente. Ou no ano-novo, quando desejou seu “fim”.

Como em *Feliz ano velho*, o escritor enfatiza o apoio da sociedade civil ao regime, mesmo com o surgimento das primeiras denúncias de desaparecimento forçado. Em alguns casos, os próprios parentes se envergonhavam da atuação na militância de seus entes próximos, considerando-os inimigos do governo, “bandidos” e/ou “comunistas”. A escritora Liniane Haag Brum explora esse sentimento, que atravessou sua família, frente à adesão do tio ao movimento de guerrilha; temiam e tinham “vergonha do filho assaltante de banco” (BRUM, 2012, p. 22 apud FIGUEIREDO, 2017, p.91).

2.2.4. O sequestro

Após pincelar a figura política de Rubens Paiva, sua cassação e o exílio de poucos meses, mais de quarenta anos depois de seu desaparecimento, o filho também recupera o “dia que não tem fim”. A cena da prisão do pai:

O feriado do dia 20 de janeiro de 1971 é um dia que não tem fim. Demoramos para entender por que esse dia existiu e foi daquele jeito. Depois de caminhar na orla, meu pai se deitou no sofá do escritório de casa, acendeu um charuto e começou a ler jornais. Minha mãe lhe fez companhia. O telefone tocou pouco depois das dez da manhã. A voz de uma mulher pediu nosso endereço para entregar uma encomenda do Chile. Ele não notou nada de anormal e deu (PAIVA, 2015, p. 115).

O período que abre o parágrafo anterior marca a choque do sequestro de Rubens Paiva, o qual apontava quase para uma negação do próprio evento, como se fosse um pesadelo. Principalmente porque a família não conseguia compreender, com exatidão, quais foram as motivações da violência de Estado, a qual se abateu sobre os Paiva. Dessa forma, somente mais de quatro décadas depois do assassinato e do desaparecimento do corpo do deputado cassado, o quebra-cabeças foi quase concluído. Mesmo com lacunas, o narrador consegue reconstituir os acontecimentos daquele feriado cristão, no começo de 1971.

No começo dos anos 70, a família Paiva morava no Leblon e pretendia aproveitar o feriado ensolarado do padroeiro do Rio, São Sebastião, naquele 20 de janeiro. Meses antes, Rubens Paiva, na volta de uma viagem aos Estados Unidos, pousara em Santiago — ansioso

para averiguar o projeto socialista do presidente Salvador Allende.⁶⁴ Ele não poderia imaginar que esses ideais políticos ruiriam anos mais tarde com o governo ditatorial de Pinochet. E que seria preso e morto por ser o destinatário de cartas advindas de lá, após confirmar seu endereço na ligação supostamente corriqueira.

A mesma cena da prisão do pai, testemunhada pelos próprios familiares, é recuperada. Mais uma vez, como fez em *Feliz ano velho*, o escritor reconstrói a atuação ilegal dos militares, a qual ainda soa absurda. Vale a longa citação:

[...] seis sujeitos armados em trajes civis cruzaram o quintal. Tensos, como se invadissem um aparelho subversivo. Entraram pela porta dos fundos da casa de esquina. Cruzaram a cozinha, apontando metralhadoras para a empregada, Maria José. Mandaram erguer as mãos. Calma, calminha...

(..) A empregada entrou pálida. Disse para o meu pai que tinha uns homens querendo falar com ele. Ele saiu. Minha mãe continuou a ler o jornal. Ele voltou escoltado por dois militares com metralhadoras e disse:

— Amorzinho, fica calma.

Ele pediu para baixarem as armas. Meu pai os apresentou à minha mãe, de um em um, disse que eram nossos hóspedes e que a casa estava à disposição. Era aparentemente o mais calmo de todos. Perguntaram quem mais estava na casa. Minha mãe explicou que só crianças. Foram todos para sala. Minha irmã Babi percebeu o barulho, foi até lá, minha mãe a acalmou e a convidou a se sentar. Perguntaram dos outros. Sim, meu filho, um garoto, está dormindo.

Fecharam todas as cortinas e janelas da casa (PAIVA, 2015, p. 115-116).

O episódio não é desconhecido dos leitores de Paiva e de muitos cidadãos brasileiros, visto que se trata de um dos desaparecimentos mais conhecidos do regime militar. Não obstante, ele pormenoriza ainda mais a história da invasão e a prisão domiciliar da família. Ao mesmo tempo, ele amplia a perspectiva do interlocutor, estampando a tensão dos presentes na invasão do imóvel.

Em sua primeira publicação, o narrador de *Feliz ano velho* (1982) pontua rapidamente seu estranhamento: “acordei e vi aqueles homens (sic) perguntei pra minha mãe o que era. Ela não respondeu e disse que o papai tinha saído” (PAIVA, 1984, p. 60). Já em *Ainda estou aqui*, ele conta:

Tomado o “aparelho”, fizeram perguntas, trocaram informações por rádio, até informarem que o levariam para prestar depoimento. Coisa de rotina. Ele pediu para se trocar. Subiu com dois agentes. O resto da família ficou na sala. Ele se vestiu acompanhado pelos dois, colou terno e gravata (...) Ele colocou um relógio no pulso, umas cadernetas no bolso. Foi com dois agentes dirigindo o Opel da minha mãe.

⁶⁴ Cf. PAIVA, Maria Eliana Facciola. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

Quatro sujeitos ficaram em casa (...) Minha irmã Eliana chegou da praia. Estranhou a casa toda fechada, cortinas e janelas fechadas. Ao entrar, minha mãe logo lhe informou o que acontecia (PAIVA, 2015, p. 116).

Uma abordagem envolvendo seis agentes, portando armamentos pesados, não poderia ser considerada de rotina. Chama atenção que não havia nenhum tipo de mandado judicial para entrar na residência ou, pelo menos, intimação para depor. Isto é, nenhuma lei detinha o poder militar. Rubens Paiva conduziu o próprio Opel da mulher e, ainda assim, inquéritos confirmavam sua hipotética “fuga”. Além disso, as cadernetas, o relógio e os demais objetos pessoais apreendidos sumiram, tal como o corpo do ex-deputado.

Mais de trinta anos após recriar pela primeira vez a cena da prisão do pai em *Feliz ano velho*, suas lembranças ganham novos nuances em *Ainda estou aqui* (2015), ilustrando a fluidez própria da memória; sujeita a construções e apagamentos. O excerto a seguir aponta para o olhar testemunhal do filho, presente em *Ainda estou aqui*, que revisa a história familiar:

Quando desci a escada, não encontrei um ambiente de terror. Estavam todos calmos, calmos até demais. A casa parecia na rotina. Ninguém comentava a presença daqueles estranhos não fardados, então sem armas, jovens, de boa aparência, educados até. Era comum ter em casa gente desconhecida espalhada pelos cômodos. Especialmente num feriado. Mas não estavam com roupas de praia. No fundo, pareciam encabulados. Era como se a família tentasse seguir a rotina, e eles percebessem que, na verdade, aquela era uma casa comum, não um aparelho. O telefone tocava e era um dos sujeitos, Militar I, quem atendia, com o telefone preto de laca na mesa de centro da sala, telefone que ficava no escritório e tinha um fio enorme esticado. Perguntei à minha mãe:

— O que está acontecendo?

— Nada, filhinho. Você já tomou o café?

— Quem são esses caras?

Ela disse que eram fiscais, depois disse que vieram dedetizar a casa. Criativa (PAIVA, 2015, p. 117-118).

Como ora apresentado, no seu livro de estreia, Paiva se lembra de ter indagado à mãe a respeito da presença de estranhos e ela limitara-se a dizer que o pai tinha saído. A versão se altera em *Ainda estou aqui*, obra na qual o narrador até elogia a criatividade de Eunice Paiva, a qual alegou que eram “fiscais” e depois “dedetizadores”. Como há a tentativa de entender o feriado que marcou a prisão do pai, ele retorna à cena e dá novas tonalidades, em uma tentativa de elaboração.

Diante da aparente normalidade, sem saber que o pai fora preso e que, na verdade, a casa estava sendo controlada, ele foi jogar sua habitual pelada: em “minha casa, dedetizadores, e eu nas areias, chutando uma bola pesada” (PAIVA, 2015, p. 119). Para sua surpresa, ao voltar para casa, foi repreendido pelos tais fiscais. Em contrapartida, a habilidade de sair sem ser percebido acendeu uma luz em Eunice, que planejou a primeira ação do pequeno Marcelo

contra a ditadura.

Nisso, o narrador parece reviver a “fuga”, de um lar espreitado pela repressão, para comunicar a prisão do pai à vizinha. Nessa segunda versão literária do episódio, ele acrescenta contornos não observados em *Feliz ano velho*, como a excitação do garoto que ganhou as ruas do Leblon, a fim de executar uma missão que parecia ser importante:

Escreveu [Eunice] um bilhete pequeno, colocou numa caixinha de fósforo e pediu para eu entregar à vizinha, Helena, e que ninguém visse. Pelo tom de voz, senti que era uma ordem não questionável (...)

Nem pensei duas vezes. Poderia pular de um muro para o outro, mas eu seria visto. Priorizei a segurança e a eficiência da minha primeira ação efetiva contra a ditadura. (...) toquei a campainha, abri a caixa e li o bilhete. Veio a Helena, tia Helena, mulher do Eltes. Minha mão tremia. Minha mãe pediu para entregar isso. Entrega a caixa e corre! Tentando entender o que estava escrito num bilhete dobrado num papel de pão: “Rubens foi preso, ninguém pode vir aqui, senão é preso também”. Cena de que a memória guardou com detalhes, segundo a segundo, do ritmo cardíaco à temperatura do asfalto, da brisa quente do mar, do tempo que tia Helena demorou, da sua surpresa ao me ver e ao ver meu desespero. Rubens foi preso. Por quê? O que ele fez? Ninguém pode vir aqui, senão é preso também (PAIVA, 2015, p. 120 e 122).

Embora descreva sua peripécia com uma voz semelhante à de um garoto, que ainda parece ter 11 anos, o evento é visto sob uma ótica já “adultizada”. Naquele momento, ele não tinha a clareza do que aquilo significa, tampouco imaginava que havia realizado sua primeira ação combativa contra os militares. Mas o tremor que sentiu na ocasião, ao ler o bilhete, foi o mesmo recordado em seu primeiro livro (1984, p.61): “Minhas pernas tremeram. Que loucura, preso, mas por quê? Toquei a campainha, entreguei o bilhete e voltei para casa preocupado”.

Chama atenção, na esteira da prisão do pai, a desconstrução que o escritor faz dos agentes da repressão. Os militares que ocupavam a residência eram jovens distantes da caricatura de “soldados da guerra”, atribuída ao Exército e a outros agentes da repressão. Em vista disso, não amedrontavam e, muito menos, “pareciam algozes” (PAIVA, 2015, p.125). Até a eficiência deles foi posta em xeque pelo narrador, pois não notaram seu segundo momento de ausência.

2.2.5. Corpo insepulto e um rito fúnebre solitário

Dois eventos decisivos para os Paiva têm como plano de fundo o Rio de Janeiro: o desaparecimento de Rubens Paiva e o começo do Alzheimer da mãe, que havia se mudado para a cidade após a sua aposentadoria. No novo livro, portanto, Marcelo Rubens Paiva se detém a suas visitas à capital carioca, onde se desperta a nostalgia de sua infância e dos últimos anos ao

lado do pai. Suas idas até lá são verdadeiras viagens no tempo, as quais também representam uma tentativa de elaboração do luto que lhe foi negado.

Em suas andanças pelo Leblon, o narrador revisita a avenida Delfim Moreira e passa pela Afrânio, rua que cruzou para entregar o recado à vizinha. Cita-se o autor: “Olá, antiga casa. Olá, antigo garoto” (PAIVA, 2015, p. 121). Através dos anos, em cada estada na cidade, ele se (re) encontra com o passado, desde quando o antigo sobrado alugado dos Paiva se tornou um restaurante caro. Ele também não deixa de marcar a grande ironia: “o sequestro do embaixador da suíça nos fez mudar da casa que virou um restaurante suíço” (PAIVA, 2015, p. 179).

Suspeita-se que Rubens Paiva tinha informações privilegiadas dos bastidores da ação executada pela ALN (Aliança Libertadora Nacional): o sequestro do embaixador Giovanni Enrico Bucher; o deputado cassado rebatia a notícias que ressaltam o sofrimento do embaixador. “Tá nada, está se divertindo adoidado, fumando seus charutos” (PAIVA, 2015, p. 136), dizia Rubens Paiva em tom de esbórnica.

Alfredo Sirkis, ex-militante, relatou sua atuação como tradutor no cativo do embaixador, durante os mais de trinta dias em que o diplomata permaneceu como refém, em *Os carbonários* (1980). Quase dez anos depois do assassinato de Rubens, confirmavam-se suas colocações: “de fato, o embaixador fumava charutos, jogava baralho, discutia política, criticava a ditadura (...) Bucher não reconheceu a foto de nenhum de seus captores. Nem de Lamarca, nem do estudante (...) seu intérprete” (PAIVA, 2015, p. 136).

Além disso, Helena Bocayuva Cunha, apesar de não integrar nenhuma das organizações armadas de combate à ditadura, alugou a casa que serviu como cativo (TÉRCIO, 2011). A filha de Luís Fernando Bocayuva, deputado cassado amicíssimo de Rubens Paiva, passou a ser perseguida em decorrência dessa colaboração e deixou o país graças à ajuda de Rubens.

Quatro dias após da libertação do embaixador, Rubens Paiva foi sequestrado pelo outro lado da “guerra”: “Rubens Paiva foi preso. Rubens Paiva foi *internado*. Rubens estava na mira. Todos estavam. Era a ditadura (...) Rubens caiu” (PAIVA, 2015, p. 126). A prisão do engenheiro e deputado do PTB não era compreendida pela família e/ou amigos próximos, haja vista que o deputado não possuía ligações diretas com a luta armada. Pelo contrário, acreditava na transformação por vias democráticas, o que justificou suas aspirações a cargos políticos desde a renúncia de Jânio Quadros. Com sua “queda”, acendeu-se o *insight*: aqueles que ainda tardavam em partir para o exílio correram para o aeroporto (PAIVA, 2015).

Quarenta e quatro anos depois do desaparecimento do pai, o narrador ainda se questiona quanto à demora do pai, sua resistência em deixar o Brasil, ao lado da família. De acordo com a crítica Figueiredo (2017, p. 106), o filho-sobrevivente procura “aquela falha trágica de que

falava Aristóteles, a hamartia (sic) (...) O herói trágico é um homem bom, que é levado à morte vítima de uma conjunção de fatores que conspiram contra ele”. Pela força desses inúmeros eventos elencados pelo filho, Rubens Paiva foi morto.

Hoje nem o restaurante suíço nem a casa na qual morou a família existem mais. Permaneceu “o endereço, um prédio preto, de poucos andares (...) Um edifício escuro, que lembra um caixão, com um jazigo, uma pedra preta em frente, e que ficou anos em reforma, corroído pela maresia” (PAIVA, 2015, p. 121). O edifício de torre única, localizado no número 80 da Delfim Moreira, é sim um prédio escuro; não mais que as circunstâncias de desaparecimento de Rubens Paiva.

Ao visitá-lo, o autor parece participar do tardio rito fúnebre dedicado ao pai desaparecido. Pois, como se pode concluir na citação acima reproduzida, ele enxerga em seu antigo endereço, na construção que se sobrepôs ao sobrado da família, o próprio jazigo de Rubens Paiva, o qual continua a ser negado. Então, a porta que não existe mais, que vira “a dor e a morte passar” (PAIVA, 2015, p. 153), deu lugar ao seu túmulo.

Assim, esse endereço acaba por se tornar um local de memória⁶⁵. Além disso, o narrador também consegue reconhecer, naquele local, alguma materialidade da vida de Rubens Paiva, o que lhe possibilita assegurar que foi feliz no Rio de Janeiro. Lá, o terreno “Tinha ainda o calor da minha família. Tinha ainda o calor do meu pai. Eu tinha vontade de contar para todos como fui feliz naquela casa” (PAIVA, 2015, p. 179).

Por outro lado, o memorando faz um balanço amargo ao revisitar esse trajeto do passado, onde encontra o “túmulo” do pai:

[...] o garoto de onze anos, em 1971, correndo desesperado num inocente dia de praia, voltando para casa em pânico, para os braços da mãe, sabendo que o pai foi preso. Cruzei aquelas árvores. Cruzo sempre quando vou ao Rio. Algumas árvores da Afrânio estavam lá naquela época. Andando pelo Leblon, refaço esse percurso, com o coração na mão, lembrando os passos, revivendo aqueles dias inacreditáveis de um destoante verão carioca. Por muitos anos, as traves em frente de casa mantiveram um rabisco que fiz na infância: MRP. Por muitos anos, fiz questão de checar se o rabisco ainda se mantinha na década de 70, 80. Mataram RP, mas o MRP resistia. Por alguma razão que não sei explicar, a faixa de areia das praias cariocas encurtou. Minhas traves não estão mais lá. Levaram a madeira pintada de branco com o rabisco MRP. Reciclaram. RP e MRP não resistiram ao tempo (PAIVA, 2015, p. 122-123).

Na citação, ele constrói uma alegoria pessimista ao esquecimento do próprio país, como

⁶⁵ Para o historiador francês Pierre Nora (1993, p.9), os locais de memória são espaços em que se é possível “ancorar sua memória”. Eles são criados porque não “há memória espontânea, que (sic) é preciso criar arquivos (...) pronunciar elogios fúnebres” (NORA, 1993, p. 13). Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 10*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 dez. 2020.

se seus nomes não fossem capazes de sobreviver à passagem do tempo, em uma sociedade que ainda não confrontou o passado. Pelo contrário, nega-lhe.

2.2.6. O testemunho dos filhos: a voz narrativa do retorno ao evento traumático

No marco do cinquentenário do golpe, a Comissão da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva” e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) organizaram a publicação de testemunhos de filhos de presos políticos, do ciclo de audiências “Verdade e Infância Roubada”. Em seu depoimento, Maria Eliana Facciola Paiva, uma das irmãs mais velhas de Marcelo, rompeu com o silêncio de décadas para falar à Comissão, em maio de 2013. Seu texto, que integra a edição, é nomeado *O testemunho do que sei, li, ouvi, senti e pensei* (2014).

Grande parte do percurso rememorativo de Eliana Paiva é relatado, tal qual no caso do irmão, nos dois livros examinados neste trabalho, com uma voz narrativa que transita entre a voz atual e uma infantilizada. Ela mesma se dá conta disso e afirma: “[...] só consigo descrever como criança, como garota. Qualquer outra pessoa mais velha descreveria de outra maneira” (PAIVA, E. 2014, p. 165). De outro lado, como visto até aqui, Marcelo Rubens Paiva não destoa do relato como um menino, ao retomar as lembranças com o pai, tanto em *Feliz ano velho* quanto em *Ainda estou aqui*.

Esse emprego, observado no caso de Eliana e Marcelo, aponta que o trauma é (re) vivido pelos narradores quando eles se dispõem a testemunhar. Nesse bojo, são incapazes de contar sem aderirem à perspectiva do garoto e da adolescente que assistiram à prisão do pai.

Eliana Paiva (2014) também explicou que preferiu esquecer-se daquele feriado do começo de 1971, como se fosse possível. Muitas dessas recordações não resistiram ao tempo, insiste ela. A artista plástica efetua algumas considerações adicionais ao que fora explanado por Marcelo Rubens Paiva tanto em *Feliz ano velho* quanto em *Ainda estou aqui*. Tal como o irmão relata, lembra que voltou da praia e se deparou com a “penumbra” da casa (PAIVA, 2014, p. 163). Minutos depois, foi surpreendida pela mãe, que comunicou a prisão do pai e, em tom imperativo, pediu à filha para avisar o tio advogado. Como ela era atleta, vestiu uma roupa apropriada para supostamente jogar e saiu depressa, sem possibilitar uma reação de impedimento por parte dos agentes que mantinham a família aprisionada.

Aliviada por conseguir atravessar as grades de sua casa e aflita pela situação ainda incompreensível, procurou um de seus melhores amigos à época. Do “condomínio dos jornalistas”, quadras atrás da residência da família Paiva, Eliana conseguiu avisar o tio e advogado Cássio Mendes de Barros, que morava em São Paulo. Como hipoteticamente estava

em um jogo de vôlei, ficou algum tempo zanzando na orla (PAIVA, E. 2014, p.163).

Ao retornar para o sobrado da família, os agentes à paisana a esperavam com um fio elétrico:

(...) o mais forte, estava com um cabo de fio elétrico na mão, querendo me bater, perguntando: “onde você foi?”. Eu, vestida de jogadora de vôlei, de novo fui entrando, sentei no sofá da sala, ele sentou ao meu lado e respondi assim: “Eu sai”. Ele disse: “Você não saiu”. Eu respondi: “Fui jogar vôlei”. “Não, você não foi jogar vôlei, você foi avisar o teu tio, a tua família, que seu pai foi preso”, ele falou furioso, mas já mais calmo (PAIVA, E. 2014, p. 163).

O testemunho de Eliana Paiva sinaliza uma questão ainda pouco debatida quando se trata do regime militar brasileiro: a violência contra crianças e adolescentes. Em uma das seções do recente Relatório da CNV — intitulado *A violência contra crianças e adolescentes, o legado traumático e sua transmissão* — lê-se:

[...] mesmo sem oferecer nenhum risco à dita “segurança nacional”, [crianças e adolescentes] foram monitorados, perseguidos, presenciaram os pais sendo baleados, cresceram dentro de uma prisão ou foram surpreendidos com ações violentas dentro da própria casa em que viviam (BRASIL, 2014a, p. 427).

A invasão da residência da família Paiva não foi uma exceção, pois se instaurou como uma prática corriqueira executada pelo aparato repressivo. No caso dos Paiva, esse sofrimento atingiu não apenas o narrador de *Ainda estou aqui*, mas também suas quatro irmãs, vigiadas na casa da família. Além disso, outros adolescentes foram presos, enquanto os militares permaneceram na residência dos Paiva, como conta Marcelo Rubens Paiva em sua estreia.

Como filhos do deputado cassado, Marcelo e suas irmãs viveram anos em agonia, esperando o retorno do pai, o que marca a continuidade da violência militar. Com efeito, o autor conta que, já no dia seguinte à prisão de Rubens, logo ao se levantar, ele se apressara para verificar se seu pai tinha retornado: “isso se repetiria por muitos anos, acordei ansioso, e a primeira coisa que fiz foi correr para ver no quarto deles se meu pai tinha voltado. Nada. A cama vazia. Só minha mãe fumando na janela. Nada ainda. Fumava desanimada” (PAIVA, 2015, p. 129). Cama que jamais voltou a ser ocupada pelo pai.

Nesse mesmo dia, eles foram novamente surpreendidos pela ação de agentes da Aeronáutica:

Às onze da manhã, uma movimentação diferente na rua: duas viaturas de chapa fria encostaram rente à porta. A ordem foi dada. Levar a mulher do ex-deputado e a filha mais velha presente na casa. Chamaram a minha mãe. Disseram que a casa “seria liberada”. Ela e a filha deveriam ir com dois deles no Fusca creme. Dar depoimentos. É rápido. Reconhecer umas fotos, e voltam hoje mesmo. Rotina. Minha mãe e minha irmã foram escoltadas até o carro e levadas. Toda a operação de busca e apreensão se

encerrava ali. Foram embora. O “aparelho” foi liberado. (...) Estávamos liberados, mas ainda presos: numa prepotência ridícula, nos trancaram e levaram a chave; como a casa tinha grades no térreo, pois já tinha sido assaltada, para sairmos havia uma logística complicada; e por que merda nos trancaram e levaram a chave, que tipo de luta é essa que combatiam, que perigo três crianças representavam num sobrado no Leblon? (PAIVA, 2015, p. 129-130).

Com as novas prisões descritas no trecho anterior de *Ainda estou aqui* (2015), permaneceram trancados Marcelo, Ana Lúcia, Maria Beatriz e Maria José, funcionária da casa. O próprio narrador questiona o *modus operandi* do Exército: qual seria o risco oferecido pelos moradores que restaram na residência, na maioria crianças? A valer, os filhos dos Paiva foram inseridos nesse rol de violações, apesar de não representarem risco algum à “segurança nacional”, como pontuado pela CNV (BRASIL, 2014a, p. 427). Havia prepotência e brutalidade nas ações realizadas sem mandado, retrato da ilegalidade do poder militar.

Presos dentro de sua própria casa, contataram a avó materna, a qual tinha uma cópia reserva da chave e pediu calma aos netos, que estavam serenos, afinal, não fizeram estragos nem feridos. Era o que eles então imaginavam. Enquanto isso, na Tijuca, Eunice e a filha foram encapuzadas, no trajeto que lhes levaria ao DOI (PAIVA, 2015).

Ambas foram encaminhadas ao Quartel do I Exército, Barão de Mesquita, reconhecido por Eunice Paiva. Nesse mesmo espaço, funcionava o DOI, um centro de referência para outros regimes latino-americanos (PAIVA, 2015). Quanto a essas novas prisões, é válido mencionar que o narrador as apresenta a partir de novos ângulos. Em *Feliz ano velho*, a história é exteriorizada em poucas páginas, de maneira mais superficial.

Do pátio do quartel, empurraram-nas até o Centro de Informações do Exército (CIE), onde tiveram seus pertences recolhidos, como acontecera com Rubens anteriormente. Seus capuzes foram retirados apenas para serem “fotografadas”, “fichadas” e levadas a celas distintas (PAIVA, 2015, p. 131). Todo o procedimento elaborado pelos militares submetia a vítima, desde logo, a uma série de violações. Como encapuzar, desde o trajeto rumo à prisão, ou manter seus familiares presos.

Em busca de mais detalhes pertinentes à prisão de Eliana Paiva, lançou-se luz ao seu próprio testemunho. Antes de ser levada de casa e conduzida às dependências do DOI, vestiu uma roupa capaz de cobrir seu corpo. Ela já temia a violência de gênero e os assédios. Em seguida, no DOI, foi interrogada três vezes e do corredor, enquanto era apalpada, ouvia gritos de torturados (PAIVA, E. 2014). Sua roupa, assim sendo, foi incapaz de protegê-la.

Eliana defende que a violência do primeiro interrogatório, conduzido pelo “cirurgião”⁶⁶,

⁶⁶ Não foi possível identificar tal agente durante esta pesquisa.

tinha o objetivo de extrair informações que pudessem ser confrontadas no decorrer do interrogatório do pai. Para ela, os interrogadores pareciam mapear nomes ligados ao ex-deputado e o rotulavam de “comunista”; ela garante que Rubens Paiva não lera sequer Marx. Tal qual ao pai, foi alcunhada da mesma maneira. E a prova de sua subversão, apontada pelos militares, era um trabalho escolar sobre a “Primavera de Praga” (PAIVA, E. 2014, p.165). Ironicamente, esse evento histórico visava a abandonar as amarras impostas pela União Soviética. Com isso, fica claro que as acusações eram bastante levianas.

Eliana Paiva acredita que o trabalho estava entre um dos quatorze livros levados da residência da família e retidos quando Rubens Paiva dera entrada no DOI. Nos demais interrogatórios, a postura dos agentes foi menos bruta, permitindo que ela chegasse a contestar sua prisão ilegal, não comunicada às autoridades competentes, e reclamar do capuz “fedorento” (PAIVA, E. 2014, p. 165).

O tom menos ofensivo dos militares soou como um desinteresse em si, na sua condição de presa política. O desenrolar dos acontecimentos, tanto quanto a informação cedida por um dos guardas, de que o pai não estava bem, fê-la sair da prisão quase convicta de que Rubens estava morto. Liberada no dia seguinte, Baby Bocayuva (Luís Fernando) buscou-a na Tijuca, onde foi deixada pelos militares (PAIVA, E. 2014). Percebe-se que havia a intenção de mascarar a prisão mesmo depois da soltura.

2.2.7. A prisão de Eunice

Eunice Paiva também estava sozinha na Tijuca, esquecida na “última cela”; apática, havia emagrecido, pois não comia (PAIVA, 2015, p. 140). Os dias de Eunice Paiva no cárcere foram definidos pelo desgaste físico e psicológico, aspectos que não foram narrados em *Feliz ano velho* (1982), até porque é com a entrega do atestado de óbito que a mãe se põe a falar, com o filho, sobre as prisões da família. Paiva (2015, p. 141) inteira:

A filha tinha sido solta no dia seguinte à prisão. Ela mofava naquela cela havia dias. Nenhuma notícia do marido. Nem dos outros filhos. Nenhuma notícia do mundo. Nos primeiros dias, chamavam-na para depor e olhar álbuns de fotos. Conhece este, conhece aquele? Nada. Não conhecia ninguém. E, se conhecia, não dizia. Ou não reconhecia presos assustados, destroçados pela tortura. Reconheceu a sua foto, a da filha e a do marido. Ouviu gritos de tortura na volta para a cela, para a solidão, a aflição, o vazio e a falta de apetite.

Mas apenas nos primeiros dias a chamavam. Depois se esqueceram dela. Deixaram-na para trás, para o fundão, para o isolamento sem sol, sem visitas, sem notícias, sem sentido. Aguentou firme. Não reclamou. Aguentou quieta. Aguentou.

O “desinteresse” em Eunice Paiva corrobora o vaticínio da filha Eliane Paiva (2014). A mudança de postura revelaria que elas não seriam mais necessárias — algo grave se passava com Rubens Paiva. Tida como dispensável pelo Exército, por nada revelar quanto à possível rede de informações mantida pelo esposo, ela foi solta:

Doze dias sem ver a luz do sol, sem notícias da família e do mundo, jogada numa cela no fundo do DOI sem nenhuma explicação. Abrem a cela. Mais um depoimento. Mais uma folheada no álbum de fotos de subversivos. Não. Surpresa: decidiram liberá-la. Não precisou assinar nada. Cruzou o corredor, saiu pela porta lateral do prédio. Cruzou um pátio com carros estacionados, onde surpreendentemente viu o seu Opel Kadet vermelho, o Opel que meu pai dirigiu quando foi preso. Se o Opel estava lá, ele estava lá! Estavam esse tempo todo no mesmo prédio. Cruzou o portão duplo de ferro, pintado de verde (PAIVA, 2015, p. 143-144).

Eunice Paiva estava livre. Retornaria, porém, com a marca das privações que havia sofrido e dos interrogatórios intermináveis. Além de se deparar com um mar de contradições produzidas pelo Exército brasileiro:

Nos doze dias em que ficou presa, passou sete com a mesma roupa no corpo, sem banho, pente, escova de dente, toalha, sabonete, nada. Incomunicável. (...). Soube pelos interrogatórios que duas presas vindas do Chile traziam cartas para o meu pai. Que cartas? Que presas? Do que você está falando? Cartas comprometedoras, diziam os interrogadores. Diziam que ele também estava preso, no andar de cima, que estava sendo interrogado, negava tudo, mas ia acabar se abrindo. Tudo o quê? Finalmente, minha mãe identificou a foto da professora das minhas irmãs, Cecília, no álbum dos presos. Mas não disse nada. Fora da cadeia, soube da farsa montada: diziam que meu pai tinha fugido. Como? Tinham dito que ele estava lá, sendo interrogado. Foi manchete dos telejornais do dia 22 de janeiro, sem citar o nome completo dele. Saíram mais detalhes nos jornais do dia 23 (PAIVA, 2015, p. 145).

Efetivamente, Rubens Paiva foi preso por conta das tais cartas, que Eunice desconheceu, até seu interrogatório. Ao reconhecer a professora de suas filhas, ela ainda não concebia que a prisão do marido tinha acontecido em “efeito dominó” a outras duas detenções, a de Cecília e Marilene. Ao menos, sua soltura permitiu o reencontro com uma família quase completa, visto que havia ausência do esposo. Paiva (2015) recorda: “De repente, senti como se a vida voltasse ao normal. Mamãe foi solta? Mamãe foi solta! Uma alegria que poucas vezes senti na vida” (PAIVA, 2015, p. 144). No reencontro com a mãe, após deixar o sítio, aquela que seria imitada pelo filho ao longo da vida, Eunice e Marcelo abraçaram-se:

Subi a escada correndo e encontrei a minha mãe deitada no seu quarto, exausta. Abracei ela como nunca. Ela fez carinhos em mim, me acalmava, quando comecei a sentir falta de ar. Era outro ataque violento, bem mais forte que os outros. O quarto estava à meia-luz; ela manteve a janela fechada. Estava com roupa confortável cor de vinho. Era ela, a minha mãe, a minha amada mãe. Que não chorou. Apenas me

acalmou, enquanto eu tentava respirar e meus brônquios não ajudavam. Depois dos habituais exercícios de inspirar e expirar, me acalmei. Eu que deveria cuidar dela, eu que estava sendo cuidado por ela. Adormeci ao seu lado. Senti paz. Senti proteção: eu, então, o único homem da casa (PAIVA, 2015, p. 144).

2.2.8. As perguntas e a luta dos Paiva

Eunice Paiva não chorava na frente das câmeras, tampouco na presença dos filhos. Marcelo Rubens Paiva comenta que a mãe se decidiu pelo silêncio, pouco comentando sobre seus dias na prisão. De acordo com ele, Eunice “se esqueceu de muito, ou não quis falar, ou não quis lembrar” (PAIVA, 2015, p. 142).

Lembra-se que, naquelas circunstâncias, os agentes da repressão não apresentavam mandados na execução das ações ou, muitas vezes, denúncias formais contra os acusados de “subversão”, enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Nesse contexto, além de desconhecer o paradeiro do marido, Eunice não sabia das motivações da prisão política dele. Contudo, nem essa ausência de informação nem a sua dor reprimida enfraquecem a sua luta.

Em seu primeiro livro, Paiva nomeia uma única testemunha, que preferiu não revelar o que realmente sabia, no entanto, delineava contornos do que poderia ter acontecido com Rubens Paiva: Cecília Viveiros de Castro. A ex-professora de suas irmãs não compartilhou o que testemunhou à família ou à imprensa. A história teria vindo à tona por intermédio de seu marido, que a contou “por alto” (PAIVA, 1984, p. 64).

História que permitiu à família compreender, em partes, o que seriam as “cartas chilenas”. Objeto de questionamento nos interrogatórios de Eunice, elas foram escritas por exilados e trazidas do Chile para o Brasil; o destino final, de uma delas, seria a residência dos Paiva. Muitos anos depois, em *Ainda estou aqui*, o escritor apresenta uma versão mais detalhada acerca da correspondência datada de 30 de junho de 71, anexada ao livro, remetida por Cecília à Eunice. Na próxima seção, será abordado o testemunho de Cecília nessa correspondência, bem como o relato que prestou ao Ministério Público, anos atrás. Por enquanto, detém-se nas buscas iniciais de Eunice e as primeiras revelações, no que toca à farsa montada pelos militares, a fim de encobrir o assassinato.

Se, por um lado, a família estava desamparada legalmente, de outro, havia a repercussão do caso pela imprensa. No Brasil, os jornais de oposição noticiavam o suspeito “sumiço” do ex-parlamentar, o que logo foi sufocado pela censura:

No dia 25 de janeiro, o jornal *Tribuna da Imprensa*, do amigo do meu pai, Hélio Fernandes, publicou o nome verdadeiro, completo. Noticiou que o “Terror” havia

resgatado “o subversivo Rubens Beyrodt de Paiva” (...) Era a senha para os amigos. Rubens foi *internado*. Usou a linguagem que satisfazia o regime, era aprovada pelo censor, que passava o dia na redação. E passou o recado. Esse cara de quem estão falando é o Rubens. Estão falando que ele fugiu dois dias depois de ser preso.

Aí tem...

Minha mãe estranhou. Mas os jornais divulgaram o nome do “terrorista” Rubens Seixas, que é o nome que apareceu no boletim de ocorrência. A confusão alimentou a esperança de que talvez não tivesse sido ele. Ou, se fosse verdade, ele fugira, fora resgatado por “bandidos do terror”. Então Rubens logo mandaria notícias? Ela soube também que, no dia 25 de janeiro, enquanto estava presa, o advogado Lino Machado impetrou habeas corpus (sic), responsabilizando o comandante do I Exército, Syseno Sarmiento, pela prisão (PAIVA, 2015, p. 146).

Tratava-se, sim, de Rubens Paiva. Que não pôde mandar notícias à família e aos amigos, porque não fugira, estava morto. O nome do comandante do I Exército, responsabilizado pelo advogado Lino Machado, também foi citado na denúncia do Ministério Público, de 2014. Ainda que já falecido, ele foi acusado de participação na ocultação do corpo de Rubens Paiva e formação de quadrilha armada, conforme consta na peça anexada por Marcelo Rubens Paiva, ao final de *Ainda estou aqui* (2015).

Em pouco tempo, o desaparecimento do deputado cassado deixou de ser tratado pela imprensa e muitos preferiram não se associarem aos Paiva:

Durante anos, no Brasil, o nome da minha família foi riscado do mapa.

Durante anos, no Brasil, a minha família foi evitada.

Durante anos, alguns brasileiros, conhecidos e amigos, nos evitaram. Até parentes.

Nos temiam. Temiam ser associados a nós.

E recebemos solidariedade de pessoas que não esperávamos. De professores, amigos que não sabíamos que tínhamos, jornalistas, advogados, empresários que poderiam arriscar a reputação ou perder contratos e concorrências, gente que apoiou o golpe e se arrependeu, organizações que não concordavam com os rumos, até da Igreja. Aliás, especialmente da Igreja católica apostólica romana, que anos depois agregou sua insatisfação para protestar pelo fim do regime (PAIVA, 2015, p. 153).

Com o apoio dessa rede de solidariedade, Eunice Paiva começou sua luta de contestação. A partir dos poucos rastros de verdade, ela contava apenas com sua voz na empreitada pela localização do marido:

Ela contou a todos que viu seu carro, o Opel, no pátio do DOI-Codi. No dia 4 de fevereiro, minha tia Renée, irmã mais velha do meu pai, foi até o quartel buscar o carro. Não só o devolveram, como deram um recibo com o timbre PRIMEIRO EXÉRCITO – DOI. Ela levava roupas e medicamentos para o meu pai. Supreendentemente, a informaram que ele não estava detido naquela unidade (PAIVA, 2015, p. 146-147).

A abertura política propiciou a retomada da denúncia do desaparecimento do ex-deputado. Porém, as perguntas levantadas no período foram respondidas somente anos atrás,

em 2014. Esse hiato de respostas indica o quanto a prática de desaparecimento político é cruel. Eunice Paiva tinha convicção de que o marido era mantido no DOI: os interrogadores confirmaram isso e seu Opel vermelho estava no estacionamento do Quartel Barão de Mesquita (PAIVA, 1984, 2015). Enquanto foi possível, a imprensa tratou de pôr em xeque o que fora assegurado pelos próprios militares, que chegaram a fornecer um recibo de devolução do veículo. Mas as informações eram sufocadas até pelo judiciário.

Era extenso “O labirinto de contrassensos que minha mãe começou a percorrer” (PAIVA, 2015, p. 154), adianta o autor. Ainda em *Feliz ano velho*, Marcelo já compilava os vãos recursos legais empregados pela família até a década de 1980 em busca de Rubens Paiva. A saber, o *habeas corpus* negado pelo STM e a inércia de outros órgãos oficiais, como o DOI, que além de não propor uma investigação com seriedade, forjou provas para ocultar o assassinado do ex-deputado federal.

Nesse sentido, somente a partir da abertura histórica de parte dos arquivos militares, ao lado da organização e revisão da CNV, o autor pôde nomear, com convicção, os responsáveis pela sindicância que reforçou a fuga fictícia de seu pai. Marcelo Rubens Paiva explica:

Depois da impetração do *habeas corpus* (sic) em 25 de janeiro, o Comando do I Exército instaurou uma sindicância para apurar os “fatos narrados na parte, a fim de que sejam eles devidamente esclarecidos”. Foi assinada pelo próprio general Syseno Sarmiento, comandante do I Exército (...) Está dirigida ao major Ney Mendes, que, assim como o capitão Raymundo Campos, trabalhava na Seção de Operações do DOI. Chefiavam as equipes de busca. Alguns nomes de envolvidos começaram a aparecer. Em 11 de fevereiro de 1971, foi encerrada a sindicância instaurada dentro do DOI. O major Ney Mendes reproduziu os termos de Raymundo Ronaldo Campos (...) (PAIVA, 2015, p. 154).

Os nomes envolvidos na trama de desaparecimento surgiam. A família, contudo, permanecia de mãos atadas, sem o corpo e punição aos responsáveis. A sindicância citada por Paiva, no trecho anterior, havia sido produzida dias antes, no dia 3 de fevereiro de 1971 (cf. Anexo F). Como havia urgência em abafar a ocorrência, sem demora, a investigação foi arquivada, apesar de sua complexidade.

Com mais consciência do que houve com o pai e munido de documentos produzidos pelas próprias instituições do governo, o escritor pôde indicar o nome de outros agentes envolvidos, levantados tanto pelo MP quanto pela CNV. E exibí-los de forma oposta ao modo como geralmente aparecem na sociedade: nomeando ruas, praças ou pontes. Na obra, são tratados como violadores de direitos humanos ou ao menos coniventes, omissos às mortes sob tortura e o desaparecimento de presos políticos.

Nessa direção, Paiva (2015) reforça a articulação entre os diferentes órgãos estatais,

responsáveis por respaldar a farsa dirigida pelo Exército, para ocultar o assassinato de um preso político:

Nas semanas seguintes, a mesma versão da fuga do meu pai com as mesmas palavras foi reproduzida e repercutida nos comandos do Exército e da Aeronáutica, na Procuradoria Geral da Justiça Militar, no Superior Tribunal Militar, até no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e na Câmara dos Deputados (PAIVA, 2015, p. 155).

O Estado brasileiro “não temia ninguém” (PAIVA, 2015, p. 155). A linguagem da burocracia militar chama atenção do memorialista. Ele destaca o uso do mesmo signo, “paciente”, pelas instituições do governo: “Todas as esferas usaram o jargão (...) Estavam todos afinados: Exército e Aeronáutica, que entregou o paciente ainda vivo e com condições de ser interrogado pelo Exército” (PAIVA, 2015, p. 156). Jargões empregados para ocultar crimes e proteger seus autores, mantendo as famílias desamparadas até legalmente. Como havia a garantia da impunidade, os militares que davam solidez à versão oficial, nas instituições indicadas, até se identificavam (e davam ares de seriedade às conclusões). De tal modo, alguns dos envolvidos na morte de Rubens Paiva já eram nomes conhecidos pela família.

A invenção da fuga do ex-deputado era uma tática perspicaz para garantir sua não-prisão. Nessa lógica, ele não teria sido preso, porque fugiu enquanto fazia o reconhecimento de possíveis imóveis ligados a subversivos. Frente aos questionamentos, por parte da família e da imprensa, as Forças Armadas passaram a declarar que Eunice Paiva também não havia sido presa. Isso contrariava o bom senso, no entanto, com a isenção de responsabilização por seus crimes, as declarações de agentes da Aeronáutica beiravam o cinismo:

[...] depois de o STM pedir informações ao brigadeiro João Paulo Burnier, que prendeu meu pai e o levou para a 3ª Zona Aérea, ele mentiu descaradamente num ofício endereçado ao Tribunal Militar: “O sr. Rubens Beyrodt Paiva jamais esteve preso nesta Grande Unidade ou Unidades subordinadas a este Comando”. O STM negou o habeas corpus (sic).

Onde ele estava? Quem podia nos ajudar? Era o Brasil do AI-5. Mas tinha uma brecha: apesar de o ato ter suspenso a garantia de habeas corpus (sic) para crimes contra a segurança nacional, não excluiu o dever de comunicação da prisão nem autorizou a manutenção de suspeitos, por tempo indeterminado, em estabelecimentos oficiais ou clandestinos, sob a responsabilidade de agentes do Estado (PAIVA, 2015, p. 156-157).

Na prática, os agentes de Estado não comunicavam a prisão de presos políticos e os mantinham sob custódia ilegal, considerando que não havia instância jurídica que se opusesse ao sistema repressivo. Nessa seara, a própria prisão de Eunice Paiva foi questionada: o governo defendia que ela também não tinha sido detida, como conta o filho em *Feliz ano velho* (1984).

Em *Ainda estou aqui* (2015), o memorialista completa que no dia 4 de fevereiro de 1971, o jornal *O Estadão* cobrou o paradeiro do marido de Eunice Paiva e relatou seus dozes dias presa, o que rebatia o posicionamento do governo.

Consoante a Paiva (2015), a mãe passou a viajar para Brasília em busca de resquícios democráticos; afinal, eram encenados pelo Congresso Nacional. Obviamente, o esforço da família também foi frustrado. Nem certa influência política propiciou o acesso ao paradeiro de Rubens Paiva:

O ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, surpreendeu e disse que meu pai logo seria solto. Um coronel pediu dinheiro para o meu avô Paiva para acelerar a soltura. Oficiais diziam que ele estava preso em Fernando de Noronha. Numa base no Xingu. Tudo mentira. Todos sabiam que era mentira. O alto escalão do governo sabia que era mentira. Jornalistas sabiam que era mentira. Menos a minha mãe, que queria acreditar que ele estava vivo, que precisava acreditar, e conheceu senadores que não serviam para nada, deputados que não legislavam, um poder corroído pelo autoritarismo, corrompido até a alma, juízes que não julgavam, tribunais que mentiam, um poder de fachada, uma mentira para dar legitimidade a uma ditadura e a milicos que mandavam e desmandavam e mentiam medo, lia uma imprensa vaga, sob censura ou, pior, condescendente, via uma TV que se omitia, acovardava-se. Cinco meses se passaram e nada (PAIVA, 2015, p. 157-158).

O filho é ainda mais enérgico, no trecho anterior, quando comparado ao seu relato de estreia, no qual ele também problematizou não apenas a atuação governamental, mas daqueles que se corrompiam e também se aproveitavam dos parentes, com chantagens e extorsões.

Atualmente, quarenta e nove anos se passaram e nada. O corpo de Rubens Paiva não foi encontrado e os militares, nomeados e indiciados, “permanecem aí, sorrindo” (DALCASTAGNÈ, 1996, p.15). A postura do narrador transparece a batalha travada por aqueles que tentam se colocar contra o ilimitado poder militar.

3. Atos de um desaparecimento

Nesta seção, segue-se comparando os livros *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015). A ideia é imergir na ampliação e no detalhamento produzidos por Marcelo Rubens Paiva, no que se refere ao desaparecimento de seu pai, em *Ainda estou aqui* (2015). Lembra-se que, nesse último livro, o escritor se baseou bastante nas investigações da Comissão Nacional da Verdade e do Ministério Público Federal, que atua no Rio de Janeiro.

Se, em *Feliz ano velho* (1982), Paiva assinala que uma testemunha importante se recusara a falar o que sabia sobre a prisão de seu pai, no novo balanço que faz do desaparecimento do deputado cassado, ele chega a anexar uma carta assinada pela testemunha-chave do caso: Cecília Viveiros de Castro. Lembra-se que tal correspondência é datada de 30

de junho de 1971, mais de dez anos antes da estreia literária do autor. Duas hipóteses podem ser levantadas a respeito da omissão dessa carta em *Feliz ano velho*: a primeira é a de Paiva não sabia da existência do documento quando publicou o primeiro livro e a segunda é a de que, por ter incorporado sua visão sobre o desaparecimento do pai “às pressas” (ela não constava no manuscrito da obra), ele não se atentou à existência dela.

A valer, *Feliz ano velho* se limita a traduzir o que havia chegado à família, ou ao menos a Marcelo, por intermédio do marido de Cecília. Em sua estreia, ainda que não cite a carta, tem-se uma noção dos bastidores da prisão do ex-deputado, tanto na 3ª. Zona Aérea quanto no DOI, onde foi surrado na frente da ex-professora.

Já em *Ainda estou aqui* (2015), o leitor tem ciência da existência de uma carta escrita por Cecília, destinada à mãe do narrador:

Só no final de junho ela [Eunice] recebeu uma carta escrita à mão pela professora das minhas irmãs, Cecília, que reconheceu no álbum de fotografias do DOI. Ela estivera presa com meu pai. E decidi contar o que aconteceu. Só então o quebra-cabeça começou a ser montado.

(...) Minha mãe não entendeu a relação dos dois. Só se conheciam de reuniões da escola.

Dias depois, a Procuradoria-Geral da Justiça Militar soltou um parecer sobre a prisão. Já usavam o termo “desaparecimento” (PAIVA, 2015, p. 158-159).

Provavelmente, Cecília Viveiros de Castro não possuía uma relação estreita com o pai de suas ex-alunas e apenas lhe faria chegar à correspondência trazida consigo do Chile. Na carta-testemunho, escrita de próprio punho, ela aborda sua prisão, nas mesmas dependências onde Rubens Paiva esteve preso. Cecília, contudo, foi bastante direta e não detalhou “as horas angustiosas” de sua prisão (apud PAIVA, 2015, p. 159).

Cecília relata que, diante de “notícias desencontradas e (...) alarmantes” divulgadas pela imprensa, viu-se impelida a escrever à Eunice, para minimizar o sofrimento de uma família. Ela conta que foi transportada do quartel da Zona Aérea ao DOI, ao lado do ex-deputado, mas não se via em condições de pormenorizar os bastidores de sua prisão. Mas garante que, entre os dias 20 e 21, ouviu, seguidas vezes, o ex-parlamentar repetir seu nome e pedir água. Cecília finaliza desejando que a carta “traga algum consolo” (apud PAIVA, 2015, p. 158-159). Surgiam os primeiros indícios do que realmente acontecera com Rubens, o que representava um alento e, ao mesmo tempo, alertava para a possibilidade de o marido de Eunice não voltar mais para casa.

Em outras passagens de *Ainda estou aqui*, o memorialista também se apoia em colagens de documentos e incorpora narrativas diversas. Desse modo, ao mesmo tempo em que mostra o labirinto de desinformações percorridos pela sua mãe, ele indica como, aos poucos, por meio

de relatos lacunares, Eunice reunia dados que indicavam o assassinato de seu marido. Outra vez, ele retoma a sessão do STM, na qual os ministros, de forma unânime, decidiram pela negação do *habeas corpus* de Rubens Paiva; afinal, ele não estava preso. Decisão que, deliberadamente, esquivou-se de discutir as controvérsias da versão de fuga do deputado cassado. Vale dizer que, Syseno Sargento, o ex-comandante do I Exército e ministro, não compareceu na votação (PAIVA, 2015).

Enquanto a justiça colocava fim a um caso sem respostas, em meados de 1977, o repórter Fritz Ulzeri garantiu que Rubens Paiva “(...) não seria solto, que foi morto, e seu corpo, desovado. Que ouviu do próprio presidente do Brasil, general Médici, a frase ‘morreu em guerra’” (PAIVA, 2015, p. 160). Com a abertura, esse mesmo jornalista, junto de Heraldo Dias, investigou a morte de Rubens Paiva, ainda de acordo com Paiva (2015). A possível morte do deputado federal não cessava a agonia da família, que não tinha nenhuma confirmação acerca de seu paradeiro e assistia uma farsa, que contrariava seu gênero, porque possui um enredo extenso e muitos atores envolvidos.

Ainda em relação ao excerto anterior, destaca-se que a “não-morte” do ente desaparecido ocasionava uma imprecisão até na data de falecimento. Ao lado da localização do corpo da vítima, esta permanece, pois, imersa em um emaranhado de hipóteses. Marcelo Rubens Paiva (2015) explica que a família estabeleceu o próprio feriado, de janeiro de 71, como o dia “oficial” de sua morte, provavelmente porque marcava sua detenção, quando saiu para não mais voltar.

Ao contrário da data estabelecida pela própria família, uma saída para tentar lidar com a dor decorrente de tantas incertezas, a cronologia articulada em 2014 elegeu, como possíveis datas de sua morte, os dias 21 e 22:

Os familiares dos desaparecidos viviam num limbo civil, além de emocional (temos ou não um pai, uma mãe, um filho, uma filha ou netos vivos?). A burocracia engessava atividades corriqueiras. Não sabíamos nem a data em que deveríamos decretar como o dia da morte. Repare que usei a expressão “desaparecido a partir de”, e não “morto em”. Meu pai foi preso no dia 20 de janeiro. Estava morto na noite do dia 21 para o 22 de janeiro. Para nós, da família, a data da sua morte é 20 de janeiro. Só recentemente soubemos que ele morreu entre 21 e 22. Não mudaremos o dia em que sua morte faz aniversário (PAIVA, 2015, p. 194).

Como no verso “Você me prende vivo e eu escapo morto”, da música *Pesadelo*, composta por Maurício Tapajós e Paulo César, a única convicção que a família Paiva possuía era a de que Rubens Paiva havia “escapado” sim, como diziam os oficiais, mas morto. Morte não reconhecida, a qual tornava desconhecida até a data de falecimento.

Voltando a 71, quando completos alguns meses da desapareição forçada de Rubens Paiva, frente às declarações da professora Cecília Viveiro de Castro e do jornalista Fritz Ulzeri, Eunice tentava se conscientizar de que o marido havia sido assassinado e seu corpo, desovado em uma vala qualquer, clandestina. Sem o corpo e notícias oficiais verídicas, os Paiva decidiram deixar o Rio de Janeiro. Fase em que Eunice “parou de sorrir por muitos anos” (PAIVA, 2015, p. 161).

Nesse momento, ela costumava se isolar no quarto, para chorar uma morte não confirmada. Tal qual no cenário dos romances de memória analisados por Dalcastgnè (1996), era nesse espaço privado e solitário que a viúva se confrontava com o vazio de uma cama que por anos fora ocupada pelo companheiro e pai de seus cinco filhos. Como o narrador descentraliza-se de sua própria tragédia, a fim de dar espaço para os sofrimentos atravessados pela mãe, essas lembranças aparecem apenas em *Ainda estou aqui*:

No meio do ano de 1971, fomos morar na casa do meu avô Paiva, em Santos (...) Minha mãe montou um quarto com uma cama de viúva. Trancava-se todas as noites para acender velas e chorar. Nunca a vimos chorando. Trancava-se e preferia sofrer sozinha. À luz de velas. Queria nos preservar, me diria anos depois, repetidas vezes. Não o enterrara ainda. Ninguém o enterrava. Tinha esperança de acordar de um pesadelo, com a volta dele, esperava um milagre, que fosse tudo um jogo de cena da ditadura, e quem sabe ele não estava preso, jogado, esquecido no fundo de uma cela, numa ilha, num hospício, e curavam suas feridas. O ministro garantia. Mas os generais diziam que ele não estava preso. Ela ouviu lá dentro que ele estava preso no andar de cima. Nos inquéritos, ele fugira. Tem oficial garantindo que ele está vivo. Tem jornalista alertando: está morto. Conversou com pitonisas, rezou, apelou. Enterrar seria desistir. A nós, nada dizia. Para nós, ele ainda estava vivo. Cada um dos filhos o enterrou à sua maneira, em épocas diferentes, silenciosamente. Depois de um, dois anos, dois anos e meio... O tempo era seu atestado de óbito. A demora, a comprovação que faltava (PAIVA, 2015, p. 163).

A passagem demonstra a extrema dificuldade presente no processo de “luto” dos familiares de desaparecidos políticos: ainda que ninguém o enterre, cada um precisou tentar enterrá-lo simbolicamente, a seu modo. E por mais que se “conformassem” com sua morte, aguardavam seu retorno. Conquanto se tratasse de uma morte sem desfecho, alguns gestos pós-morte foram possíveis, como o momento em que o filho herdou o guarda-roupa do pai (PAIVA, 2015).

O capítulo que abre a terceira parte do livro é contraditoriamente nomeado como “Depois do luto”. Adverso, porque a família tarda a finalizar esse processo, dada a falta do corpo. Nele, a ida para Santos é mais pormenorizada em comparação a *Feliz ano velho*, especialmente no que tange à nova rotina de Eunice. Conforme conta o autor, ela começou a trabalhar com o sogro, Jayme Paiva, e ingressou na faculdade de direito no ano seguinte à morte

do marido. Mas não deixava de chorar, sozinha, a perda de Rubens Paiva, como supracitado. Pode-se pensar que, atrelado a esse sofrimento, ela também tentava lidar com as lembranças traumáticas de sua prisão, o que a teria feito pensar em suicídio nos anos seguintes, como relatado pela filha Eliana Paiva em uma entrevista.⁶⁷

O desaparecimento também produziu transtornos jurídicos e burocráticos, visto que os parentes das vítimas não possuíam nenhum atestado de óbito. No caso de Rubens Paiva, oficialmente ele tinha fugido. Para tentar driblar essas dificuldades, Eunice Paiva usava uma procuração que caducava, da época da cassação de Rubens Paiva, quando ele se exilou na embaixada da Iugoslávia:

Poucos a aceitavam. A situação era uma aberração jurídica: não podia sacar dinheiro do banco, apenas o da conta conjunta, mas este estava acabando; ele não estava morto nem vivo, não tinha como tocar os negócios da família, tudo bloqueado; tinha um seguro de vida que não podia ser resgatado, pois não existia atestado de óbito; tinha uma pensão que não podia ser requerida; nem cheques de viagem em dólares podiam ser trocados (tenho eles até hoje, com a assinatura do meu pai).

(...) Em 1981, teve que vender um pequeno apartamento do meu avô Facciolla em São Vicente. Precisava da assinatura do meu pai. Relatou o “problema peculiar” (...) O juiz não apenas concedeu, como escreveu à Procuradoria da Justiça do Rio de Janeiro exigindo que um inquérito fosse aberto para apurar o desaparecimento de Rubens Paiva. Para ele, o relato de Eunice continha “veementes indícios de crime” cometidos contra Paiva e sua família. Ela comemorou muito. Alguém estava do nosso lado. Foi o começo do reconhecimento. E da sua viuvez jurídica (PAIVA, 2015, p. 180-181).

No início do reconhecimento jurídico de sua viuvez, Eunice Paiva sustentava a família, já na capital, graças a sua primeira formação acadêmica em letras. Ela fazia “revisões, bicos e traduções. (...) Estudávamos com bolsa. Havia solidariedade nos colégios católicos de esquerda (...) Faculdade? Se quiséssemos uma, só gratuita, USP ou Unicamp” (PAIVA, 2015, p. 181).

Após Eunice ter se formado numa nova graduação, em direito, a situação financeira da família começou a se estabilizar. Com o reequilíbrio financeiro, ela passou também a se dedicar a uma área não rentável, que movimentava suas paixões e seu desejo por justiça: a causa indígena, relativa a grupos populacionais seriamente atingidos por crimes cometidos pela ditadura militar (PAIVA, 2015).

A advogada defensora dos direitos indígenas destacou-se, sobretudo, após a publicação do artigo *Defendam os Pataxós*, na *Folha de S. Paulo* (18.10.1983)⁶⁸, em parceria com a

⁶⁷ Cf. PAIVA, Eliana. “Foi meu segredo”: Eliana Paiva, filha de Rubens Paiva, falou ao DCM sobre sua prisão aos 15 anos na ditadura. [Entrevista cedida a] Roberto Amado. *DCM*, São Paulo, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/foi-meu-segredo-eliana-paiva-filha-de-rubens-paiva-falou-ao-dcm-sobre-sua-prisao-aos-15-anos-na-ditadura/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

⁶⁸ Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da; PAIVA, Eunice. Defendam os Pataxós. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 1983. Tendências/ Debates. Disponível em:

antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (PAIVA, 2015). O texto faz uma breve retomada histórica acerca dos Pataxós Hã-hã-hae da Bahia e, desde o princípio, é categórico: “os índios estão abandonados”. As autoras apontam que a Funai (Fundação Nacional dos Índios) não resistiu a “argumentos eleitoreiros” e “converte-se em agente direto do partido no governo” (CUNHA e PAIVA, 1983, p. 3). Cunha e Paiva (1983) comparam a atuação da Funai com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, à época do ápice da repressão política e do desaparecimento de Rubens Paiva. A conclusão do texto é taxativa e repete o título da coluna.

A publicação foi recebida como “um marco na luta indígena brasileira e serviu de modelo para outros povos”, explica Paiva (2015, p. 203). Tal *front* de batalha fazia parte da mesma guerra:

Minha mãe viu semelhanças aí entre duas políticas de Estado, a da eliminação planejada e incontestável dos seus oponentes. Mataram deliberadamente os inimigos da ditadura. Deixam agora morrer os inimigos do progresso, do futuro, dos fazendeiros amigos do poder, poder instaurado por eles. Deixaram apodrecer nos porões da ditadura dos adversários políticos. Deixem apodrecer os índios, que não trabalham e são tutelados (...) Para minha mãe, a luta era a mesma. Se não conseguiu salvar o marido e tanto outros, tentaria salvar os índios, numa ditadura enfraquecida, com uma sociedade civil mais organizada e a imprensa livre (PAIVA, 2015, p. 205).

Como se sabe, cinco anos após a publicação de *Ainda estou aqui*, a escala de violência contra os povos originários cresceu exponencialmente, assim como as ameaças a ativistas ambientais e assassinatos de lideranças indígenas.

Mais de vinte anos depois da prisão de Rubens Paiva e de sua desapareição, alguns dos esbulhos da outra luta enfrentada por Eunice Paiva (e inúmeros familiares de desaparecidos) passariam a ser solucionados, com a posse do atestado de óbito do marido (Anexo G). Além de representar a conquista de um direito que lhe foi negado, a emissão do documento permitiu que a mãe do escritor resolvesse uma série de pendências burocráticas: “mexer em aplicações bancárias do meu pai, bens, fazer um inventário. Graças a uma lei que o governo Fernando Henrique se viu forçado a promulgar, depois de uma provocação que fizemos” (PAIVA, 2015, p. 40). De fato, a família Paiva participou dos bastidores da formulação da Lei nº 9.140.

À vista disso, depois de assumir o cargo de presidente, Fernando Henrique Cardoso recuou: enquanto sociólogo, dava voz aos desaparecidos e exigia do Estado uma posição. Na presidência, tentou não se envolver na questão, mesmo frente à Anistia Internacional.

Influentes, Marcelo e Eunice Paiva decidiram trazer à baila a mudança de tom (PAIVA, 2015). Assim, de Stanford, nos Estados Unidos, Marcelo se articulou com a mãe, que tinha em mãos justamente o artigo em que FHC comentava a questão, antes de ser eleito. Com essa informação, o escritor contatou o então editor da *Veja*, Paulo Moreira Leite, o qual lhe cedeu “duas páginas” (PAIVA, 2015, p. 40), para reforçar como o presidente titubeou ao ser indagado sobre os desaparecidos.

O artigo *Não nos esquecemos* foi publicado pela revista em 10 de maio de 1995.⁶⁹ Paiva abre seu texto afirmando que um governo democrático não deveria abafar a luta dos parentes de desaparecidos políticos, impedidos de enterrar seus mortos; por receio de desagradar a ala militar e outros apoiadores que, enquanto sociedade civil, também pretendiam acobertar o passado.

Marcelo Paiva, nome que assina o artigo, ressalta que existiam “144 famílias de desaparecidos políticos presas em uma espécie de limbo da História. Há 25 anos, a família Rubens Paiva está engasgada; 25 anos!!!”. Igualmente, ele não deixa de recordar o “incerto” “estado civil” de sua mãe, Eunice Paiva (PAIVA, 1995, p. 106), situação compartilhada com muitas outras mulheres, viúvas de desaparecidos.

Por esse motivo, o escritor desabafa, afirmando que não havia quem os retirasse de uma situação que perdurava há mais de vinte anos. Em seguida, ele também cobra as Forças Armadas, como se esperasse um gesto de retratação da instituição, capaz de indicar os torturadores. E recorda o artigo assinado por Fernando Henrique Cardoso, “Sem esquecimento”, publicado em março de 1981, em que ele reitera o dever de impedir que a história se repita (PAIVA, 1995, p. 107). A partir das próprias considerações do sociólogo, Marcelo Paiva rebate:

O cidadão brasileiro não pode estar seguro de que “nada disso se repita”, já que o autor deste texto, ao chegar à Presidência, ocupando o cargo de comandante-supremo das Forças Armadas, indica que teme mexer com setores comprometidos com a tortura e o desaparecimento de políticos (PAIVA, 1995, p. 107).

Vinte e cinco anos após a publicação desse artigo, as indagações do autor continuam pertinentes: “A quem interessa prolongar esse estado de incerteza?”; “Que democracia é essa que maquila seu passado?” (PAIVA, 1995, p. 106). A condição destinada aos familiares dos desaparecidos prossegue até os dias de hoje, já que não localizaram os corpos e não puniram os culpados.

⁶⁹ Cf. Anexo H.

Com a exposição e divulgação do artigo, o governo foi pressionado a tomar alguma medida, a fim de atender às reivindicações de mais de uma centena de familiares de desaparecidos políticos, que ansiavam por respostas.

A pressão que se recai sobre FHC é relatada nos registros orais de sua rotina enquanto presidente do Brasil, nos dois mandatos. Em 2015, as transcrições dessas gravações foram publicadas pela Companhia das Letras sob o título *Diários da presidência (1995 – 1996)*. Um dos trechos, de 10 a 12 de maio de 1995, comenta a publicação do filho de seu amigo deputado. Vale a longa citação:

[...] saiu na *Veja* uma matéria do Marcelo [Rubens] Paiva sobre o desaparecimento de Rubens Paiva, citando frases minhas sobre seu pai, pessoa por quem sempre tive enorme amizade e admiração. O rapaz tem razão, o pai foi morto, ninguém assumiu, eles estão me cobrando. No voo para cá, o brigadeiro Gandra me disse — não é a primeira vez, é a segunda vez que ele me diz — que era preciso botar um ponto final nisso, que não dá para remover o passado. Que também estão abrindo covas no cemitério de Perus, encontrando corpos que não são de gente que foi torturada nada, que tudo isso é um desrespeito.

Temos dificuldades nesse campo e acho que é preciso pôr um paradeiro nisso. O fato de os argentinos terem reconhecido a culpa talvez nos leve a ter alguma margem de manobra na área militar para discutir essa delicadíssima questão, mas não posso deixar de dar atenção ao reclamo dos desaparecidos, até porque esses desaparecidos foram uma coisa inominável que eu queria deixar registrada aqui (CARDOSO, 2015, p. 139).

O tenente-brigadeiro Mauro José Miranda Gandra foi ministro da extinta pasta da Aeronáutica por menos de um ano, até se envolver em um escândalo de corrupção.⁷⁰ Seu posicionamento compactua com o discurso oficial assumido pelos militares, de que era preciso “superar” o passado, também para escaparem de punições.

O então presidente buscava uma solução capaz de agradar os dois lados, as vítimas e os militares. De Sarney a Bolsonaro, poucos foram os presidentes, apesar de serem eleitos por voto direto, que “enfrentaram” as Forças Armadas, ainda que parcialmente, pois até hoje o Exército não abriu seus arquivos secretos, e os torturadores não foram condenados por seus crimes.⁷¹ Essas manobras e ensaios de embate foram realizados por FHC, responsável pela assinatura da Lei de Mortos e Desaparecidos, o qual também previu a criação da CEMDP; Lula, que decretou a criação da CNV; e Dilma Rousseff, a qual recebeu o relatório conclusivo da CNV.

⁷⁰ Cf. STRUCK James-Philip. As primeiras baixas ministeriais desde a redemocratização. *DW*, [S.l.], 18 fev. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/as-primeiras-baixas-ministeriais-desde-a-redemocratiza%C3%A7%C3%A3o/a-47575312>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁷¹ Cf. JUNIOR, Francisco Alcides Cougo. Preservar, esconder, mentir e calar. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 198-201, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/698>. Acesso em: 8 out. 2020.

A Comissão Nacional da Verdade não chegou a abordar em seu Relatório os tais arquivos fechados das Forças Armadas. É o que defende, em seu livro-reportagem, o jornalista Lucas Figueiredo, que integrou a CNV. O acesso aos documentos sigilosos, parcialmente disponíveis à sociedade, é insuficiente para o esclarecimento da violência militar, porque desmistificam pouco acerca do terror de Estado promovida pelo regime. Aqueles arquivos que, de modo efetivo, poderiam revelar as circunstâncias de morte dos mais de 200 mortos e desaparecidos ou, ao menos, o local de desova de seus corpos não são públicos (JUNIOR, 2016).

Resgatando as considerações de FHC, agora entre os dias 15 e 21 de maio de 1995, observa-se que ele volta a citar a matéria da *Veja* e menciona que conversara com o general Zenildo,⁷² a respeito da necessidade de enfrentar, de alguma maneira, a questão (CARDOSO, 2015). Afinal, sua récula havia ganhado projeção.

É importante destacar que mais do que cobrar pela amizade com o pai, Paiva fazia uma reivindicação em nome dos familiares de muitos desaparecidos políticos, cujas vozes nem sempre tinham alcance. Como cidadão, ele punha à mesa a incoerência do presidente e, até mesmo, expunha a fragilidade democrática de um governo que temia a reação das Forças Armadas.

Durante o governo de FHC, o general Zenildo colaborou com as negociações junto à ala militar e confrontou o então deputado Jair Bolsonaro, que desde então já levantava “bandeiras” antidemocráticas. Além disso, encorajou a divulgação dos arquivos em posse das Forças Armadas e determinou o afastamento do coronel Armando Avólio Filho, acusado de tortura.⁷³ À CNV e ao Ministério Público, anos atrás, o coronel declarou ter visto Fernando Hughes Carvalho ⁷⁴ pular sobre um preso político, o qual ele viria a saber que se tratava de Rubens Paiva (PAIVA, 2015). Marcelo Rubens Paiva reproduz trechos do depoimento de Avólio em *Ainda estou aqui*.

O general Zenildo apresentou uma lista de desaparecidos reconhecidos oficialmente como tais, à época, e, junto de Zé Gregori⁷⁵, desenhou as atribuições da Lei dos Mortos e

⁷² Nomeado como ministro do Exército no governo de Itamar Franco, continuou no mesmo cargo ao longo do primeiro mandato de Fernando H. Cardoso. Cf. CALICCHIO, Vera. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/zenildo-gonzaga-zoroastro-de-lucena>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Tenente que interrogou Rubens Paiva. Praticou os crimes de tortura, homicídio doloso e ocultação de cadáver. Cf. PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Objetiva: Rio de Janeiro, 2015, p. 253 e 265-293.

⁷⁵ José Gregori foi um jurista e político brasileiro que coordenou a elaboração da Lei. Foi Secretário Nacional de Direitos Humanos e, no segundo mandato, ministro da Justiça de FHC. Cf. CALICCHIO, Vera. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico*

Desaparecidos, porque, como relatou Fernando Henrique Cardoso, eles precisavam “dar uma satisfação às famílias daqueles mortos” (FHC, 2015, p.144). Paiva (2015) considerou a resposta à altura. No entanto, os avanços se estagnaram.

De toda forma, com a promulgação da Lei 9.140/1995, o escritor, aos trinta e seis anos de idade, tornava-se órfão, pelo menos por decreto: “um dos homens mais simpáticos e risonhos que Callado conheceu, morria por decreto, graças à Lei dos Desaparecidos, vinte e cinco anos depois de ter morrido por tortura” (PAIVA, 2015, p. 38). O documento foi entregue aos familiares em um cartório da Sé, em São Paulo:

Em 1996, no dia em que pegamos o atestado de óbito do meu pai no cartório da praça da Sé, fomos para a casa dela [Eunice Paiva]. Sentamos à mesa, com o documento na mão. Olhando um para o outro. Comecei a falar dele. Pela primeira vez, em anos, ela não me interrompeu. Me deixou falar. Conteí coisas que descobri. Coisas que ela certamente sabia, mas não fuxicava. Entrei em detalhes. Narrei cenas de que sempre nos censuramos. DOI-Codi, 20 de janeiro, 21 de janeiro, 22 de janeiro... Por que Eliana foi presa e solta um dia depois? Por que você ficou presa ainda nos dias 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 de janeiro...1°, 2 de fevereiro? (PAIVA, 2015, p. 222).

A data parece ter sido catártica, porque propiciou a abertura de uma espécie de Caixa de Pandora do desaparecimento de Rubens Paiva: “vi minha mãe então chorar como nunca (...) Era um urro. Não tinha lágrimas. Como se um mostro invisível saísse da sua boca: uma alma (...) Foi um choro de vinte e cinco anos em minutos. O rompimento de uma represa” (PAIVA, 2015, p. 224). Vale lembrar que, naquele ano, Marcelo publicou *Não és tu, Brasil*, resultado da ficcionalização de suas lembranças e de um vasto trabalho de pesquisa arquivista, no qual ele procurava compreender a prisão e morte do pai.

A expedição tardia da declaração de morte, por outro lado, não era capaz de retirá-los da esfera de familiares de desaparecido. A certidão negada às famílias não informava as circunstâncias de morte (data, horário e, tampouco, as causas) ⁷⁶e os restos mortais do ex-deputado não foram localizados, como os de muitos outros desaparecidos. ⁷⁷

Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/zenildo-gonzaga-zoroastro-de-lucena>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁷⁶ Cf. Anexo G.

⁷⁷ No começo de 2019, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) realizou a entrega de certidões de óbito retificadas, constando as circunstâncias da morte ou aquilo que se sabe a respeito do desaparecimento. A iniciativa atendeu a uma resolução da própria Comissão e de uma das recomendações estabelecidas pela CNV. A certidão de Rubens Paiva não sofreu alterações, porque não houve reclama da família. Mesmo sem reclama da família, acredita que cabia ao Estado retificá-las, como forma de reparação. Cf. FAMILIARES dos desaparecidos políticos recebem certidões de óbito retificadas. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos. *PFDC*, Brasília: 28 maio 2019. Disponível em:

Na seara da circunstância da promulgação da Lei 9.140/95, FHC convidou Eunice Paiva para integrar a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que prossegue com os trabalhos de busca pelos desaparecidos até a atualidade, apesar das tentativas de sucateamento. Sua participação é arrolada a seguir:

Em 1996, FHC a chamou para a Comissão de Mortos e Desaparecidos, que julgaria casos pendentes e até politicamente delicados, como as mortes de Lamarca e Marighella, e indenizaria famílias vítimas da ditadura. Curiosamente, minha mãe abriu mão da indenização de 100 mil reais oferecida pelo Estado pela Lei 9140. Tentou julgar com a isenção de uma bacharel e “especialista” cada caso que aparecia. Conseguiu por uns meses. Mas pediu afastamento. Aquilo mexia com ela. Ler e ouvir relatos de tortura... Ali tinha um ser endurecido que não era de aço. Como uma calda de açúcar queimado (PAIVA, 2015, p. 221).

Nos anos 90, Eunice Paiva tornou-se um emblema da reconciliação entre grupos que estiveram em posições ideológicas opostas durante a ditadura: os militares e os opositores políticos, juntamente com seus familiares (PAIVA, 2015). Essa harmonia foi propiciada em alguns momentos da história brasileira, como durante a redemocratização, mas destroçada ao longo dos últimos anos, em que torturadores são alcunhados como heróis.

Até mesmo o general Alberto Cardoso, então Chefe Militar e o único presente no gabinete de assinatura da lei, comenta o episódio em que abraçou a viúva de um desaparecido:

“Eu a conheci ali, pouco antes da cerimônia. Me impressionou o equilíbrio e a simpatia daquela senhora, que, logicamente muito machucada, não exibiu o menor rancor. No abraço, eu senti que ela estava emocionada. O meu abraço foi espontâneo, nada programado. Quando vi, me assustei, mas depois vi que naquela foto o mais importante não era eu estar ali, mas sim o simbolismo. O triângulo ali exposto representava bem a reconciliação. Depois, recebi cumprimentos de colegas de farda” (PAIVA, 2015, p. 41).

O gesto que estampou a manchete do jornal *O Globo*, em 29 de agosto de 1995, e repercutiu na imprensa de modo geral, na qual Eunice Paiva foi tratada como “símbolo da reconciliação”, teria sido realmente inesperado. Eunice, ao se virar, notou a presença de um general e também não se esquivou. Nesse ponto, o memorialista agradece os militares: “obrigado por não terem matado a minha mãe” (PAIVA, 2015, p. 42).

Figura 2 – Eunice Paiva abraça general Alberto Cardoso

O GLOBO Preço da farinha de trigo sobe 11% em uma semana nos supermercados

FH assume culpa do Estado por mortes durante ditadura Irmão de Romário é acusado do seqüestro do pai

Presos saem do xadrez para passar a noite fora



Fonte: *O Globo* (29 ago.1995)

Figura 3 – Símbolo da reconciliação

FH: 'Estado é culpado pela tortura'

Viúva de Paiva simboliza reconciliação



Fonte: *O Globo* (29 ago. 1995).

A convivência pacífica indicava que o país, em tese, tentava firmar sua democracia. Isso não significava que as vítimas e seus familiares esqueceram o passado. Pelo contrário, como os violadores permanecem impunes, lutam em prol do julgamento de militares acusados em

violações de direitos humanos, pois se tratam de crimes imprescritíveis. Enquanto requerem o paradeiro dos corpos e o pedido de perdão, oficial, do Estado às vítimas.

3.1. As armas do Estado: uma mirada à permanência do militarismo

Sem punição, as violações têm continuidade no Brasil. Marcelo Rubens Paiva compara a morte do pai com outro caso de desaparecimento: o do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza. Transcorridos quarenta e dois anos do sequestro de Rubens Paiva, Amarildo desapareceu em condições muito semelhantes, na Rocinha:

14 de julho de 2013. Rocinha, Zona Sul carioca. Amarildo Dias de Souza, pedreiro, foi preso por policiais militares, levado até sua casa e depois para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada na Rocinha.

No Leblon, Zona Sul carioca, meu pai, engenheiro, foi preso por militares em casa e levado a unidades da Aeronáutica e depois do Exército.

Amarildo era casado com a dona de casa Elizabeth da Silva e pai de seis filhos.

Meu pai era casado com Eunice Paiva, dona de casa, e tinha cinco filhos.

Não se tem (sic) notícias do paradeiro de ambos.

Para a polícia, traficantes da comunidade são os principais suspeitos do desaparecimento de Amarildo. Para o Exército, terroristas sequestraram meu pai enquanto militares faziam reconhecimento de aparelhos com ele num Fusca. Versão oficial que só foi desmentida em 2014.

Testemunhas ouviram Amarildo ser torturado por choques elétricos num contêiner anexo à UPP. Meu pai foi torturado num prédio do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), onde funcionava o DOI, anexo ao I Exército, e testemunhas o ouviram gritar.

Retiraram o corpo como retiraram o corpo do meu pai, sem testemunhas, sem alarde (PAIVA, 2015, p. 109-110).

Quatro décadas separam essas desapareções, de Rubens e Amarildo. A primeira, em plena ditadura e, a segunda, cerca de cinco anos depois da criação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), no Rio de Janeiro. Marielle Franco (2014), socióloga e ex-vereadora do Rio, investigou, em sua dissertação de mestrado, a implantação das UPPs. Tais unidades, que se propunham a pacificar, alegorizam a atuação militarizada da polícia do Rio de Janeiro e das medidas adotadas pelas forças de segurança pública no Brasil.

Com as UPPs, cresceram exponencialmente o número de casos de violações de direitos humanos contra moradores e de práticas de desaparecimento forçado, como explica Franco (2014), a exemplo do pedreiro Amarildo. Outra grande contradição desse modelo é a utilização de um veículo blindado chamado de “caveirão”, o qual reforça a presença militarizada da polícia nas favelas e revela a permanência de condutas semelhantes ao regime militar (FRANCO, 2014). Deve-se salientar que o veículo é anterior à implementação das UPPs, mas ganhou a cor branca. Uma grande ironia aludir-se à paz por meio do uso de tal estrutura. A

própria Marielle Franco, assim como Rubens Paiva, foi brutalmente assassinada em 2018, por “balas do Estado”, que haviam sido compradas pela Polícia Federal.⁷⁸

Fora isso, o Brasil segue homenageando os militares. Em 2014, um projeto de lei propôs rebatizar a ponte Rio-Niterói, que leva o nome de Costa e Silva, em homenagem a Rubens Paiva. Decidiu-se, porém, pelo arquivamento da proposta.⁷⁹ Os próprios deputados, eleitos por voto direto, não fizeram jus à memória de seu colega parlamentar — cassado e morto na ditadura.

Por outro lado, em cinco estados brasileiros, ruas e praças homenageiam o ex-deputado federal. O mandato interrompido pelo AI-1 também foi restituído em 2012, numa seção de solenidade na Câmara. Além disso, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo foi batizada com seu nome e dois bustos foram construídos: um no Rio de Janeiro, em frente ao antigo DOI (BRASIL, 2014c), e outro em Brasília. Memória que, contraditoriamente, incomoda políticos eleitos após a redemocratização.⁸⁰

3.1.1. “Como em câmera lenta”

O escritor e cineasta Renato Tapajós, que integrou o grupo Ala Vermelha, no qual militou contra a ditadura militar, publicou no ano de 1977 *Em câmera lenta*. O livro de oposição ocasionou uma nova prisão ao autor, apesar de edições do mesmo cunho voltarem a ser lançadas nesse momento, como debatido no primeiro capítulo do trabalho. Nele, Tapajós usa como um “mote” a frase quase homônima ao livro, “Como em câmera lenta”, nas diversas passagens que narram a tortura (TAPAJÓS, 1977, p. 25). Textos como o de Tapajós, impressos principalmente no pós-79, avivaram o debate sobre a sistematização da tortura e da violência militar, pautas que vêm sendo esquecidas pelas novas gerações.

Décadas depois, Marcelo Rubens Paiva, assim como Tapajós, retoma o tempo vagaroso dos interrogatórios sob tortura (CURY e PEREIRA, 2018), que era aludido no título *Em câmera lenta*. Para isso, munido de informações tocantes à prisão do pai, o narrador recria a cena de tortura que levou Rubens Paiva à morte, sem eufemismos, tal qual Tapajós:

⁷⁸ Cf. MARIELLE, o documentário. Direção de José Padilha. [Rio de Janeiro]: Globoplay, 2020.

⁷⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n° 7.2018, de 2014*. Propõe revogar parcialmente o art. 1º, da Lei n° 5.595, de 28 de julho de 1970, para alterar a denominação da ponte Rio - Niterói para Ponte "Rubens Paiva". Disponível em: <http://biblioteca.fecap.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual-ABNT-20151.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

⁸⁰ O então deputado Jair Bolsonaro dirigiu ofensas à família Paiva no dia da inauguração do busto e cuspiu nele. Cf. CÂMARA inaugura busto de Rubens Paiva, cassado e morto na ditadura. *GI*, Brasília, 1 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/04/camara-inaugura-busto-de-rubens-paiva-cassado-e-morto-na-ditadura.html>. Acesso em: 8 out. 2020.

Morreu repetindo o seu nome. Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva... Dizem que foi torturado ao som de “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos, música que a minha irmã Eliana se lembra de ter escutado enquanto estava lá [no DOI] (...) Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva...

Jesus Cristo! Jesus Cristo!
Jesus Cristo, eu estou aqui
Olho no céu e vejo
Uma nuvem branca que vai passando
Olho na terra e vejo
Uma multidão que vai caminhando (PAIVA, 2015, p. 108-109).

Enquanto o “mote” era “como em câmera lenta”, no livro de Tapajós, em *Ainda estou aqui* (2015), “Rubens Paiva” aparece repetidamente, nome que acaba por ressoar na mente de seus interlocutores. Nesse novo balanço acerca da morte do pai, o memorialista ainda não consegue compreender o que Rubens Paiva “fez para apanhar tanto” (PAIVA, 2015, p. 259). A respeito da violência desproporcional empregada nos bastidores da prisão do ex-deputado, ele é taxativo:

20 de janeiro de 1971. Meu pai apanhou por dois dias seguidos. Apanhou assim que chegou na 3ª Zona Área, interrogado pelo próprio brigadeiro João Paulo Burnier. Apanhou no DOI-Codi, no quartel do I Exército. (...) Imaginar este sujeito boa-praça, um dos homens mais simpáticos e risonhos que muitos conheceram, aos quarenta e um anos, nu, apanhando até a morte...(...) Dizem que ele pediu água a todo momento. No final, banhado em sangue, repetia seu nome. Por horas. Rubens Paiva. Rubens Paiva. Ru-bens Pai-va, Ru...Pai. Até morrer (PAIVA, 2015, p. 112-113).

Novamente, o nome do pai atua como “mote”, na continuação do relato da tortura sofrida pelo ex-deputado. Em seu sopro derradeiro, Rubens Paiva parece reafirmar sua identidade num delírio de morte, ao passo que seus algozes tentam anular sua individualização enquanto sujeito. Morto, também lhe negaram o túmulo e, assim, seu próprio nome — registrado no ofício de morte somente em 1995.

O filho-autor não se afugenta do relato da dolorosa sessão de tortura de Rubens Paiva, porque busca coibir a negação do passado pela sociedade. Por isso, não hesita ao mencionar a violência das práticas de tortura e desaparecimento. E demonstra a dor contínua vivenciada por parentes das vítimas, que não conseguem se deparar com o desfecho da morte.

3.2. As testemunhas

À luz das descobertas da CNV e da denúncia do Ministério Público contra cinco ex-militares,⁸¹ Marcelo Rubens Paiva reproduz em *Ainda estou aqui*, em citação direta, a investigação dos procuradores do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, responsável por imergir no caso e trazer respostas aos familiares e à sociedade, quanto às motivações da prisão de Rubens Paiva, a começar pela soltura de Bucher; embaixador sequestrado, no dia 16 de janeiro de 1971 (quatro dias antes da prisão de Rubens Paiva).

Entre os depoimentos colhidos pelo Ministério Público, encontra-se o de Cecília Viveiros de Castro. Doente, ela enviou um relato redigido à mão ao Ministério Público, como o destinado à Eunice décadas antes. Outras testemunhas também foram ouvidas, entre elas, torturadores (apud PAIVA, 2015).

Lacunas de décadas começaram a ser preenchidas por meio do “organograma completo e detalhado de todos os envolvidos” na prisão, assassinato e desaparecimento de Rubens Paiva, elaborado pelos procuradores do Ministério Público (PAIVA, 2015, p. 166). A partir daqui, as considerações sobre a elucidação de dúvidas que perduravam até então, acerca do desaparecimento de Rubens Paiva, são baseadas na transcrição literal que Marcelo Rubens Paiva faz da exposição tecida pelo MP.

Em depoimento enviado ao MP, Cecília confessou que aceitou se deslocar com o material a contragosto (do Chile ao Brasil). Segundo o narrador de *Ainda estou aqui*, o controverso cabo Anselmo estava em Santiago; indiretamente, o autor levanta a possibilidade de ele ter repassado informações aos militares brasileiros, indicando que as duas mulheres embarcariam com pacotes remetidos por exilados. Como remontou a investigação, de acordo com a narrativa incorporada ao texto de Paiva (2015), ao pousarem no Rio, os nomes de Cecília e Marilene nem mesmo estavam entre os dos passageiros. Imediatamente, elas foram levadas por agentes à paisana, na noite do dia 19 de janeiro de 1971.

Ambas foram torturadas psicologicamente e desrespeitadas desde o aeroporto, onde havia uma base da Aeronáutica. Em um dos embrulhos trazidos, e logo encontrados pelos agentes, constava a determinação de entrega a ““Rubens””, com seu respectivo número de telefone. O coronel João Paulo Moreira Burnier, já falecido, que então comandava a 3ª Zona Aérea do Galeão, forçou Marilene a telefonar, na manhã do dia 20, para o destinatário (a quem ela desconhecia). Pressionada e sem alternativas, efetuou a fatídica ligação, que comunicava à entrada das cartas ao Brasil. Daí em diante, os militares tiveram ciência de quem seria o receptor

⁸¹ A denúncia do Ministério Público e da Procuradoria da República do Rio de Janeiro contra cinco ex-militares envolvidos no caso Rubens Paiva, acusados de cometerem quatro crimes, foi recebida pelo juiz Caio Márxio Taranto em 26 de maio de 2014. E foi suspensa em 25 de setembro por Teori Zavaski, ex-ministro do STF.

do conteúdo subversivo. O Ministério Público afirma: “a partir do prenome e do número de telefone apreendido em poder de Marilene, militares da Aeronáutica comandados por BURNIER identificaram o destinatário (...) e o endereço” (apud PAIVA, 2015, p. 168).

Cecília faleceria em maio de 2013. Antes disso, todavia, a professora do Colégio Sion conseguiu verbalizar o horror vivido desde a sua detenção no aeroporto:

“[...] tenho horror de me lembrar até agora, iniciou-se, para mim, uma sessão de humilhação que nem sei descrever. Fui tratada como uma pessoa sem moral, comparada com mulheres que ele citou e de que nunca ouvi falar (...) me interrompia, gritava, ofendia meu filho, dizia que se ele o pegasse de novo, eu ia ver o que ele faria. Garantiu que não somente eu ficaria presa, mas toda a minha família seria detida (...) inclusive minha filha de treze anos (...)” (apud PAIVA, 2015, p. 169).

À beira da morte, cinquenta anos depois, a depoente ainda é mobilizada pelo horror de sua detenção. Nesse cenário, o terror do Galeão se estendeu até o Leblon, com a invasão da casa dos Paiva. O ex-deputado também foi encaminhado à 3ª Zona Aérea, para ser confrontado com Marilene Corona Franco. Em seu depoimento ao MP, ela recuperou uma imagem: a vermelhidão no rosto de Rubens Paiva, a qual indicava o estado de ânimo do engenheiro e as possíveis violências já sofridas. De fato, eles não se conheciam e suas afirmações, naquele momento, resumiam-se a reiterar isso. Ainda no dia 20 de janeiro de 1971, os três presos foram encaminhados ao I Batalhão do Exército, na Barão de Mesquita, onde também se localizava o DOI. Cecília lembra de ter reconhecido o pai de suas alunas nesse instante, enquanto ambos (Rubens e ela) eram transferidos, de carro, ao I Batalhão. No depoimento, ela frisou a expressão de sofrimento do ex-deputado, cujos pulsos estavam atados. Marilene Corona Franco completa que Rubens foi jogado aos pés de Cecília, algo que descobriu posteriormente, porque não foram transportados no mesmo veículo (apud PAIVA, 2015).

De acordo com os levantamentos do MP, Cecília ficou ainda mais temerosa quando observou onde estavam. Mãe de ex-preso político, ela bem sabia quais eram as táticas usadas no que chamavam de interrogatório. Ela também ressalta que, no trajeto até lá, os militares transmitiam, via rádio, informações que, conforme ela viria a saber mais tarde, diziam respeito ao controle da residência de suas alunas (apud PAIVA, 2015).

Fotografada e fichada, ela permaneceu em pé ao som dos gritos do deputado cassado, que era ouvido. Transcrevem-se as considerações de Marilene acerca da violência que se seguiu no DOI:

“[...] alguém passou e deu um soco em Rubens Paiva. Dona Cecília disse: ‘Vocês vão matar esse homem’, e eles responderam: ‘Aqui é uma guerra’, dando a entender que

a morte de um preso não seria considerada algo criminoso (...) começou [Marilene] a ouvir gritos de Rubens Paiva sendo torturado em um salão do lado. Reconheceu que era Rubens Paiva porque os interrogadores indagavam sobre Jane e Rodolfo (...) tocavam a música 'Jesus Cristo', de Roberto Carlos, e também 'Apesar de você', de Chico Buarque (...) Ouviu gritos de dor.

(...) Dona Cecília lhe disse depois que Paiva pedia seus remédios e também água. Ele também falava, com uma voz muito enfraquecida: 'Meu nome é Rubens Beyrodt Paiva' (...) durante a madrugada houve muito movimento na cela onde estava Rubens Paiva. Dona Cecília ouvia inclusive dizerem que ele precisaria ser hospitalizado" (apud PAIVA, 2015, p. 172-173).

Parte dos elementos comentados por Marilene em seu depoimento, que também se baseou no que Cecília havia lhe contado, apareciam em *Feliz Ano Velho*. Relembra-se: as afirmações de que iriam matar Rubens Paiva e que, para os algozes, não se trataria de tortura, mas de uma tática de guerra. Inclusive, a CNV consultou o livro como fonte de pesquisa. Por sua vez, é possível considerar que os trabalhos da CNV e do MP sistematizaram uma narrativa capaz de reconstituir o crime, a partir do que havia sido levado, fragmentariamente, ao longo de décadas.

Outro depoimento central foi o do estudante Edson de Medeiros. Também detido no DOI, ele confirmou ao MP ter escutado uma música de Roberto Carlos. Poucos depois, um homem (que desconhecia) foi arrastado até uma cela vizinha à sua, até que esse “homem com mais de cem quilos” e “de meia-idade”, com “corpo inerte e totalmente coberto” (apud PAIVA, 2015, p. 173) foi levado. Embora tenha sido “deixado para morrer”, uma vez que não foi devidamente hospitalizado, o ex-presos político recorda a atenção que davam ao preso, da relevância atribuída a ele pelos carcereiros (apud PAIVA, 2015). Série de evidências a qual leva a crer que se tratava de Rubens Paiva.

Esses depoimentos foram fundamentais ao processo investigativo do Ministério Público, o qual “reconstituiu” a morte do deputado cassado Rubens Paiva, negada pelos agentes de Estado reiteradamente. A reconstrução literária dessa morte, em *Ainda estou aqui* (2015), também se tornou possível por conta da reunião dessas declarações, como foi comentado antes.

Assim, em 2014, categoricamente, a versão de fuga do ex-deputado era desmanchada pelas conclusões do MP e da CNV: Rubens Paiva fora assassinado, mediante tortura, enquanto estava sob tutela do Estado, de maneira ilegal, visto que isso desrespeitava a exigência de comunicação da prisão (ainda corrente, mesmo sob o AI-5). Não informar a prisão completava a rede de ilegalidade executada pela repressão. Por ser o destinatário de “cartas chilenas”, no primeiro voo após a libertação de presos políticos, o deputado foi morto e teve o corpo desovado.

Embarcar com materiais políticos, logo na sequência da chegada dos exilados, denotava

uma “incrível falha de segurança (...) no avião mais queimado do país”. A falha, atribuída, pelo narrador, aos grupos de esquerda, não pôde ser perdoada por Eunice Paiva (PAIVA, 2015, p. 173). Já doente, Eunice atingira o terceiro estágio do Alzheimer quando a CNV foi estabelecida e o MP processou os militares envolvidos no caso Rubens Paiva; ela não assimilou, assim, as descobertas ora expostas, que viraram manchetes nos principais jornais brasileiros, sintetizando a morte do esposo (PAIVA, 2015).

Do ponto de vista do escritor, não era possível culpar jovens, com ideologias românticas e revolucionárias, que abdicaram de suas vidas em prol de uma luta coletiva. Os exilados trocados pela liberdade do embaixador suíço “vagaram” no exílio em condições precárias. Lá, também não estavam “seguros”, porque suas articulações políticas eram vigiadas por aliados do governo, que se infiltravam nas organizações para delatá-los aos militares. Além disso, poucos anos depois, com o golpe contra Allende, novamente eles precisaram se refugiar nas embaixadas e deixar o país (PAIVA, 2015). Caso da exilada Maria Auxiliadora Lara Barcelos, que se suicidou na Alemanha anos mais tarde.

É preciso considerar que a Comissão Nacional da Verdade e o Ministério Público não conseguiram dar um passo essencial: punir os responsáveis, para que finalmente as vítimas e seus familiares fossem confortados pelo sentimento de justiça. Além disso, no caso do desaparecimento de Rubens Paiva, entre muitos outros, não há uma iniciativa mais efetiva para descobrir o paradeiro dos corpos. Por essas razões, à guisa de conclusão, Marcelo Rubens Paiva afirma: “a morte do meu pai não tem fim” (PAIVA, 2015, p. 2015, p. 263).

O autor anexa, no fim do livro, trechos da peça de denúncia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra os envolvidos na tortura, morte, desaparecimento e ocultação do corpo do ex-deputado. São eles: José Antônio Nogueira Belham; Rubens Paim Sampaio; Raymundo Ronaldo Campos; Jurandyr Ochsendorf e Souza; Jacy Ochsendorf e Souza. Tais militares foram acusados de cometer quatro crimes: 1) homicídio doloso qualificado; 2) ocultação de cadáver; 3) fraude processual e 4) quadrilha armada (apud PAIVA, 2015).

Outros militares já falecidos, envolvidos nesses crimes, são citados pelo MP: João Paulo Moreira Burnier; Antonio Fernando Hughes de Carvalho; Freddie Perdigão Pereira; e Ney Fernandes Mendes Antunes, que colaboram com o homicídio doloso qualificado (com intenção de matar). Também são mencionados Francisco Demiurgo Santos Cardoso; Freddie Perdigão Pereira; Antonio Fernando Hughes de Carvalho; Syseno Sarmiento; Ney Fernandes Antunes e Ney Mendes, envolvidos na ocultação de cadáver. Por fim, outros nomes não elencados anteriormente aparecem na acusação de quadrilha armada, ou seja, os militares se articularam para praticar o crime, caso de Paulo Malhões e José Luiz Coelho Netto (apud PAIVA, 2015).

Além deles, alguns nomes também voltam a aparecer, porque estes militares também foram acusados de integrar quadrilha armada, a saber: Francisco Demiurgo Santos Cardoso; Freddie Perdigão Pereira; Antonio Fernando Hughes de Carvalho; Syseno Sarmento; José Luiz Coelho Netto; João Paulo Moreira Burnier; Ney Fernandes Antunes e Ney Mendes (apud PAIVA, 2015).

O juiz Caio Márxio Guterres Taranto, da 4ª Vara Federal Criminal, recebeu a denúncia contra os acusados em 26 de maio de 2014. Todavia, como disposto em uma nota do autor, no encerramento do livro, a defesa dos militares tentou anular o processo no STF com base na anistia. Para o MPF, consoante a Marcelo Rubens Paiva (2015, p. 295), os crimes não “prescreveram nem são submetidos à Lei da Anistia”.

Meses depois, o STF teve um olhar diferente para o processo, respaldando-se na anistia. O ministro Teori Zavascki “suspendeu, em 29 de setembro (...) a Ação Penal contra os cinco militares” e, com isso, “não tem data para ir à plenária do Supremo” (PAIVA, 2015, p. 295). De tempos em tempos, a família revive a dor e a indignação de não conseguir punir os poucos torturadores que ainda estão vivos. Apesar de haver provas materiais e testemunhas, eles não são sequer julgados.

Seis anos depois da denúncia, a morte de Rubens Paiva ainda não teve fim e a batalha por justiça prossegue. Em setembro de 2020, a 5ª Turma do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) manteve a decisão pelo “trancamento da ação penal”, escreveu Chico Rubens Paiva (2020, p. A3), em um artigo publicado pela *Folha*. O neto que leva o nome do avô, Chico Rubens Paiva, o qual seguiu seus caminhos na política, carrega o trauma intergeracional do desaparecimento. Também é um novo nome da família que vem à público questionar a incoerência do judiciário brasileiro.

Ele explica que o STJ havia “acolhido os embargos ajuizados pelo Ministério Público Federal (MPF)”, mas também decidiram pelo “trancamento da ação” e, portanto, aconteceu uma nova “passada de pano” aos crimes da ditadura militar, pois, mais uma vez, a anistia protegeu torturadores (PAIVA, 2020, p. A3).

Chico Paiva opina que esse aval da justiça à impunidade é mais um capítulo doloroso, o que também abre brechas para que os casos assim e repitam até hoje no Brasil. No entanto, “‘Ainda estamos aqui’ (...) E vamos seguir lutando” (PAIVA, 2020, p. A3), afirma o neto, ao se recordar da emblemática frase usada pela avó. Afirmação que ecoa como um mote de luta da família, para além da literatura.

Como o direito segue conduzindo a repetição dos traumas⁸² e não legitima a causa dos desaparecidos forçados, por meio de julgamento e punição, novas gerações de parentes das vítimas colocam-se em cena para não permitir que o Estado sufoque de vez a luta por justiça e pela devolução dos restos mortais.

No caso dos Paiva, cada membro da família, à sua maneira, cria um espaço para recuperar o legado do ex-parlamentar, seja na política ou na literatura. Aqui, interessa-se pelo campo literário ocupado por Marcelo Rubens Paiva, o qual se constitui como um local de memória dedicado ao pai, pois, ao longo de diferentes momentos de sua produção, ele escreve sobre Rubens Paiva, resgatando a memória afetiva de seu pai, relembrando sua atuação política e denunciando a extrema violência da qual foi vítima.

3.2.1. Aos documentos

Elementos extraliterários foram essenciais para construção de *Feliz ano velho e, principalmente, Ainda estou aqui*. Nesse sentido, para tratar dos documentos, retoma-se a principal tese defendida pelo jornalista Lucas Figueiredo (2015), o qual considera que militares e civis mantêm secretos arquivos que poderiam indicar o paradeiro dos corpos desaparecidos (JUNIOR, 2016). Essa questão já era parcialmente apontada pelos integrantes do projeto *Brasil: nunca mais*, pois como se sugere, nos processos da justiça militar, pouco fora registrado quanto ao destino dos corpos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987). Isso leva a crer que tais dados podem ter sido conservados em outros papéis, sob a posse de militares e outros colaboradores.

Junções de documentos oriundas do I Quartel do Exército demonstram que os militares montaram um roteiro, com muitos personagens, para tratar da fuga de Rubens Paiva. Da abertura da sindicância até a perícia realizada pela Polícia do Exército, diversos agentes reafirmaram, categoricamente, a “veracidade” da fuga de Rubens Paiva. O capitão Raimundo Ronaldo Campos⁸³, que estava acompanhado do sargento Jurandir Ochsendorf e Souza, registrou o mirabolante “resgate” do ex-deputado (em 22 de janeiro de 1971). No mesmo dia, realizou-se uma perícia, com um detalhado levantamento de quesitos, os quais deveriam ser

⁸² Cf. FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2014.

⁸³ Na denúncia do MP, o nome do agente é grafado de forma distinta, Raymundo. Nos relatórios do Exército, em contrapartida, ele é nomeado como Raimundo.

respondidos por meio das conclusões do laudo (cf. Anexo F). A perícia criminal, entretanto, não se afastou da versão concebida pelo capitão Raimundo. Ou seja, limitou-se a reiterar o episódio de fuga e do incêndio do fusca que, na verdade, não era um veículo oficial e foi provocado pelos militares.

A valer, os peritos foram coniventes com o que havia sido relatado e confirmaram o registro do capitão Raimundo Ronaldo. No dia 11 de fevereiro, o major Ney Mendes encerra e arquiva a sindicância aberta dias antes, em 27 de janeiro de 1971. O absurdo não se findava e não tinha precedentes nem na literatura de Kafka, como considera Paiva (2015). No dia 3 de fevereiro de 1971, Carlos Alberto Cabral Ribeiro, Chefe Maior do I Exército, emitiu um conhecido parecer (reproduzido em *Feliz ano velho e Ainda estou aqui*), justificando a negação do *habeas corpus*:

- a) O paciente não se encontra preso por ordem nem à disposição de qualquer OM deste Exército.
- b) Esclareço, outrossim, que segundo informações de que dispõe este Comando o citado-paciente quando era conduzido por Agentes de segurança, para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte deste Exército.⁸⁴

Tal parecer oficial, que apontava para fuga, é criticado por Marcelo Rubens Paiva desde sua estreia, em 1982. Recordar-se que meses depois da emissão do parecer, o ministro da Justiça (Alfredo Buzaid), o qual garantiu que deputado cassado logo estaria em casa, recebeu uma cópia da sindicância. Ela foi encaminhada pelo ministro do Exército, Orlando Geisel, a fim de atender uma solicitação de Buzaid (cf. Anexo F). É provável que nem o ministro da Justiça tivesse ciência do que se passara com Rubens Paiva. O “desfecho” da batalha judicial, iniciada em janeiro de 71, aconteceu na primeira semana de agosto de 71, quando o STM também negou o *habeas corpus*, alegando que Rubens Paiva não se encontrava preso. Não havia mais instância onde fosse possível recorrer da decisão.

Por certo, os documentos centrais à investigação da CNV foram localizados graças à apreensão realizada na casa do ex-coronel Julio Miguel Molinas Dias, em decorrência de seu assassinato em 2012. Sem essa descoberta, eles poderiam ter permanecido em posse do ex-militar e pouco se teria avançado no que toca à prisão e desaparecimento do ex-deputado federal. O compilado de arquivos atesta a entrada de Rubens Paiva no DOI, encaminhado pelo Quartel da 3ª Zona da Aeronáutica. Desse modo, os registros contradizem o posicionamento

⁸⁴ Cf. Anexo F, p. 82.

oficial fornecido por essas instituições na sequência do desaparecimento, corroborando os depoimentos de Cecília Viveiros de Castro e Marilene Corona Franco.

Um ofício produzido pela “Turma de Recebimento” propicia dismantelar a versão de que Rubens Paiva fugira, porque consta sua entrada no DOI, em 20 de janeiro de 71. Objetos que estavam em posse do deputado também foram apreendidos. Entre os citados, destacam-se: cartão de piloto privado e carteira profissional de engenharia e arquitetura; paletó; relógio e cadernos de anotações. Há uma observação à caneta no documento, quase ilegível e rubricada: “2 cadernos de anotações, encontra-se (sic) com o MAJ BELHAM (devolvidos os cadernos)”⁸⁵. Outra folha manuscrita informa que os pertences do carro de Rubens Paiva foram recolhidos pelo oficial de administração, o “capitão Santabaia”.⁸⁶ Não foi possível identificá-lo.

As informações levantadas foram basilares à investigação conduzida pela CNV, representando a prova material que confirmava a prisão do ex-deputado e desmontava o roteiro oficial que perdurou por décadas. O jornalista e escritor Elio Gaspari reúne em seu site os documentos supracitados, que já haviam sido encontrados nos fundos do Arquivo Nacional pela pesquisadora. Por outro lado, ele apresenta uma cópia “inédita” da carteira de piloto privado de Rubens Paiva, apreendida na chegada do ex-parlamentar ao DOI (cf. Anexo J). Gaspari não situa a fonte de obtenção da cópia do documento pessoal do ex-deputado, contudo, seu site (Arquivos da ditadura) reúne os materiais que ele utilizou para compor seus livros sobre o regime militar.

Rubens Paiva pode ter acreditado que portar a carteira profissional de engenheiro e seu cartão de piloto privado o desassociaria de qualquer possibilidade de envolvimento com grupos de esquerda. Afinal, ele seguira sua carreira de engenheiro desde sua cassação, na sequência do golpe. Isso, todavia, não o livrara da condição de potencial inimigo, de “terrorista”, rótulo o qual encobria a ausência de acusações efetivas contra os presos políticos.

A sistematização dos pertences de Rubens Paiva, recolhidos pelo DOI, atestam as memórias familiares de Marcelo Rubens Paiva em *Ainda estou aqui* (2015), no qual ele cita, por exemplo, que o pai se vestiu formalmente para o que seria somente um depoimento.

Em *Ainda estou aqui*, Paiva (2015) também discorre acerca da participação das mulheres na resistência ao governo militar, não como guerrilheiras, mas familiares em busca de seus entes assassinados. Por essa razão, ele alude a outras mulheres que compuseram tal atuação, como a estilista Zuzu Angel.

Nessa seara, urge destacar o pioneirismo das mulheres nos regimes de exceção na América Latina. Em abril de 1975, elas redigiram o manifesto do Movimento Feminino pela

⁸⁵ Cf. Anexo I.

⁸⁶ Cf. Idem.

Anistia (MFPA)⁸⁷ no Brasil. No ano seguinte, na Argentina, mães e avós passaram a ocupar a *Plaza de Mayo*. Era uma forma de protesto por seus *detenidos-desaparecidos*, ao mesmo tempo em que requeriam informações do paradeiro das vítimas. O movimento, conhecido como *Madres de Plaza de Mayo*, teve sua fundadora Azucena Villafior de Devicenti desaparecida em 1977. Seus restos mortais foram localizados em 2005.⁸⁸

A exemplo dessas mulheres, Eunice Paiva também não se intimidou. Como revela um documento difundido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) da capital paranaense, ela continuou a ser vigiada pela repressão após a morte do marido. O ofício, datado de 12 de junho de 1979, registra sua participação em uma palestra no dia 13 de maio. O evento foi organizado pelo Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (CLADH) e foi amplamente descrito no informe do SNI, o qual apontou que estiveram presentes cerca de 150 pessoas. Entre eles, alguns integrantes do movimento estudantil londrinense (cf. Anexo K).

O documento disposto no Anexo K aborda algumas declarações da viúva de Rubens Paiva:

[...] EUNICE PAIVA lembrou os acontecimentos em 1971 o que culminaram com o desaparecimento de seu marido. Segunda ela, de repente sua casa foi invadida por seis agentes que se diziam da Aeronáutica, e pediram que RUBENS os acompanhasse para algumas perguntas. Ele se despediu da família e saiu para nunca mais voltar.⁸⁹

Eunice Paiva claramente responsabilizava o governo pelo desaparecimento do esposo, mas tinha ciência de que, por meios legais, nada se cambiaria. No encontro, ainda segundo o relatório (cf. Anexo K), ela lembrou sua conversa com o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o qual garantiu que Rubens retornaria.

Outros documentos também revelam que, além dessa vigilância, duas de suas filhas haviam sido detidas anos antes. Em outubro de 1977, acadêmicos foram presos durante o III Encontro Nacional dos Estudantes. Em conformidade com o registro elaborado pela Polícia Militar de São Paulo, eles panfletaram no bairro da Penha e, na sequência, reuniram-se na Faculdade de Medicina da USP. Ana Lúcia Facciola Paiva e Maria Eliana Facciola Paiva foram

⁸⁷ Cf. MAUÉS, Flamarion. Livros na campanha pela anistia. *Perseu: história, memória e política*. São Paulo, v.6, p. 257-277, 2011. Anual. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revistaperseu/article/view/210/169>. Acesso em: 4 jun. 2019.

⁸⁸ Cf. PRADO, Maeli. Restos mortais da fundadora das Mães da Praça de Maio são achados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0907200512.htm>. Acesso em 16 ago. 2020.

⁸⁹ Cf. PALESTRA DE EUNICE PAIVA NO ANIVERSÁRIO DO CLADH. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Título: Palestra de Eunice Paiva no Aniversário do CLADH. Localidade: Curitiba, PR, BRA. Data: 12 jun. 1979. Número de folhas: 4. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.79000143, p. 2.

encaminhadas para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP). Curiosamente, a filiação e o endereço de Eliana não são vinculados ao seu nome no documento, embora sua irmã também tenha sido presa na ocasião.⁹⁰ Além disso, os policiais parecem não terem ligado seus sobrenomes ao do ex-deputado desaparecido.

O filho escritor dos Paiva também era vigiado pelas instituições do governo, conforme se pode comprovar em vários documentos gerados no Deops, de São Paulo. Em um informe de julho de 1984, por exemplo, ele é definido como filho de “Rubens Beirodt de Souza” e atribui-se a ele a autoria de *Feliz ano velho*, bem como sua filiação ao Partido dos Trabalhadores.⁹¹

De fato, nas memórias do escritor Marcelo Rubens Paiva, compartilhadas em *Feliz ano velho*, ele comenta em duas passagens a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores, expressando orgulho por ter sido “um dos primeiros filiados” do partido (PAIVA, 1984, p. 144). Décadas depois, com dois filhos pequenos, o escritor assumiu uma visão crítica relativa ao PT, deixando de se declarar petista.

Vera Paiva, a então estudante de psicologia e irmã mais velha de Rubens Paiva, também era observada pelos militares. Com efeito, um informe do Centro de Informações do Exército (CIE), de 1981, trata do trabalho acadêmico “Danos Psíquicos e Sociais da Repressão e da Tortura”, cuja autoria é atribuída a ela. De acordo com o documento do CIE, a pesquisa ganhara notoriedade, sendo apresentado em eventos da Anistia Internacional. Ademais, informa-se que a autora pretendia submetê-lo à análise de outros estudantes da área, bem como defensores de direitos humanos. Por enquanto, naquele momento, a apreciação do texto tinha sido feita pelo casal José Gregori (da Comissão Justiça e Paz/SP) e Marilene Gregori, sua esposa.⁹²

Em 2014, Vera Paiva declarou à *Folha de S. Paulo* que os documentos levantados pela CVN relevaram que ela e o irmão foram espionados durante treze anos. Ainda diz que “foi presa mais de uma vez e humilhada pela repressão”⁹³ e no que tange à filiação do irmão ao PT, Vera enuncia que não aconteceu, ao contrário do que indica um desses documentos. Como mencionado anteriormente, sua afirmação também contradiz a versão do irmão, apresentada em *Feliz ano velho*, acerca da filiação dele ao PT. Não foi encontrado nenhum documento relativo às prisões supracitadas pela filha mais velha dos Paiva.

A consulta aos documentos demonstrou que nem mesmo com a restauração democrática

⁹⁰ Cf. Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004756, p. 63.

⁹¹ Cf. Anexo L.

⁹² Cf. Anexo M.

⁹³ Cf. PAIVA, Vera. Ditadura vigiou filhos do deputado Rubens Paiva. [Entrevista concedida a] Bernardo Mello Franco. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 8 fev. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1409343-ditadura-vigiu-filhos-do-deputado-rubens-paiva.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2020.

os órgãos de informação abandonaram a prática de “observação”, ou melhor, de espionagem. Seguiram fichando o posicionamento de familiares das vítimas e a própria imprensa, que cobrava a abertura dos arquivos das Forças Armadas.

3.3. “Você se lembra de mim?” — O apagar do corpo em vida

Em 24 de outubro de 2008, Marcelo Rubens Paiva publicou *O abraço*, em sua coluna do *Estadão*. Ele abre o texto tratando da natural inversão de papéis, por meio da qual os mais velhos passariam a requerer cada vez mais cuidados, chegando até a poderem ser interditados. De acordo com o escritor, esse movimento possibilitaria “elaborar a vida”⁹⁴.

Nove meses antes da publicação do artigo, Eunice Paiva tinha sido interdita em São Paulo, devido ao avanço da doença de Alzheimer. Sem mencionar o episódio, o filho transporta tal elaboração à escrita e focaliza a mãe. Recorda, entre outros fatos, a luta da família para a aprovação da Lei dos Mortos e Desaparecidos e o significativo “abraço” entre o general Alberto Cardoso e ela. Para ele, poderia ser a última oportunidade “de esclarecermos certos fatos”⁹⁵.

Parece que o filho também tenta elaborar a dor, de sofrimentos decorrentes da doença da mãe e do próprio desaparecimento do pai, questão que não se encerrava. Seis anos depois, uma publicação muito mais densa aparece na mesma coluna do jornal: *Trabalhando o sal*⁹⁶. No artigo, Paiva (2014) recupera um episódio narrado pelo também escritor Antônio Callado, sobre um dia quente e alegre em Búzios, no qual Eunice comemorava a possível soltura do marido (assegurada pelo próprio Buzaid). Aquele rosto não se seguiu assim, alegre e quente, mas encharcado com a “água é que não era mais do mar”, porque o corpo do esposo jamais foi encontrado (apud PAIVA, 2015, p. 36).

Ambos os textos são centrais, pois a doença da mãe já vinha estimulando o autor a escrever sobre ela desde então, movimento que culminou na elaboração da sua biografada: *Ainda estou aqui*, publicada em 2015. Nesse bojo, o filho tenta impedir que o Alzheimer varra as lembranças da mãe doente, justamente uma das pioneiras na luta contra o esquecimento da ditadura e a injustiça perpetrada pelos militares. O diagnóstico, então, não parecia justo:

Não é possível, minha mãe tem uma demência? Depois de tudo que passou? Justamente agora, quando ia curtir a velhice com dignidade, independência, conforto,

⁹⁴Cf. PAIVA, Marcelo Rubens. O abraço. [São Paulo], *Estadão*, 24 out. 2008. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,o-abraco,266016>. Acesso em: 10 dez. 2020.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Cf. PAIVA, Marcelo Rubens. Trabalhando o sal. *Estadão*, [São Paulo], 24 de fev. 2014. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/trabalhando-o-sal/>. Acesso em: 10 set. 2020.

situação financeira estável, na cidade mais linda do mundo? Como Deus pode ser tão imprudente e imputar tanto sofrimento a uma pessoa só? Essa doença não era para acontecer, não tinha que acontecer, não nela! Por que provação mais a minha família deveria passar? Por que nos testavam até o limite? Chega! Queríamos um descanso. Não teríamos (PAIVA, 2015, p. 230-231).

Como se trata de sua biografia, ao contrário do que fizera nas colunas publicadas anteriormente, era inevitável tratar da nova tragédia na vida da família, a demência, que mantinha o desassossego na vida dos Paiva. Apesar disso, o narrador autodiegético tenta adiar o acontecimento que daria o veredito definitivo: a interdição de Eunice. Suas voltas, contudo, não o impediram de descrever o dia 30 de janeiro de 2008.

A audiência aconteceu no Fórum João Mendes, um lugar trivial para os Paiva. Lá, Eunice transitava como advogada e Marcelo se divorciou pela primeira vez. Nessa situação, o filho avalia a grande ironia: uma advogada, que lidara com vários casos de interdição, seria destituída de suas capacidades civis. Perante uma colega de profissão, o juiz foi respeitoso e direto, conduzindo questionamentos simples a Eunice (PAIVA, 2015). Constrangida, a ex-advogada não soube responder às indagações:

— Como é o nome do presidente do Brasil?

Novamente, o olhar, desespero, vergonha, branco, deu branco, ela sofria demais, sofria sempre quando não reconhecia alguém e a pessoa perguntava, “Se lembra de mim?” (...)

O presidente do Brasil, mãe, você o conhece pessoalmente. Ele já foi em casa duas vezes, quando ainda era líder sindical. Você esteve na fundação do partido dele. Esteve ao seu lado na luta pela Anistia, pelas Diretas, pela redemocratização. Até queriam você como suplente do senador do partido dele. Ele foi em casa numa noite em que tudo estava uma bagunça. (...) Ele entrou e foi conversar com você sobre os rumos da política brasileira, que se reorganizava, saía da ditadura (PAIVA, 2015, p. 25-26).

Os ecos do silêncio deixados pela falta de respostas de Eunice são preenchidos pelo autor no presente de escrita. Como na literatura é possível romper com a agonia da espera por respostas e do desespero da mãe, ele acrescenta à cena: “você está velha, acontece, todos nós esquecemos, não precisa ficar desesperada nem se sentir culpada, estamos aqui para te ajudar, todos nós também vamos envelhecer, lembra da sua sogra, a vovó? (...) ficou gagá” (PAIVA, 2015, p. 26). Por conseguinte, os papéis se inverteriam, o filho passaria a cuidar da mãe: havia sido eleito curador, devendo retribuir os cuidados recebidos ao longo de quase cinquenta anos (PAIVA, 2015).

Embora tenha se tornado o responsável legal por Eunice Paiva, o único homem da família não deixou de receber da mãe um gesto de carinho, que perdurava por décadas e permanecia mesmo no III estágio do Alzheimer:

[...] enquanto seu raciocínio está confuso, ela pega a minha mão esquerda, mais fechada do que a direita, e abre com carinho, dedo a dedo, para alongá-los. Como faz há trinta e cinco anos, desde os primeiros dias em que me viu numa UTI paralisado. Seguindo uma recomendação da fisioterapia: alongar sempre que der a mão do filho tetraplégico, para não atrofiá-la. Um instinto materno poderoso atravessa o choque e os casos em que vive, e ela faz aquilo que rotineiramente foi parte da vida, cuida do filho (PAIVA, 2015, p. 250).

A mãe, que não tinha costume de abraçá-lo e não parecia uma mãe propriamente italiana, como define o narrador, repetia seu gesto de carinho, de anos, um afeto que se sobrepujou à própria doença. A associação feita por Eunice não passou despercebida pelo filho:

Quando percebi isso, associei o jeito de ela pegar a minha mão com as recomendações médicas e passei sempre a estacionar minha cadeira de rodas paralela à dela e a pousar a mão sem mobilidade no largo apoio de braço de sua cadeira. Ela sempre a pega e a alonga, carinhosamente, dedo por dedo, um de cada vez, num toque que é só dela, que está lá ainda. Deixo-a alongar minha mão por minutos (PAIVA, 2015, p. 250).

No excerto anterior, além de relatar um momento de cumplicidade entre mãe e filho, capaz de romper com o desassossego que “persegue” os Paiva, o filho-narrador parece reafirmar para si a existência da mãe. Apesar de doente, ela ainda estava lá. Afirmção que tenta dar fim ao ato falho, o “golpe do inconsciente”, que o leva a se aludir à mãe no passado, em muitas das passagens do livro (PAIVA, 2015, p. 48).

Da escrita ao lançamento de *Ainda estou aqui*, Eunice estava viva, mas é curioso que o autor se refere à mãe, majoritariamente, empregando o pretérito imperfeito: “Era prática, culta, magra (...) workaholic”. Aliás, o próprio narrador chama atenção do leitor, “no passado, reparou?” (PAIVA, 2015, p. 44).

O uso do pretérito situa a dicotomia enfrentada pelos parentes de doentes de Alzheimer: os eventos são passados, porém, existe uma continuidade da ação, é e não é mais o sujeito que está ali. Paiva (2015, p. 48) confessa que se culpava “por enterrar na conjugação verbal alguém que está vivíssimo e presente”, só que o doente de Alzheimer “em estado avançado está lá, mas não está, é a pessoa, mas não é.”

O corpo apagava-se em vida, junto às lembranças e às multifacetadas “Eunices”, que coabitavam nela: “Era ela ausente do seu corpo. Era o seu apagar que agia com brutalidade nos gestos e nas palavras”. Enquanto ela aceitava, com “resignação”, o Alzheimer (PAIVA, 2015, p. 238 e 239).

O autor antecipa a linguagem do luto, enterra a mãe na conjugação, em defluência dos sintomas progressivos do Alzheimer. Esse “está lá, mas não está” torna possível criar um

paralelo com o desaparecimento forçado de Rubens Paiva: na doença, Eunice está viva, mas parece não estar lá, presente; e no desaparecimento, o pai está morto, mas como não há corpo a ser sepultado, tampouco ritual, a experiência é difícil de ser concretizada e elaborada pela família.

Como a sua presença beirava a ausência, era possível notar a companhia da morte, dado que havia a materialidade de seu corpo, mas ela parecia não estar mais ali. Em 2018, após uma década de sua interdição, Eunice, efetivamente, morreu e foi enterrada no Cemitério do Araçá, em São Paulo. No caso de Rubens Paiva, sabe-se que ele não está vivo, fato atestado pela sua certidão de óbito. Mas como seus restos mortais até hoje não apareceram, não se depara com a presença de sua morte.

À guisa de conclusão e com a mãe em um estágio avançado da doença, o narrador despede-se de Eunice Paiva e busca homenageá-la em *Ainda estou aqui*. Ao mesmo tempo, ele faz um balanço da relação com Eunice. Ela poderia não ser a verdadeira mãe italiana, que o abraçava e beijava, porém, amava-o e tinha orgulho do único filho:

Orgulhava-se da minha opção de vida. Ela também tinha feito letras. Reclamava de duas coisas apenas: do meu cabelo despenteado e do meu estilo literário e dramático com palavras. Não se importava com a linguagem coloquial, que parte da crítica chamava de subliteratura. Logo ela, letrada, com dois diplomas, tinha um filho que não respeitava a norma culta, escrevia de um jeito que chocava os acadêmicos e por vezes era chamado de semianalfabeto. Ela não se importava, porque ela, durante muitos anos, foi minha revisora, respeitava o estilo, entendeu minha proposta, corrigia as informações erradas ou os erros que nem o coloquialismo sustentava, mas respeitava a linguagem. Nos meus primeiros livros e artigos, pode contar: tem a mão dela na revisão (PAIVA, 2015, p. 212-213).

Além de revisora de sua obra, era a grande heroína da família, como conclui o memorialista:

Minha mãe ficou viúva aos quarenta e um anos.
(...) um ícone da ditadura, prova bem articulada que contestava a versão oficial. Minha mãe viva negava a mentira criada (...) Eu tinha, sim, ódio dos militares. Do poder. No entanto, assistir à atuação dela me ensinou a não alimentar revanchismos. Ao invés de se fazer de vítima, ela falava de um contexto maior, entendia a conjuntura do continente, sabia ser parte de uma luta ideológica. Era mais uma Maria (Maria Eunice), cantada por Elis Regina em “O bêbado e a equilibrista” (“choram Marias e Clarisses, no solo do Brasil...”). Nunca se deixou cair no pieguismo, não perdeu o controle diante das câmeras, nem vestiu uma camiseta com o rosto do marido desaparecido. Não culpou esse ou aquele, mas o todo. Não temeu pela vida. Lutou com palavras (PAIVA, 2015, p. 192-193).

Para continuar negando a história forjada, Marcelo Rubens Paiva biografou a mãe. Esse “ícone da ditadura”, que lutou por meio de sua voz e que, mesmo quando perdia suas palavras

e a memória, demonstrava sua força e lembrava à própria família que ainda estava lá:

Seu orgulho era maior do que seu esquecimento. Jamais sentiria pena de si mesma. Nem queria que sentíssemos pena dela. Jamais pediu ajuda. Recentemente, uma fala cheia de significados entrou no seu repertório, especialmente quando um turbilhão de emoções a ataca (...) o que mostra uma felicidade e um alerta, caso alguém não tenha reparado: Eu ainda estou aqui. Ainda estou aqui.

Sim, você está aqui, ainda está aqui.

Minha mãe, aos oitenta e cinco anos, não entrou no Estágio IV, o pior de todos. Sua vida tem muitos atos. Tivemos mais um. Enquanto a morte do meu pai não tem fim (PAIVA, 2015, p. 262-263).

Eunice Paiva não está mais aqui, a cortina de seu último ato se fechou em 13 dezembro de 2018, na data de rememoração do ato mais truculento da ditadura militar: o AI-5. Quarenta e sete anos depois do desaparecimento de Rubens Paiva, seus filhos enterraram aquela que ora estava morta na conjugação verbal, mas não se cessava de lembrar, que estava lá. Quarenta e nove anos depois do desaparecimento de Rubens Paiva, a família tenta pôr fim ao “morir incesante/ [y] tenas, esta muerte viva” (GOROSTIZA, 2008, p. 6)⁹⁷ do ex-deputado, que ainda não pôde ser enterrado. Quarenta e nove anos depois de perder o pai, sua “morte viva” é recobrada em *Ainda estou aqui*, no qual Marcelo Rubens Paiva, tal qual feito por Kucinski anos antes, denuncia os efeitos da desmemória coletiva (de um outro Alzheimer, firmado em forma de Lei de Anistia): os apologismos à ditadura; a continuação da prática de tortura e dos desaparecimentos forçados, executados por agentes militarizados da segurança pública.

⁹⁷ “morrer incessante/tenaz, esta morte viva”. Tradução nossa.

Conclusão

A prática do desaparecimento forçado praticada na ditadura militar brasileira constitui um crime sem fim, pois leva os familiares da vítima a uma procura incessante por seu paradeiro e/ou sobre a localização de seus restos mortais. É nesse contexto que se considerou o escritor Marcelo Rubens Paiva, sua família e os parentes de todos os desaparecidos políticos desse período no Brasil, vítimas do regime militar. De fato, segundo buscou-se demonstrar nesta dissertação, essa violência constitui tema central da produção literária do autor, sendo elaborada na chave da memória e da ficção ao longo dos últimos trinta e oito anos, com maior ou menos destaque.

Já em sua estreia literária — desencadeada pelo acidente que culminou na tetraplegia do escritor — com *Feliz ano velho* (1982), a narrativa das prisões do pai, da mãe e de sua irmã Eliana foi incorporada à escrita de seu livro, no qual ocupou um segundo plano. Naquele momento, no lugar de investigações esclarecedoras sobre o desaparecimento do seu pai, divulgavam-se versões e posicionamentos disparatados de diversas instâncias do governo militar. Desse modo, Marcelo Rubens Paiva opta por contar essa “história a contrapelo”, como cunhou Walter Benjamin (1940/1987,p.225), indicando os contrassensos das explicações oficiais e mostrando o labirinto jurídico e político perseguido por sua mãe, em busca da verdade sobre o paradeiro de seu marido. É importante lembrar que, no ano de lançamento do livro, o país ainda se encontrava sob a vigilância da ditadura, que se despedia a passos lentos e impunes.

Embora apresente uma versão destoante da oficial, pautada na memória da família, identificou-se que parte da crítica não articulou a obra com as narrativas sobre a repressão do período, lançadas principalmente no *boom* pós-79. Com exceção de Márcio Souza, Flora Süssekind e Regina Dalcastagnè. Ao contrário de Flamarion Maués (2011; 2013; 2014) ou até mesmo em investigações recentes (cf. Eurídice Figueiredo e Fernando Perlatto), as quais recuperam as publicações do período

Para compreender essa exclusão por parte da crítica, foram investigadas as tendências da produção literária acerca da ditadura militar desde 64, momento em que a preocupação de muitos autores passou a ser a própria sistematização da violência estatal, como assegura Santiago (1988). O acirramento da repressão, a censura e o exílio, ao lado da perseguição de editoras, fizeram esse mercado voltar a se organizar somente dez anos depois, em 1974. Ano que marca o lançamento de muitos livros de oposição, como Cunha Maués (2011; 2013; 2014).

A onda de tiragens cresce exponencialmente com o decreto de anistia, em 1979, que, de um lado, garantiu a impunidade dos militares, e de outro, a “anistia” à literatura. O período foi caracterizado pelo grande sucesso de vendas de relatos memorialistas dos ex-presos políticos e guerrilheiros. Apesar de também ter se tornado *best-seller*, o público leitor de *Feliz ano velho* (formado sobretudo por jovens), assim como a crítica, não recebeu a obra como um relato sobre o regime, mas como uma história de um jovem, o qual vivia a efervescência da contracultura e teve a vida “interrompida” por um acidente.

Nesse sentido, houve o objetivo de pontuar a impossibilidade de enquadrar *Feliz ano velho* nas condições estabelecidas, por Maués (2013), para que um livro fosse considerado de oposição. Pois, por exemplo, ele não desempenhou em sua recepção nenhuma função política nem promoveu debates desse teor em seu lançamento. Sua obra, tampouco, era assinada por um ex-militante, outra marca atribuída por Figueiredo (2017), ao tratar das impressões da leva.

Pelo contrário, foi lançada em um selo com pretensões comerciais bem marcadas, com a finalidade de atrair um público específico, sem adesão à linguagem canônica. Aliás, a linguagem coloquial adotada pelo autor, marcada por gírias e palavras de baixo calão, foi o aspecto que mais se sobressaiu em relação às memórias de Paiva, cuja imagem de escritor confundia-se com a de galã. Entretanto, aqui, também não se entendeu que o autor revolucionou em tal esfera, porque essa já era uma proposta que vigora desde 1922 e foi ainda mais abraçada em decorrência do movimento de contracultura. Apesar disso, ela se tornou a grande marca estilística do escritor, que não a abandonou ao longo de sua carreira literária.

A valer, esses aspectos justificariam a exclusão do levantamento realizado por parte da crítica. Mesmo assim, argumenta-se que *Feliz ano velho* desempenhou um papel importante ao revelar as circunstâncias de prisão de Rubens Paiva e, ainda na década de 80, combater a versão oficial a partir do pouco que se sabia sobre o desaparecimento do ex-deputado. Tanto que, recentemente, a Comissão Nacional da Verdade utilizou a obra como fonte de pesquisa, essencial para se conhecer as circunstâncias de desaparecimento de Rubens Paiva.

Em relação à possibilidade de o texto ser inserido ao lado de outros exemplares da leva de lançamentos do pós-79, ressalta-se que é preciso escavar a ditadura sob óticas distintas,

capazes de desvelar a experiência das suas vítimas diversas, não somente a dos integrantes da luta armada. Por fim, também é possível mencionar que o autor antecipa a tendência da nova remessa de publicações recentes, pós-2000, nas quais familiares dos ex-militantes recorrem à literatura para “cantar” seus desaparecidos. Isso também pode ser constatado na produção cinematográfica. Nesse passo, recomenda-se a revisão da crítica do período.

Sem o embargo de os relatos de memória *Feliz ano velho* e *Ainda estou aqui* comporem o *corpus* principal deste exame, também é necessário tratar da elaboração literária do desaparecimento forçado em outras obras da produção do autor, o que foi aqui chamado de “repetição literária”. Isso (re) aparece em pelo menos outros dois romances: *Ua-brari* (1990) e *Não és tu, Brasil* (1996). No primeiro, ele explora a questão por meio do personagem Zaldo, que pode ser sido morto pelo Exército e tem seu corpo desaparecido no rio. Como ele foi comparado a Antônio Conselheiro, no livro, graças ao seu trabalho messiânico no Amazonas, aproveita-se o ensejo para demonstrar a permanência da violência militar: mataram Zaldo; Conselheiro e Rubens Paiva. Em *Não és tu, Brasil* (1996), Paiva propõe ficcionalizar a perseguição a Carlos Lamarca, no interior de São Paulo, em decorrência de uma coincidência: o líder guerrilheiro cruzou a propriedade do avô de Marcelo em sua fuga. Porém, ele acaba ficcionalizando a história da própria família, a partir das lembranças do narrador-protagonista. Desse modo, a tia Luiza, na trama, parecer representar seu pai⁹⁸. Relembra-se que tal “repetição literária” também é vista na produção de Bernardo Kucinski.

Outro ponto importante é que a produção de Marcelo Rubens Paiva, não à toa, acompanha marcos importantes na documentação e investigação relativas à história do regime militar: o projeto *Brasil: nunca mais* (1979 – 1985), no pós-anistia; a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995 –), durante o governo democrático de FHC; e a Comissão Nacional da Verdade (2012 – 2014), na Era Lula e Dilma. Assim, tanto o primeiro momento, do *Brasil: nunca mais*, quanto o segundo, em que os Paiva recebem a certidão de Rubens Paiva, influenciam o processo criativo de *Não és tu, Brasil* (1996), em que o retorno da tia desaparecida parece alegorizar o “retorno” simbólico do pai, via decreto. Vale salientar que os resultados do BNM foram publicados somente três anos depois da estreia de Paiva, por isso, não influenciaram o processo criativo de *Feliz ano velho*, que sai após a anistia. Por fim,

⁹⁸ O trauma de seu acidente também retorna, em alguma medida, em outras produções. Tal repetição pode ser averiguada na peça *No Retrovisor* (2002), na qual os anos 80 voltam à cena e, o protagonista, depois de sofrer um acidente, fica cego. E em *Meninos em fúria* (2018), em que a história do punk é atrelada à memória de Marcelo, sua reinserção à vida social sobre “rodas” e ao processo de escrita de *Feliz ano velho*.

destaca-se *Ainda estou aqui* (2015), editado no ano seguinte à conclusão da Comissão Nacional da Verdade.

Seu lançamento “coincide” com outra grande leva de edições sobre o regime ditatorial, semelhante ao observado no pós-anistia, em decorrência dos cinquenta anos do golpe militar e do encerramento da CNV. Diferentemente de *Feliz ano velho*, o livro é comentado pela crítica e colocado ao lado dos demais textos memorialísticos publicados no pós-2014, inclusive daqueles escritos por ex-militantes.

No caso de Paiva, as investigações da CNV e do Ministério Público a respeito o assassinato e a ocultação de cadáver do ex-deputado foram ensejos que possibilitaram ao autor amarrar a história do pai à da mãe, doente de Alzheimer. Nele, o autor biografava Eunice Paiva e recupera a luta de uma vida: em busca do corpo do marido e na defesa dos povos originários, também vítimas de uma política genocida. Nesse momento, é reeditado *Feliz ano velho*, formando uma duologia, editorialmente, de suas memórias familiares. Como se, três décadas mais tarde, o relato retomasse a narrativa iniciada em *Feliz ano velho*, mas agora munido de um desfecho quase completo, sem tantas lacunas, das circunstâncias de morte do pai.

Nesses termos, comparou-se *Feliz ano velho* e *Ainda estou aqui*, a fim de apresentar a articulação entre as obras. Com efeito, ao longo desse estudo, pontuou-se que muitas passagens são retomadas e destrinchadas no livro mais recente, sobretudo as que dizem respeito ao desaparecimento do pai, a agonia de uma família e a do próprio narrador. A principal distinção averiguada entre eles seria o afastamento da autobiografia em *Ainda estou aqui*, a qual cede lugar às peças que faltavam acerca dos eventos localizados no final do mês de janeiro de 1971, ao relato sobre o embate de sua mãe pelo esclarecimento do assassinato do marido e, por fim, à homenagem aos pais do autor, verdadeiros personagens da obra.

Quando as últimas descobertas, no que toca à morte e ao desaparecimento de Rubens Paiva, vieram à tona, Eunice, interditada em 2008, estava no estágio III da doença de Alzheimer e acaba por ser enterrada na linguagem pelo filho-narrador, antes mesmo de sua morte. A partir da antecipação do luto, feita por Paiva (2015), é possível criar um paralelo com o “sumiço” do pai, por meio do “está lá, mas não está”: Eunice está viva, porém doente, o que dá a impressão de que ela não habita seu próprio corpo; já no caso do desaparecimento, mesmo morto, o corpo de Rubens Paiva permanece insepulto. Frente à dificuldade de elaborar uma morte cujo o corpo não foi localizado, o narrador de *Ainda estou aqui* dedica um rito fúnebre, solitário, ao pai, na antiga casa dos Paiva. O terreno que testemunhou a prisão de Rubens Paiva, torna-se, então, um local de memória, onde o filho se depara com o jazigo, possível, do pai.

Além disso, Eunice Paiva, justamente aquela que lutava contra o esquecimento da morte do marido, que enfrentou o Estado em busca do paradeiro de Rubens Paiva e na defesa dos indígenas, passa a não se lembrar. Como a memória de um país parece se apagar junto das lembranças da mulher considerada o símbolo da reconciliação, o filho decide registrar o curso da vida da mãe, responsável por rebater o governo militar. Ao mesmo tempo, Paiva incorpora trechos de depoimentos centrais para dismantelar, definitivamente, a versão oficial à época do sequestro e assassinato de Rubens Paiva. Válido ressaltar que as passagens são provenientes dos trabalhos do MP e da CNV. Por isso, nesta pesquisa, também se atentou a fontes de arquivos, que extrapolam o texto literário e foram produzidas pelas Forças Armadas. Desse modo, parte desses documentos permitiram expor a burocracia forjada, a qual visava proteger os militares e pode ser observada nos anexos, e a vigilância sofrida pelos Paiva até o final da década de 90, já em um governo democrático.

Passados cinco anos da publicação de *Ainda estou aqui*, Eunice Paiva não está mais aqui, falecida na data em que se completavam os cinquenta anos do AI-5. Lembra-se que os militares, mesmo quando expostos como violadores, denunciados, permanecem impunes. Sem prosseguimento das investigações da CNV, a maioria de suas recomendações também não foram acatadas pelo Estado e, assim, os corpos desaparecidos do pretérito unem-se aos corpos desaparecidos no presente democrático.

REFERÊNCIAS

Obras do escritor Marcelo Rubens Paiva

- PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. 41.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Não és tu, Brasil*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- _____. *Ua: Brari: Do outro lado do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- _____. *Feliz ano velho*. 2.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- _____. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- _____; NASCIMENTO, Clemente Tadeu Nascimento. *Meninos em fúria: e o som que mudou a música para sempre*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.
- _____. *O orangotango marxista*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.

Entrevistas e matérias relacionadas ao autor e à família Paiva

- CÂMARA inaugura busto de Rubens Paiva, cassado e morto na ditadura. *GI*, Brasília, 1 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/04/camara-inaugura-busto-de-rubens-paiva-cassado-e-morto-na-ditadura.html>. Acesso em: 8 out. 2020.
- CRUZ, Maria Alice da. Trinta Anos de ‘Feliz ano velho’. *Portal Unicamp*, [Campinas], 2 jul. 2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/07/02/trinta-anos-de-feliz-ano-velho>. Acesso em: 4 abr. de 2019.
- DRAUZIO Entrevista | Marcelo Rubens Paiva. Entrevistador: Drauzio Varella. Entrevistado: Marcelo Rubens Paiva. [S.l], set. 2015. *Podcast*. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/videos/drauzio-entrevista/drauzio-entrevista-marcelo-rubens-paiva/>. Acesso em: 12 set. 2019.
- FELIZ ano velho* por Gervitz. *Coleção Aplausos*. [S.l], [s.d]. Disponível em: <https://aplauso.imprensaoficial.com.br/livro-interna.php?iEdicaoID=285>. Acesso em: 27 set. 2020.

MANDIN, Ana Maria. Morte de Rubens Paiva é reconhecida após 25 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1971. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/24/brasil/25.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MARREIRO, Flávia. “A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram”. *El país*, São Paulo, 30 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/26/politica/1553638410_317117.html. Acesso em: 10 dez. 2020.

PAIVA, Chico. STJ passa pano para a ditadura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 100, n. 33.422,4 out. 2020. Tendências/ debates, p. A3.

PAIVA, Marcelo Rubens. “Feliz Ano Velho” chega à adolescência. [Entrevista concedida a] Marcelo Rezende. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 dez. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq011202.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. O jornalista e escritor fala sobre suas experiências da adolescência, a influência do pai e como constrói seus livros. [Entrevista cedida a] Heródoto Barbeiro, *Programa Roda Viva*, [S.I.], 8 dez. 1997. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/128/entrevistados/marcelo_rubens_paiva_1997.htm. Acesso em: 1 jul. 2019.

_____. O abraço. [São Paulo], *Estadão*, 24 out. 2008. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,o-abraco,266016>. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____. “Feliz Ano Velho” 20 anos depois. [Entrevista concedida a] Agência Estado. *O Estadão*, São Paulo, 13 dez. 2002. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,feliz-ano-velho-20-anos-depois,20021213p2755>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Trabalhando o sal. *Estadão*, [São Paulo], 24 de fev. 2014. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/trabalhando-o-sal/>. Acesso em: 10 set. 2020.

PAIVA, Maria Eliana Facciola. O testemunho do que eu sei, li, vi, ouvi, senti e pensei. *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. “Foi meu segredo”: Eliana Paiva, filha de Rubens Paiva, falou ao DCM sobre sua prisão aos 15 anos na ditadura. [Entrevista cedida a] Roberto Amado. *DCM*, São Paulo, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/foi-meu-segredo-eliana-paiva-filha-de-rubens-paiva-falou-ao-dcm-sobre-sua-prisao-aos-15-anos-na-ditadura/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PAIVA, Vera. Ditadura vigiou filhos do deputado Rubens Paiva. [Entrevista concedida a] Bernardo Mello Franco. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 8 fev. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2>

014/02/1409343-ditadura-vigiu-filhos-do-deputado-rubens-paiva.shtml. Acesso em: 3 ago. 2020.

RODRIGUES, Sérgio. *Quem está aqui e quem esteve lá*. [S.l.], 31 dez. 2016. Disponível em: <https://www.taglivros.com/blog/ainda-estou-aqui-coluna-sergio-rodrigues/>. Acesso em: 4 out. 2020.

Bibliografia geral

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BARRUCHO, Luís. ‘Enquanto me dava choques, Ustra me batia com cipó e gritava’, diz torturado aos 19 anos. *BBC Brasil*, Londres, 21 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160419_torturado_ustra_bolsonaro_lgb. Acesso em: 22 jul. 2020.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. 226 p. (Obras escolhidas, v.1).

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/memoria-e-verdade/direito-a-memoria-e-a-verdade-2013-comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos/view>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório preliminar de pesquisa caso Rubens Paiva*. [S.l.], 14 fev. 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio_preliminar_26-02.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília, 2014a. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.1).

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

_____. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014c. (Relatório da Comissão da Verdade; v.3).

_____. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n° 7.2018, de 2014*. Propõe revogar parcialmente o art. 1º, da Lei n° 5.595, de 28 de julho de 1970, para alterar a denominação da ponte Rio - Niterói para Ponte "Rubens Paiva". Disponível em: <http://biblioteca.fecap.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual-ABNT-20151.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Ministério Público Federal. *Crimes da ditadura militar*. Brasília: MPF, 2017. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/005_17_crimes_da_ditadura_militar_digital_paginas_unicas.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

BUTLER, Judith. Judith Butler: “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?”. *El país*, [S.l], 10 jul. 2020. Babelia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CALICCHIO, Vera. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/zenildo-gonzaga-zoroastro-de-lucena>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CAMACHO, Ana. Más de 90.000 desaparecidos en latinoamérica en los últimos años. *El país*, Madrid, 11 feb. 1983. Disponível em: https://elpais.com/diario/1983/02/11/internacional/413766003_850215.html. Acesso: 20 jun. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da presidência (1995-1996)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. E-BOOK. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-diarios-da-presidencia-fernando-henrique-cardoso-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

CRUZ, Lua Gill da. *(Sobre)viver: luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial*. 2017. 1 recurso online (190 p.) Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322694>. Acesso em: 10 Dec. 2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 na produção romanesca brasileira*. 1993.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 39.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CURY, Maria Zilda Ferreira; PEREIRA, Rogério Silva. *Em câmera lenta, de Renato Tapajós, 40 anos: autocrítica pública e sobrevivência*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 54, p. 435-454, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10379>. Acesso em: 13 jul. 2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília, DF: Editora da UnB, c1996.

EFE, Brasil é condenado por não investigar assassinato e tortura de Vladimir Herzog. *El País*, San José, 5 jul 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/04/politica/1530734238_207748.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

ELTIT, Diamela. *Jamás el fuego nunca*. Cárceres: Editorial Periférica, 2012.

FAMILIARES dos desaparecidos políticos recebem certidões de óbito retificadas. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos. *PFDC*, Brasília: 28 maio 2019. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2019/maio/familiares-de-desaparecidos-politicos-recebem-certidoes-de-obito-retificadas>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FELDMAN, Ilana. Podem os personagens secundários falar? Posição feminina no documentário autobiográfico face à memória da ditadura militar no Brasil. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 20/2, P.228-243, maio/ago. 2018. Disponível em: Podem os personagens secundários falar? posição feminina no documentário autobiográfico face à memória da ditadura militar no Brasil (scielo.br). Acesso em: 10 dez. 2020.

FELMAN, Shoshana. *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2014.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração) — Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.

GOROSTIZA, José. *Muerte sin fin*. México: Universidad Nacional Autónoma de México/ Coordinación de Difusión Cultural [UNAM] [online], 2008. Disponível em: <http://www.materialdelectura.unam.mx/images/stories/pdf4/jose-gorostiza.1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

GREEN, James. *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel — pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Tradução de Marília Sette Câmara. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ILARI, Mayumi Demine Senoi. *Dez obras para se pensar a contracultura dos anos 1960*. [São Paulo], p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Contracultura.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

JUNIOR, Francisco Alcides Cougo. Preservar, esconder, mentir e calar. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 198-201, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/698>. Acesso em: 8 out. 2020.

KUCINSKI, Bernardo. *K. – relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus: romance*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MADEIRO, Carlos. Após 30 anos da abertura da Vala de Perus, 5 ossadas foram identificadas. *Uol*, Maceió, 9 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/09/08/abertura-da-vala-de-perus-faz-30-anos-com-apenas-duas-identificacoes-feitas.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MARIELLE, o documentário. Direção de José Padilha. [Rio de Janeiro]: Globoplay, 2020.

MALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que mudou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Pinguin Classics, 2012.

MAUÉS, Flamarion. “Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio”: livros de oposição no regime militar, um estudo de caso. *Em questão*, Porto alegre, v. 11, n.2, p. 259-279, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/12>. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. Livros na campanha pela anistia. *Perseu: história, memória e política*. São Paulo, v.6, p. 257-277, 2011. Anual. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/210/169>. Acesso em: 4 jun. 2019.

_____. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

_____. Livros, editoras e a oposição à ditadura. *Estudos Avançados*, [S.l.], v. 28, n. 80, p.91-104, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/09.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Eventos marcantes da TV durante a ditadura*. Memórias da Ditadura [online]. [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/eventos-marcantes-da-tv-durante-ditadura/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

_____. *Livros sob censura*. Memórias da Ditadura [online]. [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/eventos-marcantes-da-tv-durante-ditadura/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. *Vladimir Herzog*. Memórias da Ditadura [online]. [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/>. Acesso em: 08 ago. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 dez. 2020.

O dia que durou 21 anos. Direção Camilo Galli Tavares. [São Paulo]: Pequi Filmes, 2013.

PAZ, Eliane Hatherly. Best-sellers da Redemocratização: os livros mais vendidos entre 1974 e 1985. In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2012, Belém. *Anais eletrônicos Fluxos comunicacionais e crise da democracia*, São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019>. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0374-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020

PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. São Carlos, SP: Edufscar – Mercado das Letras, 1996.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 721-740, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862017000300721&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 set. 2019.

PERRUSO, Camila Akemi. *O desaparecimento forçado de pessoas no sistema interamericano de direitos humanos: direitos humanos e memória*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/133iterária133s/2/2135/tde-04012011-133617/pt-br.php>. Acesso em: 20 maio 2019.

PILLA, Maria. Maria Regina Pilla relembra momentos da ditadura e de tortura, sem rancor ou truculência. [Entrevista cedida a] Lorena Paim e Adélia Porto. *SulPL21*, [Porto Alegre], nov., 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2015/11/maria-regina-pilla-relembra-momentos-da-ditadura-e-de-tortura-sem-rancor-ou-truculencia/>. Acesso em: 1 out. 2020.

_____. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

PRADO, Maeli. Restos mortais da fundadora das Mães da Praça de Maio são achados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0907200512.htm>. Acesso em 16 ago. 2020.

Premiadis 1983 – literatura adulta (autor revelação). *Jabuti*, [São Paulo], [s.d]. Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=1983&categoria=7f160d6d-e227-e811-a837-000d3ac0bdaf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. *Quarenta dias*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2014.

_____. Maria Valéria. *Outros cantos*. Rio de Janeiro, RJ: Alfaguara, 2016.

ROLLEMBERG, Marcello Chami. Um circo das letras: a editora Brasiliense no contexto sócio-cultural dos anos 80. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, p. 1-14, dez. 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-2063-1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SALLUM, Erika. Brasiliense enfrenta crise financeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/2/26/ilustrada/6.html>. Acesso em: 4 out. 2020.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2002.

SÃO PAULO (SP). Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais – 1° Subdistrito da Sé. *Certidão de óbito [de] Rubens Beyrodt Paiva*. Registro em: 23 fev. 1996.

SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1989.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. *Veritas*, Porto Alegre, v. 53, n. 2, 30 ago. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/4466>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo, SP: Annablume; Fapesp, 2008.

SPINA, Rose. Filhos da resistência. *Teoria e debate*, [São Paulo], 3.ed, mar. 1997. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1997/11/01/filhos-da-resistencia/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 9.ed. São Paulo: Global, 1984.

SÓFOCLES. *A trilogia Tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. E-BOOK. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788537802175>. Acesso em: 14 dez. 2020.

STRUCK James-Philip. As primeiras baixas ministeriais desde a redemocratização. *DW*, [S.l.], 18 fev. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/as-primeiras-baixas-ministeriais-desde-a-redemocratiza%C3%A7%C3%A3o/a-47575312>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1985.

TAPAJOS, Maurício; PINHEIRO, Paulo. *Pesadelo*. Intérprete: MPB4. In: MPB4. [S.l.] Phonogram/Philips, 1972. 1 CD (23 min 58 s). Faixa (2 min 55 s).

TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

TAQUARI, Carlos. *Tiranos&tiranetes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

TÉRCIO, Jason. *Segredo de Estado: o desaparecimento de Rubens Paiva*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

TONUS, Leonardo. Literatura em casa #1. Paratextualidade (capas e títulos). *Etudes Lusophones*. [Paris], 3 maio 2020. Disponível em: <http://etudesusophones.blogspot.com/2020/05/paratextualidade-capas-e-titulos.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

VANUCCHI, Camilo. Vala de Perus: uma biografia. *Memórias da ditadura*, [São Paulo], [s.d]. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/vala-de-perus-uma-biografia/?gclid=Cj0KCQjwreT8BRDTARIsAJLI0KIz9PO6wdnhdzE2RHbxy0epJoh9akh2r-9YiduTHXc3OmDNG2OebVsaAkXsEALw_wcB. Acesso em: 20 set. 2020.

VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Fontes de arquivos

[Turma de Recebimento]. Fundo: Dossiê Julio Miguel Molinas: despacho CNV e relação dos documentos. Localidade: [Rio de Janeiro], RJ, BRA. Data: 20 jan. 1971. Arquivo Nacional. Código de referência: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092001121201239, v.1.

CUNHA, Manuela Carneiro da; PAIVA, Eunice. Defendam os Pataxós. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 out. 1983. Tendências/ Debates. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8563&keyword=Pataxo&anchor=4215460&origem=busca&pd=246ff40935f82d40bb4302dac7bf4e15>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FHC assume culpa do Estado por morte e tortura. *O Globo*. p. 3, ago, 1995. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Eunice+Paiva&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1995>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FH: 'Estado é culpado pela tortura'. *O Globo*, p. 3, ago, 1995. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Eunice+Paiva&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1995>. Acesso em: 10 dez. 2020.

INFORME N° 588/A2/IV COMAR: IDENTIFICAÇÃO DE MARCELO RUBENS PAIVA E OUTROS. Fundo: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Título: Identificação de Marcelo Rubens Paiva e outros. Localidade: [São Paulo], BR, SP. Data: 12 jul. 1984. Número de folhas. 1. Arquivo Nacional. Código de referência: DFANBSB VAZ.0.0.17675.

LANÇAMENTO DA REVISTA LUA NOVA, EM SÃO PAULO SP EM 07 MAIO 84. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Título: *Feliz ano velho*, vitória da língua portuguesa. Localidade: [São Paulo], SP, BRA. Data: 15 maio 1984. Número de folhas: 1. Arquivo Nacional. Código de referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_84015636_an_01_d0001de0001.

Ministério do Exército, Primeiro Exército - DOI, Recibo. Rio de Janeiro, 4 fev. 1971. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/rubens-beirodt-paiva>. Acesso em: 20 out. 2019.

OPERATION CLEAN-UP IN SÃO PAULO. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Providenci, RI*: Brown Digital Repository, Brown University Library, 1964. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345221/>. Acesso em: 1 jul. 2019.

OS documentos de Rubens Paiva. *Arquivos da ditadura* — documentos reunidos por Elio Gaspari, [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/os-documentos-rubens-paiva>. Acesso em: 2 set. 2020.

PAIVA, Marcelo Rubens. Não nos esqueçamos. *Veja*, p. 106-107, maio, 1995.

PALESTRA DE EUNICE PAIVA NO ANIVERSÁRIO DO CLADH. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Título: Palestra de Eunice Paiva no Aniversário do CLADH. Localidade: Curitiba, PR, BRA. Data: 12 jun. 1979. Número de folhas: 4. Arquivo Nacional. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.79000143.

PASTA nº 57. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério Público. Título: Documentos procedentes do I Quartel do Exército, relacionados a Rubens Beirodt (*sic*) Paiva. Localidade: Rio de Janeiro, RJ, BRA. Data: 3 fev. 1971. Número de folhas: 29. Arquivo Nacional. Código de referência: BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.360.

RELAÇÃO DOS ELEMENTOS DETIDOS DURANTE MANIFESTAÇÃO ESTUDANTIL. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Título: Relação dos elementos detidos durante manifestação estudantil. Localidade: [São Paulo], SP, BRA. Data: 1 dez.1977. Número de folhas: 71. Arquivo Nacional. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004756.

RESGATADO PRISIONEIRO NO ATAQUE DE TERRORISTAS. *O GLOBO*. Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 13718, 23 jan. 1971. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3a%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_X. Acesso em: 3 jun. 2019.

SERVIDORES militares. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1971, p. 34. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=19869&url=http://memoria.bn.br/doctreader Acesso em: 14 jul. 2020.

TERROR LIBERTA SUBVERSIVO DE UM CARRO DOS FEDERAIS. *O GLOBO*. Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 13718, 23 jan. 1971. Disponível em: 23 jan. 1971. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/Acervo/?jsessionid=9B10B35A5162F5C2531E9E1491988C37?service=printPagina&imagemPrint>. Acesso em: 3 jun. 2019.

[Vera Paiva]. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Título: [Vera Paiva]. Localidade: [São Paulo], SP, BRA. Data: 2 jan. 1981. Número de folhas: 4. Arquivo Nacional. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81012756.

ANEXOS

ANEXO A - "FELIZ ANO VELHO: VITÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA"

BR DFANBSB V8.GNC.EEE, 84 015 636 anod, p. 21

FELIZ ANO VELHO: vitória da língua brasileira

Márcio Souza*

Considero o livro "FELIZ ANO VELHO", de Marcelo Rubens Paiva, um dos textos brasileiros mais importantes que li recentemente. Confesso minha desconfiança ao abrir o livro, fruto de preconceitos e mesmo de falta de paciência para autocomiseração. Mas o testemunho de Marcelo é uma leitura, logo descobriria, que vem com o vigor da invenção.

A importância do texto, e daí a razão de seu sucesso de vendas, vem principalmente de dois aspectos. Primeiro, porque recria o universo da chamada geração do arbitrio, isto é, revela pela primeira vez que essa juventude é articulada, tem um vocabulário mais abrangente que a irritante sinteticidade dos surfistas, e é um tonificante jogo de bom humor sem as recriminações que marcaram os depoimentos dos retornados do exílio ou dos ex-guerrilheiros. "FELIZ ANO VELHO", ainda que seja o testemunho de uma experiência excepcional e dolorosa, que nos coloca nos limites, sabe escapar para longe do melodrama, empurra o leitor para fora da curiosidade mórbida exatamente por vir carregado dessa agradável descoberta de uma geração até então em silêncio. Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro aspecto, é um texto que torna vernáculo, com desenvoltura e sem pedir nenhuma autoridade para isso, a língua brasileira deste final de século. O que tem irritado os puristas e os reacionários, mas que é uma vitória de Marcelo.



Márcio Souza é o romancista do grupo. Com "Galvez, o Imperador do Acre" despontou nas listas dos livros mais vendidos. Logo se seguiu o sucesso de "O Boto Tucuxi" e de outros, entre os quais o mais recente "A Ordem do Dia". Até hoje, Márcio Souza vendeu cerca de 100.000 exemplares.

* Márcio Souza é escritor e jornalista.

ANEXO B - OPERATION CLEAN-UP IN SÃO PAULO

ORIGIN/ACTION <i>INR/10</i>			DEPARTMENT OF STATE			<i>FOL 15 BRAZ</i>		
AIRGRAM			<i>FOL 6 BRAZ</i>			FOR RM USE ONLY		
RM/R <i>1</i>	REP	AF	A-325			CONFIDENTIAL		
ARA <i>4</i>	EUR	FE	NO.			HANDLING INDICATOR		
NEA	CU	INR <i>5</i>	TO : DEPARTMENT OF STATE			1964 JUN 22 PM 7 00		
E	P	IO	INFO : RIO DE JANEIRO, BRASILIA, RECIFE, BELEM, BELO HORIZONTE, CURITIBA, PORTO ALEGRE, SALVADOR			RM/AN ANALYSIS & DISTRIBUTION BRANCH		
L	FBO	AID	FROM : AmConGen, SAO PAULO			DATE: June 18, 1964		
<i>SY SP</i>			SUBJECT : "Operation Clean-up" in São Paulo			<i>Hodges</i>		
AGR	COM	FRB	REF : Embassy Rio's A-1345 of May 14, 1964			<i>Paul III</i>		
INT	LAB	TAR	SUMMARY					
TR	XMB	AIR <i>5</i>	This airgram gives a capsule report on the local angles of the Federal Government's "black list" and the State Government's "purge" to date. The list of unseated politicians is moderate, under the circumstances; so much so that it is making the "hard-line" revolutionaries very unhappy. A list of the black-listed figures is enclosed, with comments on each. Governor Adhemar de BARROS' "purge", on the other hand, has been more open to criticism. It has hurt innocents and missed most important Communists.					
ARMY <i>5</i>	CIA	NAVY <i>3</i>						
OSD <i>16</i>	USIA	NSA <i>3</i>						
		NSC <i>6</i>						
INR; ARA.								
			The "Black List".					
			Enclosed is a list of <u>Paulistas</u> who have been removed from public office and/or had political rights suspended by the new Government of Brazil. This summarizes information previously given in Weekly Summaries. Probably many minor personages, such as civil servants, will still be affected					
			GROUP 3 Downgraded at 12-year intervals, not automatically declassified.					
FORM 4-62 DS-323			CONFIDENTIAL			FOR DEPT. USE ONLY <input checked="" type="checkbox"/> In <input type="checkbox"/> Out		
Drafted by: DCProper/el 6-17-64			Contents and Classification Approved by: Scott C. Lyon <i>SC</i>					
Clearances: <i>INR/CS/BR Info noted</i> <i>RM/R File TRS</i>								
DECLASSIFIED Authority <i>NNN 959000</i>								

ORIGIN/ACTION <i>INR/10</i>			DEPARTMENT OF STATE			<i>FOL 15 BRAZ</i>		
AIRGRAM			CONFIDENTIAL			<i>FOL 6 BRAZ</i>		
NO. A-325			HANDLING INDICATOR			FOR RM USE ONLY		
RM/R	REP	AF	TO : DEPARTMENT OF STATE			1964 JUN 22 PM 7 00		
1			INFO : RIO DE JANEIRO, BRASILIA, RECIFE, BELEM, BELO HORIZONTE, CURITIBA, PORTO ALEGRE, SALVADOR			RM/AN ANALYSIS & DISTRIBUTION BRANCH		
ARA	EUR	FE	FROM : AmConGen, SAO PAULO			DATE: June 18, 1964		
4			SUBJECT : "Operation Clean-up" in Sao Paulo			<i>Hodges</i>		
NEA	CU	INR	REF : Embassy Rio's A-1345 of May 14, 1964			<i>Paul III</i>		
	E	IO	SUMMARY					
	L	AID	This airgram gives a capsule report on the local angles of the Federal Government's "black list" and the State Government's "purge" to date. The list of unseated politicians is moderate, under the circumstances; so much so that it is making the "hard-line" revolutionaries very unhappy. A list of the black-listed figures is enclosed, with comments on each. Governor Adhemar de BARROS' "purge", on the other hand, has been more open to criticism. It has hurt innocents and missed most important Communists.					
			<u>The "Black List".</u>					
			Enclosed is a list of <u>Paulistas</u> who have been removed from public office and/or had political rights suspended by the new Government of Brazil. This summarizes information previously given in Weekly Summaries. Probably many minor personages, such as civil servants, will still be affected					
			GROUP 3 Downgraded at 12-year intervals, not automatically declassified.					
			FORM 4-62 DS-323			FOR DEPT. USE ONLY <input checked="" type="checkbox"/> In <input type="checkbox"/> Out		
INR; ARA.			Drafted by: DCProper/el 6-17-64			Contents and Classification Approved by: Scott C. Lyon		
			Clearances: INR/CS/BR Info noted RM/R File					
DECLASSIFIED Authority NNO 959000								

CONFIDENTIAL

São Paulo A-325
Page 2 6-18-64

by the clean-up, and it remains possible to take action against major political figures through court trial or impeachment. On June 15, however, Article 10 of the revolutionary "Institutional Act" expired, ending the possibility of taking punitive action by simple decree. The São Paulo public therefore assumes that the "clean-up" of major figures is all but over. This belief appears to have brought a sense of relief to the public in general and, much more poignantly, to a number of extreme-leftist or venal politicians who had incorrectly assumed that their days in office were up. There are several such cases in the State Legislative Assembly, the São Paulo Municipal Chamber, and probably in the "interior" municipalities. (The revolution was more thorough in its action against São Paulo Federal Deputies, although some considered venal remain in office.)

Local opinion toward the revolution is so divided, however, that not everyone can be made happy. The "hard-line" group was pleased last week by KUBITSCHKE's unseating and by preliminary indications that corruption would be punished as severely as communism, but this group is now vocally unhappy -- and its opinion is very important. It assumes that there was simply not time to get the goods on all who deserved to be removed from political office. This was exactly what exponents of the hard line had feared when they argued for extension of the June 15 deadline. President CASTELLO BRANCO's failure to crack down harder has attracted the only strong public criticism yet heard from the "hard-line" revolutionaries.

Probably the important task at the moment is to report the reaction of the different local groups, not to pass on the validity of these reactions. It may be presumptuous to make a judgment on the basis of the limited information available. Nevertheless, for what it is worth, and assuming that the Government survives the "hard-line" fury, the Consulate General suspects that the tight deadline may have been providential. Some objectionable persons undoubtedly were spared. (Political survival of Senator José Ermírio de MORAES, for example, is

CONFIDENTIAL

DECLASSIFIED

Authority NND 959000

CONFIDENTIAL

São Paulo A-325
Page 3 6-18-64

irritating even to moderate São Paulo revolutionaries.) On the other hand, the shortage of time may have kept the Government from excesses that would have been more harmful than the existing shortcomings. As it is, most of the worst of the extreme leftists and some of the venal have been removed from office, and the rest have been frightened. Not more than two or three of the persons hit by the clean-up in São Paulo are defended by any democratic sector. If the process had run full course, several politicians of a potentially democratic left would probably have been removed from public life.

For the rest, please see the enclosure. It generally follows the form used in the Embassy's A-1345. Though the Embassy has already covered such national figures as Federal Deputies, they are also mentioned in the enclosure, partly to keep the record complete and partly to give the local slant. This latter can be important, as the specific charges pending against the unseated politicians are rarely known.

Note that this report includes only Article 10 cases. A few aldermen and mayors in São Paulo's 500-odd "interior" municipalities were removed from office by impeachment, and one mayor by direct military intervention. Such cases are not discussed in the present airgram, and they are relatively unimportant.

The only persons knowingly omitted from this airgram are the labor leaders, who will be treated separately.

The State Government's "Purge"

As mentioned above, the "black list" for São Paulo was extremely moderate, probably because the Federal Government ignored many of Governor Adhemar de Barros' recommendations. If all of them had been accepted, the list would reportedly have been several times as large. There is another chapter of the revolutionary aftermath, however, over which Adhemar had

CONFIDENTIAL

DECLASSIFIED

Authority NNN 959000

CONFIDENTIAL

São Paulo A-325
Page 4 6-18-64

almost complete control. This chapter was more black than the "black list". State authorities called it "the purge". During the purge, a great many persons were arrested under suspicion of leftist extremism (rarely, in this case, of venality). It is doubtful that anyone knows exact numbers, but various police sources gave the total as 2,500 to 3,000, which they said was more than the total for the rest of Brazil. A few days ago, a police source said that only 596 persons were still being held throughout the state, with a few districts having failed to report. The full total, thus, would have been something over 600. As the same time, Governor Barros told the newspapers that only 300 were still under arrest. This estimate was probably held low purposely, but it seems to be a fact that not even local police have an accurate record of persons affected by the purge.

Admittedly, many arrests did have to be made. There really were a number of Communists and agitators at large, and it would have been excessively liberal not to go after them during an anti-Communist revolution. Moreover, certain mistakes and excesses were to be expected. To a degree, these mistakes could later be rectified, as the persons arrested were neither tortured nor executed at the paredon. Comparing Adhemar's record with that of any Communist revolutionary government would be sheer cant. This has been impressed on many Brazilians by the discovery, apparently in almost every region of the State, of lists of persons that the Communists planned to kill if their revolution had been a success.

With all of these qualifications, however, the Consulate General still believes that Adhemar's purge was poorly carried out. It seems to have missed most important Communists, and it certainly harmed many innocent men, causing a climate of fright in universities, artistic circles, and even in opposition political parties. This has been reported on several occasions, but perhaps it would be more useful to describe one of several individual cases that came to our attention. Officers of the

CONFIDENTIAL

DECLASSIFIED

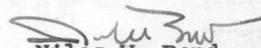
Authority NND 959000

CONFIDENTIAL

São Paulo A-325
Page 5 6-18-64

Consulate General have talked, for example, to one Angolan student who was arrested twice without ever being told the charges against him. When a friend of his managed to discover the charges through a contact on the National Security Council, they were groundless, as the young man had stayed strictly away from communism and from Brazilian politics. The second time he was arrested, the Angolan spent ten days in a solitary cell six by seven feet in size, eating two meals of rice and beans a day. The floor of the cell had a pool of water that never evaporated. The student happened to be a poet, with an appropriately consumptive constitution. He promptly caught a respiratory disease, which was perhaps why he was released. On the day of his release, his wife came to bring him a basket of fruit. A jocular guard said that her husband had been shot by a firing squad. Failing to see the humor of the situation, she promptly had a miscarriage, losing her first child. When the student recovered sufficiently to return to college, he found that he had missed so much that he would probably have to repeat the semester. He also believed that the professors now viewed him with deep suspicion. Friends have helped him buy ship tickets to Italy, where he hopes to begin his studies again from the beginning.

This student's story, multiplied by several hundred others, does not make a very happy picture. The arrests of a few democratic labor leaders have already been reported. Fortunately, the "purge" now seems to have spent most of its energy.


Niles W. Bond

Minister Consul General

Enclosure: As stated.

CONFIDENTIAL

DECLASSIFIED

Authority *MNO 959000*

CONFIDENTIALEnclosure 1
S#o Paulo A-325
Page 1 6-18-64

There follows a list of persons removed from public office or deprived of political rights for ten years by the new Government of Brazil. They are separated by categories: Federal Deputies and substitutes; State Deputies and substitutes; aldermen and mayors; judges; other political figures; and military. There is also a section on Mato Grosso figures, though less information is available on them. Labor leaders will be covered in a separate report.

<u>NAME</u>	<u>PREVIOUS POSITION</u>	<u>COMMENT</u>
(S#o Paulo Federal Deputies)		
Pl#nio Soares de Arruda SAMPAIO	PDC Federal Deputy	One of the major national leaders of the leftist, pro-Communist "Catholic" movement. Not a PCB member but more useful to the Communists than most persons subject to their rigid discipline. Intelligent, talented, anti-American. Believed to be at large in S#o Paulo.
Paulo de Tarso (SANTOS)	PDC Federal Deputy	Above comments apply, except that present whereabouts is unknown.
Jos# Ant#nio Rog# FERREIRA	PSB Federal Deputy alternate. Believed to have taken office.	A leftist extremist, once a member of the Communist Party. Also said to have been involved in speculation when president of the National Sports Council.

GROUP 3

Downgraded at 12-year intervals, not automatically declassified.

CONFIDENTIALDECLASSIFIED
Authority: MMR 65A000

ANEXO C — RECIBO DE DEVOLUÇÃO DO AUTOMÓVEL DOS PAIVA (TIMBRADO
PELO EXÉRCITO)

015330 81 **Doc. 1**

 **MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**
PRIMEIRO EXÉRCITO - D. O. I.



R E C I B O:

Recebi do Subdestacamento Administrativo do
DOI/I Exército, o auto marca Opel Kadete, tipo
Coupe, ano de fabricação 1968, motor nº 11E.
0003711, chassis nº 321354755, pintado na cor
grena, emplacado no Estado do Rio de Janeiro
sob o nº 61-97-89, de propriedade de RUBEUS BEY-
RODT PAIVA.

Rio de Janeiro, GE, em 04 de fevereiro de 1971.

RENÉE PAIVA GUIMARÃES - Irmã do proprietário.

Nome:- Renée Paiva Guimarães

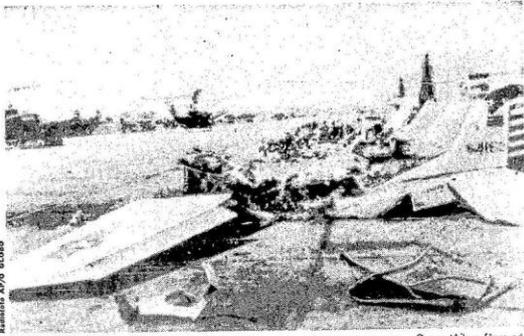
Identidade:- 937.666 do Gab Investigação Sv Idt de
São Paulo.

Endereço:- Rua Atlântica nº 817 - São Paulo.

3

Carnificina viet no Camboja

"Bom, isto simplesmente acabou com a Fôça Aérea do Camboja". Foi o desolado cemitério feito por um alto funcionário da Embaixada norte-americana em Phnom Penh, capital do Camboja, diante dos escombros do aeroporto local, arrasado por devastador ataque de comandos vietcongs. O surto terrorista abrangeu a cidade, causando pelo menos 500 vítimas entre mortos e feridos. As autoridades decretaram o alerta total, enquanto os hospitais faziam dramáticos apelos à população para que dessem sangue. Diante da iminência de novos ataques, diplomatas ocidentais disseram que tentavam mandar suas famílias embora, tão logo cheguem aviões de Saigon. Na Rodovia 4, ligação vital de Phnom Penh com o mar, os aliados liquidavam os últimos focos de resistência vermelha, reabrindo a estrada. (Telegramas na pág. 8)



ANO XLVI - Rio de Janeiro, sábado, 23 de janeiro de 1971 - N.º 13 718

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO
Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto: ROGERIO MARINHO

Quase toda a força aérea do Camboja foi destruída no fulminante ataque de comandos vietcongs ao aeroporto de Phnom Penh. Os depósitos de munição também foram pelos ares. O corpo de um vietcong foi localizado entre as vítimas, tendo no cinto bombas que não pôde usar.

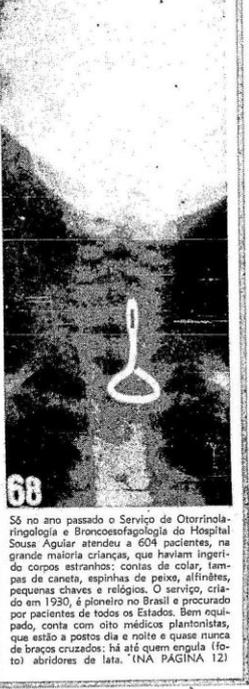
Nixon pede nova revolução

Na tradicional Mensagem sobre o Estado da União, o Presidente Nixon propôs ontem à noite uma nova revolução americana, destinada a devolver o poder ao povo mediante drásticas readaptações do Governo Federal. Primeiras medidas: eliminação de sete ministérios, doação de ajuda econômica aos Estados e investimentos maciços para fazer dos EUA "o país com mais saúde do mundo". (NA PAGINA 9)

Poliuição das águas, a meta prioritária

Com a presença dos Ministros da Saúde e do Interior e a participação de 1.800 congressistas, entrou em discussão em São Paulo o V Congresso de Engenharia Sanitária, que apresentará 18 recomendações finais. A solução do problema da poluição das águas foi apontada aos governos Federal, estaduais e municipais como meta prioritária. Recursos deverão ser destinados a programas de melhoria da qualidade das águas, bem como incluídos nos sistemas de incentivos fiscais os investimentos feitos pela indústria em seus efluentes. (NA PAGINA 11)

A ingestão de corpos estranhos



68

Só no ano passado o Serviço de Otorrinolaringologia e Broncoesofagologia do Hospital Sousa Aguiar atendeu a 604 pacientes, na grande maioria crianças, que haviam ingerido corpos estranhos: conchas de colher, tampas de caneta, espinhas de peixe, alfinetes, pequenas chaves e relógios. O serviço, criado em 1930, é pioneiro no Brasil e procurado por pacientes de todos os Estados. Bem equipado, conta com oito médicos plantonistas, que estão a postos dia e noite e quase nunca de braços cruzados; há até quem empilhe fitas abridoras de lata. (NA PAGINA 12)

TERROR LIBERTA SUBVERSIVO DE UM CARRO DOS FEDERAIS



Balas dos terroristas atingiram o tanque de gasolina e o carro incendiou-se

Bloqueado por dois carros, o auto dos agentes de segurança conduzindo um prisioneiro importante foi varado de balas na Avenida Edson Passos, madrugada de ontem, para o resgate do homem cuja identidade é mantida em sigilo pelas autoridades. Os policiais abrigaram-se e responderam aos tiros do bando terrorista, enquanto o preso era embarcado em um dos autos, para a fuga em disparada. Balas atingiram o tanque de gasolina provocando a explosão e fogo no carro dos agentes, que ficou inteiramente destruído. Os policiais não foram feridos na refrega violenta, mas admitem que um dos subversivos, pelo menos, foi baleado. (TEXTO NA PAGINA 13)

ROBERTO CARLOS, EU ESTOU AQUI



Em sua Igreja, os jovens usam roupa "pra frente" e nas missas tocam conjuntos de 18-18-18. Para o Padre Simão Goossens, da Igreja do Santuário das Almas, em Niterói, Roberto Carlos é um exemplo do maior entendimento entre os jovens e a religião. Por isso, amanhã, ele estará na "Buzina do Chacrinha" para, em homenagem a Roberto, cantar "Jesus Cristo, eu estou aqui", que em sua opinião nada tem de sacrilégio e contribui para difundir a fé. (P. 3)

A Bolsa na TV GLOBO

A partir de segunda-feira a TV GLOBO passará a transmitir diariamente, das 13 às 13 horas, na colagem de Bolsa de Valores de São Paulo, a lista e o movimento das ações e da cotação de títulos — o chamado "mercado de capitais". O programa, que será apresentado por um dos melhores especialistas em economia da televisão brasileira, será transmitido às 13 horas, na colagem de Bolsa de Valores de São Paulo, a lista e o movimento das ações e da cotação de títulos — o chamado "mercado de capitais". O programa, que será apresentado por um dos melhores especialistas em economia da televisão brasileira, será transmitido às 13 horas, na colagem de Bolsa de Valores de São Paulo, a lista e o movimento das ações e da cotação de títulos — o chamado "mercado de capitais".

Agora o máximo será 2 duplos, 3 tripos

Limitação do número de agências por bilhete (instituição de 198 cruzetas, ou seja, dois duplos e três tripos), inclusão de equipes somente da cidade principal e, no caso de jogos internacionais, apenas jogadores que participaram de seleção nacional ou equipes brasileiras — eis algumas das prioridades aprovadas que o Clube Econômico Federal aprovou para o Loteria Esportiva, cujo concurso retornará a ser realizado a partir do dia 7 de fevereiro. Com as novas normas, fica extinta o "bolão", fonte de muitos abusos.

Um cajueiro à direita

QUIXOTE MORREU? O espírito da cavalaria desceitos dos heróis? Fomos em dúvida aquela metáfora e está destruída quando meditamos sobre biografias como a do Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello, que, desde ontem, repousa na Cripta dos Aviadores. SAINT-EXUPÉRY conta a história de nosso muito conhecido Jean Mermoz. Confiaram a missão de estabelecimento da linha Dakar-Casablanca "através do Saara Insubmerso". Uma "passagem" com que o piloto casou em mãos dos mortos com direito a quinze dias de prisão e libertação sob resgate.

ENQUANTO HAVIA trilhões de trem, o piloto ficava feliz, estava perfeitamente orientado, era a navegação "ferroviária", para usar a gíria daqueles pioneiros. Depois, o caos é que comandaria o voo. "Oh, depois da fim de linha tem um cajueiro à direita". Assim eram as "pistas" iniciais do G.N. Antia, referência a integração mexicana. Assim, re-

MELO NÃO FOI APENAS o acrobata que encantou os cariocas na década de 30 com seus "vazantes" foliotes e seu "scherzo" permanente com a música. Fazendeiro de Assis Corrêa de Melo pertence a uma gloriosa geração de pilotos que ajudaram os brasileiros a conhecerem-se uns aos outros, a unirem-se por sobre milhares de quilômetros de terras dos confins.

NÃO MORREU, COMO TANTOS de seus companheiros, como o "mosaico" Mermoz, quando "experimentava" para os outros. Que o destino que chegasse à volta. Mas a Cripta onde ora repousa é uma assembléia de heróis onde sempre há "quorum".

DEPOIS, JÁ CHIAVA a FAB — que está comemorando os seus 18 anos — veio a epifania da Amândia, Haroldo Veloso feita de ser citado como um dos pioneiros na conquista real da América. Mas a Cripta onde ora repousa é uma assembléia de heróis onde sempre há "quorum".



Bucher viajou

Partiu para a Suíça, na madrugada de hoje, o Embaixador Giovanni Enrico Bucher, acompanhado de sua irmã. Ao se despedir do grande número de diplomatas, amigos e admiradores que compareceram ao Galileu, demonstrava bom-humor e prometia voltar dentro de três ou quatro semanas. E o GLOBO disse que, mesmo depois de deixar seu atual

POLICIA

Resgatado o prisioneiro no ataque de terroristas

Era madrugada de ontem, cerca de 4h30m, quando o tiroteio irrompeu na Avenida Edison Passos...

Os pistoleiros ataram na hora erra, mas exata, da residência de um terrorista...

Uma mulher presa, de 60 anos presuntivas, morreu atropelada ontem, na segunda de Av. Epitácio Pessoa...

O operário Liberato Ferreira da Silva, de 42 anos, despenhou-se para a rua do edifício em construção...

O GLOBO 23-1-71 - Sábado 13



AO FIM DA FUZILARIA, 24 BALAÇOS HAVIAM PERFURADO O CARRO DOS AGENTES

LEOPOLDO LIVRE FIM DO CASO DANA

Ontem, os defensores do Advogado do Diabo mantiveram o caso Dana...

Ontem, os dois monstros voltaram a ser interrogados na DJI...

MENTIRA DEPOIS DO CRIME CONTRA MOCINHA TORTURADA

O monstro sacrificou a mocinha de 18 anos após o crime...

AFASTADOS POLICIAIS DO BANDO INCENDIARIO

Os bombeiros responsáveis pelo bombardeio foram identificados como Benício Gonçalves...

Devolveram dinheiro e assaltaram vendedor

SAO PAULO (O GLOBO) - Os dois rapazes, brancos, usando calça...

Pena de morte para acusado do massacre no pesqueiro chinês

TAIPE, Formosa (UPI - O GLOBO) - Fontes jurídicas disseram que um tribunal de Taipé...

Metrilhas assaltam o carro-cofre

SAO PAULO (O GLOBO) - Cinco homens armados com metralhadoras interceptaram o trânsito por...

Heroina exportada em caixas de feijão

SAO DOMINGOS (UPI - O GLOBO) - A polícia brasileira encontrou...

Large vertical advertisement on the right side of the page, featuring text and possibly small images related to the heroin export case.

ANEXO E — SOLICITAÇÃO ABERTURA SINDICÂNCIA

003746 79

REPUBLICA FEDERAL
BRASIL
PR 13

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO
QUARTEL-GENERAL DO I EXÉRCITO

Ofício nº 11 3/2

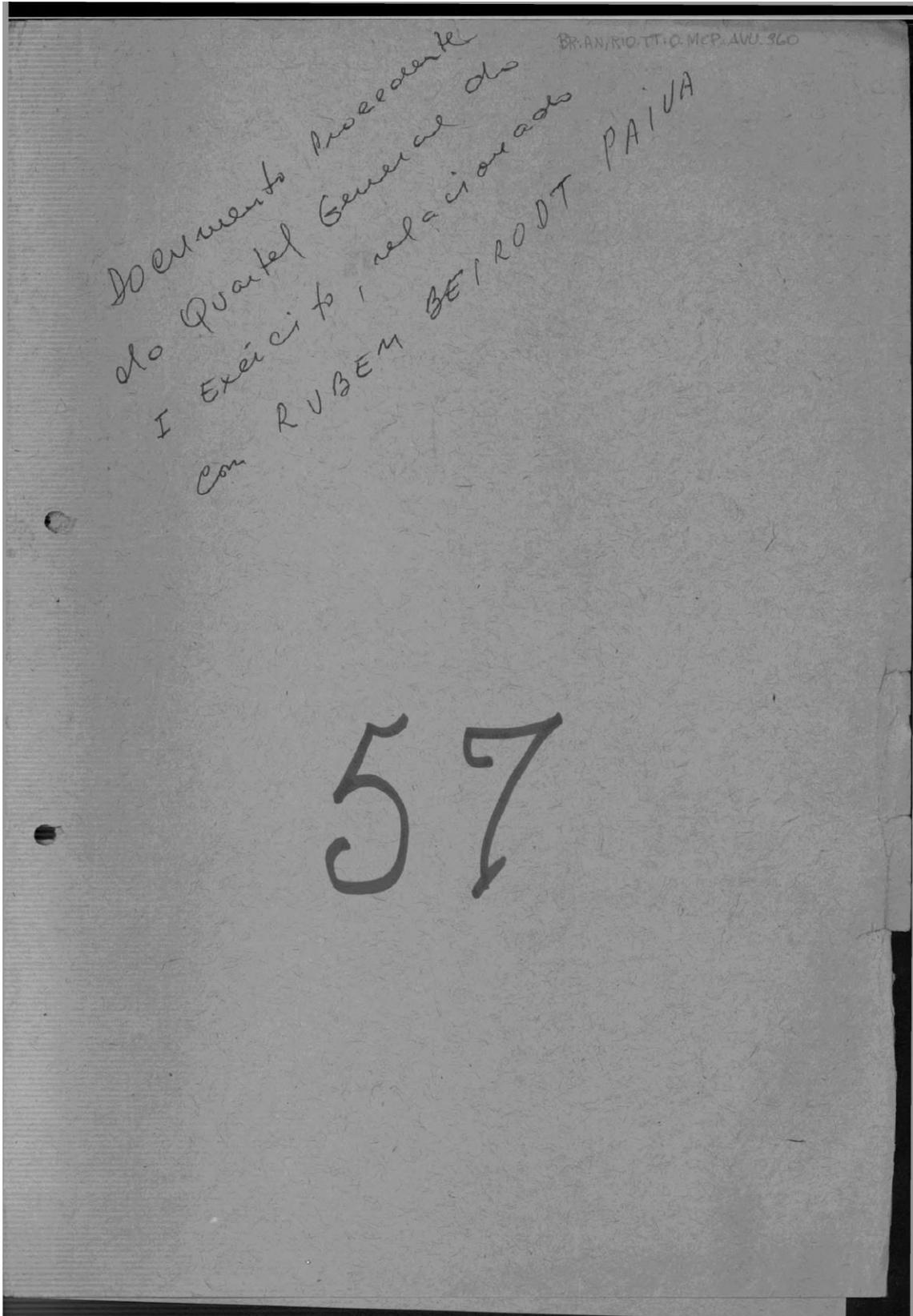
Rio de Janeiro, RJ, 27 Jan 1971
Do Comandante do I Exército
Ao Sr Major 10-724.752 - NEY MENDES
Assunto: Abertura de Sindicância
Anexo: Parte s/nº, de 22 Jan 71,
do Cap Of Op de DOI/I Ex; Parte
nº 55/DOI, de 22 Jan 71

Tendo chegado ao meu conhecimento os fatos narrados na parte s/nº
de 22 de Janeiro de 1971 do Oficial de Permanência do Destacamento
de Operações de Informações do I Exército - Capitão RAIMUNDO RONALDO
CAMPOS, determino seja instaurada a presente sindicância
a fim de que sejam feitos devidos esclarecimentos.

S. Ex.
GENERAL-DE-EXERCÍTO SYSENO SARMENTO
COMANDANTE DO I EXÉRCITO

CC-1	J. G.
EW	10
Nº	
D.º	22/3/71

ANEXO F — DOCUMENTOS PROCEDENTES DO QUARTEL GENERAL DO I
EXÉRCITO



BRANRO TT. O. MCPAVU. 360

Fls 21 (1)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
QUARTEL GENERAL DO I EXÉRCITO

SINDICÂNCIA

Conforme determinação constante do Ofício nº 11-E/2, de 27 Jan 71, do Exmº Sr Comandante do I Exército, para apurar os fatos narrados na parte s/nº, de 22 de janeiro de 1971, do Oficial de Permanência do Destacamento de Operações e Informações, Capitão RAIMUNDO RONALDO CAMPOS, obtive as declarações das seguintes testemunhas:

Cap RAIMUNDO RONALDO CAMPOS, 1º Sgt JURANDIR OCHSENDORF E SOUZA, e 3º Sgt JACY OCHSENDORF E SOUZA. Todas estas testemunhas foram acordes em afirmar que às 0400 horas do dia 22 de janeiro de 1971 levaram o cidadão RUBEM BEIRODT PAIVA para que este indicasse a casa onde poderia estar um elemento que trazia correspondência dos banidos no CHILE. O Sr RUBEM não conseguiu identificar a casa e, ao regressarem, na pista de descida do Alto da Boa Vista, lado da Usina, o Volkswagen da equipe do DOI foi interceptado por dois outros Volks, um branco e outro verde ou azul-claro. Estes, violentamente, contornaram a frente do carro do DOI, cujos ocupantes dispararam as suas armas de fogo contra a Equipe. Esta abandonou o carro rapidamente, refugiou-se atrás de um muro e respondeu ao fogo. O Sr RUBEM fugiu pela porta da esquerda, atravessou a rua e abrigou-se atrás de um poste, enquanto os elementos estranhos dispararam suas armas por - a - dos seus carros sobre o carro do DOI. O carro do Destacamento incendiou-se.

O Sr RUBEM correu para dentro de um dos carros que logo partiram em alta velocidade.

Ao cessarem os tiros dos agressores para que pudessem embarcar, a Equipe aproveitou a oportunidade para atirar, evitando que fugissem. Os tiros conseguiram quebrar o vidro trazeiro de um dos carros e, - com certeza, atingiu um dos elementos que, com um grito, caiu ao chão, sendo arrastado para dentro do carro em movimento:

(continua ...)

Alguém

- Fls nº 2 -

(Continuação da SINDICÂNCIA realizada pelo Major NEY MENDES)

Os elementos desconhecidos desceram com seus carros em alta velocidade sob uma saraivada de tiros, disparados pela Equipe.

O carro do DOI, a essa altura, ardia completamente.

CONCLUSÃO

Pelas diligências e investigações por mim procedidas, constatei a veracidade das afirmativas dos agentes de segurança, corroboradas com o laudo de exame pericial procedido no local e na viatura incendiada, perícia esta do 1º B P Ex.

Verifica-se, pois, que os Agentes de Segurança não praticaram qualquer ato que merecesse reprovação. Pelo contrário; usaram de todos os recursos legais de que dispunham para evitar a consumação do evento, por parte dos elementos desconhecidos, possivelmente terroristas.

Diligência normal, empreendida por agentes de segurança, no uso de suas atribuições e usando os meios legais para apuração de fatos que denunciavam atividades subversivas, tiveram seu curso interrompido, inopinadamente, por elementos armados de metralhadoras e armas de grosso calibre, interceptando a viatura, ao mesmo tempo em que faziam disparos contra o veículo dos referidos agentes.

Não houve em qualquer hipótese algum indício de responsabilidade de a apurar-se por parte dos agentes de segurança. Pelo contrário, demonstraram iniciativa, coragem, e um elevado grau de instrução em face da surpresa e superioridade dos elementos desconhecidos.

Na refrega houve a evasão do Sr RUBEM BEIRODT PAIVA para local ignorado, não sabendo as autoridades de segurança o seu paradeiro, - de vez que a preocupação dos referidos agentes era de se defender e também a do seu acompanhante, cujas consequências foram a queima do carro e a interrupção das diligências que estavam se processando.

Diligências outras foram e ainda continuam sendo encetadas no sentido de descobrir não só os autores de tão monstruoso atentado // contra os agentes de segurança, como também para localização do acompanhante RUBEM BEIRODT PAIVA.

Em face do acima exposto e das provas periciais constantes da / presente, conclui-se não ter havido qualquer responsabilidade ou indício da existência de infração penal a apurar-se por parte dos agentes de segurança, eis que, quanto ao Sr RUBEM BEIRODT ainda estão sendo tomadas providências pelos órgãos competentes para sua localiza-

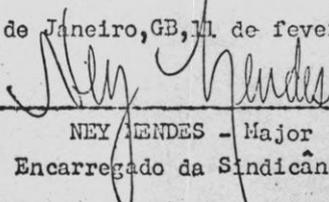
(Continuação)

- Fl nº 3 -

(Continuação da SINDICÂNCIA realizada pelo Major NEY MENDES)

ção, razão porque opino pelo arquivamento desta Sindicância.

Rio de Janeiro, GB, 11 de fevereiro de 1971.



NEY MENDES - Major
Encarregado da Sindicância

AVISO Nº 60/1

Rio de Janeiro, GB, 23 de junho de 1971

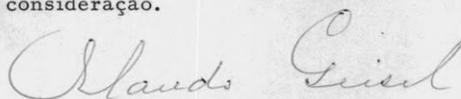
Senhor Ministro

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e passar-lhe às mãos cópia da sindicância mandada proceder pelo Comandante do I Exército para apurar os fatos relacionados com a fuga de RUBENS BEY RODT PAIVA e objeto de solicitação de Vossa Excelência em Aviso nº 1202-B de 22 de junho do corrente ano.

Outrossim, julguei que também poderão ser de valia, para mais completo esclarecimento de Vossa Excelência, as cópias que fiz anexar das informações prestadas pelo I Exército ao Superior Tribunal Militar, nas datas de 3 de fevereiro e 31 de maio do corrente ano, a pedido daquele Egrégio Tribunal.

Cabe-me, finalmente, agradecer a Vossa Excelência o envio das cópias de notas taquigráficas dos debates travados no plenário da Câmara dos Deputados em tórno do assunto em tela.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.



Ao Excelentíssimo Senhor
Professor ALFREDO BUZAID
DD. Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores
BRASILIA - DF

AVISO Nº 60/1

Rio de Janeiro, GB, 23 de junho de 1971

Senhor Ministro

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e passar-lhe às mãos cópia da sindicância mandada proceder pelo Comandante do I Exército para apurar os fatos relacionados com a fuga de RUBENS BEY RODT PAIVA e objeto de solicitação de Vossa Excelência em Aviso nº 1202-B de 22 de junho do corrente ano.

Outrossim, julguei que também poderão ser de valia, para mais completo esclarecimento de Vossa Excelência, as cópias que fiz anexar das informações prestadas pelo I Exército ao Superior Tribunal Militar, nas datas de 3 de fevereiro e 31 de maio do corrente ano, a pedido daquele Egrégio Tribunal.

Cabe-me, finalmente, agradecer a Vossa Excelência o envio das cópias de notas taquigráficas dos debates travados no plenário da Câmara dos Deputados em torno do assunto em tela.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

Orlando Geisel
Ministro do Exército

Ao Excelentíssimo Senhor
Professor ALFREDO BUZARD
DD. Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores
BRASILIA - DF

JORNAL O EST. DE SÃO PAULO
TERÇA-FEIRA - DIA 3/8/71
FLS 13

O ESTADO DE S. PAULO - 13

STM reafirma sequestro de Rubens Paiva

Das Succursais e do correspondente

O Superior Tribunal Militar, em sessão de ontem, por maioria de votos, negou conhecimento ao pedido de "habes corpus" em favor do ex-deputado federal e industrial Rubens Bettoldi Paiva, preso no dia 23 de janeiro deste ano, em sua residência, no Leblon.

Segundo o relator, ministro Joaquim de Biazarra Mamede, informações prestadas pelo I Exército dão conta de que o ex-deputado não se encontra preso em nenhuma unidade daquele comando, o que torna prejudicial, na essência, o pedido de "habes corpus".

Sequestro

A seguir, o relator, historicou os fatos, lendo nota oficial do Exército publicada em "O Estado de S. Paulo", segundo a qual Rubens Paiva foi sequestrado por militares, provavelmente salvadorenses. O sequestro ocorreu quando o ex-deputado estava em uma

companhia de agentes do Departamento de Operações e Informações, de uma diligência realizada no Alto da Boa Vista, onde deveria identificar e esconderijo de um elemento que trazia correspondência dos banidos no Chile.

O Volks, do DOI, continua a nota, foi interceptado por 2 outros Volks, um branco e outro verde ou azul claro, dos quais partiram vários disparos. A equipe abandonou rapidamente o carro e refugiou-se atrás de um muro para responder ao fogo.

Rubens Paiva fugiu pela porta esquerda do carro, atravessou de pressa a rua e alcançou um dos carros alancantes, que partiu imediatamente. Antes, porém, os desconhecidos incendiaram o carro dos agentes.

Após terminar a leitura, o ministro Biazarra Mamede informou que a nota foi confirmada pelo então comandante do I Exército, atual ministro do STM, general Sílvio Sarmento, que não compareceu à sessão.

Irregular

O sequestro da industrial, Li-

na Machado Filho, considerou o desaparecimento do seu cliente "um episódio dantesco e sinistro" e qualificou a prisão de "irregular e injustificada, pois não foi comunicada à autoridade judiciária, como determina a lei".

Machado Filho pediu que o Tribunal determinasse a investigação do caso e encaminhou memorial aos ministros da Corte narrando, pormenorizadamente, o episódio da prisão, "que tanta repercussão tem tido no País e no Exterior". Por fim, chamou a atenção do STM para o pronunciamento da Comissão dos Direitos Humanos em defesa do impetrante.

Durante a sessão, vários ministros se pronunciaram conecando de que as diligências para localizar o sequestrado devem ser intensificadas até a completa elucidação do caso.

Por último, o general Biazarra Mamede esclareceu que as informações do I Exército justificavam devidamente o recibo da Polícia do Exército anexado aos autos. Em nota, foi explicado que todos os veículos apreendidos em

diligências são encaminhados à PF que, posteriormente, os entrega à seus legítimos donos mediante recibo. Assim sendo, o carro de Rubens Paiva foi entregue à sua família.

Ceará vê pena de morte para nove

Julgo, pela primeira vez, a Justiça Militar do Ceará decidirá pela aplicação ou não da pena de morte ou prisão perpétua aos 9 implicados no assalto, sequestro e morte do comerciante José Armando Rodrigues Ximenes, ocorrido a 23 de agosto do ano passado, na cidade de São Benedito, zona norte do Estado.

O Conselho Especial de Justiça, designado pelo ministro do Exército, julgará, na Auditoria da 18ª Circunscrição Judiciária Militar, os implicados: Waldemar Rodrigues de Menezes ou "Virgílio" (principal acusado), Francisco William de Montenegro ou "Roberto", Antonio Espandido Neto ou "Ronald", José Bento

7

"JORNAL DO BRASIL" - RIO
DE 03/08/71 - TERÇA-FEIRA
1º CAD. FOLHA 04

HABEAS-CORPUS

O Superior Tribunal Militar, por unanimidade, decidiu, em sessão secreta, considerar prejudicado o habeas-corpus impetrado pelo advogado Lino Machado Filho em favor do ex Deputado federal e industrial Rubens Beirodt de Paiva, preso no dia 20 de janeiro deste ano, em sua residência, no Leblon.

O STM alegou que o industrial não se encontra preso e julgou prejudicado o habeas-corpus, mas sem prejuízo da apuração do fato, na forma da lei. A sessão foi aberta com a leitura do relatório pelo Ministro Jurandir de Bizarria Mamede, relator do mandado, encarregado, ainda, de um histórico dos fatos. Em seguida, leu a nota oficial do I Exército, lida na Câmara Federal pelo Deputado Nina Ribeiro, e na qual se afirma que Rubens Paiva fôra sequestrado por subversivos.

ABSOLVIÇÃO

RECEBIDO

Offício n. 110/CP

RECEBIDA

Rio de Janeiro, Gb, 3 Fev 71

Chefe do Estado Maior do I Ex

Sr Diretor Geral da Sec do S T II

Informação - Presta

1. Em atenção aos termos do Of nº 237/DSJ, de 29 Jan 71 dêsse Egrégio Tribunal, o Exmo Sr Gen Comandante do I Exército, incumbiu-me de prestar as informações solicitadas pelo Exmo Sr Ministro Brig GRUEN MOSS, por intermédio de V S, a fim de instruir o Habeas Corpus nº 30.381, impetrado em favor de RUBENS BAYRODE PAIVA, o que são as seguintes:

a) O paciente não se encontra preso por ordem nem à disposição de qualquer OM dêsste Exército;

b) Esclareço, outrossim, que segundo informações de que dispõe este Comando, o citado-paciente quando era conduzido por Agentes de segurança para ser inquirido sobre fatos que denunciavam atividades subversivas, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte dêsste Exército.

2. Ao ensejo, renovo a V S, meus protestos de estima e consideração.

GEM-EDA CARLOS ALBERTO CABRAL RIBEIRO
CHEFE DO ESTADO MAIOR DO I EXERCITO

Por Delegação:

SIDNEY TEIXEIRA ALVARES - CEL

SUB CH DO I EX



MINISTERIO DO EXERCITO
 QUARTEL GENERAL DO I EXERCITO

9

Ofício n° 520/CP

Estado da Guanabara, 31 Mai 71

Do Comandante do I Exército

Ào Sr Dir Geral da Sec do STM

Assunto: Presta informação.

ANEXOS: Autos de Habeas-Corpus n° 30.389 e apensos.

1. Procedidas as devidas e necessárias averiguações, cumpro a determinação do EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, constante do Ofício n° 1274/DSJ, de 25 Mai 71, dessa SECRETARIA, informando:

a) - Nada se conseguiu apurar, neste Exército, que altere o sentido ou os termos do Ofício n° 110/CP, de 3 Fev 71, do comando anterior, em que se afirma:

" - O paciente não se encontra prêso por ordem nem à disposição de qualquer OM dêste Exército.

- Esclareço; outrossim, que segundo informações de que dispõe este Comando, o citado paciente quando era conduzido por Agentes de Segurança, para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte dêste Exército. "

b) - As viaturas apreendidas durante operações de segurança ou abandonadas no decorrer das mesmas, são recolhidas ao 1° Batalhão de Polícia do Exército para guarda e ulterior entrega aos interessados, logo que reclamadas. Nestas condições, no momento, ali se encontram, de acordo com o último relatório confidencial recebido, dezoito viaturas, sem que seus donos ou ocupantes tenham ido procurá-las. É esta a norma de procedimento adotada.

No caso específico do Sr RUBENS BEYRODT PAIVA, segundo e apurado, os agentes que conduziram o paciente não utilizaram o carro do mesmo, enviando-o àquele Batalhão, enquanto procediam à investigação.

Após o desfêcho da diligência, verificada a fuga do paciente, foi a viatura entregue ao familiar do Sr RUBENS PAIVA que a reclamou, por não se justificar nem interessar ao Exército sua retenção.

Pode-se admitir que o então comandante do I Exército não tenha mencionado essa ocorrência, por considerá-la de rotina e sem relevância para o processo.

1 Exército - Quartel General - Continuação do Ofício n.º 520/C P de 31 Mai 71 Fls. 2 (10)

2. Parece-me, portanto, por tudo isto, que a divergência entre o recibo integrante dos autos e a única informação prestada, no caso, pelo meu antecessor, é apenas aparente, não existindo, na realidade.
3. Na oportunidade renovo a V. S. meus protestos de elevada estima e perene consideração.

Gen. Sylvio Coelho da Frota

Gen Div - SYLVIO COUTO COELHO DA FROTA
Comandante do I Exército

Alto 2
Negruy
(M)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
QUARTEL GERAL DO 1º EXÉRCITO - 2ª SEÇÃO
DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Rio de Janeiro, GB, 22 Jan 1971.

Parte nº 55/DOI

Do Chefe do DOI
Ao Sr Ch da 2ª Sec EM/I Ex
Ass: Encaminhamento de Parte
Anexo: Parte S/Nº de 21/01/71 do
Oficial de Permanência.

1. Encaminho-vos o documento constante do anexo, re-
latando ocorrência verificada na noite de 21/22 Jan, e
que resultou na fuga do Sr RUBEM BEYRODT PAIVA e no in-
cêndio de uma viatura deste Destacamento.
2. Esclareço que, tão logo tomei conhecimento do fa-
to, compareci ao Quartel, onde tomei conhecimento dos fa-
tos e as providências necessárias.

Francisco Del Lungo
FRANCISCO DEL LUNGO SMT DE PARANÁ
Major, Chefe do DOI Ex

RECIBO - DE
PROTÓCOLO
27
14 01 71

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
QUARTEL-GERAL DO 1º EXÉRCITO - 24.01.71
ESTABELECIMENTO DE COMANDO DO 1º EXÉRCITO

Handwritten notes and initials in the top right corner.

42

Ponto 2/71

Rio de Janeiro, RJ, 22 Jan 71
De Cap Oficial de Operações
Ao Sr Maj Chefe DOI/1 em
Assunto: Ocorrência (Participa)

1. Participo-vos que às 0400 horas do dia 22 Jan 71, em consequência das informações prestadas pelo cidadão RUBEN RUIZ PAZ, líder e acompanhante do grupo da Uta Aet para indicar uma casa onde estaria este elemento que trazia correspondência do Chile.

O Sr RUBEN não conseguiu identificar a casa e ao descer, na pista de descida ao Alto da Boa Vista, lado da Usina, o Volkswagon da DOI foi interceptado por dois Volkswagons, um branco e outro verde amarelado, que violentamente contornaram a frente do carro da DOI // disparando armas de fogo. A equipe rapidamente atacou o carro refugiando-se atrás de um muro respondendo ao fogo. O carro logo incendiou-se. O Sr RUBEN saiu pela porta esquerda, atravessando uma rua ficando-se atrás de um poste enquanto elementos desconhecidos, provavelmente terroristas, pelo tipo de ação desencadeada, dispararam de atrás dos // carros sobre o nosso carro, ele corria para dentro de um dos carros os quais logo partiam em alta velocidade. Ao cessarem os tiros para o embarque dos terroristas, aproveitamos e atiramos violentamente conseguindo quebrar o vidro trazeiro de um dos carros e com certa atirada um dos elementos que com um grito caiu ao chão, sendo arrastado para dentro do carro já em movimento. Deixaram a estrada em alta velocidade sob uma chuva de balas disparadas pela equipe. O carro da DOI a essa altura já ardia completamente. Foi participado ao 19º DP e ao Corpo de // Bombeiros que compareceram ao local, porém não conseguindo salvar o carro. Na hora em que a equipe abandonou o carro foram deixados no seu interior dois carregadores de metralhadora 9 mm Beretta. Não houve feridos por parte dos elementos do DOI.

Handwritten signature of Raimundo Ronaldo Campos
RAIMUNDO RONALDO CAMPOS - Cap
Oficial de Permanência



MINISTERIO DO EXERCITO
I EXERCITO
PRIMEIRO BATALHÃO DE POLICIA DO EXERCITO
PELOTOÃO DE INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS

Fls 5 (12)
Albuquerque

LAUDO PERICIAL Nº 01/71 = SIIC

PERITOS: ARMANDO AVOLIO FILHO
1º Ten Cmt Pel Inv Crim
LUCIO EUGÊNIO DE ANDRADE
3º Sgt Perito

DATA: EVENTO - 22 de janeiro de 1.971
PERICIA - 22 de janeiro de 1.971

LOCAL: EVENTO - Estrada das Furnas (Poste nº 510/352)
PERICIA - Estrada das Furnas (Poste nº 510/352)

PROPRIEDADE: Fazenda Nacional

DISTRIBUIÇÃO: Divisão de Operações e Informações do I Exército

CASO: PERICIA DE INCÊNDIO

CONTINUAÇÃO DO LAUDO PERICIAL Nº 01/71-SHIC

Fl. 02

ra o interior do veículo. Foram ainda encontrados no local estojos de flagrados de munição Calibre . 45. Outras eventuais marcas ou vestígios que por ventura tivessem sido deixadas no veículo, foram consumidas pelo fogo.

e) Dos Outros Elementos - Acompanham o laudo pericial, um croqui e fotografias da viatura, conforme foi encontrado no local do evento.

III - DO EVENTO

Consubstanciados nos elementos materiais coligidos e considerando-se os exames procedidos no local e na viatura, passam os peritos a propor a provável dinâmica do evento, para tanto assim se referindo: O Volkswagen da Divisão de Operações e Informações do I Exército, /- chapa GB 21.48.99, motor nº BF 97562, dirigido pelo Capitão Raimundo Ronaldo Campos que conduzia o 1º Sgt Jurandir Ochsendorf e Souza e o 3º Sgt Jacy Ochsendorf e Souza e Rubens Beyrodt Paiva, que trafegava pela Estrada das Furnas, no sentido Barra da Tijuca x Cidade, foi interceptado por um outro veículo não identificado que parou a sua frente e dêsse, diversos elementos supostos subversivos, dispararam armas de fogo de Calibre . 45. A gasolina do Veículo ao ser atingido pelas centelhas produzidas pela fricção dos projéteis em seu tanque reservatório, incendiou-se e o fogo banhô todo o veículo. Esta dinâmica foi balizada pelos peritos, tendo em vista as entradas e saída dos projéteis, porém não se pode ter como verídica, esta somente poderá ser dada pelos senhores Peritos Criminais, especializados no estudo da trajetória das balas e fricção das mesmas. Se abstendo assim os peritos signatários a confirmarem como verifica esta dinâmica passando-a como provável, ou porque não dizer, uma hipótese. Acordatos em tudo acima exposto, passaram os peritos a questionarem um formulário de quesitos que vai disposto abaixo para uma conclusão final:

FORMULAÇÃO DE QUESITOS

- 1- Houve incêndio?
Os peritos são congruentes em afirmarem que sim.
- 2- Qual a natureza, finalidade, e utilização do objeto incendiado?
Era um auto-motor, tipo sedan 2 (duas) portas, fabricado pela Volkswagen, para transporte de passageiros.
- 3- Onde se originou o incêndio?
O incêndio se originou motivado pela fricção de projéteis no tanque reservatório de gasolina, passando daí por todo o veículo.
- 4- Qual a causa determinante?
O incêndio foi ocasionado pela fricção de projéteis.
- 5- Foi acidental? proposital ou resultante de imprudência, negligência ou imperícia?

Continua fl. 03

JOSE NEY FERNANDES ANTONES - CEL
CMT DO 1º BDEP

CONTINUAÇÃO DO LAUDO PERICIAL Nº 01/71-SIIC

Fl. 04

a-1-a) Houve paralização do trabalho ?

Sim, houve. Tendo em vista que o oficial que dirigia o veículo não prosseguiu na sua missão, os peritos são congruentes ao afirmarem que houve paralização do trabalho.

a-1-b) Houve violência?

Sim, houve. Caracterizada pelo alvejamento da viatura, que expôs a perigo de vida seus passageiros. Caracterizada ainda pelo incêndio ateado a viatura.

a-1-c) Houve perturbação da ordem?

Sim, houve. Tendo em vista a obstrução parcial do trânsito e / expôs a perigo de incêndio a mata ali existente, os peritos -/ são unânimes ao afirmar que houve perturbação da ordem.

8- Qual a sua extensão?

A extensão do incêndio é balizada por um veículo Volkswagen incendiado em seu raio de ação.

9- Qual o valor do veículo?

O valor material do objeto acima mencionado é de Cr\$ 8.000.00=(Oito -/ mil cruzeiros). O valor do dano moral os peritos não se acham capacitados a analisarem tendo em vista que uma Instituição Nacional, o EXERCITO, foi vilipendiado.

IV - DAS PROBABILIDADES E HIPÓTESES

Não houve probabilidade de ter sido salvo o veículo, em vista da falta de meios.

V - DA CONCLUSÃO FINAL

Nada mais havendo a periciar, os peritos são acordes em afirmarem o seguinte:

- a) Houve incêndio.
- b) Foi incendiada uma viatura distribuída a uma Organização Militar.
- c) O incêndio se originou na gasolina proveniente do tanque do próprio / veículo.
- d) A causa determinante foi ateamento do fogo.
- e) Foi de caráter accidental.
- f) Expôs a perigo de vida o condutor, os passageiros do referido veículo e a integridade física dos mesmos. Expôs a perigo o patrimônio de ordem.
- g) Houve dano.
- h) O dano constitui na destruição e inutilização do objeto submetido a exame.
- i) Como "Causa-Vitae", usaram o fogo.
- j) Houve o emprêgo de substância química, inflamável e explosiva, consumida na gasolina.

Continua fl. 05

JOSE NEY FERNANDES ANTUNES - CEL
CMT FO 1º RP/EX

CONTINUAÇÃO DO LAUDO PERICIAL Nº 01/71-SIIC

Fl. 05

- k) O veículo foi encontrado no local.
 l) Houve destruição total do objeto.
 m) Houve paralização do trabalho.
 n) Houve perturbação da ordem.
 o) A extensão do incêndio foi constituída dentro do raio de ação de uma viatura Volkswagen consumida pelo fogo.
 p) O valor material aproximado é de Cr\$ 8.000,00= (Oito mil cruzeiros). O valor moral os peritos não se acham capacitados a avalizarem, / tendo em vista que uma Instituição Nacional, o EXERCITO, foi vilipendiada.

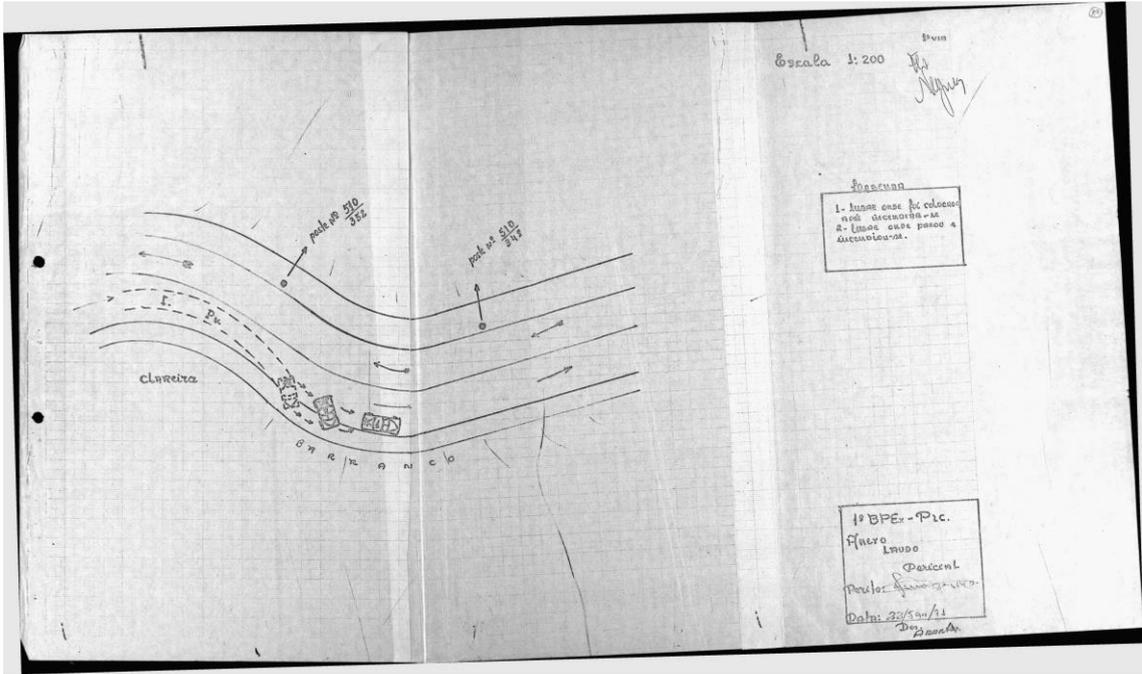
Tendo em vista tudo acima exposto, os peritos dão por encerrado o presente laudo.

Quartel em Andaraí, GB, 22 de janeiro de 1.971

Armando Avolio Filho
 ARMANDO AVOLIO FILHO - 1º TEN
 CMT PEL INV CRIM

Lucio Eugênio de Andrade
 LUCIO EUGÊNIO DE ANDRADE - 3º SGT
 PERITO

Jose Ney Fernandes Antunes
 JOSE NEY FERNANDES ANTUNES - CEL
 CMT DO 1º BPEX



ANEXO AO LAUDO PERICIAL Nº 01/71-SIIC

File M (20)
Allyson



FOTO Nº 1

[Handwritten signature]

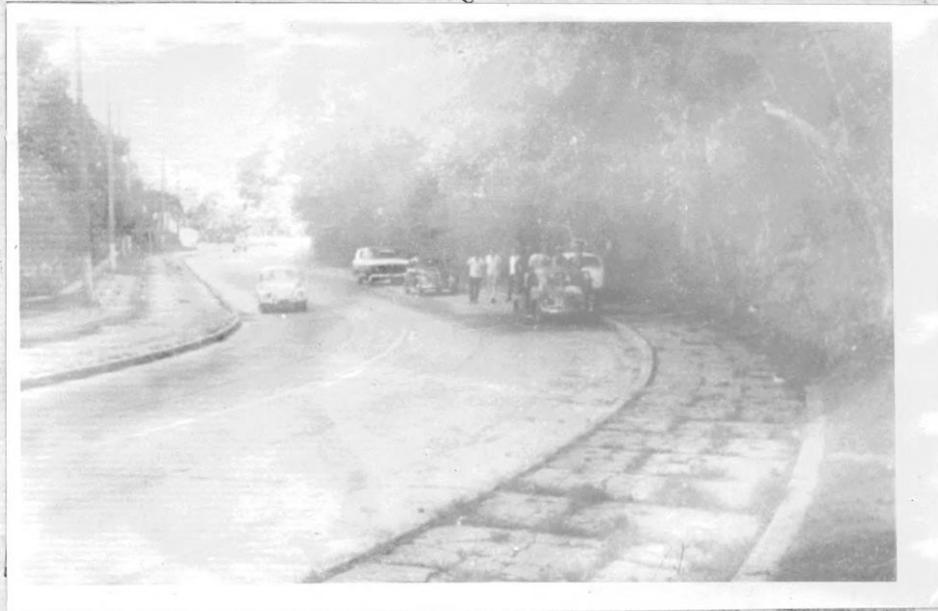


FOTO Nº 2

[Handwritten signature]

ANEXO AO LAUDO PERICIAL Nº 01/71-SIIC

F. G. 12
M. G. 21



FOTO Nº 3

[Handwritten signature]



FOTO Nº 4

[Handwritten signature]

Ata 13 (22)
M. J. P.

ANEXO AO LAUDO PERICIAL Nº 01/71-SIIC

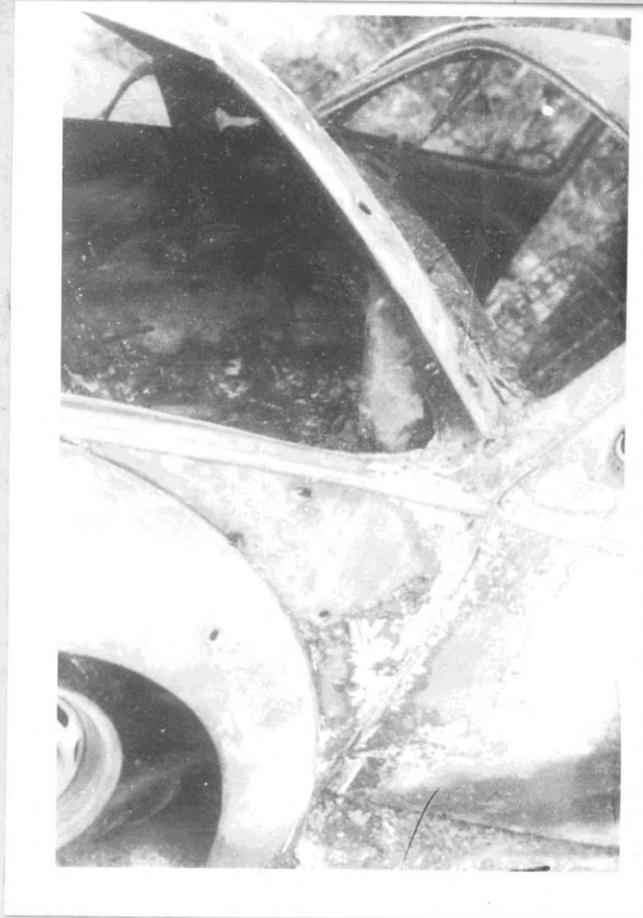


FOTO Nº 5

[Handwritten signature]

ANEXO AO LAUDO PERICIAL Nº 03/71-SIG

14 (23)
M. S. Silva

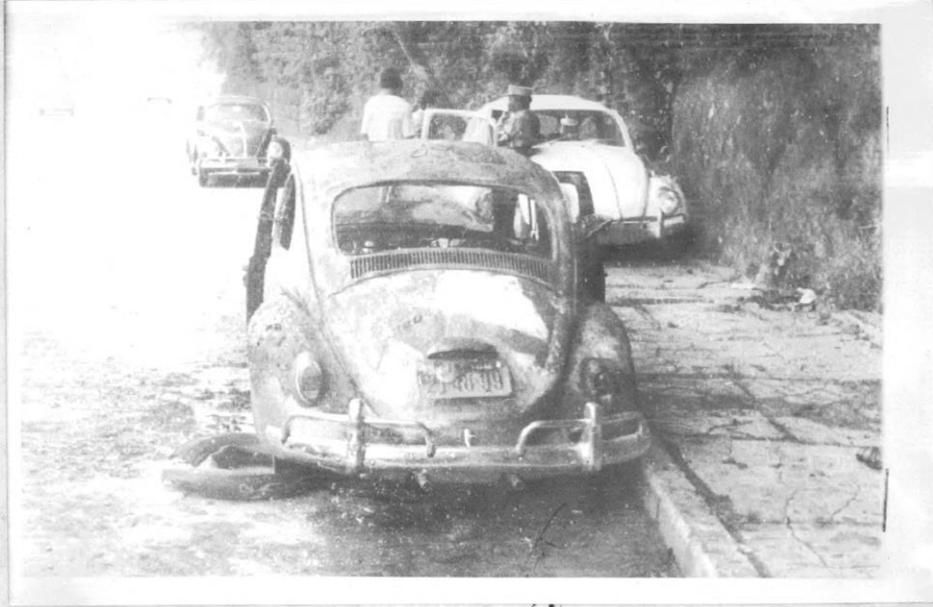


FOTO Nº 6

Handwritten signature



FOTO Nº 7

Handwritten signature

Handwritten mark

FOTO Nº 9



Handwritten mark

FOTO Nº 8



ANEXO AO LAUDO PERICIAL Nº 01/71-SIC

Handwritten notes:
15
24

ANEXO AO LAUDO PERICIAL Nº 01/71-SIIC

Foto 16
Ney Jun



FOTO Nº 10

[Handwritten signature]



FOTO Nº 11

[Handwritten signature]

Fls 18 (26)
N.º 18

JUNTADA

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de 1971, nesta cidade do Rio de Janeiro, no quartel General do I Exército, faço juntada a êstes autos dos recortes dos jornais "O Globo" e "O Jornal", / ambos de 22 de janeiro de 1971.

ANEXO G — ATESTADO DE ÓBITO

C.G.C. 68.968.916/0001-73
Av. Rangel Pestana, 271
1º Andar - Sé - CEP 01017-000
Fones: 605-6401 - 232-2515

SÃO PAULO - COMARCA DA CAPITAL - BRASIL

Dra. Geny de Jesus Macedo Morelli
Oficial

CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro---C-15-----Folhas---282-----Termo Nº---970-----

CERTIFICO que, em-23-de-fevereiro-de-1996, foi feito o registro do óbito de
RUBENS BEYRODT PAIVA

Profissão---engenheiro civil-----estado civil---casado-----

Natural de-Santos - neste Estado-----

Nascido aos vinte e seis de dezembro de mil novecentos e vinte e nove-----

Filho de---JAYME ALMEIDA PAIVA e ARACY BEYRODT PAIVA-----

Declarante MARIA LUCRÉCIA EUNICE FACCIOLLA PAIVA, grau de parentesco (Esposa)

OBSERVAÇÕES: Registro de Óbito lavrado nos termos do Artigo 3º da Lei 9.140,-
de 04 de dezembro de 1995 e conforme decisão do MMº Juiz Corregedor Geral da
Justiça, Dr. Marcio Martins Bonilha, datado de 29 de janeiro de 1996. RUBENS
BEYRODT PAIVA, desaparecido desde de 1971, domiciliado nesta Capital, na Ala
meda Joaquim Eugênio de Lima, 1118, aptº 92 - Jardim Paulista, deixou bens,-
seguro de vida, mas não deixou testamento, deixou 5 filhos de nomes VERA SIL
VIA FACCIOLLA PAIVA, com 42 anos de idade; MARIA ELIANA FACCIOLLA PAIVA, com
40 anos de idade; ANA LUCIA FACCIOLLA PAIVA, com 39 anos de idade, MARCELO /
RUBENS PAIVA, com 36 anos de idade e MARIA BEATRIZ FACCIOLLA PAIVA, com 35
anos de idade, Portador da Cédula de Identidade, RG nº 1.192.829-SSP-SF, ex-
pedida em 15.05.1966 e Título de Eleitor nº 6.999, expedida pela 5ª Zona Elei-
toral de São Paulo. Demais dados ignorados pela declarante. NADA MAIS. Todo
o referido é verdade e dou fé.

Digitado por: Cibeli

Certidão: R\$ 8,65



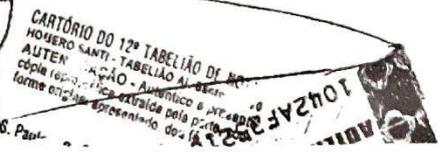
São Paulo, -23-de-fevereiro--de 1996

CIBELI DA SILVA BORTOLOTTO
escriventa substituta

19 Registro Civil das Pessoas Naturais Sé - S. Paulo - SP
Av. Rangel Pestana, 271 1º andar - Centro Fone: 605-6401
Reconheço verdadeira a firma de :
CIBELI DA SILVA BORTOLOTTO
São Paulo, 23 de fevereiro de 1996
Eu testamento da verdade

Emolumentos: R\$

DRA. GENY DE JESUS MACEDO MORELLI
OFICIAL



ANEXO H — “NÃO NOS ESQUECEMOS”

IDEIA

Nós não esquecemos

FHC ainda não esclareceu quais setores ficaram incomodados em discutir a questão dos desaparecidos

MARCELLO PAIVA*

É extremamente importante: “Com essas duas palavras o presidente atual da Anistia Internacional, Pierre Sanz, declarou e afirmou que vive com o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando os direitos à situação das famílias das 144 desaparecidas não o impedem. São três declarações que, em um período curto, são de rememorar, que incomodam muitos setores”. A assessora de imprensa do Palácio de Planalto divulgou que “o presidente afirmou que não se exporá em linhas estreitas, não foi consultado pelo senhor Sanz, ou que, mesmo consultado a língua, o secretário-geral da Anistia não tenha enviado sua coleção”.

Isa se passou um mês desde a publicação, e continuamente aguardando a posição oficial da Presidência da República quanto à falta de respeito em dar resposta às famílias dos desaparecidos. O presidente precisa esclarecer qual “senhor” se sentiu “incomodado” com esse pedido?

O Brasil ultrapassou sua grande turbulência e passou ao lançamento. Anistias foram indelével, reapareceram seus cargos, e alguns experimentaram o experimento do poder, como é o caso do atual presidente. Os lançamentos dos nomes publicitários que vivem em corpos devolvidos poderiam requerer indagações. No entanto, restam 144 famílias de desaparecidos, e a uma espécie de linha da História.

Em 23 anos, a família Rubens Paiva está esperando 25 anos? Até hoje, temos dificuldades em lidar os segredos da família, já que o estado civil de Rubens Paiva, minha mãe, é incerto. A quem interessa prolongar esse ciclo de incerteza? Que tipo de democracia é essa que rasga o passado? Não é possível que um regime consolidado tenha medo de olhar para trás.

Depois de cruzado pelo golpe militar de 1964, quando foi expulso a se exilar do país, Rubens Paiva voltou ao Brasil e, pouco a sua maneira, assistiu pacifica-

mente contra a ditadura, criando para o exato as informações sobre tortura, assassinatos, artigos políticos de esquerda e oprimidos, exatidão perseguidos a fugir do país. Talvez por isso tenha sido preso, em janeiro de 1971, torturado e, ao que tudo indica, morto.

No processo de labor-cópia impetrado pela família, os dados militares general Alberto Cabral Ribeiro, general Sylvia Faria, capitão João Paulo Durães e general Luiz da França Oliveira informaram oficialmente que Rubens Paiva não estava preso.

Alguns artigos, sobre eles o professor Fernando Henrique Cardoso, procuraram informações junto ao governo americano, então presidido por Nixon, Carter e senador Ted Kennedy, que interrompeu distanciam o assessor da Casa Branca Henry Kissinger, para obter informações e desaparecimento de Rubens Paiva. Foi informado de que o ex-deputado havia sido morto por um grupo de investigadores militares. Revelada, Ted Kennedy fez um discurso no Congresso americano pedindo o resgate dos corpos.

Para nós da família Rubens Paiva, nunca houve a confirmação da morte. O que difere, com outros, Mik, em 1996, e oficial-médico Amílcar Lobo, declarou a VEJA, que base o ex-captado Rubens Paiva “enfermeiro e sobrevivente” no DOI Cof do Rio de Janeiro.

Por falta dos depoimentos de Amílcar Lobo, ka instaurado em 1987 um processo penal na Primeira Auditoria Militar do Rio de Janeiro. O então procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves, apoiado em depoimentos de outros militares, chegou a responder pelo crime militares de Exército e da PM, ex-captado Rubens Paiva. São eles: coronel Ronaldo José da Moura Bezerra Leão, capitão João Casanova Gomes Campos, sargento Amédlio Barbosa Torres, sargento Edmundo Ribeiro Nunes e major Rebeca Corrêas. O processo foi arquivado, pois os autos da sindicância feita no 1º Exército foram destruídos.

Temos medo de tudo. Depois de vagar por duas décadas em busca de informações, em 1991, com uma ação indenizatória de indenização por danos morais e patrimoniais contra a União. Entre os danos patrimoniais está o salário, em agosto de 1964, que não pode ser recebido pelo não há prova de morte. Há mais de 30 anos, o pai de 2ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Raulílio Bonifácio Costa, está para concluir o sempre. Não julga o réu (processo nº 91.00208-5, protocolado em 3 de janeiro de 1991). Talvez não a julgue por estar sendo processado por falta de provas, ou por acreditar que “é um processo complicado de vencer”. Tratamos os senhores, os políticos, a justiça e continuamos no limbo da História.

SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA — No último mês, a imprensa tem acompanhado a busca de testemunhas de volta ao Brasil, ocorrendo penalidades por sua ação durante a “guerra fria”, período que resultou na tortura e no desaparecimento de milhares de cidadãos de regime militar instaurado em 1964. De acordo com o novo Artigo 5º, inciso III, da Constituição, o Brasil não pode ser considerado um país de refúgio para pessoas que foram vítimas de tortura, ou de outras formas de violência política, ou de outras formas de violência política, ou de outras formas de violência política.

Como filho de um desaparecido, tenho mil motivos para ficar indignado com o silêncio das autoridades brasileiras. Como cidadão, se me perguntar se já não chegou a hora de os líderes brasileiros, através de alguns movimentos civis da nova História, como a Proclamação da República, e Terceiro, a Revolução de 30 e a queda de ditadura do Getúlio, iniciarem sua coleção argentina, através de arquivos, exatidão os antigos militares e apontarem aqueles que sejam o nome da

“Em 1981, o suplente de senador Fernando Henrique escreveu: ‘O riso franco de Rubens Paiva, sua bonomia, seu modo de ser generoso vivem hoje apenas na memória dos que o conheceram. Mas viverão enquanto vivermos.’”

* O escritor Marcelo Paiva, autor de Fato Acusado e Bala na Agulha e filho do ex-deputado e ex-deputado de Rubens Paiva, foi o responsável por este artigo em 1997.

VEJA, 10 DE MAIO, 1995

ANEXO I — “TURMA DE RECEBIMENTO” DOI



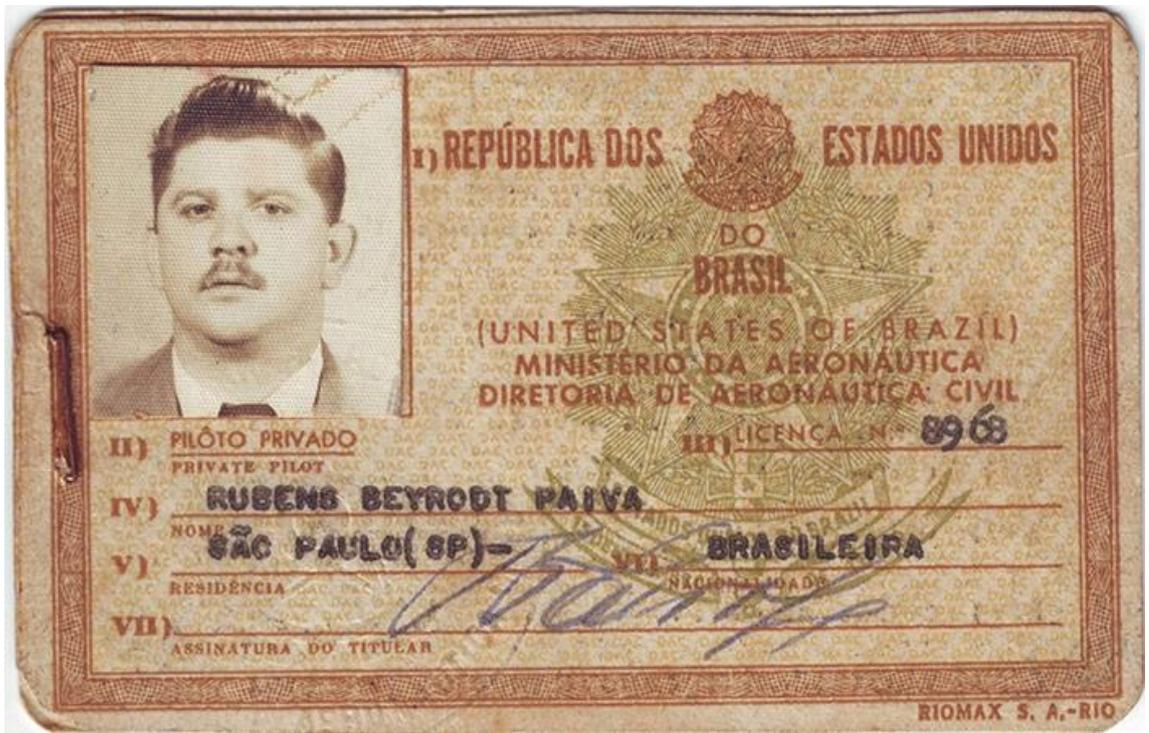
4 / 2 - 71.

Seção de Recebimento

Cautela:

Foi retirado pelo o Sr.
Oficial de Administração
Cap. Santabáia, todos os
documentos pertencente ao
carro de Rubens Beyrodt Pais
em 4-2-71.

ANEXO J — Carteira de Piloto Privado Rubens Paiva



ANEXO K — PALESTRA DE EUNICE PAIVA NO ANIVERSÁRIO DO CLADH

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
Agência Curitiba

INFORMAÇÃO Nº _____

DATA : 12 de junho de 1979
 ASSUNTO : PALESTRA DE EUNICE PAIVA NO ANIVERSÁRIO DO CLADH.
 ORIGEM :
 REFERÊNCIA:
 DIA ANTERIOR:
 DIFUSÃO : AC/WT
 ANEXO :

ACT/SNI
000143 | 15 JUN 79
A.C.E.

1. EUNICE PAIVA, esposa do ex-deputado federal pelo PTB, RUBENS PAIVA, desaparecido em 1971, proferiu palestra em IGORRINA/PR, no dia 13/6/79, por ocasião do 1º aniversário do Comitê Interdiocesano Pela Anistia e Direitos Humanos (CLADH), à qual compareceram aproximadamente 150 (cento e cinquenta) pessoas, entre as quais vários elementos pertencentes ao Movimento Estudantil de IGORRINA/PR.

2. O evento, realizado na Secretaria de Educação e Cultura do Município, foi promovido pelo CLADH e contou com o apoio da Cooperativa dos Jornalistas do Paraná (COOP-JORNAL), Associação dos Docentes do Hospital Universitário, Associação dos Professores Licenciados de Paraná - APLP, núcleo de Londrina, Diretório Central de Estudantes de Londrina - DCE/LONDRINA e Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro.

3. Durante sua palestra PAIVA relembrou os acontecimentos ocorridos em 1971 que culminaram com o desaparecimento de seu marido. Segundo ela, de repente sua casa foi invadida por seis agentes que se diziam da Aeronáutica, e pediram que RUBENS se acompanhasse para algumas perguntas. Ele se despediu da família e saiu para nunca mais voltar. EUNICE declarou que várias hipóteses foram levantadas sobre o desaparecimento do

Continua...f1-02

CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO N.º /236/ACT/79

seu sequestro, como o seu sequestro por terroristas ou que ela teria sido vítima da Operação Fura-Baz, porém nenhuma delas ficou confirmada.

Explicando o contato que teve na época com ALFREDO BUZARD, então Ministro da Justiça, RENE PAIVA declarou que conseguiu falar com ele mes depois da prisão de RUBENS PAIVA. BUZARD informou que RUBENS estava machucado, mas vivo, no 1º Esquadrão. "Is disse tambem -contou RENE- que para ele sabe de lá era uma questão de tempo, faltava cumprir certas formalidades". Explicou RENE que depois de prosidir tres reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos -onde o caso foi tratado- BUZARD afirmou que na verdade RUBENS PAIVA havia fugido e pediu que tivessem se avistado com ela.

5. RENE PAIVA não se mostrou disposta a adianar o governo para apurar responsabilidades sobre o caso afirmando: "Já que o máximo que poderia conseguir era outra justificativa sobre como RUBENS fugiu - e caso encerrado".

ACT/SNI
000143 15 JUN 79

CONFIDENCIAL

012756 61
AC/SNIMINISTERIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASILIA-DF de 02 JAN 1981 de 19

INFORME N.º ⁰²~~449~~ /S-102-A11-CIE

S. N. I. AGENCIA CENTRAL
000109 -5 JAN 81
PROTOCOLO

1. ASSUNTO: VERA PAIVA
2. ORIGEM: CIE
3. AVALIAÇÃO: B-2
4. DIFUSÃO: AC/SNI
5. DIFUSÃO ANTERIOR: -
6. REFERÊNCIA: -
7. ANEXO: -

^{VP} VERA PAIVA, filha de RUBENS PAIVA e ^{VP} radicada em SÃO PAULO/SP, comentou que ela, juntamente com outros membros do Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA/SP, está ultimando um trabalho sobre torturas no País.

Esse trabalho, segundo ^{VP} VERA PAIVA, cujo título é "Danos Psíquicos e Sociais da Repressão e da Tortura", vem se desenvolvendo há dois anos e, por duas vezes, já foi alvo de debates em congressos da Anistia Internacional, que apóia a campanha e estimula a citada pesquisa.

No BRASIL, ainda segundo ^{VP} VERA PAIVA, este trabalho vinha sendo apresentado principalmente a estudantes da área de Psicologia. Agora, no entanto, o grupo pretende mostrá-lo a algumas pessoas envolvidas com direitos humanos, a fim de submetê-lo a uma crítica. Inicialmente, o Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA/SP escolheu JOSÉ GREGORI, da Comissão de Justiça e Paz/SP, e sua esposa, MARILENE GREGORI, para examinarem e avaliarem o referido trabalho.

Após isso, a pesquisa, que ainda não foi impressa, seria discutida e apresentada aos demais membros da Comissão de Justiça e Paz/SP.

© DESTINATÁRIO E RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO
DESTA DOCUMENTO (ART. 12 DO
RSAS-DEC 79099 DE 6 JAN 77).



CONFIDENCIAL